

SUELI MARIA COELHO

**ESTUDO DIACRÔNICO DO PROCESSO DE EXPANSÃO GRAMATICAL E
LEXICAL DOS ITENS *TER, HAVER, SER, ESTAR* E *IR* NA LÍNGUA
PORTUGUESA**

BELO HORIZONTE
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
2006

SUELI MARIA COELHO

**ESTUDO DIACRÔNICO DO PROCESSO DE EXPANSÃO GRAMATICAL E
LEXICAL DOS ITENS *TER, HAVER, SER, ESTAR* E *IR* NA LÍNGUA
PORTUGUESA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da
UFMG, como um dos requisitos para obtenção do
Título de Doutor em Lingüística.

Área de concentração: Lingüística

Orientador: Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral

BELO HORIZONTE
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
2006



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Lingüísticos

Tese intitulada *Estudo diacrônico do processo de expansão gramatical e lexical dos itens TER, HAVER, SER, ESTAR e IR na Língua Portuguesa*, de autoria da doutoranda Sueli Maria Coelho, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral – FALE/UFMG – Orientador

Profª. Drª. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen – FALE/UFMG

Profª. Drª. Evelyne Jeanne Andrée Angèle Madeleine Dogliani – FALE/UFMG

Prof. Drª Ilza Maria de Oliveira Ribeiro – UFBA

Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia – ILEEL/UFU

Prof. Dr. Fábio Alves
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Lingüísticos
FALE/UFMG

Belo Horizonte, de junho de 2006

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me concedeu sabedoria para conduzir esta pesquisa e serenidade para enfrentar os desafios que a cada passo se postavam em meu percurso.

A minha família, que sempre me apoiou e me incentivou em todos os meus projetos, fazendo-me acreditar nos meus sonhos e na minha capacidade de superar obstáculos.

AO meu orientador, Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral, pela forma sábia com que me conduziu para a consecução dos meus objetivos, mostrando-se sempre indescritivelmente disponível e amável.

AOS professores Maria Terezinha de Brito e Henrique Carivaldo de Miranda Neto e ao Revmo. Pe. Sebastião dos Reis Pereira, Magnífico Reitor do Seminário Maior “Dom José André Coimbra” da Diocese de Patos de Minas, pelas valiosas discussões filosóficas que muito contribuíram para a elucidação de questões complexas e obscuras.

AO professor Ms. Ronaldo Pereira Caixeta e a Walter Antônio Caixeta, pela prestimosa contribuição estatística, sem a qual não seria possível a análise quantitativa aqui empenhada.

À professora Dr^a. Ângela Vaz Leão, por se mostrar tão solícita em compartilhar comigo seu vasto conhecimento sobre a Língua Portuguesa, especialmente na leitura dos textos arcaicos.

À amiga Mônica Soares de Araújo Guimarães, que jamais se mostrou impaciente frente às intermináveis consultas acerca das vicissitudes da Língua Inglesa e cujos comentários mostraram-se providenciais na leitura dos textos teóricos.

AOS professores Agenor Gonzaga dos Santos e Ricardo Rodrigues Marques cujas lucubrações me despertaram para reflexões antes impensadas.

A todos os professores que se dispuseram a participar da minha banca avaliadora, dividindo comigo sua experiência e conhecimento. Em especial, à Prof^a. Dr^a. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen e ao Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia cujas indicações bibliográficas mostraram-se muito pertinentes e preciosas.

À professora Dr^a. Jânia Martins Ramos cujas considerações e sugestões apresentadas durante o exame de qualificação muito me enriqueceram e auxiliaram.

À Fundação Educacional de Patos de Minas na pessoa de seu Pró-Reitor de Planejamento, Administração e Finanças, Prof. Ms. Milton Roberto de Castro Teixeira, pelo apoio financeiro concedido aos meus deslocamentos em busca da qualificação.

À Diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas, Prof^a. Neusa Helena de Queiroz Borges, pelo incentivo, pela compreensão e pelo apoio que me dispensou ao longo desses quatro anos de curso.

Às minhas amigas Adriana de Lanna Malta Tredezini e Gisele Carvalho Araújo Caixeta, pessoas com quem partilhei dúvidas e angústias.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e cujos nomes possam ter sido, injustamente, olvidados.

Fazer diacronia é confrontar falas de agora e outrora, na continuidade tradicional. (...) É configurar a imagem evolutiva da língua, feita de moldes mentais, exibindo-lhe a sucessão diacrônica dos estados sincrônicos.

(José Lourenço de Oliveira, 2002, p. 163)

Para entender a constância do modo, a direção concreto abstrato, a marcha volitivo intelectual, cumpre admitir que a hominidade é um princípio que cresce tanto no tempo individual de cada um, dentro da sociedade, como no tempo social do grupo, dentro da humanidade.

(José Lourenço de Oliveira, 2002, p. 199)

RESUMO

Estudou-se, numa perspectiva diacrônica, o processo de expansão gramatical dos itens *TER*, *HAYER*, *SER*, *ESTAR* e *IR* na Língua Portuguesa. A partir da proposição de uma metodologia quantitativa de estudo da gramaticalização numa abordagem formalista, buscou-se estudar o processo pelo qual os verbos plenos vão, ao longo do tempo, assumindo gradativamente funções gramaticais, o que lhes permite tramitar do léxico para a gramática, constituindo perífrases verbais. Analisou-se ainda, paralelamente a esse fenômeno, o processo de expansão/restrrição semântica por que vão passando esses verbos ao longo de seu percurso diacrônico, o que se relaciona não apenas ao processo de gramaticalização da forma, mas também ao seu processo de (des)lexicalização. Para a consecução dos objetivos propostos, selecionaram-se *corpora* compostos de doze textos de gêneros textuais distintos, sendo cada período da Língua Portuguesa – arcaico, moderno e contemporâneo – representado por quatro textos de tamanhos aproximados. Os critérios de análise foram divididos em dois grupos interdependentes: (a) análise da frequência do item e (b) estudo de fatores semânticos, sintáticos e morfofonêmicos. Inicialmente, computou-se em cada texto a frequência total de ocorrência de cada uma das formas verbais selecionadas para o estudo. A seguir, procedeu-se à tabulação de suas frequências lexicais, comparando-as com suas frequências gramaticais ao longo dos três períodos, aplicando-se, para mensurar o grau de significância dos valores obtidos, o teste estatístico de aderência do Qui-Quadrado. Empreendeu-se, a seguir, a análise semântica das ocorrências lexicais registradas, buscando identificar os semas de cada uma das formas verbais analisadas ao longo da história da língua. O objetivo da análise de tais semas foi verificar o grau de abstração do verbo à medida

que seu processo de gramaticalização se expande. Vencida essa etapa, passou-se à análise dos contextos sintáticos de ocorrências das formas, com vistas a identificar os principais fatores responsáveis por gerir a seleção das formas passíveis de co-ocorrerem com os auxiliares estudados nas perífrases verbais. Por fim, teceram-se algumas considerações acerca da perda de material fônico dos itens em processo de gramaticalização. Os resultados obtidos demonstraram que todos os cinco verbos analisados encontram-se gramaticalizados na Língua Portuguesa desde o período arcaico e que muitos deles ainda estão em processo de franca expansão na língua. Além disso, os dados coletados permitiram o entendimento de que a gramaticalização e a lexicalização são processos lingüísticos paralelos e que, como tais, não se determinam. Assim, o fato de determinada forma verbal já se ter gramaticalizado não impede, tampouco favorece seu processo de expansão e/ou restrição nos domínios do léxico. Outra generalização extraída da análise empreendida refere-se ao fato de que as perífrases verbais resultam não apenas da tramitação de itens do léxico para a gramática, mas também de um processo de acentuação da gramaticalidade de itens que se movem de um estágio menos gramatical para outro mais gramatical.

PALAVRAS-CHAVE: Gramaticalização. Diacronia. Forma lexical. Forma gramatical. Perífrase verbal.

ABSTRACT

The grammatical expansion of the items *TER*, *HAVER*, *SER*, *ESTAR* e *IR* (*HAVE*, *the equivalent to English “there is/was”, BE, GO*) in Portuguese was investigated from a diachronic point of view. The process through which full verbs gradually take up grammatical functions, which allow them to move from the Lexicon to Grammar by forming verbal phrases, was studied from a quantitative methodology of grammaticalization within a formalist framework. At the same time, the semantic expansion/restriction which these verbs undergo diachronically was also analyzed. The later, not only relates to grammaticalization of the form, but also to its (de)lexicalization process. To achieve the goals just mentioned, a *corpora* of twelve texts of varying textual genres was selected, so that each distinguishable period of the Portuguese language – archaic, modern and contemporary – was represented by four texts of about the same length. The criteria for analysis were divided into two interdependent groups: (a) an analysis of the item’s frequency and (b) a study of semantic, syntactic and morphophonemic factors. At first, the global frequency of occurrence of each selected verbal form was computed in each text. Then, their lexical frequency was tabulated, and contrasted to their grammatical frequency along the three periods, the statistical adherence test of Square-Who having been used to measure the significance of the values obtained. Next, a semantic analysis of the registered lexical occurrences was carried on to identify the semas of each verbal form analyzed along the history of the language. The aim of such an analysis was to check the abstractness of the verb as its grammaticalization process evolves. After that, the syntactic contexts where the forms occurred were raised, so that the main factors determining the choice of forms that can co-occur with the

auxiliary verbs in the verbal phrases were identified. Finally, some considerations were made on the loss of phonic material in items under grammaticalization. The attained results demonstrated that all five verbs analyzed are presently grammatical in Portuguese and so have been since the archaic period; and that many of them are still in full expansion in the language. Moreover, the collected data led to the understanding that grammaticalization and lexicalization are linguistic processes that run parallel and, thus, do not define each other. Therefore, the fact that a certain verbal form is already grammatical does not hinder, nor favor its expansion and/or restriction in the domain of the Lexicon. Another generalization from the analysis undertaken is that verbal phrases result, not only from migration of items from the Lexicon to Grammar, but also from a strengthening of the grammaticality of items that move on from a less grammatical stage to a more grammatical one.

KEYWORDS: Grammaticalization. Diachrony. Lexical form. Grammatical form. Verbal phrase.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Caracterização estrutural das vozes verbais.....	94
Figura 2 – Caracterização do <i>corpus</i>	109
Figura 3 – Quadro sinóptico dos contextos sintáticos do verbo <i>ter</i>	196
Figura 4 – Quadro sinóptico dos contextos sintáticos do verbo <i>haver</i>	210
Figura 5 – Quadro sinóptico dos contextos sintáticos do verbo <i>ser</i>	224
Figura 6 – Quadro sinóptico dos contextos sintáticos do verbo <i>estar</i>	237
Figura 7 – Quadro sinóptico dos contextos sintáticos do verbo <i>ir</i>	244
Figura 8 – Proposta de classificação dos verbos da Língua Portuguesa.....	274

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Frequência diacrônica das formas lexicais.....	140
Gráfico 2 – Frequência diacrônica das formas gramaticais.....	140
Gráfico 3 – Análise comparativa entre os usos concretos e abstratos de <i>ter</i>	187
Gráfico 4 – Análise comparativa entre os usos concretos e abstratos de <i>haver</i>	189
Gráfico 5 – Análise comparativa entre os usos concretos e abstratos de <i>ser</i>	190
Gráfico 6 – Análise comparativa entre os usos concretos e abstratos de <i>estar</i>	192
Gráfico 7 – Análise comparativa entre os usos concretos e abstratos de <i>ir</i>	194

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência do verbo <i>ter</i> no período arcaico.....	121
Tabela 2 – Frequência do verbo <i>ter</i> no período moderno.....	122
Tabela 3 – Frequência do verbo <i>ter</i> no período contemporâneo.....	123
Tabela 4 – Frequência do verbo <i>haver</i> no período arcaico.....	124
Tabela 5 – Frequência do verbo <i>haver</i> no período moderno.....	126
Tabela 6 – Frequência do verbo <i>haver</i> no período contemporâneo.....	127
Tabela 7 – Frequência do verbo <i>ser</i> no período arcaico.....	129
Tabela 8 – Frequência do verbo <i>ser</i> no período moderno.....	131
Tabela 9 – Frequência do verbo <i>ser</i> no período contemporâneo.....	132
Tabela 10 – Frequência do verbo <i>estar</i> no período arcaico.....	134
Tabela 11 – Frequência do verbo <i>estar</i> no período moderno.....	135
Tabela 12 – Frequência do verbo <i>estar</i> no período contemporâneo.....	136
Tabela 13 – Frequência do verbo <i>ir</i> no período arcaico.....	137
Tabela 14 – Frequência do verbo <i>ir</i> no período moderno.....	138
Tabela 15 – Frequência do verbo <i>ir</i> no período contemporâneo.....	139
Tabela 16 – Análise comparativa das frequências lexicais e gramaticais.....	145
Tabela 17 – Análise comparativa da frequência dos verbos por período.....	146
Tabela 18 – Análise estatística da frequência do verbo <i>ter</i>	147
Tabela 19 – Análise estatística da frequência do verbo <i>haver</i>	148

Tabela 20 – Análise estatística da frequência do verbo <i>ser</i>	150
Tabela 21 – Análise estatística da frequência do verbo <i>estar</i>	151
Tabela 22 – Análise estatística da frequência do verbo <i>ir</i>	152
Tabela 23 – Valores semânticos de <i>ter</i> lexical no período arcaico.....	155
Tabela 24 – Valores semânticos de <i>ter</i> lexical no período moderno.....	157
Tabela 25 – Valores semânticos de <i>ter</i> lexical no período contemporâneo.....	158
Tabela 26 – Valores semânticos de <i>haver</i> lexical no período arcaico.....	159
Tabela 27 – Valores semânticos de <i>haver</i> lexical no período moderno.....	161
Tabela 28 – Valores semânticos de <i>haver</i> lexical no período contemporâneo.....	163
Tabela 29 – Valores semânticos de <i>ser</i> lexical no período arcaico.....	168
Tabela 30 – Valores semânticos de <i>ser</i> lexical no período moderno.....	170
Tabela 31 – Valores semânticos de <i>ser</i> lexical no período contemporâneo.....	173
Tabela 32 – Valores semânticos de <i>estar</i> lexical no período arcaico.....	175
Tabela 33 – Valores semânticos de <i>estar</i> lexical no período moderno.....	176
Tabela 34 – Valores semânticos de <i>estar</i> lexical no período contemporâneo.....	177
Tabela 35 – Valores semânticos de <i>ir</i> lexical no período arcaico.....	179
Tabela 36 – Valores semânticos de <i>ir</i> lexical no período moderno.....	181
Tabela 37 – Valores semânticos de <i>ir</i> lexical no período contemporâneo.....	182

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: <i>IN PRINCIPIO ERAT VERBUM</i>.....	19
CAPÍTULO 1: O FENÔMENO DA GRAMATICALIZAÇÃO.....	27
1.1 Os precursores da gramaticalização.....	28
1.2 O conceito de gramaticalização.....	34
1.2.1 Características da gramaticalização.....	38
1.2.2 Ciclo de gramaticalização.....	41
1.2.3 As bases cognitivas da gramaticalização.....	42
1.2.3.1 Sobre as noções de concreto e de abstrato.....	43
1.2.3.2 Processos metafóricos.....	49
1.2.3.2.1 A analogia.....	52
1.2.3.2.1.1 Mudança analógica.....	55
1.2.3.2.1.2 Criação analógica.....	56
1.2.3.3 Processos metonímicos.....	57
1.2.3.3.1 Reanálise.....	58
1.2.4 Estágios da gramaticalização.....	64
CAPÍTULO 2: AUXILIARIZAÇÃO: UM COMPLEXO FENÔMENO A SE DESVENDAR.....	67
2.1 Classes de auxiliarização.....	74

2.1.1 Auxiliarização de temporalidade.....	75
2.1.2 Auxiliarização de diátese.....	76
2.1.3 Auxiliarização de modalidade.....	78
2.2 Princípios da auxiliarização.....	81
2.3 A função lingüística da auxiliarização.....	83
2.3.1 Flexão de tempo e de modo.....	84
2.3.1.1 Tempos compostos do modo indicativo.....	86
2.3.1.1.1 Pretérito perfeito composto.....	86
2.3.1.1.2 Pretérito mais-que-perfeito composto.....	86
2.3.1.1.3 Futuro do presente composto.....	87
2.3.1.1.4 Futuro do pretérito composto.....	88
2.3.1.2 Tempos compostos do modo subjuntivo.....	89
2.3.1.2.1 Pretérito perfeito composto.....	89
2.3.1.2.2 Pretérito mais-que-perfeito composto.....	89
2.3.1.2.3 Futuro composto.....	90
2.3.2 Flexão de número e de pessoa.....	91
2.3.3 Flexão de voz.....	93
2.3.4 A expressão do aspecto.....	95
2.3.4.1 Tempo e aspecto: duas categorias que se interseccionam.....	97
2.3.4.2 Revisitando os conceitos de perfectivo e de imperfectivo.....	100
2.3.4.3 A expressão formal do aspecto.....	102
2.3.4.3.1 Os mecanismos morfológicos.....	103
2.3.4.3.2 Os mecanismos fonológicos.....	104

2.3.4.3.3 Os mecanismos sintáticos.....	105
CAPÍTULO 3: DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA.....	107
3.1 A eleição dos <i>corpora</i>	108
3.2 A eleição do objeto de análise.....	110
3.3 Definição dos critérios de análise.....	111
3.3.1 Critério da frequência.....	112
3.3.2 Critério semântico.....	114
3.3.3 Critério sintático.....	116
3.3.4 Critério morfofonêmico.....	117
CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	119
4.1 Análise da frequência dos itens.....	120
4.1.1 Análise da frequência do verbo “ter”.....	120
4.1.2 Análise da frequência do verbo “haver”.....	124
4.1.3 Análise da frequência do verbo “ser”.....	129
4.1.4 Análise da frequência do verbo “estar”.....	133
4.1.5 Análise da frequência do verbo “ir”.....	136
4.1.6 Análise comparativa das frequências lexical e gramatical.....	139
4.1.7 Análise comparativa das frequências totais.....	146
4.2. Análise de aspectos semânticos dos itens.....	154
4.2.1 Expansão semântica.....	154
4.2.1.1 Análise da expansão semântica do verbo “ter”.....	155

4.2.1.2 Análise da expansão semântica do verbo “haver”.....	159
4.2.1.3 Análise da expansão semântica do verbo “ser”.....	164
4.2.1.4 Análise da expansão semântica do verbo “estar”.....	175
4.2.1.5 Análise da expansão semântica do verbo “ir”.....	179
4.2.2 Perda de conteúdo nocional.....	185
4.3 Análise da distribuição dos itens.....	195
4.3.1 Análise da distribuição do verbo “ter”.....	196
4.3.2 Análise da distribuição do verbo “haver”.....	210
4.3.3 Análise da distribuição do verbo “ser”.....	224
4.3.4 Análise da distribuição do verbo “estar”.....	237
4.3.5 Análise da distribuição do verbo “ir”.....	243
4.4 Análise da redução do material fônico.....	254
CAPÍTULO 5: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS.....	260
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	277
REFERÊNCIAS.....	289
APÊNDICES.....	298
Apêndice A – Valores semânticos de <i>ter</i> lexical.....	298
Apêndice B – Valores semânticos de <i>haver</i> lexical.....	304
Apêndice C – Valores semânticos de <i>ser</i> lexical.....	308

Apêndice D – Valores semânticos de <i>estar</i> lexical.....	315
Apêndice E – Valores semânticos de <i>ir</i> lexical.....	318

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

IN PRINCIPIO ERAT VERBUM

A epígrafe selecionada para intitular estas considerações iniciais já traz latente o prenúncio daquilo que constituiu o foco de interesse deste trabalho: no princípio, era o verbo pleno; agora, é o verbo auxiliar. Assim, este estudo se dedicou a analisar o processo pelo qual os verbos *TER*, *HAYER*, *SER*, *ESTAR* e *IR* foram, ao longo da história da Língua Portuguesa, destituindo-se de conteúdo nocional e agregando-se a formas nominais de infinitivo, de gerúndio e ou de particípio para expressar funções gramaticais, constituindo as denominadas *locuções verbais* ou *tempos compostos*. Na metalinguagem tradicional, a nomenclatura de *locuções verbais* é empregada para se referir à unidade morfológica constituída de verbos auxiliares + verbos principais no infinitivo ou no gerúndio, reservando-se a terminologia de *tempos compostos* apenas para as unidades cuja forma principal encontra-se flexionada no particípio. Outras vezes, ainda, não se estabelece qualquer distinção entre os termos, tomando-os como sinônimos. Neste estudo, porém, optou-se por empregar o termo *forma perifrástica* ou *perífrase verbal* para se referir, indistintamente, às locuções verbais ou aos tempos compostos, por se considerá-lo mais condizente com a natureza sintática da auxiliarização, aqui entendida como o processo sintático por meio do qual uma forma verbal outrora de natureza meramente lexical passa, em um determinado momento da história da língua, a desempenhar também funções gramaticais. Esse

processo que faculta a um item do léxico – no caso, a forma verbal plena – a propriedade de tramitar de categoria na língua, passando a integrar os domínios da gramática é denominado, na literatura lingüística, de gramaticalização. Pode-se, pois, afirmar que, num sentido mais estrito, a presente pesquisa se propôs a analisar o processo de gramaticalização que permitiu aos verbos *TER*, *HAYER*, *SER*, *ESTAR* e *IR* desempenhar também a função de auxiliares, marcando o tempo, o número, o modo, a voz e o aspecto verbais.

Se a proposta inicial era a de ater-se apenas ao processo de gramaticalização dos auxiliares, o fluir da pesquisa impingiu agregar ao estudo também a análise do processo de lexicalização dos verbos plenos que foram se gramaticalizando em verbos auxiliares. Isso se deu porque as análises empreendidas demonstraram que os itens envolvidos no processo de gramaticalização não se comportam como as demais formas em processo de variação e mudança lingüística. Assim, não há um período específico da história da língua em que um verbo deixa de ser empregado como forma plena e passa a ser empregado como auxiliar. Não se verifica entre o item menos gramatical e o mais gramatical uma concorrência de formas no sentido laboviano do termo. O que ocorre é uma recategorização de itens, já que os sentidos de uma forma lingüística vão se abstraindo até que, num determinado momento, um de seus semas esvazia-se, fato que lhe permite acoplar-se a outras formas lingüísticas e assumir funções gramaticais. Transmutado de natureza, o item não mais se presta à função de referenciação que o estatuto de elemento lexical lhe facultava. Faz-se necessário, portanto, uma recategorização, para que o “novo” item seja interpretado em sua outra atribuição, qual seja, a de elemento gramatical. Essa recategorização de itens promovida pela gramaticalização demonstra que ela é um fenômeno que age na difusão da mudança lingüística e não em sua promoção, como intuído por alguns estudiosos de questões variacionistas. Se, como afirmado, o verbo pleno não é substituído pelo verbo auxiliar gramaticalizado, há de se assumir que, ao mesmo tempo em que o verbo pleno perde alguns de

seus semas para se tornar uma categoria funcional, ele também incorpora outros, o que aumenta o seu leque semântico e lhe assegura a sua permanência no léxico. A esse processo de expansão de semas de um verbo que lhe permite aumentar as suas funções de referenciação no âmbito do léxico, denominou-se lexicalização. Considerando-se o fato de que a gramaticalização resulta de uma expansão lexical que parte de usos mais concretos na direção de usos mais abstratos, sentiu-se a necessidade de se abordar, nesta pesquisa, os dois fenômenos lingüísticos, porque, ao mesmo tempo em que um item vai incorporando novos semas, tornando-se mais consistente do ponto de vista da possibilidade de referenciação lexical, ele também perde outros, o que lhe permite assumir funções gramaticais. As reflexões aqui realizadas proveram o alcance de que a gramaticalização e a lexicalização são fenômenos lingüísticos que se processam num *continuum* paralelo, porque se expandem em categorias distintas, mas que, de certa forma, relacionam-se, uma vez que a gramaticalização é um subconjunto originário da polissemia do item.

Empreender uma pesquisa acerca da gramaticalização de auxiliares parece uma proposta bastante ousada, principalmente se se considerar que este estudo deve resultar numa tese que, por sua natureza, exige originalidade no tratamento do tema. Consciente do desafio, iniciou-se a investigação visando a comprovar a hipótese já defendida por inúmeros estudiosos de que os verbos auxiliares são formas gramaticalizadas de verbos plenos. Os resultados obtidos comprovaram parcialmente essa assertiva, porque demonstraram também que, em alguns casos, as perífrases verbais resultam de uma gradação de gramaticalidade, ou seja, o verbo auxiliar não tramita diretamente do léxico via gramática, mas de um estágio menos gramatical, para um estágio mais gramatical. Vê-se, pois, que, a despeito de os estudos de gramaticalização e de auxiliarização recorrerem em inúmeros trabalhos lingüísticos, seu entendimento ainda não se encontra saturado, o que demanda novas investigações e, certamente, traz algumas contribuições. Mesmo os estudiosos de vanguarda mostraram-se cômicos acerca da complexidade do tema e da

conseqüente necessidade de sua retomada para uma análise mais exaustiva, conforme atestam as palavras de Pontes (1973) e de Ribeiro (1993):

Procuramos solucionar os problemas encontrados e acreditamos ter conseguido resolver a maior parte deles. Os que não tiveram resposta definitiva terão sido, pelo menos, suficientemente explicitados e **poderão abrir caminho para estudos posteriores.** (PONTES, 1973, p. 13) (grifo nosso)

As restrições observadas por Mattos e Silva quanto ao traço transitivo dos PtPs [participios passados] dos DSG [Diálogos de São Gregório] podem ser vistas como ocasionais, características de determinados documentos, mas não de outros. Infelizmente não temos dados que comprovem empiricamente esses fatos. **Fica aberta a questão para pesquisas futuras.** (RIBEIRO, 1993, p. 366) (grifo nosso)

Outro aspecto que justifica o empreendimento do estudo aqui proposto é o fato de boa parte das pesquisas até então desenvolvidas centrarem sua atenção na análise de auxiliares que co-ocorrem apenas com o participio passado. Pontes (1973) apresenta um estudo mais exaustivo que os demais autores consultados, chegando a separar os auxiliares em três grupos, conforme a forma finita selecionada e esboçando, dessa forma, um primeiro trabalho sobre a distribuição de alguns auxiliares. Contudo, ela se restringe a distribuí-los em grupos, mas não aponta as razões que determinaram a seleção taxionômica. Ribeiro (1993) também se dedicou ao estudo das formas *ter*, *haver* e *ser*, apoiando-se em estudos de Clark (1978), de Emonds (1978), de Mattos e Silva (1981/1987/1989/1990), de Ramat (1987), de Pollock (1989) e de Roberts (1992). Pode-se considerar que seu estudo traz um certo avanço em relação ao proposto por Pontes (1973), que, em virtude da tendência teórica da época, priorizou a sincronia. Ribeiro (*op. cit.*) inovou ao estudar os três auxiliares numa perspectiva diacrônica, mas delimitou sua análise à co-ocorrência dessas formas com o participio passado, os comumente chamados “tempos compostos” perfectivos. Campos (1998) foi mais uma autora que se dedicou ao estudo da auxiliarização,

contudo, optou por analisar a presença de elementos intervenientes entre o auxiliar e a forma principal numa perífrase como um instrumento para aferir o grau de gramaticalização desses auxiliares, não tecendo nenhum comentário acerca dos problemas levantados por este trabalho. Nesse sentido, o que esta pesquisa propôs vem complementar os estudos até então empreendidos, visando a contribuir com o conhecimento já construído. Acrescente-se a isso o fato de o estudo ora proposto abordar o fenômeno da gramaticalização de auxiliares numa perspectiva diacrônica, preocupando-se em delinear a regularidade do fenômeno. Cohen (1988) adverte para o fato de que, embora haja consenso quanto à identificação da natureza diacrônica da gramaticalização, nota-se uma predominância de estudos desse fenômeno numa perspectiva sincrônica, dado o “predomínio de uma atitude sincrônica dos lingüistas em relação à língua” (p. 43). Portanto, o estudo proposto contribui não apenas para o avanço do conhecimento da estrutura gramatical da linguagem, mas também para o aprimoramento dos trabalhos, principalmente de lingüística histórica românica.

Além dos pontos de relevância já elencados, cumpre ainda considerar que as pesquisas acerca da gramaticalização de itens na perspectiva aqui proposta são, relativamente, recentes e, como tais, ainda carentes de investigação. Há ainda que se precisar uma metodologia para estudá-los, pautando-se no fato de que os trabalhos até então desenvolvidos trouxeram-nos muitas contribuições, mas, como seus próprios pesquisadores admitem, mostram-se incipientes frente à extensão e à complexidade do fenômeno. Assim, mais uma contribuição que esta pesquisa agrega é o aprimoramento de métodos para se estudar um fenômeno lingüístico bastante produtivo na língua e até então pouco abordado numa perspectiva quantitativa. É recorrente entre os teóricos clássicos da gramaticalização a afirmativa de que os itens em processo de tramitação do léxico para a gramática ou de um estágio menos gramatical para outro mais gramatical tornam-se mais abstratos, porque perdem conteúdo nocional. Contudo, não existe ainda uma metodologia precisa

para se distinguir o que são valores concretos de um item e o que são seus valores abstratos. A necessidade de um tratamento mais científico aos dados obrigou este estudo a propor uma alternativa para esse impasse que, acredita-se, será providencial para os futuros pesquisadores.

Justificado o fato de se empreender um estudo sobre um tema relativamente já explorado, cumpre apresentar as questões que impulsionaram a pesquisa desenvolvida: (a) se a auxiliarização é um processo diacrônico resultante da gramaticalização, como admitido por inúmeros estudiosos, ela compreende estágios; em que estágio do processo de gramaticalização se encontram os verbos auxiliares prototípicos da Língua Portuguesa? (b) numa perífrase verbal, o auxiliar interfere na seleção da forma verbo-nominal com a qual ele co-ocorre ou é por ela selecionado? (c) que fatores determinam essa seleção? (d) que relação existe entre o processo de gramaticalização de uma forma verbal e o seu processo de (des)lexicalização? (e) em que período da história da Língua Portuguesa ocorreu a gramaticalização dos verbos auxiliares selecionados para o estudo? (f) qual das formas auxiliares estudadas iniciou primeiramente seu processo de gramaticalização na língua? (g) há um percurso similar entre as formas lexicais que passam a desempenhar funções gramaticais nas perífrases verbais ou o processo de gramaticalização dos auxiliares não é regular? (h) o verbo relacional e o verbo de conteúdo nocional são igualmente produtivos em termos de gramaticalização ou um se sobrepõe ao outro? (i) existe, em se tratando, de verbos auxiliares, concorrência de formas? (j) caso se identifique concorrência entre as formas auxiliares, estas podem figurar nos mesmos contextos sintáticos, variando apenas o grau de formalidade, ou se apresentam em distribuição complementar na língua?

Para a consecução da tarefa proposta, empreendeu-se uma pesquisa diacrônica de natureza quantitativa, visando a precisar a frequência das formas verbais *TER*, *HAVER*, *SER*, *ESTAR* e *IR*, nos períodos arcaico, moderno e contemporâneo da Língua Portuguesa. Tabulou-se também a frequência dos usos concretos e abstratos das formas verbais em estudo, relacionando-os à

expansão do processo de gramaticalização e analisaram-se os contextos sintáticos de cada uma das formas selecionadas para o estudo, com o intuito de averiguar o maior ou o menor grau de fixidez das formas gramaticalizadas. Para tal, embasou-se na perspectiva teórica proposta por Lehmann (1982), por Heine *et al* (1991), por Hopper e Traugott (1993), por Vianna (2000) e por Vitral (1996, 2004). Por fim, confrontaram-se os dados obtidos com os aspectos teóricos recorrentes na literatura acerca do fenômeno da gramaticalização e também da auxiliarização, buscando identificar pontos de intersecção e também possíveis dissidências, apresentando-se ainda suas respectivas interpretações.

Os resultados da pesquisa empreendida foram organizados e descritos ao longo de cinco capítulos. No primeiro deles, promoveu-se uma incursão pelo fenômeno da gramaticalização, traçando-se seu percurso histórico, definindo-se suas características e bases cognitivas e delimitando-se seus estágios. No segundo capítulo, apresentou-se uma resenha acerca do fenômeno da auxiliarização, definindo-lhe as classes, os princípios, bem como a sua função lingüística. Nesse capítulo, discorreu-se também sobre as características formais e funcionais dos tempos compostos do modo indicativo e do modo subjuntivo; confrontaram-se as categorias de tempo e de aspecto na língua, apresentando-se seus pontos de intersecção e suas especificidades; e descreveram-se os mecanismos formais de que a língua dispõe para expressar a categoria de aspecto. No terceiro capítulo, apresentou-se uma descrição minuciosa da metodologia adotada para a realização da pesquisa, caracterizando-se os *corpora* e definindo-se os critérios adotados para nortear a análise empreendida. Os resultados obtidos foram apresentados e discutidos no quarto capítulo, obedecendo-se aos critérios propostos no capítulo terceiro. Tais resultados foram confrontados com a literatura clássica referente ao fenômeno da gramaticalização, analisando-se a relação de pertinência entre os dados empíricos e o arsenal teórico já construído, fato que permitiu não só a comprovação de teorias já vigentes como também a elucidação de questões até

então obscuras ou ainda não respondidas numa perspectiva diacrônica. Já as implicações teóricas dos dados obtidos, bem como das análises realizadas foram pontuadas no quinto capítulo, espaço em que o leitor irá se deparar com a condensação das principais questões teóricas construídas a partir de uma acurada reflexão. Há de se adverti-lo para o fato de que enquanto algumas delas endossam teorias já vigentes, outras as refutam, não faltando aquelas que se apresentam como contribuições inéditas para a área acadêmica.

Por fim, elaborou-se um apêndice com o intuito de fornecer ao leitor um contato, ainda que limitado, com os *corpora* analisados. Nessa parte do trabalho, elencou-se um excerto ilustrativo de cada um dos valores semânticos identificados para cada um dos itens verbais analisados ao longo dos períodos arcaico, moderno e contemporâneo da língua. Com a adoção desse procedimento, espera-se ter facultado ao leitor a possibilidade de atualizar o conjunto de semas das formas verbais estudadas, o que vem contribuir também para os estudos semânticos da língua(gem).

CAPÍTULO 1

O FENÔMENO DA GRAMATICALIZAÇÃO

Os trabalhos empreendidos por diversos lingüistas ao longo de toda a trajetória dos estudos acerca da língua(gem), independentemente da corrente teórica a que se filiam e a despeito de enormes divergências, encontram um ponto de interseção no que tange a admitir o caráter dinâmico das línguas vivas e seu constante processo de variação e mudança. Ainda que o pai da Lingüística moderna, em virtude dos métodos disponíveis na época, tenha contemplado estudos de natureza mais sincrônica, os trabalhos de cunho histórico têm se mostrado bastante eficientes na tentativa de explicar os fenômenos variacionistas da língua(gem). Desde os neogramáticos, registra-se uma preocupação dos estudiosos em desvendar os processos diacrônicos responsáveis pela criação e ou alteração de funções dos vocábulos de uma língua. Naquela época, acreditava-se que a analogia fosse o principal fenômeno responsável não só pela criação de novas palavras, mas também suficiente para explicar o fato de determinados itens passarem, com o tempo, a desempenhar outras funções na língua. Contudo, a intuição de alguns lingüistas fê-los perceber que apenas fatores analógicos mostravam-se insuficientes para explicar toda a complexidade da mudança lingüística. Passou-se, dessa feita, a reflexões mais acuradas, visando a identificar um outro fenômeno lingüístico que pudesse explicar empiricamente algumas questões variacionistas para as quais a analogia não encontrava respostas. Nesse cenário, surgem as primeiras centelhas da gramaticalização, cujo percurso histórico será sucintamente descrito a seguir.

1.1 OS PRECURSORES DA GRAMATICALIZAÇÃO

A despeito de os estudos sistematizados sobre o percurso de gramaticalização de formas lingüísticas estarem bastante em voga na contemporaneidade, a preocupação com a tramitação de itens de uma categoria a outra é bastante antiga entre os lingüistas e remonta ao século onze. Heine *et al* (1991) atribuem a estudiosos orientais o mérito por suscitarem os primeiros lastros de gramaticalização. Segundo esses autores, “desde o século décimo, escritores chineses têm estabelecido distinção entre símbolos lingüísticos plenos e vazios”.¹ (p. 5, tradução nossa) Harbsmeier (1979) endossa essa informação e acrescenta que Zhou Bo-qi, representante da dinastia Yuan (1271-1368), já defendia o postulado de que todos os símbolos vazios eram historicamente oriundos dos símbolos plenos. Heine *et al* (*op. cit.*) advertem, contudo, que o interesse pela gramaticalização, tal como é concebida hoje, só surgiu no século XVIII, quando eruditos como os filósofos franceses Etienne Bonnot de Condillac e Jean Jacques Rousseau argumentaram que tanto a complexidade gramatical quanto a abstração vocabular são diacronicamente derivadas de lexemas concretos. A paternidade científica desse fenômeno lingüístico é atribuída a um contemporâneo de Condillac, J. Horne Tooke, para quem “o ‘segredo’ das palavras encontra-se em sua etimologia”.² (HEINE *et al*, 1991, p. 5, tradução nossa) A noção chave para atribuir-lhe o pioneirismo nos estudos de gramaticalização apareceu primeiramente em estudos datados de 1786 e de 1805, os quais só foram publicados pela primeira vez em 1857. Nesses estudos, Tooke considerava que os verbos e os nomes constituíam as classes

¹ “since the tenth century, Chinese writers have been distinguishing between ‘full’ and ‘empty’ linguistic symbols” (HEINE *et al*, 1991, p. 5)

² “the ‘secret’ of words lies in their etymology” (HEINE *et al*, 1991, p. 5)

do discurso por excelência, enquanto as demais classes resultavam, segundo ele, de uma “mutilação” das palavras essenciais.

Hopper e Traugott (1993) não fazem referência aos estudiosos supramencionados. De acordo com informações cotejadas em sua obra, as especulações mais elaboradas acerca das origens da gramática e, conseqüentemente, da gênese das formas gramaticais são atribuídas a Humboldt (1767-1835), um filósofo humanista alemão, que, em 1822, defendeu a seguinte tese: “a estrutura gramatical das línguas humanas era precedida por um estágio evolucionário da linguagem em que apenas as idéias concretas poderiam ser expressas”.³ (HOPPER E TRAUGOTT, 1993, p. 18, tradução nossa) Nesse postulado, percebe-se a sugestão de que “a gramática se desenvolveu a partir de estágios distintos de colocação das idéias concretas”.⁴ (HUMBOLDT, 1825 *apud* HOPPER E TRAUGOTT, 1993, p. 18, tradução nossa). É possível antever, na tese de Humboldt, a tradicional relação entre gramática e estruturas cognitivas, já identificada em Aristóteles (384-322 a.C.) e hoje sedimentada pelos estudos da área da cognição. Argumentando em favor de sua tese, o autor em tela propõe a existência de quatro estágios, os quais estão intimamente associados à tipologia de linguagem que imperava nas primeiras décadas do século XIX: (a) no primeiro estágio, denominado de pragmático – termo aqui concebido no sentido cunhado por Givón (1979) –, apenas as coisas são denotadas; (b) no segundo estágio, registra-se a oscilação de algumas palavras entre o sentido concreto e o gramatical, assumindo um valor funcional; (c) num terceiro momento, essas palavras funcionais buscam apoiar-se em palavras concretas, correspondendo, modernamente, ao que se chama de cliticização; e, (d) num quarto momento, verifica-se a fusão desses pares aglutinantes em um único vocábulo. Já é possível vislumbrar, nos

³ “the grammatical structure of human languages was preceded by an evolutionary stage of language in which only concrete ideas could be expressed.” (HOPPER E TRAUGOTT, 1993, p. 18)

⁴ “grammar (...) evolved through distinct stages out of the collocation of concrete ideas.” (HUMBOLDT, 1825 *apud* HOPPER E TRAUGOTT, 1993, p. 18)

quatro estágios propostos por Humboldt, o ciclo de gramaticalização elaborado posteriormente por Lehmann (1982) e que será apresentado adiante. Semelhante raciocínio é também identificado nas idéias de August Schleicher, um neogramático que, operando com idéias pré-darwinistas, concebia as línguas como “organismos naturais” dotados de vida. Segundo informações fornecidas por Bynon (1986), ele defendia o postulado de que a “vida” das línguas se dividia em duas fases sucessivas: “um período pré-histórico de ‘crescimento’ durante o qual elas desenvolviam estruturas cada vez mais complexas e uma fase histórica subsequente durante a qual essas estruturas complexas decaíam⁵.” (p. 131, tradução nossa) As idéias propostas por Schleicher sofreram influência não apenas das ciências naturais, mas também dos filósofos Humboldt e Hegel. Assim, ele defendia a existência de um sistema lingüístico natural baseado na mesma ordem ascendente de complexidade das palavras proposto por Humboldt (1825). O que havia de original na proposta de Schleicher era o fator inclusivo desse sistema, já que, conforme informação de Bynon (1986), “as transições entre os tipos adjacentes eram sistemáticas no sentido de que ‘cada classe mais alta inclui e substitui as estruturas das classes subsequentes a ela⁶.’” (p. 133, tradução nossa)

Uma explicação genuína para a origem das formas gramaticais é ainda legado de outro lingüista alemão, um neogramático chamado Georg von der Gabelentz (1891). Ele articulou muitas das primeiras idéias acerca da gramaticalização, ao sugerir que ela é o resultado de duas tendências rivais – uma tendência que converge para a articulação e outra que converge para a dispersão – e que tal fenômeno lingüístico não constitui um processo linear, mas cíclico. Gabelentz (*apud* HOPPER e TRAUGOTT, 1993) observa que o processo de recriação de formas

⁵ “(...) a prehistoric period of ‘growth’ during which they develop increasingly complex structures and a subsequent historical phase during which these complex structures ‘decay’.” (BYNON, 1986, p. 131)

⁶ “(...) the transitions between adjacent types were systematic in the sense ‘that each higher class includes and supersedes the structures of the classes below it.’” (BYNON, 1986, p. 133)

gramaticais é recorrente na língua e que as condições para que esse ciclo recorra são inerentes à linguagem.

Como se vê, no final do século XIX, uma clara tradição nos estudos acerca da gramaticalização já estava estabelecida, faltando apenas ser cunhado o nome para tal fenômeno. Coube a um lingüista francês cujo nome é Antoine Meillet (1948 [1912]) o reconhecimento por empregar, pela primeira vez, o termo *gramaticalização* para designar a atribuição de um caráter gramatical a um termo anteriormente autônomo, e também por ser o primeiro a atribuir a esse fenômeno um papel central na teoria da mudança lingüística. Meillet reconheceu a importância da primeira geração de lingüistas indo-europeístas ao afirmar que estes especularam bastante sobre as origens das formas gramaticais, mas alertou para o fato de que os resultados por eles obtidos são aleatórios e não confiáveis, já que o que está em questão numa perspectiva lingüística mais científica não são as origens das formas gramaticais, mas suas transformações. Segundo ele, apenas a inovação analógica e a atribuição de caráter gramatical são capazes de constituir novas formas gramaticais. Posteriormente, postulou o primado da gramaticalização sobre a analogia, ao afirmar que esta apenas pode operar quando um núcleo de formas já tenha emergido, descartando a possibilidade de ela constituir uma fonte primária de novas formas gramaticais.

O fenômeno da analogia, como já ventilado, foi bastante explorado e mereceu um lugar central no âmbito dos estudos fonéticos empreendidos ao longo do século XIX pelos neogramáticos. Tais estudiosos

formularam uma teoria na qual se assumiu que as mudanças fonéticas tinham um caráter de absoluta regularidade e, portanto, deveriam ser entendidas como leis que não admitiam exceções (as chamadas *leis fonéticas*). As aparentes exceções eram atribuídas à intervenção de um processo gramatical denominado *analogia*, pelo qual elementos da língua tenderiam a ser regularizados por força de paradigmas estruturais hegemônicos. (FARACO, 2005, p. 51-52)

Nos trabalhos dedicados a compreender a estrutura sonora da língua(gem), conforme se depreende da citação acima, a analogia assumiu um papel retificador, uma vez que a ela coube a atribuição de interferir no plano fônico, visando a assegurar a regularidade das mudanças lingüísticas desencadeadas, caso estas, por algum motivo, tendessem a romper determinados padrões gramaticais. Semelhante função coube também a ela no processo de expansão das formas gramaticais, fato que permitiu que os estudiosos do assunto a considerassem, ao lado da gramaticalização, responsável pela mudança de itens lexicais em gramaticais. Era, pois, a analogia que operava sobre os elementos de um determinado paradigma com vistas a fazer com que todos exibissem os mesmos comportamentos estruturais. Meillet (1948 [1912]), contudo, reconheceu a importância reguladora de tal fenômeno, mas não o considerou capaz de criar novas formas gramaticais, já que seu papel é de difusora da mudança e não de desencadeadora. Por esse motivo é que, na concepção desse lingüista francês, a gramaticalização se sobrepõe à analogia na criação de novas formas gramaticais.

Após Meillet, foram principalmente os indo-europeístas que se dedicaram aos estudos da gramaticalização. A tendência lingüística dominante foi fortemente influenciada por trabalhos de natureza sincrônica, relegando os estudos de natureza histórica – dentre eles a gramaticalização – a segundo plano. Provavelmente, os únicos estudos significativos a respeito do tema nesse período foram conduzidos por Kurylowicz (1964 e 1965) e por Calvert Watkins (1964), que se desviaram do paradigma teórico dominante. Contudo, seus trabalhos só foram difundidos quase que exclusivamente entre outros indo-europeístas.

Em 1968, um discípulo de Meillet, Émile Benveniste, julgou pertinente retomar o que seu mestre tinha proposto acerca da gramaticalização de verbos auxiliares a partir de verbos plenos,

cunhando o termo *auxiliarização* para se referir ao processo que constitui o objeto de estudo deste trabalho.

Visando a contestar a autonomia da teoria sintática proposta pelos gerativistas na década de setenta, Givón (1971), influenciado pela linha teórica proposta por Humboldt (1822), contribuiu para o crescimento do interesse em torno da pragmática, dispensando atenção especial às mudanças previsíveis das línguas. Tratava-se de um estudo de natureza funcionalista, que imputava as mudanças lingüísticas não a fatores inerentes ao sistema lingüístico, mas às pressões do uso. Assim, sedimentava-se uma nova perspectiva para o estudo desse fenômeno, que passava a ser analisado também do ponto de vista sincrônico. Contemporaneamente, a gramaticalização é concebida e investigada, então, sob essas duas perspectivas, conforme atestam Hopper e Traugott (1993):

A gramaticalização tem sido estudada sob duas perspectivas. Uma delas é histórica, investigando as fontes das formas gramaticais e o percurso típico de mudança que as afeta. Dessa perspectiva, a gramaticalização é normalmente concebida como um subconjunto de mudanças lingüísticas por meio do qual um item lexical, em certos usos, torna-se um item gramatical, ou por meio do qual um item gramatical se torna mais gramatical. A outra perspectiva é mais sincrônica, considerando a gramaticalização como um fenômeno primariamente sintático, discursivo e pragmático, a ser estudado a partir do ponto de vista dos fluidos padrões do uso lingüístico⁷. (p. 2, tradução nossa)

A despeito de a gênese da gramaticalização associar-se à perspectiva funcionalista de conceber a língua(gem), atualmente existe uma tentativa de estudá-la também sob a perspectiva formalista, buscando-se precisar as (ir)regularidades do fenômeno do ponto de vista do sistema.

Nessa perspectiva, uma abordagem diacrônica faz-se necessária, para que a comparação entre o

⁷ “Grammaticalization has been studied from two perspectives. One of these is historical, investigating the sources of grammatical forms and the typical pathways of change that affect them. From this perspective, grammaticalization is usually thought of as that subset of linguistic changes through which a lexical item in certain uses becomes a grammatical item, or through which a grammatical item becomes more grammatical. The other perspective is more synchronic, seeing grammaticalization as primarily a syntactic, discourse pragmatic phenomenon, to be studied from the point of view of fluid patterns of language use”. (HOPPER e TRAUGOTT , 1993, p. 2)

comportamento do item em estudo ao longo do tempo permita o alcance de abstrações e de generalizações acerca da permissividade e da previsibilidade do sistema. Cabe aqui mencionar os trabalhos empreendidos por Lightfoot (1979, 1991), por Clark e Roberts (1993 *apud* ROBERTS (2001)) e também por Roberts (2001), que visam a estudar as mudanças sintáticas sob a égide da teoria gerativa proposta por Chomsky (1995, 1998). No Brasil, Vitral (1996, 2004), Ramos (1997) e Vitral e Ramos (1999) também vêm se dedicando ao estudo desse fenômeno na linha formalista de se conceber os fenômenos lingüísticos. Desde 2000, Vitral vem buscando, a partir da análise de itens em processo de gramaticalização, estabelecer uma metodologia quantitativa capaz de explicar a sistematicidade do processo.

1.2 O CONCEITO DE GRAMATICALIZAÇÃO

(1) João *tem* muitos amigos, mas, ainda assim, *tem se sentido* muito sozinho ultimamente.

Definir o estatuto de *ter* no enunciado acima constitui tarefa menos árdua que decidir se suas duas ocorrências constituem termos homófonos ou polissêmicos, principalmente porque não há um consenso entre os lingüistas no que se refere a precisar a relação entre os vários sentidos de uma mesma forma. Defender que dois termos quaisquer são homófonos significa admitir que possuem etimologias diferentes, mas que, no percurso histórico, sofreram alterações fonéticas responsáveis por assegurar a equivalência sonora e manter a diferença de significado. Apostar na

polissemia implica admitir a existência de vários semas que se atualizam em função do contexto. Partindo do pressuposto de que a origem das formas verbais destacadas em (1) é a mesma, acredita-se, como será desenvolvido adiante, estar-se frente a um fenômeno de polissemia, oriundo do processo de gramaticalização que originou a forma auxiliar a partir da forma plena do verbo.

Essa divergência de concepção entre polissemia e homonímia, contudo, encontra um ponto de articulação no que tange à promoção da ambigüidade da forma. Hopper e Traugott (1993) ponderam que

é largamente reconhecido que uma forma pode ser ambígua tanto porque possui dois ou mais sentidos não relacionados associados a ela (homonímia) quanto porque possui dois ou mais sentidos afins associados a ela (polissemia).⁸ (p. 70, tradução nossa)

Segundo os autores supracitados, definir essa relação semântica só se torna possível, recorrendo-se a estudos de cunho diacrônico. Assim, o critério recomendado para separar a homonímia da polissemia seria o fator histórico: “a ausência de relação histórica provém evidências de que eles [os termos ambíguos] são homônimos”⁹, enquanto que “a relação histórica provém evidência de que eles são polissêmicos.”¹⁰ (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 71, tradução nossa)

Esboçada uma teoria que sustente a opção por considerar as formas em processo de gramaticalização – ou mesmo já gramaticalizadas – como casos de polissemia, faz-se mister definir o fenômeno da gramaticalização, tomando por sustentáculo a concepção de lingua(gem)

⁸ “it is now widely recognized that one form can be ambiguous either because it has two or more unrelated meanings associated with it (homonymy), or because it has two or more related meanings associated with it (polysemy)” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 70)

⁹ “lack of historical relatedness provides evidences that they [ambiguous terms] are homonymous” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 71)

¹⁰ “historical relatedness provides evidence that they are polysemous”. (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 71)

que norteia o presente estudo. Ainda que Meillet (1948 [1912]) tenha pontuado que as motivações para a gramaticalização são de cunho funcional, e muitos estudos contemporâneos concebiam-na nessa perspectiva teórica, existe também, como já mencionado, uma proposta de estudá-la no quadro teórico da sintaxe formal, buscando-se identificar as (ir)regularidades desse fenômeno no sistema lingüístico (cf. Lightfoot (*op. cit.*), Clark (*op. cit.*), Roberts (*op. cit.*), Vitral e Ramos (*op. cit.*)). No quadro teórico formalista, um dos critérios centrais para se distinguirem as categorias é a (in)capacidade de atribuição de papel temático. Com base nesse critério, distinguem-se dois tipos de categorias: as lexicais e as funcionais. As categorias lexicais – N(nome), V(verbo), A(adjetivo) e P(preposição) – caracterizam-se por sua propriedade de atribuir papel temático. Já as categorias funcionais – C(complementizador), I(flexão), D(determinante) e Aux (Auxiliar), embora os estudos gerativistas clássicos não concebiam o Auxiliar como uma categoria funcional, o presente estudo defende a pertinência de tal categorização – são licenciadoras de sintagmas, mas não podem atribuir papel temático. Essa distinção adotada pela corrente formalista tem sua origem na observação de exemplos de gramaticalização centrais e prototípicos, que são reconhecidos pela maioria dos lingüistas. É habitualmente aceito que as palavras de todas as línguas podem ser subdivididas em dois grandes grupos, quais sejam: (a) o das palavras de conteúdo, também chamadas de itens lexicais e (b) o das palavras funcionais, denominadas de itens gramaticais. As palavras de conteúdo são aquelas usadas para designar coisas, ações e qualidades. Já as palavras gramaticais desempenham um papel estruturador na língua, estabelecendo relações entre palavras e entre orações ou referindo-se aos participantes e entidades do discurso, posicionando-se em relação a eles. Estudos históricos têm demonstrado que as palavras funcionais nada mais são que extensões das palavras lexicais.

Apesar de bem delimitadas, essas categorias não são estanques, tampouco constituem um sistema fechado na língua. Pode ocorrer de determinada forma lingüística, em virtude de fatores pragmáticos e/ou funcionais – já que o quadro teórico formalista não desconsidera o caráter funcionalista da gramaticalização –, vir a mudar de categoria na língua. A esse processo de tramitação de categoria lexical em categoria funcional, Vitral (1996) e Roberts (2001) denominam de *gramaticalização*. No estudo que ora se propõe, endossa-se a hipótese de que há, no estágio inicial do processo, um verbo pleno capaz de atribuir papel temático – e, portanto, pertencente à categoria lexical – e que começa a assumir, paulatinamente, usos mais abstratos na língua até passar a funcionar como verbo auxiliar. Entretanto, a clássica distinção entre concreto e abstrato constitui, de certa forma, um entrave para o desenvolvimento da teoria da gramaticalização. Na verdade, tal impasse se deve à dificuldade em se estabelecer, de forma precisa, as fronteiras entre concreto e abstrato, conceitos filosóficos que lidam com delicadas questões semânticas. Considerando-se essa limitação teórica, será apresentada, adiante, uma proposta de classificação de usos concretos e abstratos justificada pela existência de conceitos conturbados e até mesmo contraditórios para caracterizar os referidos termos.

Como sinaliza a hipótese apresentada, o presente estudo apóia-se na tese de que um elemento da categoria lexical V gramaticaliza-se em verbo auxiliar, tramitando para a categoria funcional, argumento que justifica a proposta de se incluir o Auxiliar no rol da categoria funcional. Nem sempre, contudo, os itens lexicais passam a desempenhar funções gramaticais. Pode ocorrer, por exemplo, de tais palavras, em virtude de questões culturais e/ou pragmáticas, incorporarem novas acepções lexicais. Nesse caso, registra-se uma expansão no léxico e diz-se que houve uma *lexicalização*. Segundo Marques (1999 [1990]), esse fenômeno decorre da transferência de sentidos metafóricos proporcionada por semelhanças mentais que se estabelecem entre o sentido de origem e o sentido novo. Assim, “*onda* ‘ porção de água do mar, lago ou rio que se eleva’, ‘

grande afluxo de líquido’, passa a ter novos significados associados: ‘grande quantidade’, ‘intensidade’, ‘confusão’, ‘agitação’, ‘simulação’ etc.” (MARQUES, 1999, p. 29) Pode ocorrer também de um elemento outrora gramatical “perder suas restrições gramaticais, sobretudo de ordenação vocabular, e assumir restrições de caráter pragmático e interativo.” (MARTELOTTA, VOTRE e CAZARIO, 1996, p. 60) Nesse caso, está-se diante de um fenômeno denominado de *discursivização*, por referir-se à tramitação de um item da gramática para o discurso. É o que ocorre, por exemplo, com o vocábulo *aqui* em enunciados como “Aqui, cê num conseguiu arrumar o dinheiro não?”. Nesse contexto, o *aqui* não foi empregado para cumprir a função gramatical de elemento dêitico que lhe é peculiar, mas para marcar uma estratégia interativa empregada pelo enunciador com vias a se dirigir ao seu interlocutor.

1.2.1 CARACTERÍSTICAS DA GRAMATICALIZAÇÃO

Ao se gramaticalizar, uma forma lingüística sofre algumas modificações, que passam a constituir evidências empíricas de um processo de gramaticalização. A primeira delas é concernente à alteração semântica. O item em processo de gramaticalização sofre uma perda gradual de seu conteúdo nocional, o que se faz acompanhar por uma incorporação de conteúdo gramatical. Assim, registra-se uma redução de seus usos concretos e uma conseqüente ampliação de seus usos abstratos, o que acaba por provocar a polissemia do termo. Em (1), a forma plena do verbo *ter* (*tem* muitos amigos) denota uma posse inalienável, que já é um uso mais abstrato que aquele que denota posse alienável. Já sua forma gramaticalizada de auxiliar do verbo *sentir* (*tem-*

se sentido muito sozinho) foi completamente esvaziada de seu valor semântico de posse, incorporando valores gramaticais responsáveis por marcar o tempo, o número e o aspecto verbais.

Concomitantemente à ampliação de seus valores semânticos e conseqüente polissemia, o termo em processo de gramaticalização torna-se mais freqüente, já que passa, progressivamente, a desempenhar funções tanto lexicais quanto gramaticais. Assim, o aumento da freqüência do item constitui outra evidência empírica de que existe um processo de gramaticalização instaurado. Bybee e Pagliuca (1985) observam que, ao contrário do que possa parecer, as formas lingüísticas não são recrutadas pela gramaticalização por serem muito freqüentes e de usos mais gerais, mas que seus usos tendem a crescer quando se submetem a esse processo. Assim, pode-se afirmar que a recorrência do item é uma conseqüência do processo e não um motivador para que ele se instaure.

Outra evidência empírica da gramaticalização é a redução de material fônico. Existe uma tendência lingüística que favorece a redução da carga sonora do item numa relação de proporcionalidade com o aumento de sua freqüência. Segundo Bybee e Pagliuca (1985), “à medida que os sentidos se generalizam e os domínios dos usos se expandem, a freqüência aumenta e isso conduz automaticamente à redução fonológica e possível fusão¹¹.” (p. 72, tradução nossa) Cumpre ressaltar, entretanto, que nem todos os itens em processo de gramaticalização sofrem redução fônica, pois esta é determinada não apenas pela freqüência do uso, mas também pelas características fonéticas do item. Assim, se se trata de um item monossilábico e tônico, é pouco provável que haja perda de material fônico. Alguns estudiosos atribuem essa tendência da língua a um princípio de economia, segundo o qual o falante tende a reduzir, naturalmente, o material fônico dos itens que emprega com mais freqüência. Meillet

¹¹ “as the meaning generalizes and the range of uses widens, the frequency increases and this leads automatically to phonological reduction and perhaps fusion.” (BYBEE e PAGLIUCA, 1985, p. 72)

(1948 [1912]) atribuiu esse fenômeno da redução da carga sonora do item a um desgaste natural do uso e o considerou um dos fatores desencadeadores do processo de gramaticalização, fato contestado por estudiosos contemporâneos como Bybee e Pagliuca (1985), por exemplo.

Às evidências supracitadas, deve-se agregar ainda a redução dos contextos sintáticos em que o item pode ocorrer. Esta evidência engloba duas outras: o aumento da previsibilidade de uso e a fixidez da posição contextual em que o item pode figurar. Isso acontece porque, à medida que o item vai se tornando mais gramatical, ele torna-se também mais regular, pois passa a sofrer as restrições impostas pela gramática. Como já sinalizara Humboldt (1822), as palavras gramaticais possuem um paradigma mais restrito que as palavras lexicais porque estão sujeitas às pressões cognitivas.

As características da gramaticalização aqui dispostas podem ser condensadas nas palavras de Heine e Reh (1984), para quem

quanto mais uma unidade lingüística dada se submete ao processo de gramaticalização, a) mais ela perde em complexidade semântica, em significado funcional, e/ou em valor expressivo; b) mais ela perde em significado pragmático e ganha em significado sintático; c) mais reduzido se torna o número de membros pertencentes ao mesmo paradigma morfossintático; d) mais sua variabilidade sintática se reduz, isto é, mais a sua posição dentro da sentença se torna fixa; e) mais seu uso se torna obrigatório em certos contextos e agramatical em outros; f) mais ela coalesce semanticamente, morfossintaticamente, e fonologicamente com outras unidades; g) mais ela perde em substância fonética¹². (p. 67, tradução nossa)

¹² “the more grammaticalization processes a given linguistic unit undergoes, a) the more it loses in semantic complexity, functional significance, and/or expressive value; b) the more it loses in pragmatic and gains in syntactic significance; c) the more reduced is the number of members belonging to the same morphosyntactic paradigm; d) the more its syntactic variability decreases, that is, the more its position within the clause becomes fixed; e) the more its use become obligatory in certain contexts and ungrammatical in others; f) the more it coalesces semantically, morphosyntactically, and phonetically with other units; g) the more it loses in phonetic substance. (HEINE e HEH, 1984, p. 67)

1.2.2 CICLO DE GRAMATICALIZAÇÃO

Como já pontuado (cf. 1.2.1), ao se gramaticalizar, um item passa por um processo crescente de abstraticidade que compreende dois estágios: um nocional e outro formal. Isso porque, em sua trajetória do léxico para a gramática, o item, que anteriormente possuía um conteúdo nocional, ao adquirir características gramaticais, em virtude das coerções que essa aquisição implica, vai se tornando menos referencial e mais formal, uma vez que perde referentes extralingüísticos para adquirir significados pragmáticos ou gramaticais. Assim, ele deixa, progressivamente, de referir-se a entidades do mundo empírico (+ concreto), para exprimir conteúdo gramatical (+ abstrato). A partir dessas observações, muitos lingüistas, conforme atestam Hopper e Traugott (1993), defendem a existência de um ciclo que sintetiza o fenômeno da gramaticalização, esboçado da seguinte forma:

item lexical > palavra gramatical > clítico > afixo flexional

Nessa perspectiva cíclica, a gramaticalização é entendida como um processo unidirecional, que se desenvolve sempre da esquerda para a direita numa escala gradual de abstração, já que os itens dispostos à esquerda são mais concretos e menos gramaticais que os itens dispostos à direita. Logo, quanto mais à esquerda o item é categorizado nesta escala, menos gramatical ele é e menor também é a sua regularidade ou previsibilidade. Em contrapartida, à medida que o processo avança e ele passa a ser categorizado mais à direita na escala, aumenta o seu grau de gramaticalidade e, conseqüentemente, a sua regularidade. Pode-se dizer, então, que

os dois primeiros estágios definem a natureza do item, enquanto os dois últimos estabelecem a sua forma.

Comparando essa escala de gramaticalização aos estágios propostos por Humboldt (1822), percebe-se uma grande semelhança entre eles: o primeiro estágio, em que apenas as coisas são denotadas, corresponde às palavras de conteúdo nocional, aos itens lexicais propriamente ditos; o segundo estágio corresponde à passagem de item lexical a gramatical; o terceiro estágio retrata a fase da cliticização, enquanto a fusão dos itens aglutinantes em um único vocábulo, ocorrida no quarto estágio, representa a última etapa do processo, quando o item se gramaticaliza em afixo flexional, tornando-se uma forma presa. Assim, como corroboram Martelotta, Votre e Cazario (1996), a gramaticalização envolve a conversão de formas livres e autônomas em formas presas e dependentes.

1.2.3 AS BASES COGNITIVAS DA GRAMATICALIZAÇÃO

Dentre as várias questões controversas no tocante à aquisição da linguagem, está aquela que busca explicar o modo como o ser humano adquire as propriedades semânticas de sua língua, sendo capaz de operar intuitivamente com as estruturas, visando a obter as diversas nuances de sentido. Para um grupo expressivo de semanticistas, o significado não é puramente lingüístico, mas cognitivo, uma vez que a linguagem articulada é concebida como uma manifestação superficial da nossa estruturação cognitiva. Esses estudiosos acreditam que, num estágio inicial, o pensamento opera apenas com conceitos adquiridos pelo contato com o mundo concreto. À

medida que se desenvolve cognitivamente, o ser humano adquire a habilidade de lidar com conceitos mais abstratos, cujo sentido é alcançado por um processo de extensão de significados mais concretos. A esse processo cognitivo de extensão de significados mais concretos para usos mais abstratos, dão o nome de metáfora, assim o definindo: “processo cognitivo que permite mapearmos esquemas, aprendidos diretamente pelo nosso corpo, em domínios mais abstratos, cuja experimentação é indireta.” (OLIVEIRA, 2001, p. 36)

Esse mesmo processo metafórico que sustenta as operações cognitivas encontra-se, segundo a maioria dos estudiosos do tema, na base da gramaticalização. São esses processos metafóricos que constituem o tópico da próxima subseção. Antes, porém, de se discorrer sobre eles, torna-se necessário tecer algumas considerações acerca dos polêmicos conceitos de concreto e de abstrato, tão importantes não apenas para o entendimento dos processos metafóricos, mas também do fenômeno da gramaticalização.

1.2.3.1 SOBRE AS NOÇÕES DE CONCRETO E DE ABSTRATO

A gênese da gramática tradicional está radicada na Filosofia, berço comum das ciências, e na Lógica. Segundo Mattos e Silva (2002),

foram os estóicos que começaram a delinear a fundamentação da gramática tradicional, a partir do que chamaram etimologia. Procuraram não só discutir o problema filosófico da origem da linguagem, mas também das *regularidades na língua*, ou, na metalinguagem da época, da *analogia*. Entretanto ainda a gramática não se distinguia da filosofia e da lógica. (MATTOS E SILVA, 2002, p. 17)

Também para Kristeva (1969), a gramática grega, que forneceu os princípios fundamentais norteadores dos estudos lingüísticos até a contemporaneidade, não é senão uma ciência normativa abstraída da Filosofia. De acordo com esta pesquisadora, “embora cada época e cada tendência tenha decifrado (*sic*) à sua maneira os modelos legados pelos Gregos, as conceptualizações fundamentais da linguagem, tal como as classificações de base, permaneceram constantes.” (KRISTEVA, 1969, p. 149) Isso justifica o cunho filosófico impregnado à enorme gama dos termos nucleares de nossas gramáticas normativas, dentre os quais se delimitam as noções de *concreto* e de *abstrato* por subsidiarem o objeto de interesse do presente estudo.

Registra-se, desde os gregos, uma tentativa de conceituar tais termos tomando por parâmetro a noção de referência, concebida, naquela época, como exterior à linguagem, segundo atestam estas palavras de Kristeva (1969): “o pensamento grego entende a linguagem como um sistema formal, distinto de um exterior significado por ela (o real), e constituindo em si mesma um domínio próprio, um objeto de conhecimento particular, sem se confundir com o seu exterior material”. (p. 151-152) Tomando por princípio essa concepção de linguagem e de referenciação, convencionou-se considerar concretos todos os nomes que apresentassem a capacidade de remeter a um referente no mundo empírico, enquanto que aqueles que não dispusessem de tal propriedade seriam elencados no rol dos nomes abstratos.

A preocupação com tais conceitos é tão antiga que já pode mesmo ser identificada entre os grandes pensadores clássicos. Platão (427 a.C) defendia a existência de dois mundos: o *mundo sensível*, mundo no qual se vive, constituído de formas, e o *mundo das idéias*, constituído de essências. Percebe-se nessa distinção proposta pelo filósofo as origens das clássicas distinções aplicadas aos termos *concreto* e *abstrato* nas quais se associam comumente a concretude ao sensível, ao experiencial e a abstração ao imaterial. Segundo Platão, as coisas do mundo sensível eram imperfeitas e irreais e qualquer conhecimento baseado na experiência seria imperfeito,

incompleto. Assim, na visão desse idealista, apenas a razão possibilitaria o verdadeiro conhecimento. Aristóteles (384-322 a.C), discípulo de Platão, apesar de manter os princípios universais de seu mestre, era defensor da tese de que o conhecimento pode ser alcançado pelo exame das coisas concretas, presentes em nosso mundo.

Outro pensador que também discorreu sobre as questões de *concreto* e de *abstrato* foi o filósofo medieval¹³ Guilherme de Ockham (nascido entre 1280 e 1300 no vilarejo de Ockham, na Inglaterra), para quem os universais propostos por Platão e preservados por Aristóteles não passavam de palavras e definições. Segundo ele, o mais importante era o concreto, o palpável, o passível de experimentação. O conhecimento deveria, pois, nascer dos sentidos, da experiência. Em sua obra *Lógica dos termos*, escrita entre 1324 e 1328, o filósofo adverte o leitor para o fato de que a discussão por ele proposta em torno dos termos *concreto* e *abstrato* não se pretende exaustiva, tampouco suficientemente aprofundada a ponto de não suportar mais nenhum acréscimo. Já é possível cotejar, nas explanações do pensador, uma infinidade de conceitos que, por vezes, soam contraditórios, o que parece justificar a dificuldade que os próprios gramáticos e lingüistas apresentam para conceituá-los.

A primeira tentativa de distinção entre os termos proposta por Ockham (1999 [1324-1328]) apóia-se em critérios associados estritamente à forma dos vocábulos: “o concreto e o abstrato são nomes que têm uma raiz comum, mas não uma terminação comum” (p. 127). “E sempre ou freqüentemente o abstrato tem mais sílabas que o concreto (...). O concreto é também freqüentemente adjetivo, e o abstrato, substantivo”. (p. 128) Cômico de que o apoio apenas a esses critérios não possibilitaria estabelecer, com clareza, uma distinção entre tais nomes, o referido autor elenca um conjunto de três outras características que se propõem a diferenciá-los:

¹³ Há quem defenda que Ockham foi o último dos pensadores medievais e quem advogue que foi o primeiro da era moderna.

Dá-se a **primeira**, quando o abstrato supõe por um acidente ou por uma forma qualquer, realmente inerente ao sujeito, e o concreto supõe pelo sujeito deste acidente ou desta forma, ou conversamente. (...)

A **segunda** diferença de tais nomes dá-se, quando o concreto supõe pela parte e o abstrato pelo todo, ou conversamente. (...)

A **terceira** diferença de tais nomes dá-se, quando o concreto e o abstrato supõem por coisas distintas, das quais, todavia, nenhuma é sujeito, nem parte da outra. E isto pode ocorrer de muitos modos, pois tais coisas às vezes se relacionam como causa e efeito, (...) como signo e significado, (...) como local e localizado (...) (OCKHAM, 1999, pp. 128-129, grifos nossos)

Mais uma vez, a proposta apresentada parece insuficiente para estabelecer, com seguridade, uma diferença entre tais termos. Diante da complexidade do assunto, o filósofo pondera não ser “inconveniente que o mesmo nome com respeito a diversos seja concreto e abstrato”. (*op. cit.*, p. 129). Além das controvérsias já apresentadas, Ockham (1999 [1324-1328]) comenta que, na visão aristotélica, “o nome concreto e o abstrato são às vezes sinônimos” (p. 130). Cumpre advertir, contudo, que a sinonímia proposta por Aristóteles refere-se ao aspecto de serem cognatos, apresentando, como já mencionado por Ockham, a mesma raiz. O pensador “opinava que nenhuma coisa imaginável é importada pelo nome ‘homem’ que não seja do mesmo modo importada pelo nome ‘humanidade’”. (OCKHAM, 1999, p. 134). Contrapondo-se à tese aristotélica, os teólogos afirmam que “antes, esses nomes podem supor por coisas distintas, e um nome significa ou co-significa uma coisa que o outro nome de modo algum significa”. (*ibidem*, p. 136).

Desviando-se o foco da análise para a óptica lingüística, constata-se que, com base em um critério lógico formal, também os gramáticos e os lingüistas associam o caráter concreto ou abstrato de um termo à sua capacidade de referenciação. Rocha Lima (1972), Cunha e Cintra (1985) e Bechara (1999) definem como substantivos concretos aqueles que têm a propriedade de se referir a algo que existe na realidade, ou seja, possuem existência independente. Como

substantivos abstratos classificam aqueles seres que não exibem a mesma propriedade dos concretos, tendo sua existência subordinada a outro ser. Esse é também o critério adotado por Said Ali (2001 [1921]). Segundo esse lingüista,

os atributos, posto que sejam inerentes aos seres, são considerados muitas vezes como se existissem separados deles, como se fossem outras entidades. Os substantivos que os representam chamam-se abstratos; são concretos os nomes de referência direta aos seres. *Alegria, tristeza, formosura, proibidade* são substantivos abstratos; *casa, mulher, jardim, homem* são nomes concretos. (SAID ALI, 2001, p. 47)

Assim como registrado no campo filosófico, também no campo dos estudos lingüísticos encontram-se visões dissidentes em relação à precisão do que seja concreto e do que seja abstrato. Lyons (1967) emprega os termos para se referir ao caráter gramatical e não gramatical da linguagem, respectivamente. Diehl (1975) propõe co-relacionar a idéia de abstração a um contínuo de dêiticos locativos por ele denominado de “contínuo concreto-abstrato”. Nesse modelo, o autor propõe quatro tipos de espaços que vão se tornando mais abstratos a partir do momento que se distanciam do “ego”, ou seja, do falante.

Mesmo entre os lingüistas que dispensam à abstração um tratamento voltado especificamente para o fenômeno da gramaticalização, notam-se divergências. Segundo Heine *et al* (1993), entre todas as abordagens empreendidas para o termo “abstração,” há três que interessam particularmente aos estudiosos do fenômeno. A primeira – “generalizing abstraction” – consiste em reduzir o número de traços distintivos de um conceito a suas características centrais ou nucleares por meio de um raciocínio taxonômico. A segunda – “isolating abstraction” – pode ser interpretada como um tipo especial da primeira e consiste em separar uma propriedade ou traço particular que não constitui o âmago do conceito. Ambas são perceptíveis quando a gramaticalização é concebida em termos de “descoramento semântico”, isto é, quando se admite

que os itens tornam-se mais abstratos em virtude de perdas em suas propriedades semânticas. Nessa perspectiva, a abstração é concebida como uma relação de hiponímia entre a gramática e o léxico, ou seja, o item gramaticalizado é, necessariamente, parte do léxico. Adotando-se uma terminologia da semântica formal, diz-se que, ao se gramaticalizar, um item reduz a sua intensão e aumenta a sua extensão, já que perde algumas de suas propriedades semânticas para incorporar propriedades gramaticais, estendendo categorias. O terceiro tipo de abordagem – “methaforical abstracting” – é, segundo os autores, mais complexo porque a passagem do concreto ao abstrato compreende domínios conceituais. Esse tipo de abstração se processa via o processo cognitivo da metáfora e será mais bem detalhado na próxima subseção.

Como se pôde perceber pelo exposto, tanto no campo filosófico quanto no lingüístico a definição de *concreto* e de *abstrato* tem fomentado calorosas discussões, sem, contudo, chegar-se a um denominador comum. Em se tratando de conceitos cruciais para uma teoria, a polissemia e a conseqüente ambigüidade dos termos inviabiliza o caráter científico exigido para os fins a que se propõe, fato que obrigou, no presente estudo, a constituição de uma proposta de classificação dos usos concretos e abstratos baseada em um outro critério, que será definido posteriormente (cf. capítulo terceiro). Por hora, serão abordados dois tipos de inferências que são apontadas na literatura como as mais características dos estágios iniciais da gramaticalização, quais sejam: os processos metafóricos e os processos metonímicos.

1.2.3.2 PROCESSOS METAFÓRICOS

Em se tratando de mudanças semânticas, os processos metafóricos são largamente reconhecidos, pois, na grande maioria das ocorrências, essas mudanças são credenciadas à possibilidade que a língua oferece ao falante de empregar um sentido em termos de outro. Assim, com o tempo, aquela expansão metafórica se sagra, passando a incorporar o léxico, de tal forma que os falantes não têm mais consciência de tratar-se de uma extensão de usos. Entretanto, ainda que tradicionalmente os processos metafóricos sejam considerados fenômenos semânticos, recentemente, inúmeros autores (cf. Levinson (1983), Sperber e Wilson (1986), Green (1989) e Hopper e Traugott (1993)) defendem a melhor propriedade de se concebê-los como pragmáticos, por serem desencadeados no uso, visando a suprir uma iminente necessidade comunicativa. Argumentando em favor do caráter pragmático da metáfora, Green (1989) empreendeu uma análise comparativa entre os processos metafóricos e as implicaturas conversacionais, considerando como ponto de intersecção o fato de ambos serem frutos de operações inferenciais. Segundo a autora, a diferença reside no fato de, num nível superficial, as metáforas envolverem, geralmente, proposições elaboradas para serem reconhecidas, intencionalmente, como falsas. As implicaturas conversacionais, por outro lado, induzem a um raciocínio que se sustenta na interpretação denotativa das proposições envolvidas. Quando se diz, por exemplo, que determinada pessoa é uma pedra, essa proposição é literalmente falsa, devendo, pois, ser interpretada no âmbito do sentido conotativo. Por outro lado, se se diz que um determinado objeto decorativo está quebrado e que as crianças estão mais comportadas que o habitual, está-se sugerindo uma relação de causa e conseqüência entre as duas proposições que deve ser entendida

no plano da denotação. Caso contrário, a segunda proposição (as crianças estão mais comportadas que o habitual) adquirirá um tom irônico, não pretendido pelo enunciador no referido contexto.

Independentemente da forma como é concebida – semântica ou pragmaticamente –, a metáfora, como se sabe, é largamente explorada, quer no campo da Teoria Literária, quer no âmbito dos estudos lingüísticos. Contudo, a despeito de suas inúmeras definições, há alguns conceitos que lhe são comuns: (a) o emprego de uma coisa em termos de outra e (b) a transferência de um sentido de base concreta para um domínio mais abstrato. O presente estudo, por ser de natureza lingüística, discorrerá sobre os processos metafóricos apenas nessa perspectiva, priorizando sua relação com os estudos sobre a gramaticalização, que constitui o objeto eleito para estudo. Para Hopper e Traugott (1993), “os processos metafóricos são processos de inferência através de limites conceituais, e são tipicamente referidos em termos de ‘mapas’ ou ‘eixos associativos’, de um domínio para outro¹⁴.” (p. 77, tradução nossa). Advertem os referidos autores que esse mapeamento não é aleatório, mas motivado por relações analógicas e icônicas. Tais relações tendem a ser observáveis por meio do material lingüístico. Sweetser (1988) pondera que algumas têm sido concebidas como imagens mentais (ou esquemas), construídas a partir de experiências concretas, e mapeadas em um domínio de conceitos abstratos.

No que tange ao fenômeno da mudança lingüística, mais especificamente no caso da gramaticalização, os processos metafóricos têm sido evocados prioritariamente para explicar fenômenos de mudança no âmbito lexical. Entretanto, alguns autores têm suscitado e defendido a tese de que não apenas no âmbito lexical, mas, desde os estágios iniciais, a gramaticalização é fortemente motivada por processos metafóricos, que, segundo eles, são inerentes às línguas:

¹⁴ “metaphorical processes are processes of inference across conceptual boundaries, and are typically referred to in terms of ‘mappings’, or ‘associative leaps’, from one domain to another.” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 77)

Antes de aceitar a idéia de que a evolução gramatical é comandada por necessidade comunicativa, nós sugerimos que os usuários da linguagem humana têm uma propensão natural para fazer extensões metafóricas que conduzem ao aumento do uso de certos itens¹⁵. (BYBEE e PAGLIUCA, 1985, p. 75, tradução nossa)

Em gramaticalização, entende-se por metáfora a operação cognitiva que viabiliza o processo de tramitação de um item do léxico (+ concreto) para a gramática (+ abstrata) ou a intensificação do caráter gramatical de um item, que se desloca de uma posição menos gramatical – e, portanto, menos abstrata – para uma posição mais gramatical, o que, conseqüentemente, provocará o aumento de seu grau de abstração. Segundo Heine *et al* (1991), a expansão metafórica presente na gramaticalização é unidirecional e se processa numa escala crescente de abstraticidade, assim sintetizada:

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE
--

Como se percebe pela escala acima, o fato de se empregarem partes do corpo humano para se referir a partes de objetos (*pé* de alface, *cabeça* de cebola, por exemplo), nomes de objetos para se referir a atividades (acompanhar a *linha* de raciocínio), localizações espaciais para se precisar o tempo (dois minutos *atrás* ele estava aqui), e marcas temporais para expressar qualidade (estar *atrasado*) caracteriza a presença da metáfora, pois se recorre ao expediente de empregar algo mais concreto e, portanto, mais fácil de ser conceptualizado, para se referir a outro mais abstrato. Essas extensões metafóricas que operam no fenômeno da gramaticalização são

¹⁵ “Rather than subscribe to the idea that grammatical evolution is driven by communicative necessity, we suggest that human language users have a natural propensity for making metaphorical extensions that lead to the increased use of certain items”. (BYBEE e PAGLIUCA, 1985, p. 75)

motivadas por uma operação cognitiva lógica de natureza inferencial: a analogia, cuja elucidação compreende o cerne da subseção ulterior.

1.2.3.2.1 A ANALOGIA

A discussão acerca do conceito de analogia, bem como acerca do seu papel no âmbito dos estudos lingüísticos compreende controversas questões que vão desde as primeiras especulações sobre a origem da língua e sobre a relação entre as palavras e o seu significado, empreendida pelos filósofos gregos, perpassando pelos neogramáticos, até chegar aos estudiosos contemporâneos.

Num primeiro momento da história da língua(gem), “os filósofos gregos discutiam se o que regia a língua era a ‘natureza’ ou a ‘convenção’.” (LYONS, 1979, p. 4) Assumir que tal regência era “*natural* equivalia a dizer que ela tinha sua origem em princípios eternos e imutáveis fora do próprio homem, e era por isso inviolável” (*ibidem*, p. 4). Por outro lado, apostar no caráter *convencional* da regência “equivalia a dizer que ela era o mero resultado do costume e da tradição, isto é, de um acordo tácito, ou ‘contrato social’, entre os membros da comunidade – ‘contrato’ que, por ter sido feito pelos homens, podia ser pelos homens violado.” (*ibidem*, p.4) No que tange à língua, a discussão entre *natural* e *convencional* centrava-se, principalmente, sobre a (in)existência de qualquer relação entre a forma de uma palavra e o seu respectivo significado. De acordo com Lyons (1979), “reconheciam-se várias maneiras pelas quais a forma duma palavra podia ser ‘naturalmente’ apropriada a seu significado.” (p. 4) Por outro lado, contudo, “depois de

examinar plenamente a onomatopéia e o simbolismo fonético, os etimologistas gregos tinham ainda muitíssimas palavras a explicar.” (LYONS, 1979, p.5) Na tentativa de solucionar tal impasse, esses estudiosos de questões lingüísticas “invocaram vários princípios segundo os quais as palavras podiam derivar-se de outras ou relacionar-se a outras. Estes foram codificados com o tempo como os princípios tradicionais da etimologia” (*ibidem*, p. 5) e categorizados em dois tipos:

Em primeiro lugar, o significado de uma palavra podia estender-se em virtude de alguma “conexão natural” entre o sentido original e a aplicação secundária: é o caso de *boca*, *embocadura* ou *foz* [< lat. *fauce*-, “boca”] de um rio, o *gargalo* (cf. *garganta*) de uma garrafa, etc. São exemplos de *metáfora*, que é um dos numerosos termos introduzidos pelos gregos, incorporados na terminologia das gramáticas e das obras tradicionais de estilística. Em segundo lugar, a forma duma palavra podia derivar-se da de outra por adição, supressão, substituição e transposição de sons, admitida alguma conexão “natural” nos significados de duas palavras. (LYONS, 1979, p. 5-6)

As calorosas discussões entre os “naturalistas” e os “convencionalistas” evoluíram, a partir do século II a.C., para questões concernentes à regularidade lingüística. Assim, aqueles que sustentavam a tese de que a língua é essencialmente regular e sistemática eram denominados de *analogistas*, enquanto os partidários da teoria oposta recebiam a denominação de *anomalistas*. Torna-se pertinente elucidar que o termo *analogia*, em Lingüística, é empregado, conforme Lyons (1979), “no sentido mais restrito de ‘proporção’ matemática de quarta proporcional (...). Aliás, o termo *proporção* vem do lat. *proportio*, que é a tradução do gr. *analogia*.” (p. 6). Tomando por paradigma a relação proporcional estabelecida entre *canto* : *cantei*, torna-se possível conjugar analogicamente a primeira pessoa do presente do indicativo no pretérito perfeito desse mesmo modo para todos os verbos regulares de primeira conjugação. O apelo a esse expediente analógico é responsável, muitas vezes, por conjugações irregulares, como, por exemplo, quando crianças em fase de aquisição de linguagem dizem “batei”, ao invés de “bati”.

Pode-se afirmar, pois, que a analogia se baseia em um tipo de raciocínio que visa à generalização de regras preexistentes com vistas a atingir uma regularidade. Ela promove, dessa feita, uma espécie de reengenharia de formas, pois opera no eixo paradigmático da língua, atraindo formas já existentes numa tentativa de expandir seus usos. Diz-se, por isso, que ela modifica as manifestações superficiais, mas não acarreta mudança de regras.

O raciocínio analógico foi amplamente aplicado por Platão e por Aristóteles no estudo das ciências, sendo também estendido pelos lingüistas ao estudo dos fenômenos gramaticais da lingua(gem). No século XIX, os neogramáticos invocaram a analogia para explicar cientificamente as exceções das leis fonéticas por eles propostas. De acordo com informações extraídas de Bynon (1985 [1977]), a analogia interessa-se mais precisamente pela relação entre estruturas fonológicas e gramaticais. “Ela é, de fato, o mesmo mecanismo que, quer modificando formas lingüísticas já existentes, quer criando novas, traz de volta ao alinhamento formas fonológicas e funções gramaticais depois que a relação entre elas tenha sido perturbada pelas mudanças sonoras¹⁶.” (BYNON, 1985, p. 34, tradução nossa). De acordo com a referida autora, há de se considerar dois tipos distintos de formação analógica: (a) a *criação analógica* e (b) a *mudança analógica*. Convém tratá-las como fenômenos distintos porque,

enquanto a mudança analógica efetua o realinhamento de expoentes em relação a algumas categorias gramaticais ou semânticas e equivale a não mais que uma redistribuição de seus expoentes, a criação analógica produz novas formas pela extensão de uma existente correlação de formas e funções além de seus domínios originais¹⁷. (BYNON, 1985, p. 34, tradução nossa)

¹⁶ “It is in fact the very mechanism which, either by modifying existing linguistic forms or by creating new ones, brings back into alignment phonological forms and grammatical function after the relationship between these has been disrupted by sound change.” (BYNON, 1985, p. 34).

¹⁷ “... while analogical change effects the realignment of exponents in relation to some grammatical or semantic category and amounts to no more than a redistribution of its exponents, analogical creation produces new forms by extending correlation of form and function beyond its original domain.” (BYNON, 1985, p. 34)

1.2.3.2.1.1 MUDANÇA ANALÓGICA

De acordo com a autora referenciada, há dois pré-requisitos para que uma mudança analógica se processe. O primeiro deles diz respeito à existência de uma identidade funcional no que concerne às marcas de algumas categorias gramaticais ou semânticas particulares que são formalmente muito diferentes. O segundo relaciona-se à estrutura do modelo, cuja exigência subordina-se à transparência de sua estrutura morfológica para o falante nativo. A mudança consistirá, assim, na substituição da forma menos transparente por outra funcionalmente equivalente cuja estrutura refletirá aquela do modelo.

Bynon (1985) adverte que a mudança analógica congrega duas faces: se, de um lado, “ela pode ter um efeito regularizador sobre a gramática por eliminar as alternantes gramaticais irregulares ou pelo menos por diminuir sua frequência de ocorrência, por outro lado ela reduz o número total de itens lexicais irregulares na língua¹⁸.” (p. 36-37, tradução nossa)

No que tange à produtividade, as mudanças analógicas não são igualmente produtivas quer se trate de derivação, quer se refira à flexão. Segundo informações coletadas em Bynon (*op. cit.*), tais mudanças são menos frequentes nos processos derivacionais que nos flexionais, porque, em virtude de seu papel primariamente lexical e de sua limitada participação na sintaxe, as regras derivacionais são muito menos susceptíveis à mudança analógica que as regras flexionais.

¹⁸ “it may have a regularizing effect on the *grammar* by eliminating irregular grammatical alternants or at least decreasing their frequency of occurrence, on the other it reduces the total number of irregular *lexical items* in the language.” (BYNON, 1985, p. 36-37)

1.2.3.2.1.2 CRIAÇÃO ANALÓGICA

Bynon (1985) afirma que “enquanto a mudança analógica é o mecanismo fundamental por meio do qual as regras morfológicas são atualizadas na língua(gem), a criação analógica é aquele por meio do qual os recursos lexicais e conceituais são renovados¹⁹.” (p. 40, tradução nossa) Segundo a autora, a distinção entre a mudança e a criação analógica é, de certa forma, marginal. Assim, se a língua(gem) é considerada sob a perspectiva de seu aspecto criativo, que opera com as regras da competência do falante, a divisão perde muito de seu sentido, uma vez que as mesmas regras que geram formas já existentes podem, igualmente, criar formas novas. É o que ocorre, por exemplo, com o sufixo *-ude*, em palavras como *concretude* e *finitude*. Recorrendo a um tipo de raciocínio analógico, o falante que conhece o significado do substantivo *concretude* pode formar também o substantivo *finitude*, empregando o mesmo sufixo. Valendo-se ainda do mesmo tipo de raciocínio, o falante pode criar um neologismo, ao acrescentar tal sufixo ao substantivo completo, formando *completude*, porque o substantivo abstrato derivado desse adjetivo é *completeza*.

Em virtude de o raciocínio analógico possibilitar, não raras vezes, como já discutido e exemplificado, uma generalização que foge aos padrões regulares, a analogia foi também considerada, segundo Lyons (1979), como um fator de “corrupção” da língua num momento de decadência e de incultura. Contudo,

¹⁹ “While analogical change is the fundamental mechanism whereby the morphological rules in a language are updated, analogical creation is that by means of which the lexical and conceptual resources are renewed.” (BYNON, 1985, p. 40)

com o aumento da atenção dispensada ao desenvolvimento histórico e pré-histórico das línguas clássicas e vernáculas da Europa durante o séc. XIX, notou-se afinal que a analogia foi um fator importantíssimo no desenvolvimento das línguas em todas as épocas, e não poderia ser atribuída simplesmente a épocas de declínio e corrupção. (p. 31)

1.2.3.3 PROCESSOS METONÍMICOS

Outra operação cognitiva presente no processo de gramaticalização é a metonímia. Da mesma forma que a metáfora, ela também se baseia no princípio da extensão. Contudo, não se trata de uma extensão de usos, mas de uma extensão de categorias, que se processa por contigüidade, já que envolve uma reinterpretação induzida pelo contexto sintático. Hopper e Traugott (1993), citando Stern (1931), explicam que a metonímia “resulta de ‘um [ser] universal’ usado em uma frase em que a noção de algum modo conectada com seu sentido é suscetível de formar um elemento do contexto²⁰.” (p. 81, tradução nossa) Com isso, pode-se inferir que os processos metonímicos são responsáveis pela ambigüidade de interpretação que se verifica num determinado estágio do processo de gramaticalização, pois são eles que, no contexto, induzem o falante a interpretar determinada estrutura de uma forma ou de outra.

Assim como a metáfora é motivada pelo princípio da analogia, a metonímia sustenta-se no princípio da reanálise, cuja definição e relação com o fenômeno da gramaticalização constituem o escopo da próxima subseção.

²⁰ “results from ‘a world [being] used in a phrase where a notion in some way connected with its meaning is liable to form an element of the context’”. (STERN, 1931, *apud* HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 81)

1.2.3.3.1 REANÁLISE

Langacker (1977), citado por Hopper e Traugott (1993), define a reanálise como uma “mudança na estrutura de uma expressão ou classe de expressões que não envolve qualquer modificação imediata ou intrínseca de sua manifestação superficial²¹” (p. 40, tradução nossa) e credita a tal fenômeno lingüístico o papel principal no processo que envolve as mudanças de natureza sintática. Um exemplo clássico de reanálise no Português do Brasil é o dos períodos compostos por subordinação cujo verbo encontra-se no infinitivo. Assim, um período como o apresentado em (2), a seguir, a despeito de preservar a sua manifestação superficial, pode apresentar duas estruturas subjacentes distintas, como será explicitado adiante.

(2) O juiz não deixou o réu permanecer na sala de audiências.

Tomando por parâmetro a análise sintática tradicional, em (2), o sintagma *o réu* tanto pode ser interpretado como o objeto direto do verbo *deixar*, quanto pode ser analisado como o sujeito do verbo *permanecer*. Essa diferença de interpretação dos constituintes da sentença não promove alterações na estrutura de superfície do período, embora provoque alterações de base subjacente.

O fenômeno da reanálise, que permite ao falante reinterpretar determinadas estruturas com base em seu contexto de ocorrência, baseia-se num tipo de raciocínio lógico identificado primeiramente por Pierce (1931) e relacionado com as mudanças lingüísticas por Andersen (1973). Esse raciocínio é denominado de abduativo e, segundo Andersen (*op. cit.*), apesar de ser freqüentemente confundido com o raciocínio indutivo – tipo de raciocínio lógico que consiste em

²¹ “change in the structure of an expression or class of expressions that does not involve any immediate or intrinsic modification of its surface manifestation.” (LANGACKER, 1977 *apud* HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 40)

estabelecer uma verdade maior, a partir da observação de proposições de menor generalidade –, ele se difere deste. Para o autor referenciado, “a abdução procede da observação de uma proposição, invoca uma premissa maior, e infere que algo pode ser a premissa menor²².” (ANDERSEN, 1973, p. 775, tradução nossa) Segundo um exemplo fornecido pelo próprio autor, dado que Sócrates esteja morto, é possível relacionar este fato com a premissa maior de que todos os homens são mortais e, então, supor que Sócrates seja um homem. É por isso que se diz que a conclusão alcançada por um raciocínio de natureza abdutiva é apenas plausível e, como tal, imperfeita. Em (2), acima, o raciocínio abduutivo responsável pela reanálise processa-se da seguinte forma: ao interpretar o sintagma nominal *o réu* como o objeto direto do verbo *deixar*, o falante apóia-se no conhecimento internalizado de que o sintagma nominal que se pospõe ao verbo transitivo direto é objeto direto e supõe, dada a distribuição sintática dos constituintes do período, que se trata de tal termo; por outro lado, ao interpretá-lo como sujeito do verbo *permanecer*, o falante apóia-se na premissa maior de que os sintagmas nominais que antepõem o verbo mantendo com ele uma relação de concordância exercem a função sintática de sujeito desse verbo e o interpreta como tal, uma vez que o contexto sintático da segunda oração também favorece essa conclusão.

De acordo com Hopper e Traugott (1993), que afirmam se apoiar na abordagem proposta por Langacker (1977), a fusão é um dos tipos mais simples de reanálise e também o mais frequentemente encontrado no fenômeno da gramaticalização. Segundo os autores, um exemplo tradicional de fusão é a composição, que consiste na combinação de duas ou mais palavras em uma só, desencadeando, geralmente, conseqüências de ordem semântica, morfológica e fonológica. Apesar de a fusão ser mais facilmente identificada no âmbito da morfologia e da

²² “Abduction proceeds from an observed result, invokes a law, and infers that something may be the case.” (ANDERSEN, 1973, p. 775)

fonologia, ela, às vezes, também se manifesta nos domínios da sintaxe. Segundo informações extraídas de Hopper e Traugott (*op. cit.*), a gramaticalização de verbos plenos em auxiliares, objeto de estudo deste trabalho, resulta de um processo de fusão, uma vez que o verbo passa de principal a marcador temporal e ou aspectual e que tal mudança funcional afeta semanticamente o verbo, que, nesse processo, esvazia-se de seu conteúdo nocional para assumir funções gramaticais.

Essas alterações semânticas que ocorrem durante o processo de fusão podem, num estágio mais inicial do processo, gerar ambigüidade de interpretação em alguns contextos. Isso se deve à interferência do fenômeno da reanálise que, como já apresentado, permite que uma mesma estrutura de superfície evoque duas estruturas profundas distintas. Assim, num primeiro momento, existe a possibilidade de coexistirem as duas análises: a da forma inicial e também aquela resultante da reanálise. No período arcaico, algumas ocorrências do verbo *ter* identificadas no *corpus* pesquisado parecem adequadas para ilustrar o fenômeno da ambigüidade de análise, conforme demonstram os excertos que se seguem:

- (3) “Lançava as mãos da barba, que *tiinha* mui longa e cãa, e messava-a toda e dava grandes feridas em seu rosto.” (LINHAGENS, p. 136, grifo nosso)
- (4) “... estas // Cousas senhor uos escreuo porque aJnda que uo las *tenho ditas* os outros do uoso conselho me praz de ser sempre do conto dos que uos bem conselharem (...)” (DOM DUARTE, p. 77, grifo nosso)
- (5) “Prymeiramente falando da Fortaleza per que os Reynos são defesos e acreçentados a mym parece que no uoso nam *tem dela cuydado*, mas antes há hy muitos azos porque de todo faleça (...)”(DOM DUARTE, p. 31, grifo nosso)
- (6) “Senhor em almeiry m foy falado desta liga, somente que fose a reposta de mosem garçia / ouuyda sobre o que lhe a uosa mercê Ja dantes *tinha falado*/ e a meu entender non

foram perguntados per uozes do que dela parecia (...)”(DOM DUARTE, p. 60, grifo nosso)

Em (3), não pairam dúvidas de que o *ter* é um verbo principal dotado de seu conteúdo nocional de expressar posse. Em (4), observa-se uma semelhança contextual com a forma auxiliar presente em (6), mas alguns estudiosos de questões diacrônicas consideram-no ainda um verbo pleno, alegando que o *ditas* é um adjetivo. Contudo, há de se considerar que, neste contexto, já ocorreu a alteração semântica, uma vez que o valor nocional do verbo não é mais o mesmo apresentado em (3). Semelhante ambigüidade pode ser constatada ainda no excerto (5), em que a palavra *cuidado* tanto pode ser interpretada como o particípio do verbo *cuidar* ou como um substantivo. Em todos estes contextos, a mudança na estrutura profunda não acarreta alterações de ordem superficial.

Enquanto a analogia opera no eixo paradigmático da língua, a reanálise opera no eixo sintagmático, acarretando mudanças de regras. Considerada como o principal fator de mudança lingüística, por vezes, a reanálise tende a ser identificada com a gramaticalização, o que constitui, segundo alguns autores (cf. Heine and Reh (1984) e Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991a)), um equívoco. Tais pesquisadores consideram precipitada e inadequada essa generalização porque, apesar de muitos casos de reanálise serem casos de gramaticalização, há de se considerar que nem todos o são. Dado que a reanálise se processa também no âmbito da morfologia, como já mencionado, é possível que ela resulte numa mudança que não apresenta efeitos gramaticais, mas apenas lexicais. Nesse caso, está-se diante de um fenômeno de expansão no léxico ou *lexicalização*. Frente a tal impasse, seria “melhor, então, considerar a gramaticalização como um

subconjunto de mudanças envolvidas na reanálise que identificar as duas²³.” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 50, tradução nossa).

Como já sinalizara Meillet (1912), apenas a reanálise permite a criação de novas estruturas gramaticais, pois ela opera mediante uma reengenharia de formas, possibilitando o desenvolvimento de novas formas a partir da reinterpretação de velhas estruturas. É por meio dessa reengenharia que ela permite que um item tramite de uma categoria a outra. Esse fato tem contribuído para que, desde os tradicionais estudos de gramaticalização conduzidos por Meillet, haja uma supervalorização da reanálise em detrimento da analogia. Entretanto, advertem Hopper e Traugott (1993), o papel da analogia não deve ser subestimado no fenômeno da gramaticalização, porque as extensões analógicas constituem a primeira evidência empírica de uma mudança em curso. Além disso, é por meio dela que as inobserváveis mudanças operadas pela reanálise tendem a se tornar observáveis.

Outro fato resultante da supervalorização da reanálise é o questionamento acerca da importância da metáfora para o fenômeno da gramaticalização. Tal relevância parece já ter sido pontuada quando da importância atribuída à analogia, que constitui o principal difusor da metáfora. Ainda assim, é comum a tentativa de se analisarem os fenômenos metafóricos e os metonímicos, atribuindo-lhes uma escala valorativa de importância para o processo de gramaticalização. Se, por um lado, há aqueles que advogam em prol do caráter preponderante da metáfora para o fenômeno da gramaticalização, por outro, existem aqueles que defendem a supremacia da metonímia, tomando como principal argumento o fato de a reanálise ter sido tradicionalmente reconhecida como o mais importante processo de criação de novas formas gramaticais. Contudo, faz-se necessário considerar que “a reanálise e a analogia são os principais

²³ “It is best, then, to regard grammaticalization as a subset of changes involved in reanalysis, rather than to identify the two.” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 50)

mecanismos na mudança lingüística²⁴” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 61, tradução nossa) e que “elas não definem a gramaticalização, nem são coextensivas a ela, mas a gramaticalização não ocorre sem elas²⁵.” (*ibidem*, p. 61-62, tradução nossa) Logo, pode-se afirmar que tanto a metáfora – cujo princípio é a analogia – quanto a metonímia – que se baseia na reanálise – são igualmente importantes para o processo de gramaticalização. A supervalorização de uma em detrimento da outra se deve tão somente ao critério priorizado para análise. Em termos de análise da forma, relativamente independente de seu contexto de uso, a metáfora tende a ser considerada mais importante. Assim, se, ao analisar o processo de gramaticalização do verbo *ter*, por exemplo, centra-se a atenção na passagem de um item lexical a um item gramatical, atribuir-se-á maior importância ao processo metafórico. Se, nessa mesma análise, prioriza-se o estudo da forma em seu contexto de uso, atribuir-se-á maior relevância à metonímia. Por outro lado, se ao se analisar a gramaticalização do verbo *ter*, prioriza-se o fato de que a extensão da categoria de verbo pleno à de verbo auxiliar acontece em contigüidade com uma forma nominal de particípio, está-se dispensando maior atenção à metonímia. A submissão ao contexto sintático, determinada pelos processos metonímicos, parece explicar o fato de algumas formas plenas virem a se gramaticalizar com formas verbais de infinitivo, gerúndio e particípio, enquanto outras apenas o fazem com alguma(s) dessas formas nominais.

²⁴ “reanalysis and analogy are the major mechanisms in language change” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 61)

²⁵ “they do not define grammaticalization, nor are they coextensive with it, but grammaticalization does not occur without them.” (*ibidem*, p. 61-62)

1.2.4 ESTÁGIOS DA GRAMATICALIZAÇÃO

Se se assume que a gramaticalização é um processo, há de se admitir também que, como tal, não acontece abruptamente, mas compreende fases. A pergunta que se coloca, então, é a seguinte: onde começa e onde termina a gramaticalização de um item? Mais uma vez, a resposta para uma questão aparentemente simples não pode ser facilmente identificada, tampouco é unanimemente aceita por todos os estudiosos. Dessa forma, enquanto alguns buscam precisar o início e o fim do processo, outros defendem o caráter cíclico e contínuo do fenômeno.

Lehmann (1982), retomando uma proposta de Givón (1979a), que defendia que, “no processo de gramaticalização, um modo mais pragmático de comunicação dá prioridade a um modo mais sintático²⁶” (p. 208, tradução nossa), propõe a seguinte escala para o processo:

Nós assumimos que a gramaticalização começa de uma colocação livre de lexemas isolados no discurso. Esta é convertida em uma construção sintática pela sintatização, pela qual alguns dos lexemas assumem função gramatical, de modo que a construção pode ser chamada analítica. A morfologização, que aqui significa o mesmo que aglutinação, reduz a construção analítica a uma sintética de modo que os constituintes gramaticais se tornem de aglutinados a flexionais. Esta transição da morfologia para a morfofonêmica será aqui chamada de demorfemização. Givón a chama de lexicalização, e este é o quarto sentido em que o termo aparece na literatura. (...) Nós passamos por cima da fase final, na qual a expressão e o conteúdo da categoria gramatical se tornam zero²⁷. (p. 14, tradução nossa)

²⁶ “(...) in the process of grammaticalization, a more pragmatic mode of communication gives way to a more syntactic one.” (GIVÓN, 1979a : 208)

²⁷ We assume that grammaticalization starts from a free collocation of isolating lexemes in discourse. This is converted into a syntactic construction by syntacticization, whereby some of the lexemes assume grammatical functions, so that the construction may be called analytic. Morphologization, which here means the same as agglutination, reduces the analytic construction to a synthetic one, so that grammatical formatives become agglutinative to flexional. This transition from morphology to morphophonemics will here be called demorphemicization. Givón calls it lexicalization, and this is the fourth sense in which the term appears in the literature. (...) We pass over to the final phase, where expression and content of the grammatical category become zero. (LEHMANN, 1982, p. 14)

Nota-se, pois, nas palavras de Lehmann (1982), a delimitação de quatro fases para a gramaticalização: (a) sintatização, (b) morfologização, (c) “desmorfemização” e (d) estágio zero. Contudo, o próprio autor já adverte para a fragilidade dessa escala, argumentando que a delimitação dessas fases suscita a idéia de que o processo de gramaticalização de uma forma tem etapas bem definidas, o que não é verdade. Segundo ele, o início do processo não é pontualmente identificável e o fato de se precisar se os itens afetados pela gramaticalização entraram no processo em determinado momento e o deixaram em outro não é relevante, já que a obediência estrita às fases apresentadas constitui uma raridade na língua. Isso induz à conclusão de que a escala proposta constitui apenas uma tentativa de delimitar as possíveis fases do processo, o que não significa que todos os itens em processo de gramaticalização passam por todas essas fases. Pode ocorrer, por exemplo, de um item, em função de uma série de fatores tanto internos quanto externos à língua, cristalizar-se em um desses estágios, não chegando a atingir o outro.

Outra generalização que se obtém das considerações de Lehmann (1982) não mais se refere às fases do processo, mas a seus níveis técnicos. Assim como Givón (1979a), ele defende a tese de que a gramaticalização parte do discurso em direção à gramática. A partir do momento em que os itens do discurso entram em processo de gramaticalização, eles caem, inicialmente, no âmbito da sintaxe, cujas regras de combinação congregam os sintagmas, constituindo estruturas analíticas. O terceiro nível é, então, o da morfologia, quando as estruturas analíticas tornam-se sintéticas por meio da aglutinação das formas. Em seguida, as estruturas aglutinadas tornam-se estruturas flexionais, no âmbito da morfofonêmica e, no último estágio, por ele denominado de estágio zero, verifica-se a exaustão máxima do processo, quando tudo se reinicia. Pode-se, pois, esquematicamente assim delinear o percurso da gramaticalização proposto por Givón (1979a) e adotado por Lehmann (1982):

DISCURSO > SINTAXE > MORFOLOGIA > MORFOFONÊMICA > ZERO
--

Confrontando-se as fases propostas por Givón (*op. cit.*) e por Lehmann (*op. cit.*) para explicar o processo da gramaticalização com aquelas propostas por Humboldt (1822) para explicar a origem da gramática, é possível identificar alguma similaridade entre elas. O primeiro estágio proposto por Humboldt (1822) é determinado por fatores pragmáticos, assim como a cooptação de elementos do discurso pela sintaxe. No segundo estágio, ao entrar no âmbito da sintaxe, em virtude da combinação dos constituintes no sintagma, os itens em processo de gramaticalização passam a assumir valores funcionais, outrora não identificados. O terceiro estágio postulado por Humboldt (1822) também se dá no âmbito da morfologia, culminando com a aglutinação da estrutura, que se torna uma forma presa. Esta pode, em decorrência da fossilização, vir a desaparecer, o que configura o estágio zero.

CAPÍTULO 2

AUXILIARIZAÇÃO: UM COMPLEXO FENÔMENO A SE DESVENDAR

O termo *auxiliar* não apenas integra a metalinguagem gramatical, como também é bastante trivial para os falantes de línguas ocidentais, especialmente para aqueles que já se submeteram a um ensino tradicional de língua. Contudo, essa familiaridade metalingüística, de certa forma, obscurece a complexidade e minimiza a importância do fenômeno da auxiliarização, que passa a ser percebido como um mero e corriqueiro artefato lingüístico. Escapa à percepção do falante e também à de muitos gramáticos – embora a estes não se desculpe tal desatenção, uma vez que devem elaborar uma descrição mais cuidadosa possível dos fenômenos da linguagem – o fato de que tal fenômeno, de natureza diacrônica, é responsável por gerar formas verbais perifrásticas a partir de formas verbais simples mediante um mecanismo sintático de subordinação para expressar categorias distintas daquelas que expressariam caso permanecessem como formas simples. Benveniste (1995 [1966]), ao descrever o processo pelo qual um verbo pleno tramita para uma categoria funcional, assumindo funções gramaticais, realça a singularidade desse fenômeno. Para o referido lingüista, o verbo auxiliar é

uma forma lingüística unitária que se realiza, através dos paradigmas inteiros, por meio de dois elementos, cada um dos quais assume uma parte das funções gramaticais, sendo esses elementos ao mesmo tempo ligados e autônomos, distintos e complementares. (BENVENISTE, 1995, p. 181)

Acredita-se que a definição supracitada seja suficiente para ilustrar quão complexo é esse fenômeno, que parece congrega aspectos até mesmo antagônicos. Contudo, se tal complexidade escapa aos olhos de muitos, desperta também o interesse de vários, uma vez que, no campo da lingüística histórica românica, a auxiliarização enamora muitos lingüistas, fato que lhe propicia constituir-se o fito de inúmeros trabalhos.

Se, entre os lingüistas, esse fenômeno tem sido o desencadeador de densas e acuradas reflexões, entre os gramáticos, contudo, ele não mereceu um tratamento tão exaustivo, a despeito de ser mencionado em quase todas, senão em todas, as gramáticas de Língua Portuguesa, independente de terem sido editadas antes ou depois da uniformização e simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (doravante NGB), ocorrida em 1958²⁸. Além disso, não se percebe, entre os autores desses compêndios, um consenso no que tange, principalmente, à necessidade ou não de se distinguir entre locuções verbais e tempos compostos. Quando se opta por distingui-los, também não se percebe uma identidade, tampouco uma densidade de argumentação. Enquanto alguns autores elegem a forma nominal que co-ocorre com o auxiliar para constituir o critério determinante da classificação, considerando como tempo composto as combinações com o particípio e, como locução verbal as combinações com o gerúndio e com o infinitivo (cf. Brandão (1963) e Pereira (1909)), outros se apóiam no tipo de auxiliar para proceder a semelhante classificação. Assim, uns consideram como tempo composto apenas as seqüências constituídas de *ter* e *haver* + particípio (cf. Epiphanyo Dias (1959) e Júlio Ribeiro (1885)); outros integram a esse rol também o verbo *ser* (cf. Bechara (1966), Carlos Góes (1917) e João Ribeiro (1926)); há também quem opte por excluir o verbo *ser* desse grupo, incluindo nele o verbo *estar* (cf. Pereira (1909)). Gladstone Chaves de Melo (1968) recorre ainda a critérios diferentes – o da conjugação e o da expressão do aspecto verbal:

²⁸ A NGB consultada foi aquela disponível na obra de Kury (1967).

(...) os tempos compostos fazem parte da conjugação normal, têm cada qual seu nome (...) dentro da conjugação, ao passo que as locuções verbais constituem cada uma sua conjugação inteira e nascem das necessidades de expressão mais complexa, em que se busca traduzir o “aspecto verbal”. (MELO, 1968, p. 166-167)

Como se vê, não há entre os autores consultados uma identidade de opiniões no que se refere a uma nomenclatura precisa para designar as formas verbais constituídas de verbo auxiliar + verbo principal. Em virtude não apenas dessa divergência de terminologia e de critérios para justificá-la, mas também por se acreditar que tal distinção não é relevante no sentido de não contribuir para elucidar as questões que congregam a auxiliarização, no presente estudo, optou-se por empregar, indistintamente, o termo *perífrase verbal* – ou forma perifrástica – para se referir tanto às locuções verbais quanto aos tempos compostos. Segundo Dubois (1997 [1973]), o termo *perífrase* era empregado, inicialmente, para denominar uma figura de retórica que consiste na substituição de um termo único por uma seqüência de palavras que o parafraseia. Em virtude de alguns congregados de palavras prestarem-se a expressar, na língua, a mesma função que determinadas classes, estendeu-se essa terminologia para os domínios morfológicos, passando-se a denominar a locução formada de verbo auxiliar + verbo principal de *perífrase verbal*. Acredita-se que a adoção dessa terminologia seja bastante pertinente, porque, além de evitar a confusão terminológica que envolve os termos, a *perífrase*, conforme esclarece Dubois (1997 [1973]), “vincula-se à sintaxe, enquanto a locução (verbal, adjetiva, nominal) vincula-se ao léxico.” (p. 464)

Além de não haver entre os autores dessas obras um acordo quanto ao uso da terminologia, pode-se afirmar que o único ponto consensual que se identifica é cotejado nas entrelinhas das gramáticas e restringe-se ao fato de que parece haver entre eles um acordo tácito

no sentido de recorrerem a critérios semânticos para definir os verbos integrantes de uma perífrase, conforme atestam estas palavras de Cunha (1990 [1972]):

Quanto à função, o verbo pode ser principal ou auxiliar. Principal é o verbo de significação plena, nuclear de uma oração. (...) Auxiliar é aquele que, desprovido total ou parcialmente da acepção própria se junta a formas nominais de um verbo principal, constituindo com elas locuções que apresentam matizes significativos particulares. (CUNHA, 1990, p. 371)

Pontes (1973) adverte sobre as impropriedades desse tipo de classificação, argumentando que, se se admite o fato de que, numa perífrase, o auxiliar esvazia-se de seu significado em detrimento das funções gramaticais que passa a desempenhar, cabendo-lhe a denominação de verbo secundário, é, no mínimo, incoerente classificá-lo com base em um significado que se reconheceu não mais existir. Segundo ela, o critério preponderante para nortear a análise e a classificação dos verbos de uma perífrase deve ser seu comportamento sintático, pois “é muito mais seguro analisar os verbos de acordo com seus acompanhantes na oração do que conforme seu sentido”. (PONTES, 1973, p. 39) A autora reitera ainda sua preferência em favor do critério formal, ao afirmar que o estudo das formas perifrásticas toca num “problema claramente sintático, pois além de implicar em grupos de palavras, envolve ‘o valor funcional das palavras na oração’ e ‘relações de dependência das palavras’ e até de orações, quando se relaciona com orações reduzidas.” (*ibidem*, p. 41)

Perini (1989) também não considera o critério semântico eleito pelos gramáticos adequado para o tratamento do auxiliar e sugere a combinação de critérios morfológicos – em virtude de sua flexão ser tipicamente verbal – e de critérios sintáticos, considerando-se o fato de os auxiliares desempenharem a função de núcleo do predicado. O autor referenciado elucida que, embora a gramática tradicional defina o termo “núcleo do predicado” de uma forma semântica,

da forma como ele o concebe, trata-se de uma definição apenas sintática, uma vez que “o verbo desempenha na oração uma função única à qual (...) [se dá] o rótulo tradicional de ‘núcleo do predicado’” (PERINI, 1989, P. 72). Na compreensão desse autor, apenas o verbo pode exercer a função de núcleo do predicado. Como se percebe, seu postulado afasta-se da concepção tradicional, que considera a possibilidade de um adjetivo vir a ser núcleo do predicado quando ocorre com verbo de ligação (predicado nominal) ou com verbo nocional (predicado verbo-nominal). Perini (*op. cit.*) defende ainda que “os auxiliares são verbos, segundo a maioria dos pontos de vista, mas pertencem a uma subclasse especial, submetida a regras sintáticas parcialmente distintas daquelas que regem o comportamento dos demais verbos.” (p. 237)

Outro critério que também costuma ser evocado para o tratamento da auxiliarização aproxima-se bastante daquele proposto pelos gramáticos, mas avança em algum aspecto porque considera questões diacrônicas imbricadas no processo. Trata-se do critério da evolução semântica que se baseia, segundo Câmara Jr. (1964), no fenômeno da gramaticalização. Para esse linguista, a gramaticalização seria o fator primordial na distinção entre uma simples seqüência de verbos e uma forma verbal perifrástica:

AUXILIAR – Diz-se de qualquer vocábulo de significação gramatical (...), que forma locução com um vocábulo de significação externa para situá-lo numa dada categoria gramatical, ou numa dada relação sintática; portanto, qualquer vocábulo que é morfema categórico ou relacional (...). Muitas vezes trata-se de um vocábulo de significação externa que sofreu gramaticalização (...) em todos ou alguns de seus empregos. (CÂMARA JR., 1964, p. 91)

Se as divergências no tocante ao critério para explicar o fenômeno da auxiliarização e também para decidir sobre a (ir)relevância de se distinguir quanto à possibilidade de haver dois tipos de perífrases verbais – tempos compostos e locuções verbais – são palpáveis, também no que se refere a nomear os termos de uma perífrase e a definir suas funções elas se manifestam.

Mais uma vez, nota-se, entre os gramáticos, a adoção de uma nomenclatura comum: *verbo auxiliar* e *verbo principal*. Contudo, entre os lingüistas, apesar de bastante recorrente, o emprego de tal nomenclatura não é unânime. Benveniste (1995 [1966]), ao estudar esse fenômeno lingüístico no Francês, optou por empregar a terminologia *forma auxiliante* e *forma auxiliada*, ou mais sucintamente, *auxiliante* e *auxiliado*. Infere-se, pela nomenclatura adotada, a opção do lingüista pelo critério sintático da subordinação entre as formas constituintes da perífrase. De acordo com o autor, a “junção produz uma forma verbal de estrutura binômica (...), de ordem invariável, cujos elementos podem ser dissociados por uma inserção.” (BENVENISTE, 1995, p. 183) Essa assertiva de Benveniste (*op. cit.*) evoca uma reflexão, já que a permissividade de inserção de material lingüístico entre a forma *auxiliante* e a *auxiliada* abre um precedente contra o princípio da coesão da perífrase proposto pelos teóricos da gramaticalização. A ocorrência de material interveniente entre os constituintes da perífrase pode indicar que a coesão entre os elementos ainda não se consolidou o suficiente e que, portanto, o processo de gramaticalização ainda está instaurado.

Para o lingüista em foco, o engendramento do fenômeno da auxiliarização – ou da *auxiliação*, para adotar a terminologia do autor – nem sempre recebeu a devida atenção por parte dos estudiosos da língua. Na década de setenta, Benveniste enumera apenas dois estudos consagrados a esse respeito: um datado de 1938 e outro empreendido em 1959. Guillaume (1938), citado por Benveniste (1995 [1966]), dedicou-se a estudar a propriedade que torna os auxiliares, entre todos os verbos, habilitados para desempenhar essa função. Segundo esse estudioso, a seleção é determinada pelo mecanismo da “*subductividade*, que os faz preexistirem idealmente aos outros verbos.” (GUILLAUME, 1938, *apud* BENVENISTE, 1995, p. 181)

Para ele, “os verbos auxiliares são verbos cuja gênese material interrompida por uma conclusão mais rápida da gênese formal, fica em suspenso, não se completa e pede, conseqüentemente, um *complemento de matéria* que – estando encerrada a ontogênese da palavra – só pode vir do exterior: de uma outra palavra.” (BENVENISTE, 1995 [1966], p. 182)

Também Tesnière (1959, *apud* BENVENISTE, 1974) dedicou-se a um estudo pormenorizado dos tempos compostos. Na percepção de Benveniste, excetuando-se as especificidades de terminologia, o estudo mostra-se muito próximo daquele apresentado por Guillaume (1938). O escopo de Tesnière era postular um princípio geral regulador da formação dos tempos compostos. Eis a sua lei, citada por Benveniste (1995 [1966], p. 182): “No momento do desdobramento de um tempo simples em tempo composto, as características gramaticais são expressas no auxiliar, e a raiz verbal no auxiliado.” Percebe-se no princípio postulado por Tesnière o delineamento das funções dos termos constituintes das perífrases verbais: o auxiliar carrega o morfema e o auxiliado (ou principal) carrega o semantema. Pode-se afirmar que a maioria dos gramáticos de Língua Portuguesa partilha das postulações propostas por Tesnière no que se refere ao papel dos verbos integrantes de uma perífrase verbal, conforme demonstram estas palavras de Pontes (1973):

(...) a gramática tradicional prima em definir o auxiliar de um ponto de vista semântico (... o auxiliar é definido como um verbo semanticamente secundário, que apenas auxilia o verbo principal. Sua função é tipicamente gramatical: a de carregar os morfemas de pessoa-número e tempo²⁹. O verbo principal é que conserva seu sentido pleno. Acredita-se que o verbo principal tem um sentido léxico, enquanto o auxiliar exerce a função gramatical. (PONTES, 1973, p. 63)

Benveniste (1995 [1966]), contudo, questiona essa consagrada e tradicional teoria ponderando que, ao se agregarem os *auxiliantes* e *auxiliados*, ocorre na perífrase uma verdadeira mutação em termos aspectuais e temporais. Segundo ele, “como essa mutação é concebível se,

²⁹ Reitera-se aqui a já mencionada desatenção que a maioria dos gramáticos dispensa à categoria verbal de aspecto.

conforme se ensina, todas as funções morfológicas estão concentradas unicamente no auxiliante? Por que magia a proximidade do auxiliado, se ele é apenas semantema, transforma o presente em perfeito?” (BENVENISTE, 1995, p. 187) O autor em tela defende a tese de que o auxiliado não contribui, de forma alguma, apenas com a carga semântica; “ele é também portador de uma parte da função gramatical.” (*ibidem*, p. 188) E conclui:

parece, portanto, que o auxiliado deve ser reconhecido como bifuncional. Além de sua função paradigmática, de assegurar a ligação semântica com o verbo, ele preenche uma função sintagmática complementar à do auxiliante. Auxiliado e auxiliante são mutuamente adjuvantes nesse processo. (BENVENISTE, 1995, p. 188)

2.1 CLASSES DE AUXILIARIZAÇÃO

De acordo ainda com Benveniste (1995 [1966]), a forma verbal engendrada pelo processo de auxiliarização se opõe à forma verbal simples, porque enquanto esta é não auxiliada e, portanto, não marcada, aquela é a forma marcada. Assim, considerando-se o processo de criação das formas verbais, pode-se dizer que, estruturalmente, existem dois tipos de formas verbais:

- (a) forma simples ou auxiliante [- marcada]
- (b) forma perifrástica ou auxiliada [+ marcada]

Ao estudar o fenômeno da auxiliarização na Língua Francesa, o autor detectou que há três formas distintas de se marcar a forma auxiliada, o que acarreta três classes de auxiliarização, as quais serão detalhadas na subseção ulterior. Em Língua Portuguesa, encontram-se referências anteriores ao trabalho de Benveniste para o tema. Said Ali (1966 [1908]), ao tratar do emprego do

infinitivo, já empregava a terminologia de *auxiliares modais* e Cláudio Brandão (1963), ao discorrer sobre os verbos auxiliares, já mencionava dois tipos distintos de auxiliarização: a temporal e a de passividade.

2.1.1 AUXILIARIZAÇÃO DE TEMPORALIDADE

É o processo de auxiliarização que se constrói mediante a fusão da forma auxiliar com o particípio passado e que tem por função formar os tempos verbais do perfeito. São, na verdade, as perífrases que as gramáticas normativas denominam de tempos compostos. Denomina-se auxiliarização de temporalidade porque, ao se fundir com o auxiliado, o auxiliante passa a expressar um novo tempo, diferente daquele que, na condição de forma simples, ele expressava. A análise dos exemplos (7) e (8), a seguir, favorecerá o entendimento do raciocínio proposto.

(7) Os alunos secundaristas *têm* provas toda semana.

(8) Os alunos secundaristas *têm feito* provas toda semana.

Em (7), a forma verbal simples indica um tempo: o presente. Já em (8), ao se tornar auxiliante do particípio, ela se funde com ele, constituindo uma forma perifrástica e, como tal, passa a indicar um outro tempo: o pretérito perfeito, que, em Português, contrariamente ao que se verifica no Francês, não equivale semanticamente ao pretérito perfeito simples. Benveniste (1995 [1966]) defende que esse processo de mutação funcional do presente em auxiliante do pretérito perfeito só é possível por meio do fenômeno da auxiliarização. Segundo ele, apenas a junção sintagmática das duas formas é capaz de operar essa mutação de tempo, o que constitui mais um

argumento em favor do estatuto sintático das perífrases verbais. “Deve-se admitir, então, que o auxiliado (...) não é somente semantema; ele é também portador de uma parte da função gramatical. Pois, afinal, o papel de semantema no sintagma não exigiria a forma específica do particípio passado.” (BENVENISTE, 1995 [1966], p. 188) É embasado nesse argumento que o autor defende o caráter bifuncional do auxiliado, alegando que ele opera tanto no plano paradigmático (coesão da perífrase) quanto no sintagmático (complemento do auxiliar), e propõe uma distinção funcional entre os integrantes de uma perífrase: (a) a função própria de cada um deles e (b) a função do conjunto.

O auxiliante (...) tem de próprio a *função de flexão*: ele traz, de algum modo, as desinências e indica a pessoa, o número, o modo, a voz.

O auxiliado (particípio passado) tem de próprio a *função de denotação*: ele identifica lexicalmente o verbo do qual ele traz, de algum modo, o radical.

Mas somente a soma do auxiliante e do auxiliado, associando o *sentido* específico do *auxiliante à forma* específica do *auxiliado* assegura a *função de temporalidade* e produz o valor de perfeito. (BENVENISTE, 1995 [1966], p. 188)

2.1.2 AUXILIARIZAÇÃO DE DIÁTESE

Trata-se sob o nome de auxiliarização de diátese aquela utilizada para formar a voz passiva. No Português, corresponderia, estruturalmente, às seqüências *ser* + particípio e *estar* + particípio, cuja função não é, como no caso anterior, expressar um outro tempo verbal, mas demarcar uma ação sofrida pelo sujeito. A despeito de haver, no Português, possibilidade de se expressar a passividade do sujeito por meio de estruturas sintéticas – *Descrivem-se os fatos lingüísticos em inúmeros trabalhos*, por exemplo –, a preferência do falante parece ser pela

passiva analítica, recorrendo-se, para isso, ao recurso da auxiliarização. Funcionalmente, pode-se mesmo afirmar que o falante, pelo menos no estágio atual da língua, não identifica o valor passivo das estruturas sintéticas, reanalisando o sintagma nominal posposto ao verbo como seu argumento interno e não efetuando a concordância prescrita pela gramática.

O recurso da auxiliarização para expressar a passividade pode ser empregado, na Língua Portuguesa, tanto em se tratando de formas verbais simples, como em se tratando de formas compostas, conforme ilustram os exemplos de (9) a (12), a seguir:

(9) Quando eu *vender* o carro, pagarei a dívida.

(10) Quando o carro *for vendido*, a dívida *será paga*.

(11) Quando eu *tiver vendido* o carro, *poderei pagar* a dívida.

(12) Quando o carro *tiver sido vendido*, a dívida *poderá ser paga*.

A análise dos exemplos acima permite a identificação de um interessante aspecto estrutural da auxiliarização de diátese em tempos compostos: assim como ocorre nas formas simples, salvo raras exceções que permitem ao auxiliar se pospor ao verbo principal (Quando o carro *vendido for*, por exemplo), também nas formas compostas, o auxiliar de diátese mantém um lugar fixo na perífrase: antepõe-se à forma auxiliada de participípio. Partindo-se do pressuposto de que, numa perífrase, as formas possuem uma ordem invariável, a fixidez da posição do auxiliar *ser* nas perífrases passivas compostas comprova o aspecto funcional da segunda auxiliarização. Esse recurso de se sobrepor uma auxiliarização a outra é o que Benveniste (1995 [1966]) denominou, no Francês, de *auxiliarização de segundo grau* ou *sobreauxiliação*.

Há ainda de se realçar um outro aspecto peculiar da auxiliarização de diátese: enquanto na auxiliarização de temporalidade, a forma auxiliante é de natureza variável e a auxiliada é invariável, em se tratando da auxiliarização de diátese, tanto o auxiliante quanto o auxiliado são variáveis, já que ambos experimentam a flexão. Acredita-se que isso se deva ao caráter relacional

dos verbos empregados como auxiliares. Said Ali (2001 [1921]) explica que os verbos relacionais apagam ou modificam sua acepção própria ao se combinarem com um termo originariamente apêndice com o qual partilham ou ao qual delegam a predicação. Em se tratando da combinação de verbos relacionais com o particípio, este se torna o apêndice predicativo, passando a exprimir, em virtude de sua natureza genuinamente verbal, não uma qualidade, mas o resultado de uma ação. As marcas de concordância que recebe devem-se à função predicativa que passa a assumir, dividindo com o auxiliar a predicação.

Entre os auxiliares *ser* e *estar* empregados para se construir a auxiliarização de diátese, a despeito da identidade estrutural, verifica-se uma variação na forma de se referir à passividade que, segundo Mattos e Silva (2001 [1994]), radica-se em questões de cunho diacrônico já delimitadas nas formas simples: *ser* exprime estados permanentes, enquanto *estar* associa-se a estados transitórios. Ao empregar o verbo *ser* nas formas perifrásticas, imprime-se ao enunciado uma passividade de ação, enquanto a opção pelo verbo *estar* denota uma passividade de estado.

2.1.3 AUXILIARIZAÇÃO DE MODALIDADE

Como já pontuado anteriormente, Said Ali (1966 [1908]) já menciona esse tipo de auxiliarização, ao discorrer sobre o infinitivo pessoal, apoiando-se, segundo ele, em “gramáticos notáveis”, conforme demonstra o excerto transcrito a seguir:

Quando dizemos que o infinitivo ocorre, no discurso, unido a certos verbos sem existência própria, acodem logo à nossa mente os verbos classificados por gramáticos

notáveis (WHITNEY, VERNALECKEN e outros) como auxiliares modais. Exercem essa função em português os verbos *poder, saber* (significando “ter aptidão”, cf. inglês *can*), *dever, haver de, ter de, querer*. Compêndios nossos são obscuros sobre a matéria, mas é bom lembrar que, quando um verbo, como os auxiliares modais, rege habitualmente outro verbo (*), não devemos identificá-lo com os chamados transitivos, que se constroem com substantivos ou pronomes. (SAID ALI, 1966, p. 63)

Percebe-se, pelas palavras de Said Ali, a consciência a respeito da escassez de estudos acerca do tema em nossas gramáticas. Por não constituir o objeto de sua atenção, o tema foi apenas ventilado em sua obra, limitando-se a elencar os verbos que, no português, prestam-se a essa função. Outro aspecto que pode ser inferido da explanação de Said Ali é de cunho formal e restringe-se ao fato de tais verbos combinarem-se sempre com o infinitivo.

Benveniste (1995 [1966]), que se propôs a empreender um estudo mais acurado sobre a auxiliarização tomando por parâmetro a Língua Francesa, explica que, “diferentemente da temporalidade e da diátese, a modalidade não faz parte das categorias necessárias e constitutivas do paradigma verbal. Ela é compatível tanto com a temporalidade como com a diátese em todas as formas verbais.” (p. 193) Do ponto de vista estrutural, como já ventilado por Said Ali (1966 [1908]), ela apresenta ainda uma restrição, já que seleciona como auxiliado uma forma infinitiva do verbo: “todo verbo que assume a função modalizante assume ao mesmo tempo um infinitivo auxiliado.” (*op. cit.*, p. 196) Assim, estruturalmente, ela é constituída de auxiliar flexionado + (preposição) + infinitivo, conforme exemplos apresentados em (13) e em (14):

(13) Eles *hão de encontrar* o caminho de volta antes do anoitecer.

(14) Eles *têm de encontrar* o caminho de volta antes do anoitecer.

Hopper e Traugott (1993), ao estudarem os auxiliares modais em Inglês, também identificaram o mesmo contexto de ocorrência dos modais já reconhecidos por Said Ali (1966 [1908]) e por Benveniste (1995 [1966]), qual seja, a construção perifrástica que expressa a

modalidade compõe-se de um verbo principal e de um complemento infinitivo. Hopper e Traugott (*op. cit.*) atribuem a expressão perifrástica da modalidade a um processo de reanálise sintática e semântica. Segundo eles, o que ocorre é que um subconjunto de verbos principais são reanalisados, a partir de um raciocínio abduutivo, como uma categoria separada: os modais. Assim, em alguns contextos, os processos abdutivos podem induzir o falante a interpretar um conjunto de dados não como representando duas orações subjacentes, mas como apenas uma estrutura superficial, como se fossem formas adjacentes. A partir do momento em que essa reanálise ocorre, outras mudanças tornam-se possíveis, incluindo-se a fusão de morfemas, a redução da carga sonora do item e a reanálise semântica, responsável pela mudança funcional do item. Adotando-se semelhante raciocínio para a Língua Portuguesa, pode-se associar o que ocorre com os exemplos (13) e (14) acima a uma reanálise semântica. Em (13), percebe-se o desejo do enunciador de que seu enunciado se efetive. Em (14), o que se verifica é o tom de obrigatoriedade que o enunciador impinge ao produto de sua enunciação. De acordo com o raciocínio proposto por Hopper e Traugott (1993), o falante pode ter reanalisado a possibilidade expressa em (13) como uma obrigação, tamanho é o desejo de que ela se efetive, passando a interpretar construções como aquela apresentada em (14) não mais como possíveis ou prováveis, mas como necessárias. Tratam-se, pois, de modos diferenciados de o enunciador posicionar-se frente ao seu enunciado. É exatamente esse modo de o enunciador julgar a ação expressa pelo verbo como necessária, obrigatória, possível ou provável que, em Lingüística, recebe o nome de modalidade. Segundo Benveniste (1995 [1966]), enquanto categoria lógica, a modalidade compreende três formas de expressão: (1) a possibilidade, (2) a impossibilidade e (3) e a necessidade. Já, enquanto categoria lingüística, esses “modos se reduzem a dois, pelo fato de que a impossibilidade não tem expressão distinta, e se exprime pela negação da possibilidade.” (*op. cit.*, p. 192)

2.2 PRINCÍPIOS DA AUXILIARIZAÇÃO

Benveniste (1995 [1966]) postula a existência de três princípios gerais que regem a estrutura formal da auxiliarização, quais sejam: (1) *princípio da não-reflexividade da função auxiliante*, (2) *princípio da não-admissibilidade da auxiliarização de diátese pelo auxiliante* e (3) *princípio da não-reversibilidade da relação auxiliante/auxiliado*.

Segundo prevê o primeiro princípio, nenhum auxiliante pode se auxiliar. Isso explica o fato de construções como (*) “foi sido”, (*) “estava estando”, (*) “há havido”, por exemplo, não produzirem estruturas gramaticais na língua. Contudo, há alguns contra-exemplos no Português e estes não se restringem à auxiliarização de modalidade, como já previra Benveniste para o Francês, embora pareçam ser mais abundantes nesta classe. A construção *tem tido*, por exemplo, é não apenas aceitável como também bastante produtiva na língua, conforme ilustram os exemplos (15) e (16) seguintes:

(15) Ela não *tem tido* tempo de se dedicar à educação dos filhos como gostaria.

(16) Muitos jovens não *têm tido* oportunidade de cursar uma graduação, porque não podem arcar com os custos de uma instituição particular e não conseguem ingressar em uma instituição pública.

Também em situações de informalidade ou mesmo na fala infantil é comum ouvirem-se construções como a apresentada em (17):

(17) Eu já *vou indo* porque ainda estou cheia de coisas para fazer.

No que tange à expressão da modalidade, os contra-exemplos, como no Francês, também existem:

(18) Eu *hei de haver* aquele prêmio³⁰.

(19) Vocês *têm de ter* mais responsabilidade.

Parece, portanto, que, na Língua Portuguesa, esse princípio é menos rígido que na Língua Francesa, o que pode constituir campo de estudo para pesquisas futuras.

De acordo com o segundo princípio, nenhum auxiliante pode ser transposto para a passiva. Isso, de certa forma, já foi demonstrado e corroborado quando da análise dos enunciados (11) e (12), aqui repetidos apenas por comodidade para o leitor:

(11) Quando eu *tiver vendido* o carro, *poderei pagar* a dívida.

(12) Quando o carro *tiver sido vendido*, a dívida *poderá ser paga*.

O fato de o auxiliante de diátese se interpor, nas formas perifrásticas, entre o auxiliante e o auxiliado demonstra ser o auxiliado que foi transposto para a passiva e não o auxiliante. Assim, comprova-se o princípio de que um auxiliante não pode ser apassivado.

Segundo o terceiro princípio, “um auxiliante torna-se o auxiliado de um sobreauxiliante, jamais o inverso.” (BENVENISTE, 1989, p. 198) Esse princípio é mais bem identificado diacronicamente, embora possa também ser percebido na sincronia, dado que, como já mencionado por Hopper e Traugott (1993), verifica-se na língua uma tendência para a criação de novas formas perifrásticas. Os enunciados apresentados em (20) e em (21) se propõem a ilustrar esse princípio sincronicamente:

(20) Quando a pesquisa *for concluída*, seus resultados poderão elucidar várias questões controversas.

(21) Quando a pesquisa *tiver sido concluída*, seus resultados poderão elucidar várias questões controversas.

³⁰ Apesar de não ser muito produtiva na língua, essa perífrase é, às vezes, empregada para expressar um grande desejo de que algo se realize.

Ao se apassivar uma forma perifrástica, o que se verifica é que o verbo outrora auxiliar, embora mantenha o mesmo estatuto na nova perífrase, assume características formais próprias do verbo auxiliar, isto é, pospõe-se ao novo auxiliar, passando a ser flexionado no particípio, como o verbo principal. É por isso que se diz que o auxiliante pode tornar-se o auxiliado de um outro auxiliante, mas jamais o contrário. Tal princípio endossa também a teoria defendida na literatura clássica acerca do fenômeno da gramaticalização de que este é um processo gradual e contínuo e que, uma vez iniciado, não retrocede, não podendo, pois, haver desgramaticalização. Vê-se, dessa forma, que não é permitido a um verbo auxiliar abdicar-se de sua função, tornando-se novamente um verbo pleno.

2.3 A FUNÇÃO LINGÜÍSTICA DA AUXILIARIZAÇÃO

As categorias podem ser expressas, basicamente, por meio de dois mecanismos lingüísticos: um morfológico e outro sintático. Os mecanismos morfológicos são os morfemas flexionais empregados nas formas simples para precisar o tempo, o modo, o número e a pessoa dos verbos. Já os mecanismos sintáticos são as formas perifrásticas que denotam, além do tempo, do modo, do número e da pessoa, a voz e o aspecto do verbo, embora este também possa ser identificado semanticamente em formas simples. O fato é que não existe, na Língua Portuguesa, um morfema de voz, tampouco de aspecto, o que faz com que tanto a flexão de voz quanto a categoria de aspecto sejam identificadas por meio de mecanismos sintáticos e ou semânticos. Na presente seção, discutir-se-ão as flexões verbais e a categoria que é originária do fenômeno

sintático da auxiliarização. Nesse sentido, não serão descritas as questões atinentes às formas simples do verbo, mas tão somente aquelas relacionadas às perífrases verbais. Portanto, aquelas que se manifestam sintaticamente.

2.3.1 FLEXÃO DE TEMPO E DE MODO

Nas palavras de Câmara Jr. (1998 [1970]), “a complexidade para a interpretação do morfema flexional, propriamente verbal, em português, decorre, em primeiro lugar, da cumulação, que nele se faz, das noções de tempo e de modo, além da noção suplementar de aspecto que às vezes se inclui naquela primeira.” (CÂMARA JR., 1998, p. 98) Essa cumulação que se verifica nos morfemas empregados para as formas simples também se estende analogicamente às formas perifrásticas. Contudo, em se tratando da flexão modo-temporal, a identificação é feita não a partir de um morfema, mas por meio de um mecanismo sintático, já que ela se manifesta é na relação sintagmática entre auxiliante e auxiliado. Dessa feita, não há como dissociar o tempo e o modo verbais. De acordo com Câmara Jr. (*op. cit.*), “aquele se refere ao momento da ocorrência do processo, visto do momento da comunicação. Este a um julgamento implícito do falante a respeito da natureza, subjetiva ou não, da comunicação que faz.” (p. 98) Assim, se o falante sinaliza seu posicionamento subjetivo em relação ao processo verbal que comunica, têm-se os modos subjuntivo ou imperativo. Este se distingue daquele não em virtude do maior ou menor teor de subjetividade, ou em virtude de nuances semânticas como alardeiam várias obras de natureza gramatical, mas em decorrência de questões estruturais, uma

vez que, conforme explica Câmara Jr., “o subjuntivo tem a característica sintática de ser uma forma verbal dependente de uma palavra que o domina, seja o advérbio *talvez*, preposto, seja um verbo de oração principal.” (CÂMARA JR., 1998, p. 99) Já “o imperativo tem a sinalização subjetiva, mas não a subordinação sintática.” (*ibidem*, p. 99) Pode-se dizer, então, que o imperativo não é, senão, “um subjuntivo sem o elo da subordinação sintática” (CÂMARA JR., 1998, p. 102), fato que muitas vezes desencadeia uma confusão formal entre esses dois modos. Se, contrariamente aos dois modos apresentados, o falante não sinaliza seu posicionamento subjetivo frente ao processo – embora o fato de não estar marcado não assegure a sua inexistência –, está-se diante do modo indicativo.

A noção gramatical de tempo que, como já mencionado, não se dissocia da noção gramatical de modo, desdobra-se tanto no indicativo quanto no subjuntivo, embora apresente especificidades de manifestações em cada um deles. Conforme demonstrou Benveniste (1995 [1966]), a forma auxiliante, ao se combinar com a forma auxiliada, cria um outro tempo verbal diferente daquele que expressava enquanto forma simples. Assim, a junção das formas auxiliares com as formas auxiliadas originou quatro tempos compostos para o modo indicativo e três para o modo subjuntivo, os quais serão sucintamente descritos a seguir:

2.3.1.1 TEMPOS COMPOSTOS DO MODO INDICATIVO

2.3.1.1.1 PRETÉRITO PERFEITO COMPOSTO

Estruturalmente, é constituído da forma auxiliar flexionada no presente do indicativo e da forma principal (ou auxiliada) no particípio passado: *tenho vendido*, *têm estudado*, por exemplo.

Semanticamente, aspecto que será mais bem detalhado posteriormente, é empregado, segundo Bechara (1999), para expressar a repetição (cf. enunciado (22)) ou o prolongamento de um fato até o momento em que se fala (cf. enunciado (23)). Pode ainda denotar um fato habitual (cf. enunciado (24)) ou mesmo consumado (cf. enunciado (25)):

(22) Eu *tenho ido* à natação todas as terças e quintas.

(23) Aqueles bolsistas não *têm demonstrado* interesse em continuar o trabalho.

(24) As crianças *têm ido* à escola sozinhas.

(25) “*Tenho dito*. (no fim dos discursos)” (BECHARA, 1999, p. 278)

2.3.1.1.2 PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO

É constituído da combinação do verbo auxiliar flexionado no pretérito imperfeito e do verbo principal também no particípio passado, conforme ilustra o enunciado (26):

(26) Quando a polícia chegou, os bandidos já *havam fugido*.

De acordo com Said Ali (2001 [1921]), o pretérito imperfeito, em virtude de seu aspecto perfectivo, exibe uma significação muito próxima daquela expressa pelo pretérito-mais-que-perfeito, fato que lhe permitiu substituí-lo, sobretudo na linguagem informal, segundo demonstram os exemplos (27) e (28), apresentados a seguir:

(27) Quando chegamos à festa, ele já *tinha saído*.

(28) Quando chegamos à festa, ele já *saiu*.

Provavelmente, nenhum falante do português contemporâneo titubearia em escolher o enunciado (27) em detrimento do (28), no mesmo contexto. A maioria dos usuários da língua contemporânea sequer conhece o fato de que uma forma pode ser empregada pela outra, já que, em termos semânticos, tanto a forma simples quanto a composta expressam uma ação anterior à outra também passada. Assim, tanto no enunciado (27) quanto no (28), a ação de “sair” é anterior à ação de “chegar”, também passada em relação ao momento da enunciação.

2.3.1.1.3 FUTURO DO PRESENTE COMPOSTO

Formado da junção do auxiliar flexionado no futuro do presente e do auxiliante no particípio passado, o futuro do presente composto expressa uma ação anterior ao marco temporal futuro, conforme se percebe em (29), em que a ação de *terminar* já é anterior em relação à ação de *chegar*:

(29) Quando ela chegar, eu já *terei terminado* todo o trabalho. Aí não haverá mais o que fazer.

2.3.1.1.4 FUTURO DO PRETÉRITO COMPOSTO

Assim como o futuro do presente, também o futuro do pretérito composto é empregado para se referir a uma ação não realizada, mas concebida com certas restrições. Se, em se tratando do futuro do presente, percebe-se um posicionamento confiante e otimista do enunciador no que se refere à efetivação da ação verbal, em se tratando do futuro do pretérito, tal confiança não se instaura. A perífrase constituída do auxiliar flexionado no futuro do pretérito + o particípio passado do verbo principal é empregada para expressar uma modesta asseveração em relação ao passado, conforme ilustra o exemplo (30), a seguir:

(30) Nós o *teríamos ajudado*, se soubéssemos que estava em dificuldade.

Do ponto de vista das informações implícitas, o uso do futuro do pretérito denota que a ação sobre a qual se enuncia não foi realizada. A leitura de (30) faz pressupor que o enunciador desconhecia as dificuldades por que passava o sujeito objeto de sua enunciação e também que ele (o enunciador) não o ajudou em suas necessidades.

2.3.1.2 TEMPOS COMPOSTOS DO MODO SUBJUNTIVO

2.3.1.2.1 PRETÉRITO PERFEITO COMPOSTO

Forma-se mediante a combinação sintagmática da forma auxiliante flexionada no presente do subjuntivo com a forma auxiliada no particípio passado:

(31) Espero que eles *tenham concluído* a tarefa que lhes pedi.

Além do aspecto estrutural já mencionado, cumpre acrescentar que tal tempo, como explicou Câmara Jr. (1998 [1970]), ocorre sempre combinado com orações subordinadas cujo fato expresso é concebido como incerto, duvidoso ou mesmo de realização impossível.

2.3.1.2.2 PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO

Do ponto de vista estrutural, compõe-se da junção de uma forma auxiliar flexionada no pretérito imperfeito do subjuntivo com uma forma principal flexionada no particípio passado, como em (32):

(32) Se ele *tivesse vendido* o carro, como lhe sugeri, provavelmente, teria saldado a dívida.

Assim como já salientado para o pretérito perfeito composto, verifica-se também uma correlação desse tempo com uma oração subordinada, fato recorrente em todos os tempos compostos do modo subjuntivo, já que esse tempo subordina-se sintaticamente ao verbo da oração principal, o chamado *consentio temporum*, da gramática latina (cf. Vitral (1987)). Outro aspecto comum aos tempos desse modo é o fato de expressarem sempre ações prováveis cuja realização também se subordina às ações explicitadas na oração principal.

Pode-se afirmar ainda que tal tempo constitui uma marca lingüística de pressuposição, já que, ao admitir que *se tivesse vendido o carro*, haveria uma chance de saldar a dívida, o enunciador instaura o pressuposto de que não o vendeu.

2.3.1.2.3 FUTURO COMPOSTO

O último tempo composto do modo subjuntivo é constituído da combinação do futuro do subjuntivo com o particípio passado do verbo principal e expressa uma ação possível de se realizar num tempo posterior ao momento da enunciação, conforme exemplifica o enunciado (33):

(33) Quando eu *tiver concluído* o trabalho, eu lhe avisarei.

Do ponto de vista das informações implícitas, pode-se inferir o propósito do enunciador de que sua ação venha a se realizar.

2.3.2 FLEXÃO DE NÚMERO E DE PESSOA

A despeito de a existência de morfemas flexionais de número e de pessoa nas formas verbais constituir uma afirmação unânime entre os autores dos compêndios gramaticais de Língua Portuguesa, no entender de Câmara Jr. (1998 [1970]), tais morfemas não são propriamente verbais. Segundo esse estudioso, o morfema número-pessoal “serve para assinalar, apenas na forma verbal, a pessoa pronominal do sujeito, entendido como o ser de que parte o processo verbal.” (p. 97) O autor argumenta que tais noções gramaticais radicam-se nos pronomes e, portanto, não devem integrar o mecanismo flexional da língua, já que “são expressas lexicalmente por mudança de vocábulo.” (CÂMARA JR., 1998, p. 85) Trata-se, pois, na visão do referido lingüista, de um mecanismo do léxico e não da gramática.

Os morfemas denominados número-pessoais nas formas verbais simples evocam, como pontua Câmara Jr., um pronome que permite identificar se se trata do enunciador (1ª pessoa), do enunciatário (2ª pessoa) ou do objeto da enunciação (3ª pessoa). Por extensão, a flexão da pessoa gramatical permite, automaticamente, identificar o número – singular ou plural – do sujeito.

Além da especificidade já pontuada por Câmara Jr. nas formas simples, em se tratando de tempos compostos, a identificação do número e da pessoa também não se dá por meio de mecanismos sintáticos, como ocorre com o tempo, com o número e com a voz verbais. A manifestação dessas noções não é percebida na coesão da forma perifrástica, mas identificada tão somente na desinência do auxiliar, conforme comprova a análise dos enunciados (34) e (35), a seguir:

(34) Os cães já *tinham procurado* a onça pintada por dois dias, quando a encontraram acuada perto dos filhotes famintos.

(35) Todos nós *estávamos procurando* o perigoso felino.

Tanto em (34), quanto em (35), é apenas na forma auxiliar que se manifesta a flexão de número e de pessoa das formas perifrásticas. Assim, em (34), identifica-se a terceira pessoa do plural pela desinência “-m”, da forma verbal “tinham”, e, em (35), a primeira pessoa do plural é identificada pela desinência “-mos” da forma verbal “estávamos”. Vê-se, portanto, que o expediente a que o falante recorre para identificar tanto o número quanto a pessoa em que se flexiona a perífrase é semelhante àquele aplicado para as formas simples. Tais exemplos demonstram que, diferentemente do que ocorre com a identificação do tempo, por exemplo, que se manifesta estruturalmente na combinação do auxiliante com o auxiliado, em se tratando da flexão número-pessoal, a identificação só é possível na forma auxiliante. É nesse fato que muitos autores se apóiam para afirmar que o auxiliar carrega os morfemas flexionais da perífrase e que o auxiliado carrega o semantema. Contudo, esse é um fato que só se verifica no caso da flexão número-pessoal, o que, de certa forma, caracteriza-o como esporádico, já que em nenhuma outra flexão pode ser verificado. Por esse motivo, não pode ser generalizado para a descrição do auxiliar, pois configura uma impropriedade de análise que não traduz a realidade da categoria.

2.3.3 FLEXÃO DE VOZ

Como já pontuado, não existe, em Língua Portuguesa, um morfema flexional para expressar a voz, fato que a descaracteriza como um fenômeno morfológico. Ao descrever a classe dos verbos no Português, Perini (1989) não o faz mencionando a flexão de voz, unanimemente apresentada pelos demais estudiosos do tema. Segundo ele, “verbo é a palavra que pertence a um lexema cujos membros se opõem quanto a número, pessoa e tempo.” (PERINI, 1989, p. 320) Apesar de não explicitada, já se antevê na descrição proposta pelo autor a consciência acerca do fato de a flexão de voz não se manifestar morfológicamente, o que o exime de mencioná-la no elenco de traços de identificação do lexema.

A observação dos critérios postulados por nossos gramáticos para se referir a essa flexão induz à conclusão de que o tratamento dispensado a ela não é, de fato, morfológico, mas semântico. Os enunciados de (36) a (39) propõem-se a exemplificar tal tratamento:

- (36) Os fortes temporais do final de semana destruíram muitas casas.
- (37) Muitas casas foram destruídas pelos fortes temporais do final de semana.
- (38) Destruíram-se muitas casas durante os fortes temporais do final de semana.
- (39) Alguns bombeiros se feriram durante a operação de salvamento das vítimas.

Segundo a maioria de nossos gramáticos, em (36), tem-se a voz ativa porque o fato expresso pelo verbo é apresentado como praticado pelo sujeito; em (37) e em (38), tem-se a voz passiva, porque o fato expresso pelo verbo é apresentado como sofrido pelo sujeito; e, em (39), tem-se a voz reflexiva porque o fato expresso pelo verbo é concomitantemente praticado e sofrido pelo sujeito. Ao se deter à descrição estrutural de cada uma das três vozes verbais,

percebe-se a intuição dos gramáticos de que essa flexão se manifesta por meio de mecanismos sintáticos, principalmente em se tratando da voz passiva analítica. No presente estudo, defende-se a tese de que a expressão das vozes verbais é um fenômeno que se processa no âmbito das relações sintagmáticas, pertencendo, portanto, aos domínios da sintaxe. Nessa perspectiva, pode-se assim caracterizar estruturalmente as vozes verbais:

FIGURA 1: Caracterização estrutural das vozes verbais

VOZ VERBAL		ESTRUTURA FORMAL	ESTRUTURA LINGÜÍSTICA
ATIVA		Forma plena ou perifrástica do verbo (excetuando-se as perífrases constituídas de verbo relacional + particípio passado)	[- marcada]
PASSIVA	ANALÍTICA	Forma perifrástica (verbo relacional + particípio passado)	[+ marcada]
	SINTÉTICA	Forma plena (verbo transitivo direto) + SE	[+ marcada]
REFLEXIVA		Forma plena (verbo transitivo direto) + pronome oblíquo de pessoa igual à que o verbo se refere	[+ marcada]

A análise do quadro acima evidencia uma distinção dicotômica entre a voz ativa – [- marcada] – e as demais vozes – [+ marcadas]. Essa distinção se deve ao fato de que, do ponto de vista da relação sintagmática, a voz ativa, mostra-se neutra, já que se manifesta prioritariamente por meio de uma forma plena do verbo, podendo se manifestar também por meio de uma

perífrase, excetuando-se aquelas constituídas de verbo relacional + particípio passado, que, como pontuado por Benveniste (1995 [1966]), destinam-se funcionalmente a expressar a passividade. Pode-se dizer que, sintagmaticamente, verifica-se uma combinação da forma verbal com ϕ , o que lhe rende o atributo de não-marcada. Do ponto de vista da relação sintagmática, todas as demais vozes são marcadas: a voz passiva analítica é marcada pela auxiliarização, a voz passiva sintética é marcada pela combinação da forma plena com o pronome apassivador e a voz reflexiva é marcada pela combinação da forma plena com o pronome reflexivo. Esse fato não será aqui delongado por fugir ao escopo do presente estudo. Considerando-se o objeto aqui delimitado, qual seja o da auxiliarização, interessa mais especificamente apenas a voz passiva analítica, que se constrói exclusivamente por meio da relação sintagmática estabelecida entre auxiliante e auxiliado.

2.3.4 A EXPRESSÃO DO ASPECTO

Como já mencionado não raras vezes, nossas gramáticas tradicionais, salvo poucas exceções, ao se proporem a estudar a classe dos verbos, não tratam da categoria de aspecto neles manifesta. Quando o fazem, as referências podem ser agrupadas, conforme Travaglia (1985 [1981]), em dois tipos distintos: diretas e indiretas. As referências diretas são identificadas quando o autor menciona explicitamente o termo, buscando conceituá-lo ou mesmo apresentar um quadro aspectual capaz de descrever as formas de expressão dessa categoria. Já as referências indiretas são ditas descaracterizadas, pois não se manifestam explicitamente, podendo ser

inferidas a partir de descrições referentes ao emprego dos tempos e modos verbais ou mesmo concernentes ao valor das formas verbais perifrásticas, mais especificamente quando se discute a função dos verbos auxiliares.

Isso ocorre porque, conforme admoesta Comrie (1976), “o aspecto tem sido apresentado essencialmente em termos semânticos, com referência à estrutura interna da situação, sem qualquer discussão sobre as expressões formais do aspecto³¹.” (p. 6, tradução nossa) Para o referido autor, verifica-se entre os estudiosos das línguas uma tendência a se combinar o aspecto com outras categorias, mais especificamente com a categoria de tempo, o que não constitui uma arbitrariedade e cuja opção será justificada adiante (c. subseção 2.3.4.1). Adverte, contudo, que, a despeito de haver uma proximidade entre as categorias de tempo e de aspecto, há entre elas também diferenças que tocam em questões formais tênues. Segundo o autor,

o aspecto não está desconectado do tempo, e o leitor pode, por isso, ficar se perguntando se isso não invalida a distinção persistente entre aspecto e tempo. Entretanto, apesar de ambos, aspecto e tempo, ocuparem-se do tempo, eles se ocupam do tempo de formas muito diferentes. (...) O aspecto não se ocupa em relatar o tempo da situação de uma outra perspectiva temporal, mas antes com o círculo temporal interno de uma situação; um poderia exprimir a diferença como uma diferença entre tempo interno à situação (aspecto) e tempo externo à situação (tempo)³². (p. 5, tradução nossa)

Vê-se, pois, que a categoria de aspecto, por se prestar a funções diferenciadas daquela temporal, não pode ser expressa pelos mesmos mecanismos. Se assim o fosse, não haveria entre ambas qualquer diferença funcional. De acordo com Comrie (*op. cit.*), sendo o aspecto uma categoria gramatical, assim como as demais, “pode ser expresso por meio de uma morfologia não

³¹ “aspect has been presented essentially in semantic terms, with reference to the internal structure of a situation, without any discussion of the formal expressions of aspect.” (COMRIE, 1976, p. 6)

³² “aspect is not unconnected with time, and the reader may therefore wonder this does not vitiate the distinction insisted on above between aspect and tense. However, although both aspect and tense are concerned with time, they are concerned with time in very different ways. (...) Aspect is not concerned with relating the time of the situation to any other time-point, but rather with the internal temporal constituency of the one situation; one could state the difference as one between situation-internal time (aspect) and situation-external time (tense) (COMRIE, 1976, p. 5)

flexional³³” (p. 9, tradução nossa) ou “pode também ser expresso por meio de uma perífrase³⁴.” (p. 9, tradução nossa) Cumpre, pois, ao lingüista investigar e detectar as marcas formais que permitem a sua expressão. No caso do presente estudo, a ênfase é nas formas perifrásticas de expressão, que são engendradas a partir do fenômeno da auxiliarização.

2.3.4.1 TEMPO E ASPECTO: DUAS CATEGORIAS QUE SE INTERSECCIONAM

A confusão geralmente observada entre as categorias de tempo e de aspecto decorre do fato de ambas estarem relacionadas a uma noção mais abstrata de tempo, que não aquela empregada para se referir à categoria verbal ou mesmo à flexão temporal. Tal abstração pode constituir um indício de que a categoria aspectual resulta de uma gramaticalização da categoria temporal, já que no processo de gramaticalização os itens tramitam num *continuum*, deslocando-se do [+ concreto] em direção ao [+ abstrato]. Considerando-se o fato de que a palavra *tempo* possui a propriedade de atualizar vários semas, sendo, portanto, polissêmica, convém explicitar os sentidos que tal termo pode assumir no vocabulário lingüístico. Travaglia (1985 [1981]), apoiando-se nas idéias disseminadas por Comrie (1976), propõe uma atualização triádica para o termo:

- 1) Tempo 1 – categoria verbal (correspondente às épocas: passado, presente, futuro). (...)
- 2) Tempo 2 – flexão temporal (...) flexões da conjugação verbal: pres. do ind., pret. imp. do ind., fut. do pres., fut. do subj., etc. (...)

³³ “may be expressed by means of the inflectional morphology” (COMRIE, 1976, p. 9)

³⁴ “it may also be expressed by means of a periphrasis” (COMRIE, 1976, p. 9)

3) Tempo 3 – a idéia geral e abstrata de tempo sem consideração de sua indicação pelo verbo ou qualquer outro elemento da frase. (...) (TRAVAGLIA, 1985, p. 51)

Tanto o aspecto quanto o tempo verbal são categorias que expressam o tempo em sua terceira acepção. Travaglia (1985 [1981]), visando a uma maior clareza na referência às três acepções supramencionadas, propõe referir-se à primeira, empregando o termo *tempo*; à segunda, por meio da expressão *tempos flexionais*; e, à terceira, empregando todas as letras maiúsculas (*TEMPO*), critério que também será adotado por este estudo. Comrie (1976) emprega o termo *tense* para se referir à primeira acepção e *time* para se referir à terceira.

Apesar de exibirem alguns pontos de intersecção, visto que ambas são categorias de TEMPO, as categorias de tempo e de aspecto não são coincidentes, porque enquanto esta é uma categoria dêitica, uma vez que situa a ação verbal em relação ao momento da enunciação, aquela não o é, porque se refere metalingüisticamente à situação. De acordo com Comrie (1976), o tempo é “um TEMPO externo à situação” e o aspecto é “um TEMPO interno à situação” (cf. citação do autor na p. 96). Expressam, portanto, perspectivas dicotômicas de se referir a uma mesma categoria.

Delineados os domínios de cada uma das duas categorias, torna-se possível esboçar algumas definições para aspecto. Comrie (1976) apresenta uma definição que se tornou clássica, sendo subsidiária da maioria das demais definições cotejadas na literatura. Segundo ele, o aspecto é uma categoria que se presta à expressão dos diversos modos de se ver a constituição temporal interna da situação, ou seja, sua duração. Já Travaglia (1985 [1981]) considera essa uma definição limitada e alega que as noções arroladas como aspectuais demarcam, normalmente, momentos pontuais da situação, podendo, portanto, ser tomadas de diferentes pontos de vista. Para o autor, os dois blocos que são tradicionalmente empregados para descrever o aspecto, quais sejam, concluído (perfectivo) e não-concluído (imperfectivo), são insuficientes para abranger

todas as possíveis fases de uma situação. Seus estudos identificaram três perspectivas de que a situação pode ser descrita, as quais foram dispostas em três grupos: (a) desenvolvimento da situação, (b) “completamento” da situação e (c) realização da situação. O primeiro grupo compreende um subconjunto de três fases: início, meio e fim; o segundo compreende as duas fases apontadas tradicionalmente para se referir ao aspecto: situação incompleta e situação completa; por fim, o terceiro grupo, assim como o primeiro, compreende três fases: situação por iniciar, situação em curso e situação concluída. Eis a definição de aspecto proposta por esse autor:

Aspecto é uma categoria verbal de TEMPO, não dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da realização da situação. (TRAVAGLIA, 1985, p. 53)

Comparando-se as duas definições apresentadas, identificam-se, inicialmente, dois pontos de intersecção: o primeiro refere-se ao fato de as fases propostas por Travaglia (1985 [1981]) também caracterizarem o aspecto como uma categoria de TEMPO, uma vez que elas nada mais são que pontos específicos delimitados no segmento de TEMPO no qual ocorre a situação; o segundo diz respeito ao fato de o TEMPO envolvido na situação não ser concebido numa perspectiva dêitica. A segunda definição, na verdade, parece constituir um desdobramento mais sofisticado da primeira, na medida em que o autor considera as possíveis etapas em que uma situação pode ser descrita, fato não explicitado por Comrie (1976).

Assim como alguns esclarecimentos referentes às categorias de tempo e de aspecto se fizeram necessários para melhor defini-las, uma análise mais acurada das clássicas noções de perfectivo e de imperfectivo também se mostra salutar, no sentido de melhor se entender essas

tradicionais formas de opor as categorias aspectuais. Essa discussão constitui o cerne da próxima subseção.

2.3.4.2 REVISITANDO OS CONCEITOS DE PERFECTIVO E DE IMPERFECTIVO

Comrie (1976) tece algumas críticas à forma tradicional de se conceber as oposições aspectuais, que costuma, normalmente, associar as formas perfectivas a situações de curta duração, enquanto as imperfectivas aparecem, geralmente, veiculadas a situações de longa duração. Segundo o autor, essa é uma divisão bastante vulnerável, já que é muito fácil encontrar exemplos que a contradigam, conforme demonstram os enunciados transcritos em (40), em (41) e em (42), abaixo:

(40) João concluiu o Doutorado em três anos.

(41) Ao longo das duas últimas semanas, Maria definhava a olhos vistos.

(42) Aquele estudante resolveu a prova em apenas vinte minutos.

Tanto em (40) quanto em (42), temos aspectos perfectivos. Contudo, a longa ou a curta duração dessas situações é uma questão bastante subjetiva. Três anos pode representar pouco tempo se comparado a dez, por exemplo, ou se o enunciatário detiver o conhecimento prévio de que, normalmente, as pessoas concluem o Doutorado em quatro anos; porém, se comparado aos vinte minutos do enunciado (42), que expressa também uma ação perfectiva, pode ser considerado muito tempo. Três anos representa ainda muito tempo se comparado às duas semanas do enunciado (41), que expressa um aspecto imperfectivo.

O autor mencionado defende que, na discussão do aspecto, “é importante compreender que a diferença entre perfectividade e imperfectividade não é necessariamente uma diferença objetiva entre situações, nem é necessariamente uma diferença que é apresentada pelo falante como sendo objetiva³⁵.” (COMRIE, 1976, p. 4, tradução nossa) Ele prossegue em sua crítica, afirmando que, em seu julgamento, tão inapropriado quanto associar o termo *perfectivo* a ações pontuais é defini-lo como o resultado de uma ação concluída. Para sustentar sua tese, vale-se do seguinte argumento:

É verdade que as formas perfectivas de certos verbos individuais servem efetivamente para indicar a realização plena de êxito de uma situação (...) Mas a resultatividade é apenas um tipo possível da perfectividade, e o termo ‘resultativo’, assim como o termo ‘completo’, põe ênfase desnecessária mais no estágio final da situação que em sua totalidade³⁶. (COMRIE, 1976, p. 20-21, tradução nossa)

Para o autor supracitado, seria mais apropriado considerar que o *perfectivo* expressa a ação pura e simples, sem qualquer implicação adicional. Ele se caracteriza não por sua curta duração, mas por apresentar a situação em sua totalidade, sem distinguir as várias fases que a integram. De acordo com seu pensamento, uma maneira mais adequada de opor *perfectivo* e *imperfectivo*

é dizer que o *perfectivo* olha para a situação do exterior, sem necessariamente distinguir qualquer estrutura interna da situação, enquanto o *imperfectivo* olha para a situação do interior, uma vez que ambos podem olhar para trás na direção do início da situação, e olhar para frente para o final da situação, e de fato é igualmente apropriado se a

³⁵ “it is important to grasp that the difference between perfectivity and imperfectivity is not necessarily an objective difference between situations, nor is it necessarily a difference that is presented by the speaker as being objective.” (COMRIE, 1976, p. 4)

³⁶ “It is true that perfective forms of certain individual verbs do effectively indicate the successful completion of a situation (...). But resultativity is only one possible type of perfectivity, and the term ‘resultative’, like the term ‘completed’, puts unnecessary emphasis on the final stage of the situation rather than on its totality. (COMRIE, 1976, p. 20-21)

situação é uma que continua através de todo o tempo, sem qualquer começo e sem qualquer fim³⁷. (COMRIE, 1976, p. 4, tradução nossa)

Assim, pode-se dizer que o imperfectivo, contrariamente ao perfectivo, apresenta a situação como se ela fosse vista de uma perspectiva interna, enfocando não a sua totalidade, mas as fases de seu desenvolvimento. Nessa acepção, perfectividade e imperfectividade não são necessariamente incompatíveis, como pode parecer numa análise mais superficial ou mesmo tradicional, já que ambas podem expressar tanto um intervalo maior quanto menor de tempo.

2.3.4.3 A EXPRESSÃO FORMAL DO ASPECTO

Conforme já mencionado, Comrie (1976) advoga em prol da necessidade de se pesquisar e de se identificar um conjunto de traços – tanto morfológicos (formas sintéticas) quanto sintáticos (formas analíticas) – capazes de demarcar formalmente as oposições aspectuais nas línguas. Considerando-se o objeto de estudo do presente trabalho, os traços morfológicos não receberão um tratamento mais exaustivo, sendo aqui apenas mencionados. Travaglia (1985 [1981]), que se propôs a empreender um estudo mais incisivo sobre a categoria de aspecto e sua expressão na Língua Portuguesa, depois de cotejar informações em outros estudiosos do mesmo

³⁷ “is to say that the perfective looks at the situation from outside, without necessarily distinguishing any of the internal structure of the situation, whereas the imperfective looks at the situation from inside, since it can both look backwards towards the start of the situation, and look forwards to the end of the situation, and indeed is equally appropriate if the situation is one that lasts through all time, without any beginning and without any end. (COMRIE, 1976, p. 4)

fenômeno, elenca alguns mecanismos morfológicos, fonológicos e sintáticos destinados a exprimir essa categoria lingüística, os quais serão sucintamente descritos a seguir.

2.3.4.3.1 OS MECANISMOS MORFOLÓGICOS

Pautando-se em estudos já empreendidos por Comrie (1976) em relação a algumas línguas, Travaglia (1985 [1981]) encontrou a corroboração de que, também no Português, não apenas os verbos são denotadores de questões aspectuais, mas também alguns nomes prestam-se a essa função³⁸. Em se tratando de marcas sintéticas ou morfológicas, na classe dos verbos, salvo raras exceções, a maioria dos estudiosos concorda que nas flexões verbais coexistem as noções de tempo e de aspecto, embora aquela seja mais sobressalente. Além das já citadas flexões, também o semantema contribui semanticamente com a expressão aspectual, já que “o fato do (*sic*) verbo ser télico ou atélico; ser um verbo de processo, de evento ou de estado (...); indicar uma situação que aceita ou não descontinuidade afeta o processo expresso por uma dada flexão verbal ou perífrase.” (TRAVAGLIA, 1985, p. 281)

Deslocando-se o foco do âmbito da morfologia verbal, os advérbios também constituem marcas formais de expressão do aspecto. Para o autor (*op. cit.*), eles exercem, sempre, uma destas três funções:

- a) evitar ambigüidades;
- b) marcar o aspecto por si ou em combinação com outro elemento;

³⁸ Considerando-se a delimitação do objeto de estudo da presente pesquisa, esse aspecto foi mencionado apenas a título de informação. Caso o leitor tenha interesse em aprofundar-se nesse assunto, consultar Travaglia (1985 [1981]).

c) reforçar um aspecto expresso por outro elemento, tornando-o mais patente. (TRAVAGLIA, 1985, p. 291)

Outra classe gramatical que também costuma evocar a expressão de algumas noções aspectuais ou mesmo permitir a sua atualização é a das preposições. Em se tratando da expressão da modalidade, a preposição possui relevante papel na atualização do posicionamento do enunciador frente ao seu enunciado, conforme demonstram estes exemplos:

(43) Muitas pessoas têm *de* trabalhar à noite para garantir o sustento da família.

(44) Você ainda há *de* ser muito feliz.

Apesar de alguns autores defenderem o contrário, Travaglia (1985 [1981]) afirma que, na Língua Portuguesa, não existe expressão aspectual por meio de afixos, como se verifica em outras línguas, como a eslava, por exemplo. Segundo ele, a crença de que o prefixo *re-*, assim como os sufixos *-ejar* e *-itar* caracterizam o aspecto iterativo e de que o sufixo *-ecer* caracteriza o aspecto incoativo nada mais é que fruto de uma impropriedade de análise.

2.3.4.3.2 OS MECANISMOS FONOLÓGICOS

Os mecanismos fonológicos que possibilitam a expressão do aspecto associam-se aos traços supra-segmentais, já que se subordinam à entonação que o enunciador atribui ao enunciado. De acordo com Travaglia (1985 [1981]), “os verbos estáticos (...) e os verbos atélicos, no pret. imp. do ind., marcam o aspecto acabado, quando, na língua falada, são enfatizados

entonacionalmente dentro da frase.” (p. 300) Assim, conforme a entonação que o enunciador atribui ao enunciado (45) ele expressa um aspecto perfectivo ou imperfectivo.

(45) Marcos *trabalhava* à noite.

Para o autor em tela, se pronunciada em entonação normal, a frase parece indicar uma situação não concluída em um determinado momento do passado, fato que permite o acréscimo de expressões como “mas não sei se ainda trabalha”, por exemplo. Contudo, se pronunciada com ênfase entonacional no verbo, passa a exprimir uma situação concluída, não admitindo mais o acréscimo da mesma expressão.

2.3.4.3.3 OS MECANISMOS SINTÁTICOS

Os mecanismos sintáticos envolvidos na marcação aspectual, para adotar uma metodologia taxionômica, podem ser elencados em três grupos: (a) tipo oracional, (b) repetição de um item lexical e (c) perífrases verbais, objeto do presente estudo.

Travaglia (1985 [1981]) acredita que “as orações podem concorrer para a expressão, alteração do aspecto ou para tornar mais patente o aspecto expresso.” (p. 295) Segundo ele, o tipo oracional que mais efetivamente interfere na precisão do aspecto é o grupo das subordinadas adverbiais temporais. Além dessas, as orações subordinadas adverbiais proporcionais, as orações subordinadas adjetivas e as orações coordenadas alternativas expressam, respectivamente, o aspecto durativo, o imperfectivo habitual e o iterativo.

Também a repetição do verbo flexionado em determinados tempos e modos constitui uma possibilidade de se marcar formalmente o aspecto na Língua Portuguesa. Estudos empreendidos pelo autor supracitado demonstram que a repetição da forma verbal flexionada no pretérito perfeito do indicativo, no pretérito mais-que-perfeito do indicativo, no futuro do presente do indicativo e no pretérito imperfeito do subjuntivo marca o aspecto durativo. A repetição do mesmo item verbal flexionado no presente e no pretérito imperfeito do subjuntivo e, principalmente, no presente do indicativo marca o aspecto habitual.

A terceira forma de se demarcar formalmente o aspecto verbal é por meio de perífrases verbais, cujas principais funções podem ser assim sintetizadas: (a) marcar o aspecto, (b) marcar a voz verbal, (c) marcar o tempo e (d) marcar a modalidade. Tais funções já foram abordadas ao longo desse capítulo (cf. subseção 2.1), fato que justifica serem aqui apenas mencionadas. Nos próximos capítulos, a discussão acerca das perífrases constituídas dos auxiliares TER, HAVER, SER, ESTAR e IR será aprofundada, buscando-se identificar e descrever seu processo de gramaticalização. A metodologia adotada para a consecução desse objetivo constitui o tópico do capítulo subsequente.

CAPÍTULO 3

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

Partindo-se da premissa de que a gramaticalização é um processo diacrônico e de que o fenômeno da auxiliarização resulta da gramaticalização de uma forma lexical em uma forma gramatical – fato já atestado por inúmeros autores (cf. Mattos e Silva (1989), Ribeiro (1993), Cohen (1988) e Vitral (2004)) –, justifica-se a necessidade de que o processo de gramaticalização dos itens *TER*, *HAYER*, *SER*, *ESTAR* e *IR* seja estudado numa perspectiva diacrônica. Nesse sentido, procedeu-se, inicialmente, à seleção dos textos produzidos em cada um dos três períodos representativos da história da Língua Portuguesa. Adotou-se, no presente estudo, a cronologia proposta por Mattos e Silva (1989) e também endossada por Ilari (1992) e por Maia (1995). Os três períodos, então, ficaram assim delimitados: (a) *período arcaico*: representado pelo intervalo de tempo que vai do século XIV ao século XVI; (b) *período moderno*: intervalo de tempo que compreende os séculos XVII e XVIII; e (c) *período contemporâneo*: representado pelos séculos XX e XXI. Os períodos ora delimitados não compreendem a fase do Romance e do Galego-português por constituírem estágios lingüísticos anteriores à Língua Portuguesa propriamente dita. Contudo, faz-se necessário delimitá-los cronologicamente, uma vez que os dados analisados remetem a algumas generalizações radicadas nesses períodos. Assim, de acordo com Teyssier (1997), a fase do Romance, que acelerou a deriva responsável por transformar o latim imperial

em latim vulgar, fazendo emergir certas fronteiras lingüísticas, não nos deixou qualquer documento lingüístico e compreende “os três séculos passados entre a chegada dos germanos à Península (409) e a dos mulçumanos. (711)” (p. 13) Já o Galego-português surgiu nos séculos IX a XII, mas os primeiros textos escritos apareceram somente no século XIII.

De acordo com a metodologia proposta por Vianna (2000) e adotada por este estudo, a adoção da cronologia proposta por Mattos e Silva (1989) mostra-se mais pertinente por atender à conveniência de se manter uma distância temporal mínima de cento e cinquenta anos para cada período, intervalo de tempo recomendável para se aumentarem as chances de se flagrar uma mudança lingüística. Há, contudo, de se observar que este é apenas um cuidado metodológico e que não há garantia alguma de que uma mudança se efetive neste intervalo. O fato é que, quanto maior for a distância diacrônica percorrida, maiores são as chances de se identificar um processo de gramaticalização.

3.1 A ELEIÇÃO DOS *CORPORA*

Os *corpora* representativos de cada um dos três períodos da Língua Portuguesa constituem-se de quatro textos cada um, totalizando um *corpus* de doze textos. Em sua seleção, tomou-se o cuidado de se privilegiar, conforme recomendação de Vianna (2000) e de Vitral (2004), o maior número possível de gêneros textuais, a fim de se cuidar para que não houvesse o favorecimento de um ambiente propício ao aparecimento dos itens selecionados para estudo. Além disso, obedecendo-se ainda às orientações dos autores supramencionados, na medida do

possível, zelou-se para que houvesse um certo equilíbrio de tamanho entre os *corpora* representativos de cada um dos três períodos, com vistas a minimizar a possibilidade de ocorrência acentuada dos itens em um determinado período, o que poderia falsear os dados obtidos. Cercou-se ainda de outro cuidado no sentido de assegurar a confiabilidade dos dados, uma vez que, diante da iniquidade do número de palavras entre um período e outro, procedeu-se ao cálculo estatístico dos pesos de cada período. No que tange ainda à cautela dedicada à seleção dos textos, na representação dos períodos arcaicos e modernos, procurou-se incorporar apenas edições diplomáticas ou leituras paleográficas, evitando-se os textos modernizados cuja sintaxe não seria genuína. O quadro apresentado a seguir se propõe à caracterização pormenorizada dos textos selecionados para o estudo:

FIGURA 2: Caracterização do *corpus*

	Texto/ Referência	Descrição	Datação	Total de palavras
PERÍODO ARCAICO: 33969 palavras	Livro de Linhagens. In: MATTOSO (1983)	Trecho do Livro de Linhagens	Meados do séc. XIV	6907
	Conselhos de D. Duarte. In: DIAS (1982)	Cartas de D. Pedro e do Conde de Arraiolos	1426 a 1434	9438
	Crônica de D. João. In: COHEN (1999)	Excerto da crônica do rei D. João	1437/1450	9723
	Vereações do Funchal. In: COSTA (1994)	Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Funchal (Portugal)	1485 e 1486	7901
PERÍODO MODERNO: 36792 palavras	Aves Ilustradas. In: FERREIRA (1981)	Texto moral e fábulas para serem lidos pelas religiosas nos mosteiros	1738	10967
	Antonil. In: CEHA (1994)	Tratado sobre a forma de se conduzir um engenho de cana-de-açúcar	1711	10378
	Documentos de Barra Longa. In: COHEN <i>et al</i> (1998)	Documentos cartoriais de Barra Longa (MG)	1736-1786	6942
	Garção. In: GARÇÃO (1982)	Pronunciamentos proferidos na Arcádia Lusitânia	1757-1763	8505

	Texto/ Referência	Descrição	Datação	Total de palavras
PERÍODO CONTEMPORÂNEO: 33532 palavras	Sarapalha. In: ROSA (1946)	Conto de Guimarães Rosa	1946	6169
	Bulas de remédio. In: NELFE (1994)	Bulas de cinco medicamentos: Tylenol, Gardenal, Dienpax, Nisulid e Voltaren	1990-1994	6630
	Hoje em Dia. In: JORNAL HOJE EM DIA (2000)	Matérias crônicas esportivas e políticas	2 a 4 de abril de 2000	9999
	A relativização da verdade em Herótodo. In: MORELO (2000)	Introdução e os dois primeiros capítulos de uma dissertação	Fevereiro de 2000, mas com citações de toda a segunda metade do séc. XX	10734

3.2 A ELEIÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE

Delimitado e caracterizado o *corpus* do presente estudo, faz-se mister, neste espaço, explicitar também o critério adotado para eleger os auxiliares que constituíram o objeto de análise desta pesquisa. Em primeiro lugar, todo estudo científico carece de uma delimitação, tendo em vista a necessidade de uma análise mais aprofundada. Em segundo lugar, optou-se por estudar todas as formas verbais que, segundo Pontes (1973), figuram no elenco de um número “reduzidíssimo de verbos a respeito dos quais quase não há discordância sobre serem auxiliares: *ter, haver, ser, estar.*” (p. 37) Pontua a referida autora que há um senso comum entre os gramáticos em admitir peremptoriamente o caráter auxiliar dos dois primeiros verbos elencados,

mas existe uma certa discordância no que se refere ao verbo “ser”, já que alguns estudiosos não o reconhecem como tal em construções passivas, e também no que se refere ao verbo “estar”, cujas restrições se devem ao fato de “não ser formador de ‘tempo composto’” (*ibidem*, p. 37). A quinta forma verbal selecionada para análise é a primeira representante do segundo grupo de auxiliares proposto por Pontes (1973), também denominados de “auxiliares acidentais” ou de “semi-auxiliares” por não entrarem, como o verbo *estar*, na formação de “tempos compostos”. Acredita-se que o grupo selecionado contemple os auxiliares prototípicos da Língua Portuguesa, fato que permite o esboço de um quadro teórico de gramaticalização capaz de descrever a categoria dos auxiliares na língua.

3.3 DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Embasando-se nas evidências empíricas da gramaticalização apresentadas no capítulo primeiro deste estudo e também na metodologia quantitativa desenvolvida por Vianna (2000) e aperfeiçoada por Vitral (2004), subdividiram-se os critérios de análise em dois grupos interdependentes. O primeiro deles visa a quantificar o processo de gramaticalização dos cinco verbos eleitos pelo estudo, recorrendo-se, para isso, à análise da frequência do item. A opção pela análise quantitativa justifica-se pela necessidade de se confirmar (ou não) a hipótese já aventada por outros pesquisadores e também norteadora deste estudo, segundo a qual os verbos auxiliares são expansões categoriais de verbos plenos. Neste caso, espera-se detectar, diacronicamente, um aumento da frequência da forma em análise, considerando-se o fato de que ela passará a ser

empregada tanto na categoria dos itens lexicais, como na categoria dos itens gramaticais. Segundo Vitral (2005), apenas o apelo a uma metodologia quantitativa possibilita ao lingüista pesquisador diagnosticar de forma precisa e segura processos de gramaticalização, “já que os procedimentos usuais de identificação desses processos são dependentes da intuição do falante/pesquisador e nem sempre são aplicáveis a fenômenos para os quais se suspeita estar ocorrendo um processo desse tipo.” (p. 01)

O segundo grupo de critérios, que também foi analisado quantitativamente, atém-se ao estudo de fatores semânticos, sintáticos e fonológicos envolvidos no processo de gramaticalização dos auxiliares selecionados para estudo.

3.3.1 CRITÉRIO DA FREQUÊNCIA

O critério da frequência do item, como já antecipado acima, propõe-se a confirmar (ou a refutar) a hipótese de que os auxiliares são formas gramaticalizadas a partir de formas plenas, já que se espera que o item em processo de gramaticalização (no caso deste estudo, os verbos *TER*, *HAYER*, *SER*, *ESTAR* e *IR*), em virtude de sua expansão funcional, torne-se mais freqüente. Assim, a partir do momento que se instaura o processo de gramaticalização, o item passa a ser analisado, do ponto de vista lingüístico, tanto como forma lexical quanto como forma gramatical. No caso específico deste estudo, considerou-se, a princípio, como forma lexical a forma simples do verbo e, como forma gramatical, o auxiliar que co-ocorre com as formas nominais, formando perífrases verbais. Contudo, há de se advertir que o mero aumento da frequência do item não é

suficiente para atestar a sua gramaticalização. Para tanto, faz-se necessário que esse aumento se concentre em seus usos gramaticais, opondo-se ao decréscimo de seus usos lexicais.

Visando a obter tais valores, procedeu-se, então, à contagem das formas verbais *TER*, *HAYER*, *SER*, *ESTAR* e *IR*, em todas as suas flexões. Essa contagem foi realizada em cada um dos três períodos selecionados para o estudo, obtendo-se, assim, a frequência total das formas por período. Para encontrar a porcentagem dessas ocorrências em relação ao número total de palavras representativas do período, recorreu-se a uma regra de três simples. Feito isso, passou-se à separação de cada uma das ocorrências verbais cotejadas, selecionando-as em formas lexicais e em formas gramaticais. Mais uma vez, recorreu-se à regra de três simples para identificar a porcentagem de ocorrência de cada uma dessas formas.

Considerando-se o fato de que, a despeito da tentativa de aproximação do número total de palavras constantes em cada período, registrou-se, entre eles, uma pequena variação de tamanho (cf. figura 02), optou-se por calcular estatisticamente o peso de cada período. Esse cálculo foi efetuado também por meio de regra de três simples, considerando-se a equivalência entre o número total de palavras dos *corpora* e o peso máximo atribuído, qual seja, um. A partir de então, visando a comprovar se as diferenças de frequência encontradas entre cada período eram estatisticamente significativas, optou-se por aplicar o teste de aderência do Qui-Quadrado. Para a realização desse teste, utilizou-se um programa de computador destinado à tabulação de dados em Ciências Sociais. Esse programa é denominado SPSS, sigla formada a partir de seu nome original *Statistical Package for Social Sciences*. A versão adotada foi a 13.1, editada em 2004. Com a aplicação do teste de aderência do Qui-Quadrado, obteve-se a frequência esperada das formas, caso os *corpora* possuíssem a mesma dimensão. A partir de então, foi possível comparar as frequências esperadas com aquelas verificadas no *corpus*, o que permitiu identificar

estatisticamente o aumento ou a redução não só da frequência total, como também das frequências lexical e gramatical.

3.3.2 CRITÉRIO SEMÂNTICO

Esse é, sem dúvida, o critério que maior empecilho oferece à análise quantitativa proposta, dada a dificuldade de se quantificar, de maneira precisa, as várias nuances semânticas que um item passa a assumir não apenas em um mesmo período, como também em períodos diversos. Segundo prevê a literatura, à medida que o item entra em processo de gramaticalização, ele sofre alterações semânticas, pois existe uma tendência de seus usos irem se tornando cada vez mais abstratos até atingirem um grau máximo de abstração, esvaziando-se de seu sentido original para assumir funções gramaticais. Os teóricos da gramaticalização acreditam que, num estágio consolidado do processo, há uma sobreposição dos usos abstratos em relação aos usos concretos, porque o processo metafórico envolvido no fenômeno da gramaticalização prevê a tramitação do item do [+ concreto] para o [+ abstrato], à medida que este se distancia de suas funções lexicais para incorporar funções gramaticais.

Aliada à dificuldade de se precisar o conjunto de semas de um item, surge a não menos tortuosa tarefa de decidir quais os semas serão considerados concretos e quais integrarão o rol dos semas abstratos. Em função das nebulosas e imprecisas definições até então atribuídas aos termos *concreto* e *abstrato* (cf. resenha apresentada em 1.2.3.1), julgou-se conveniente, neste estudo, estabelecer um critério mais científico para delimitar fronteiras tão tênues. Acredita-se que a delimitação desse critério constitua um avanço na proposta de uma metodologia quantitativa até

então empreendida para se estudar o fenômeno por dois motivos principais, quais sejam: (a) constitui uma forma de delimitação baseada em critérios científicos e não apenas intuitivos e (b) atende ao processo metafórico da abstração, que permite a difusão do processo. Assim sendo, considerou-se como concreto o sentido etimológico do item, ou seja, seu sentido primeiro. Para delimitá-lo, recorreu-se a um dicionário etimológico da Língua Portuguesa – neste estudo, a obra consultada foi a de Antônio Geraldo da Cunha, editada pela Nova Fronteira em 1997 – e procedeu-se à consulta dos cinco verbos selecionados para estudo. Como sentidos abstratos, consideraram-se todos os demais, ou seja, aqueles que foram surgindo mediante a incorporação de acepções culturais ao longo do tempo. Para se identificá-los, recorreu-se a obras lexicográficas da Língua Portuguesa (não apenas as editadas mais recentemente, mas também aquelas mais antigas, que se mostraram providenciais na identificação dos semas nos períodos arcaico e moderno) e também à intuição de falante. Assim, após o levantamento do conjunto de semas dos itens em estudo, buscou-se identificá-los nos contextos em que o item tinha sido selecionado. Esse procedimento, de certa forma, contribui para acentuar as limitações advindas da adoção do critério semântico, uma vez que tanto o texto arcaico quanto o moderno foram analisados à luz do conhecimento lingüístico contemporâneo. De acordo com Kroch (1989), especialmente nos domínios da sintaxe histórica, esse procedimento, apesar de indispensável, impõe problemas particularmente perspicazes, “uma vez que a análise gramatical depende de evidência negativa, o conhecimento de que certos tipos de sentenças são inaceitáveis³⁹.” (p. 199, tradução nossa) Contudo, a despeito da consciência de suas limitações e em virtude da impossibilidade de se proceder de outra forma, adotou-se a metodologia que Labov (1975a) caracteriza como o “uso do presente para explicar o passado”. Identificados os semas, para se calcular a porcentagem de cada

³⁹ “... since grammatical analysis depends on negative evidence, the knowledge that certain sentence types are unacceptable.” (KROCH, 1989, p. 199)

um deles, recorreu-se, mais uma vez, a uma regra de três simples. Computaram-se, então, todos os semas do elenco de acepções concretas e todos aqueles das acepções abstratas, para comparar seus comportamentos nos três períodos, verificando-se sua relação com o processo de gramaticalização das formas auxiliares.

3.3.3 CRITÉRIO SINTÁTICO

Com base na distribuição sintática do item, buscou-se analisar o comportamento dos verbos em processo de gramaticalização enquanto formas lexicais e enquanto formas gramaticais. Segundo prevê a literatura, o avanço do processo de gramaticalização acarreta a redução dos contextos sintáticos e determina a sua maior previsibilidade, já que as formas tendem a se tornar mais fixas à medida que tramitam do léxico para a gramática ou de uma posição menos gramatical para outra mais gramatical. A adoção desse critério visava a alcançar dois fitos principais: (a) mensurar a veracidade dessa assertiva e (b) tentar identificar quais as formas nominais são passíveis de co-ocorrência com cada uma das formas auxiliares estudadas, já que essa era uma das questões geratrizes da pesquisa. Buscou-se também identificar quais são os fatores determinantes na seleção da forma nominal pelo verbo auxiliar.

Além dos fatores já mencionados, a análise da distribuição sintática dos verbos integrantes de uma perífrase verbal buscou verificar a (im)possibilidade de ocorrência de qualquer tipo de material interveniente entre a forma auxiliar e a forma principal. A literatura afirma ainda que, quanto maior o grau de gramaticalização de uma forma perifrástica, maior a sua

coesão e, conseqüentemente, menor a possibilidade de se intercalar qualquer tipo de material entre os elementos constituintes da perífrase. Mais uma vez, buscou-se julgar a pertinência desse postulado em se tratando de perífrases verbais, que constituem, conforme se defende aqui, formas gramaticalizadas de verbos plenos.

3.3.4 CRITÉRIO MORFOFONÊMICO

Assim como o critério semântico, o critério morfofonêmico também oferece algumas dificuldades para o pesquisador, principalmente no caso deste estudo, em que se optou por trabalhar apenas com textos escritos, uma vez que a possibilidade de acesso ao texto falado se restringe ao período contemporâneo da língua. É fato que a redução de material fônico já mencionada por Meillet (1948 [1912]) faz-se perceber de forma mais sensível no âmbito da modalidade falada da língua. Em se tratando da modalidade escrita, essa redução só é perceptível quando já se tornou tão expressiva a ponto de congregar as formas, transformando o item gramaticalizado numa forma presa. Apesar da consciência em relação a tais empecilhos, optou-se por esse critério porque, se no período arcaico nem no moderno existem fontes de pesquisa oral, no português contemporâneo essas fontes existem em abundância. Assim, mesmo não se trabalhando com a modalidade falada da língua, a intuição de falante pode ser útil no sentido de esclarecer algumas dúvidas ou mesmo suscitar alguns questionamentos acerca dessa redução fonética. Contudo, em virtude das limitações descritas, de todos os quatro critérios selecionados, esse foi o que recebeu um tratamento menos exaustivo.

Descrita a metodologia adotada por este estudo, o capítulo subsequente se destina à apresentação e à discussão dos resultados obtidos pelo estudo, confrontando-se os dados coletados, tabulados e analisados com as referências teóricas presentes na literatura. As considerações tecidas contribuirão, certamente, para elucidar muitas questões ainda não respondidas sobre o engendramento da auxiliarização na Língua Portuguesa.

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Obedecendo aos critérios de gramaticalização dispostos anteriormente (cf. subseção 1.2.1) e também à metodologia adotada pelo estudo (cf. capítulo 3), a análise e a discussão dos dados obtidos serão apresentadas levando-se em consideração esses critérios. Assim, inicialmente, será analisada a frequência de cada uma das cinco formas verbais em estudo, comparando-se a frequência total do item, bem como sua frequência enquanto forma lexical e enquanto forma gramatical, ao longo dos três períodos lingüísticos. Em seguida, proceder-se-á à comparação da frequência total dos itens analisados, visando a precisar o estágio de gramaticalização de cada um deles. A seguir, adotar-se-ão critérios semânticos de análise: (a) expansão de sentidos do item (polissemia) e (b) perda gradual de usos concretos e incorporação de usos abstratos. Num terceiro momento, será adotado um critério sintático, com o qual se visa a observar a distribuição dos itens em estudo, ou seja, seus contextos sintáticos e também a (im)possibilidade da ocorrência de material interveniente entre o auxiliar e a forma principal. Por fim, será tecido um breve comentário acerca da redução de material fônico das formas auxiliares, o que configura a adoção de um critério morfofonêmico.

4.1 ANÁLISE DA FREQUÊNCIA DOS ITENS

Como já apresentado (cf. descrição da metodologia), o *corpus* do período arcaico totaliza um universo de trinta e três mil, novecentas e sessenta e nove (33969) palavras; o do período moderno compreende trinta e seis mil, setecentas e noventa e duas (36792) palavras; e o do período contemporâneo compõe-se de trinta e três mil, quinhentas e trinta e duas (33532) palavras. Computou-se, inicialmente, a frequência total de cada uma das cinco formas eleitas para constituir o objeto deste estudo e, em seguida, procedeu-se à separação das ocorrências lexicais e das ocorrências gramaticais. Os dados obtidos foram tabulados, analisados e as ocorrências de cada uma das cinco formas estudadas serão individualmente apresentadas e exemplificadas a seguir:

4.1.1 ANÁLISE DA FREQUÊNCIA DO VERBO “TER”

A primeira forma a ser analisada será o verbo *ter*. Conforme se pode visualizar na tabela 1, a seguir, no período arcaico, seus usos lexicais se sobrepunham aos seus usos gramaticais.

TABELA 1: Frequência do verbo *ter* no período arcaico

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Linhagens	6907	17	100,00	-	-	17	100
D. Duarte	9438	64	92,75	05	7,25	69	100
D. João	9723	39	84,78	07	15,22	46	100
Vereações	7901	24	77,42	07	22,58	31	100
Total geral	33969	144	88,34	19	11,66	163	100

A ocorrência de 88,34% de formas lexicais em oposição à presença de 11,66% de formas gramaticais demonstra que, no período arcaico, essa forma verbal já se encontrava gramaticalizada; contudo, trata-se de um estágio mais inicial do processo, uma vez que a ocorrência da forma plena é bastante superior à da forma gramatical. Os excertos transcritos a seguir visam a ilustrar uma ocorrência da forma lexical (cf. (46)) e uma ocorrência da forma gramatical (cf. (47)):

(46) “El filhou desto gram sanha, e, daqueles cavaleiros que tiinha pera viir sobre la Espanha, apartou deles cinquenta mil dos melhores, e foi-se a el.” (LINHAGENS, p. 140, grifo nosso)

(47) “POIS do que aconteeo ao Mestre na morte do conde Joham Fernandez e do al que se depois ssegujo, mostrando cada huma cousa per hordem dhuu ouue seu primeiro principio e começo ataa o tempo que foy alçado por Rey, como teendes ouuydo, vos servyo nosso razoado (...)” (DOM JOÃO, p. 1, grifo nosso)

No período posterior (cf. tabela 2), registrou-se uma expansão do processo de gramaticalização já instaurado no período arcaico, dado que se verificou uma redução no emprego das formas lexicais de 88,34%, no período arcaico, para 76,96%, na era moderna. Em

contrapartida, o emprego da forma gramatical aumentou de 11,66%, no período arcaico, para 23,04%, no moderno.

TABELA 2: Frequência do verbo *ter* no período moderno

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Aves	10967	49	81,66	11	18,34	60	100
Antonil	10378	76	90,48	08	9,52	84	100
Barra Longa	6942	13	59,09	09	40,91	22	100
Garção	8505	19	50,00	19	50,00	38	100
Total geral	36792	157	76,96	47	23,04	204	100

(48) “Ao purgador de quatro mil pães de açúcar dá-se soldada de cinquenta mil réis. Aos que têm menos trabalho dá-se também menos, com a devida proporção.” (ANTONIL, cap. VII, grifos nossos) (forma lexical)

(49) “Lembra-me a mim que as Vestais só por conservarem o fogo, a que chamavam eterno, inútil, porque nem alumiava a Deus, nem ainda aos deuses, antes o tinham subterrado debaixo de uma lagem (...)” (AVES, p. 373, grifos nossos) (forma gramatical)

No período contemporâneo, o emprego da forma gramatical mostra-se mais impregnado (cf. tabela 3). Novamente, os dados coletados acusam uma redução da frequência da forma plena (61,24%) e uma conseqüente ampliação da forma gramatical (38,76%), o que denota, mais uma vez, a expansão do processo.

TABELA 3: Frequência do verbo *ter* no período contemporâneo

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Rosa	6169	47	55,29	38	44,71	85	100
Bulas	6630	12	66,66	06	33,34	18	100
Hoje em dia	9999	46	63,88	26	36,12	72	100
Herótodo	10734	23	67,65	11	32,35	34	100
Total geral	33532	128	61,24	81	38,76	209	100

(50) “Sobre a primeira perspectiva tem-se que, ao relatar costumes diferentes dos seus, Herótodo procura manter uma certa neutralidade, no sentido de não emitir juízo de valor referente ao que lhe é diferente.” (HERÓTODO, grifos nossos) (forma lexical)

(51) “Nos minutos finais da partida, Palhinha teria dado uma cotovelada em Jackson, dando início a uma confusão entre os jogadores.” (HOJE EM DIA, *Reação*, 02/04/2000, grifos nossos) (forma gramatical)

Os dados computados nos três períodos lingüísticos revelam que a redução da frequência da forma plena – passou de 88,34% no período arcaico para 61,24% no português contemporâneo – fez-se acompanhar pelo aumento da frequência da forma gramatical, que teve seus usos ampliados de 11,66%, no período arcaico, para 38,76%, no período contemporâneo. Assim, considerando-se o critério da frequência das formas plenas e gramaticais, é lícito afirmar que a mudança já detectada no período arcaico se difundiu ao longo dos períodos clássico e contemporâneo. O aumento da frequência registrado nos índices referentes ao emprego da forma gramatical do verbo *ter*, que já se encontrava gramaticalizado na Língua Portuguesa desde o período arcaico, atesta a expansão gramatical dessa forma verbal.

4.1.2 ANÁLISE DA FREQUÊNCIA DO VERBO “HAVER”

A segunda forma a ser analisada será o verbo *haver*. Este parece ter iniciado seu processo de gramaticalização num período anterior ao do verbo *ter*, porque, comparando-se seus usos gramaticais no período arcaico, percebe-se que a frequência de *haver* gramatical é superior à de *ter* gramatical (cf. tabelas 1 e 4).

TABELA 4: Frequência do verbo *haver* no período arcaico

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Linhagens	6907	46	69,67	20	30,33	66	100
D. Duarte	9438	59	75,64	19	24,36	78	100
D. João	9723	53	66,25	27	33,75	80	100
Vereações	7901	23	52,27	21	47,73	44	100
Total geral	33969	181	67,54	87	32,46	268	100

Os dados tabulados acima demonstram uma ocorrência de 67,54% de formas lexicais do verbo no período arcaico (cf. excerto (52)), contrapondo-se a uma frequência de 32,46% de usos gramaticais (cf. excerto (53)).

(52) “Os reis cristãos houverom seu acordo que fossem partidos em duas partes: el rei de Castela pela riba do mar, el rei de Portugal per antre as montanhas e o campo.” (LINHAGENS, p. 130, grifo nosso) (forma lexical)

(53) “... e ajnda senhor me parece// que o trabalho que lhes he mandado que eles aJão de filhar se fose per constrangimento razoado que lhe seria de pouqua pena...” (DOM DUARTE, p. 33, grifos nossos) (forma gramatical)

Os índices relativamente expressivos de frequência gramatical demonstram que o processo de gramaticalização do verbo *haver* ocorreu num estágio lingüístico anterior ao período arcaico. Resta, pois, tentar precisar se o registro histórico desse fenômeno encontra-se no Latim Vulgar, no Latim Clássico, no Romance ou mesmo no Galego-português. Considerando-se o fato de que nem no Latim Clássico empregado pelos literatos, tampouco nas gramáticas de Língua Latina há registros de ocorrência do verbo *haver* empregado como forma auxiliar, deduz-se que seu processo de gramaticalização tenha ocorrido num estágio posterior ao Latim Clássico, expandindo-se no período arcaico. Informações cotejadas em Vicent (1982) permitem precisar a gramaticalização desse auxiliar no Romance, período intermediário entre o Latim imperial e o Galego-português:

a substituição das formas flexionadas por perífrases é uma característica notável da evolução do Latim para o Romance, dois exemplos disso comumente citados são o desenvolvimento de *haver* + participio passado em formas do Romance diversamente etiquetadas como compostos ou perfeitos, e a expansão de *ser* + participio passado de seu papel limitado nas línguas clássicas para o estatuto de um expoente geral de passiva⁴⁰. (p. 71, tradução nossa)

A mesma cronologia é apresentada por Mattos e Silva (2001 [1994]), ao explicar que,

perdidos os futuros perfectivo e imperfectivo do latim, formou-se, no romance, uma locução verbal para a expressão da futuridade. Foi constituída do infinitivo de qualquer verbo seguido de *habere*, no indicativo presente ou no pretérito imperfeito (do tipo: *amare* + *habeo*/ *amare* + *habebam*) que, por processos fonológicos regulares, resultaram nas formas gramaticalizadas do futuro do presente/futuro do pretérito (*amarei/amaria*) (MATTOS E SILVA, 2001, p. 38)

Confrontando-se os índices percentuais obtidos para os verbos *ter* e *haver*, nota-se ainda que, neste período, havia uma preferência pela forma gramaticalizada de *haver* em detrimento de

⁴⁰ “The replacement of inflected forms by periphrases is a notable characteristic of the evolution of Latin into romance, two commonly cited examples of which are the development of *habere* + past participle into Romance forms variously labeled as compound or perfect, and the expansion of *esse* + past participle from its limited role in the classical language to the status of a general exponent of passive.” (VICENT, 1982, p. 71)

ter, considerando-se o dado de que a porcentagem obtida de formas gramaticais de *haver* supera aquela registrada com o *ter* (11,66%) em quase três vezes. Tal fato era, de certa forma, previsível e até mesmo esperado, já que o processo de gramaticalização do verbo *haver* é anterior ao de *ter*. Assim sendo, espera-se, pois, que a frequência gramatical da forma que iniciou primeiramente seu processo de gramaticalização seja mais alta.

O processo de gramaticalização de *haver* continua se expandindo no período moderno da língua, quando se registrou um percentual de 43,51% de formas plenas e de 56,49% de formas gramaticais, conforme se pode verificar na tabela que se segue.

TABELA 5: Frequência do verbo *haver* no período moderno

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Aves	10967	33	39,29	51	60,71	84	100
Antonil	10378	33	28,95	81	71,05	114	100
Barra Longa	6942	30	85,71	05	14,29	35	100
Garção	8505	18	62,07	11	37,93	29	100
Total geral	36792	114	43,51	148	56,49	262	100

Comparando-se a frequência das formas gramaticais de *haver* no período arcaico (32,46%) e no período moderno (56,49%), observa-se um aumento bastante significativo. Neste período, o emprego da forma gramatical (cf. excerto (55)) chega a sobrepor-se ao uso da forma lexical (cf. excerto (54)), o que suscita a crença de que foi durante o período moderno que a gramaticalização do verbo *haver* se cristalizou na língua.

(54) “Vede agora, senhora, se havendo tanto em que falar no preciso, tem desculpa a religiosa em falar o escusado, e daí passar ao proibido.” (AVES, p. 366, grifo nosso)

(55) “Ainda que seja esta a natureza da tragédia, não é ela tão austeramente rigorosa que haja de expor aos olhos de todos o que a humanidade não poderia sofrer sem indignação...” (GARÇÃO, p. 109, grifos nossos)

Já a comparação dos percentuais de formas gramaticais e de formas lexicais entre o período moderno e o período contemporâneo (cf. tabela 6) revela uma significativa queda no emprego da forma gramatical – apenas 27,78% de ocorrências –, o que se faz acompanhar de um crescimento na ocorrência de formas lexicais, as quais passaram de 43,51%, no período moderno, para 72,22%, no período contemporâneo.

TABELA 6: Frequência do verbo *haver* no período contemporâneo

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Rosa	6169	09	47,37	10	52,63	19	100
Bulas	6630	06	100,00	-	-	06	100
Hoje em dia	9999	18	85,71	03	14,29	21	100
Herótodo	10734	06	75,00	02	25,00	08	100
Total geral	33532	39	72,22	15	27,78	54	100

(56) “Jogadores que não participaram da partida contra o América, ou que jogaram poucos minutos, treinam hoje, pela manhã. Juntam-se aos demais à tarde, quando haverá treino com bola.” (HOJE EM DIA, *Ricardinho atribui empate à desatenção*, 03/04/2000, grifo nosso) (forma lexical)

(57) “Quando chegou na máfia dos inseticidas, Lacorte foi desautorizado pelo então ministro Célio Borja e desacreditado pelo jornal O Globo, que havia levantado a lebre na Saúde.” (HOJE EM DIA, *Pragmatismo e moralidade*, 03/04/2000, grifos nossos) (forma gramatical)

Esses dados, analisados individualmente, podem induzir à conclusão de que, contrariando a literatura lingüística a respeito do fenômeno da gramaticalização, o verbo *haver* está se desgramaticalizando, uma vez que a ocorrência de formas gramaticais no período contemporâneo (27,78%) foi inferior àquela registrada no período arcaico (32,46%). Contudo, conforme já postulava o pai da Lingüística moderna, há de se considerar que a língua é um sistema solidário de valores e, como tal, não deve ser analisada isoladamente. Assim, o hipotético processo de desgramaticalização do verbo *haver* deve ser estudado, confrontando-se também a frequência de *ter*, pois essas duas formas verbais ainda são concorrentes lingüísticas em alguns contextos no português contemporâneo. Os exemplos (58) e (59) abaixo comprovam essa assertiva:

(58) Ele *havia* chegado mais cedo que ela.

(59) Ele *tinha* chegado mais cedo que ela.

Assim, pode-se afirmar que o que está acontecendo com o verbo *haver* não é uma desgramaticalização, mas uma redução de usos – fato que será aprofundado durante a análise dos valores semânticos das formas em estudo –, uma vez que, no estágio atual da Língua Portuguesa, essa forma verbal enfrenta, em alguns contextos, a concorrência do verbo *ter*. Tal fato explica também o expressivo aumento da frequência de *ter* gramatical, comparando-se o primeiro e o terceiro períodos em estudo.

Vê-se, pois, que a desgramaticalização de itens é um fenômeno complexo que não é determinado apenas por fatores inerentes à recategorização dos itens que tramitam da categoria lexical para a categoria gramatical. Outros fatores como a concorrência de formas, a perda e ou a expansão de semas e o aumento da frequência do item também interferem na análise, devendo, portanto, ser considerados com vistas a se evitar uma conclusão equivocada.

4.1.3 ANÁLISE DA FREQUÊNCIA DO VERBO “SER”

A terceira forma a ter sua frequência analisada será o verbo *ser*. De todas as cinco formas verbais analisadas, esta é a que parece exibir um histórico mais progresso de gramaticalização, dado que, no período arcaico, registrou-se um percentual de apenas 28,61% de formas lexicais em oposição aos 71,39% de formas gramaticais, conforme demonstram os dados dispostos na tabela seguinte:

TABELA 7: Frequência do verbo *ser* no período arcaico

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Linhagens	6907	40	30,53	91	69,47	131	100
D. Duarte	9438	89	26,41	248	73,59	337	100
D. João	9723	88	39,82	133	60,18	221	100
Vereações	7901	23	15,33	127	84,67	150	100
Total geral	33969	240	28,61	599	71,39	839	100

A análise desses dados evidencia que o estágio inicial do processo de gramaticalização do verbo *ser* antecede o período arcaico, podendo estar radicado no Galego-português, no Romance ou mesmo no Latim, língua da qual se originou a Língua Portuguesa. Essa tese fundamenta-se na identificação de uma frequência bastante alta de usos gramaticais nesse período, qual seja, 71,39%, o que demonstra que, no período arcaico, o verbo *ser* era empregado majoritariamente como forma gramatical (cf. excerto (60)). As formas lexicais (cf. excerto (61)) restringiam-se a um índice de apenas 28,61 pontos percentuais, fato não identificado para nenhuma das demais formas estudadas.

(60) “E ainda mais, sabede que, como aquel cavaleiro pareceu com aquela grande hasta en’o cabeço que estava acima donde lidavades a vista dos vossos, que logo a essa hora forom vencudos.” (LINHAGENS, p. 139, grifos nossos)

(61) “E mais lhe deu por termo Tores Vedras e Allamquer com todas suas aldeas, e jssso mesmo Mafara e Collares e a Eyriçeira e Villa Verde e todallas outras villas e logares que som des o termo dAllamquer atta a dita cidade assy como vay o rio do Tejo, e des o termo de Sintra e de Torres Vedras assy como vay a ribeira do mar, saluo Aaruda e Villa Framca que eram de meestrados.” (DOM JOÃO, p. 10, grifos nossos)

Uma consulta às gramáticas latinas (cf. COMBA, 1991 [1957]) comprova a tese aqui levantada e permite precisar que, no Latim Clássico, o verbo *ser* já era empregado como forma auxiliar dos tempos compostos da voz passiva, em expressões como *amatus sum* (= fui amado), estando já, portanto, gramaticalizado. As informações fornecidas por Vicent (1982) (cf. nota 40) também endossam esse dado, já que o autor afirma que, no Romance, deu-se a expansão do estatuto de auxiliar de passividade do verbo *ser*, antes empregado nessa função apenas nas línguas clássicas. Vê-se, então, que o processo de gramaticalização do verbo *ser* foi se expandindo ao longo do Romance e do Galego-português e que, no período arcaico, já se encontrava bastante cristalizado, o que pode ser corroborado pelos índices expressivos de sua frequência gramatical.

No período moderno, detectou-se uma tímida redução de seus usos lexicais, que passaram de 28,61%, no período arcaico, para 28,28% e, proporcionalmente, uma ampliação da sua frequência gramatical, que aumentou de 71,39%, na era arcaica, para 71,72%, na moderna, fato comprovado pela comparação dos dados dispostos nas tabelas 7 e 8.

TABELA 8: Frequência do verbo *ser* no período moderno

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Aves	10967	69	26,44	192	73,56	261	100
Antonil	10378	63	30,73	142	69,27	205	100
Barra Longa	6942	23	33,33	46	66,67	69	100
Garção	8505	52	26,40	145	73,60	197	100
Total geral	36792	207	28,28	525	71,72	732	100

Apesar de a análise quantitativa dos dados acusar uma expansão do processo de gramaticalização do verbo *ser* ao longo do período moderno, há de se considerar que esta foi, de certa forma, modesta e que o verbo ainda continua, ao longo desse período, a ser empregado tanto como forma lexical, quanto como forma gramatical, conforme ilustram os excertos (62) e (63), transcritos a seguir:

(62) “E porque comumente são de nações diversas e uns mais boçais que outros e de forças muito diferentes, se há-de fazer a repartição com reparo e escolha e não às cegas.” (ANTONIL, cap. IX, grifo nosso) (forma lexical)

(63) “Não falo da imitação da Natureza, mas da imitação dos bons autores, daquela imitação à qual deve a Arcádia sua grande reputação e não pequena parte dos honrados elogios com que foi recebida de nossos mais prudentes e doutos patrícios, e que há-de espalhar seu nome pelas nações estrangeiras.” (GARÇÃO, p. 131, grifos nossos) (forma gramatical)

O fato de o estágio de gramaticalização do verbo *ser* já se encontrar bastante cristalizado no período arcaico constitui uma justificativa para a moderada ampliação desse processo ao longo do período moderno e também cria uma expectativa de que, no período contemporâneo, a ampliação não seja tão expressiva, já que a mudança lingüística tende a apresentar um padrão de propagação característico: a denominada curva em S. Assim, sua velocidade de difusão tende a ser mais lenta no início, acentuar-se na metade e voltar a ficar mais lenta no final. Provavelmente

uma comparação entre o Latim, o Romance e o Galego-português acusaria uma maior oscilação de índices percentuais entre um período e outro, atestando a propagação de um processo ainda emergente ou não tão consolidado.

Os dados obtidos no período contemporâneo (cf. tabela 9), comparados àqueles obtidos no período moderno (cf. tabela 8), acenam para a expansão gramatical do verbo *ser*, uma vez que seus usos lexicais (cf. excerto (64)) se reduziram, passando de 28,28% para 22,16%, e seu emprego como forma gramatical (cf. excerto (65)) se ampliou, passando de 71,72% para 77,84%.

TABELA 9: Frequência do verbo *ser* no período contemporâneo

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Rosa	6169	65	38,69	103	61,31	168	100
Bulas	6630	05	2,99	162	97,01	167	100
Hoje em dia	9999	32	15,76	171	84,24	203	100
Herótodo	10734	83	27,95	214	72,05	297	100
Total geral	33532	185	22,16	650	77,84	835	100

(64) “O técnico e a diretoria do Democrata ainda reclamam da arbitragem de Marco Antônio Lima no jogo contra o Ipatinga, no último domingo, quando o time perdeu por 1 a 0, em Ipatinga. Foram oito cartões amarelos, além da expulsão de José Ângelo.” (HOJE EM DIA, *Democrata aposta na juventude*, 02/04/2000, grifo nosso)

(65) “_ Fui picado de cobra ... Fui picado de cobra... Ô mundo!” (ROSA, *Sarapalha*, grifos nossos)

Como já esperado, não se registrou uma expansão muito significativa, já que os valores percentuais entre um período e outro não apresentam índices muito diferenciados. Isso é mais uma evidência empírica de que o processo de gramaticalização do verbo *ser* encontra-se em fase já bastante avançada de consolidação.

4.1.4 ANÁLISE DA FREQUÊNCIA DO VERBO “ESTAR”

A penúltima forma a ser analisada será o verbo *estar*. No período arcaico (cf. tabela 10), constatou-se um percentual de 62,07% de usos lexicais (cf. excerto (66)), opondo-se a um percentual de 37,93% de usos gramaticais (cf. excerto (67)).

(66) “E disse el-Rey que lhe prazia que a corte esteuesse em Lixboa, e que os publicos seellos nom daria a outrem saluo a pessoa que fosse naturall della, e os da puridade a quaesquer outros que guardassem seu seruiço.” (LINHAGENS, p. 6, grifo nosso)

(67) “E a(a) Porta de Miragaya, homde o estauom atemdendo como disemos, sayo el-Rey em terra per huuma larga e espaçossa pramcha, homde o beijar da mão e *Mantenha-uos Deus, Senhor* era tanto que nom podiam auer vez de comprir suas vomtades.” (LINHAGENS, p. 19, grifos nossos)

Há de se considerar, no entanto, que esses índices de ocorrência devem ser analisados à luz da frequência de *ser*, pois, nesse período, havia uma interface semântica entre os verbos *ser* e *estar*, fato já registrado desde o Latim. Ronai (1986 [1943]) e Comba (1991 [1957]), ao apresentarem a conjugação do verbo *esse*, já o traduzem como *ser* ou *estar*. Essa interface semântica fazia com que um fosse empregado pelo outro em alguns contextos, conforme ilustram os exemplos (68) e (69) transcritos a seguir:

(68) “Os cristãos eram tam fora de força por o gram trabalho que receberom aquel dia e por o muito sangue que perderom, que os nembros nom podiam reger.” (LINHAGENS, p. 134, grifo nosso)

(69) “... pois não era senhor da terra em que se criava; andou o tempo, e a poucos voos se fez Alexandre senhor das Arábias, logo mandou a Leónidas um navio carregado do dito aroma, dizendo-lhe gastasse sem dó, pois já estava senhor das terras que o produziam.” (AVES, p. 376, grifo nosso).

Assim, em textos nos quais a frequência de *estar* mostrou-se irrisória, a frequência de *ser* foi relativamente alta. Essa interface semântica perdurou, ainda que em menor escala, até o período moderno, fato que será corroborado com a análise semântica apresentada posteriormente (cf. item 4.2.1.4).

TABELA 10: Frequência do verbo *estar* no período arcaico

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Linhagens	6907	29	63,04	17	36,96	46	100
D. Duarte	9438	06	60,00	04	40,00	10	100
D. João	9723	17	73,91	06	26,09	23	100
Vereações	7901	02	25,00	06	75,00	08	100
Total geral	33969	54	62,07	33	37,93	87	100

No período moderno (cf. tabela 11), mesmo sob a égide do verbo *ser*, como já mencionado, a frequência das ocorrências gramaticais (cf. excerto (70)) de *estar* aumentou, passando de 37,93%, no período arcaico (cf. tabela 10), para 55,06%, no período moderno. Em contrapartida, a frequência das formas lexicais (cf. excerto (71)) reduziu-se de 62,07% (período arcaico) para 44,94% (período moderno).

(70) “Oh, quantos católicos se poderão confundir com esta memória, pois à vista de tantas Igrejas pobres e arruinadas estão levantando palácios à soberba do alheio (...)” (AVES, p. 377, grifos nossos)

(71) “Sucedeu estar nesta um religioso chamado Fr. Diogo do Espírito Santo; este com sua doutrina e exemplo havia feito por aquela costa grandes serviços a Deus (...)” (AVES, p. 374, grifo nosso)

Acredita-se que a ampliação dos valores gramaticais se deva não somente à estabilização de *estar*, que passou a assumir seus próprios valores semânticos, desvinculando-se dos valores semânticos de *ser*, mas também ao avanço do processo de gramaticalização da forma. Em virtude de sua frequência gramatical inferior à de *ser* no período arcaico, conclui-se que o processo de gramaticalização de *estar* encontra-se em um estágio menos adiantado, o que, conforme já mencionado, interfere na velocidade de propagação da mudança. Assim, enquanto a propagação da mudança do verbo *ser* de item lexical para item gramatical tende a ocorrer de forma mais lenta, espera-se que, em se tratando de *estar*, tal propagação se processe de forma mais acelerada, o que pode ser comprovado pelos dados analisados.

TABELA 11: Frequência do verbo *estar* no período moderno

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Aves	10967	24	52,17	22	47,83	46	100
Antonil	10378	10	47,62	11	52,38	21	100
Barra Longa	6942	03	27,27	08	72,73	11	100
Garção	8505	03	27,27	08	72,73	11	100
Total geral	36792	40	44,94	49	55,06	89	100

O marco da consolidação do processo de gramaticalização do verbo *estar* parece ser o período contemporâneo. Conforme demonstram os dados dispostos na tabela 12, a seguir, nesse período, registrou-se um percentual de 83,58% de usos gramaticais (cf. excerto (72)) em oposição a apenas 16,42% de empregos lexicais (cf. excerto (73)).

TABELA 12: Frequência do verbo *estar* no período contemporâneo

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Rosa	6169	12	18,18	54	81,82	66	100
Bulas	6630	01	10,00	09	90,00	10	100
Hoje em dia	9999	12	14,29	72	85,71	84	100
Herótodo	10734	08	19,51	33	80,49	41	100
Total geral	33532	33	16,42	168	83,58	201	100

(72) “O paciente não deve tomar outros medicamentos juntamente com Voltaren sem orientação ou conhecimento do médico; portanto, antes do início do tratamento, o paciente deve informar ao médico se está tomando outro medicamento.” (BULAS, grifos nossos)

(73) “Palhinha e Pintado, que recebeu o terceiro cartão amarelo, estão fora da próxima partida do América pelo Estadual, contra o Ipatinga, domingo que vem, em Ipatinga.” (HOJE EM DIA, *Reação*, 02/04/2000, grifo nosso)

O aumento do índice percentual de 37,93%, no período arcaico, para 83,58%, no período contemporâneo, demonstra, além da expansão e da consolidação do processo de gramaticalização, a estabilização semântica de *estar*, que, nos dois períodos anteriores, em muitas ocorrências, como já mencionado, confundia-se com o verbo *ser*.

4.1.5 ANÁLISE DA FREQUÊNCIA DO VERBO “IR”

A última forma a ter sua frequência diacrônica analisada será o verbo *ir*. A observância dos dados tabulados na tabela 13, abaixo, permite identificar um percentual de 78,76% de

ocorrência de formas lexicais (cf. excerto (74)) e de 21,24% de formas gramaticais (cf. excerto (75)).

TABELA 13: Frequência do verbo *ir* no período arcaico

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Linhagens	6907	20	62,5	12	37,5	32	100
D. Duarte	9438	15	83,33	03	16,67	18	100
D. João	9723	41	82,00	09	18,00	50	100
Vereações	7901	08	61,54	05	38,46	13	100
Total geral	33969	84	78,76	29	21,24	113	100

(74) “Per vos me foy mandado em hu uosso regymento que depois que fose em esta terra uos fizese hu escrito d aajsamento tal como o outro que me vos destes/ e a mym parece senhor que prjnçipalmente por três embargos eu são muyto toruado de o fazer.” (DOM DUARTE, p. 27, grifo nosso)

(75) “Estes jngreses que neelles veerom reçerberom logo per mandado Del-Rey soldo, e foram-sse pera Euora, homde auiam dauer bestas pera serem emcaualgados e hirem seguir homde os mandassem.” (DOM JOÃO, p. 12, grifos nossos)

O índice relativamente alto de empregos gramaticais atesta que, no período arcaico, o processo de gramaticalização da forma já não se encontrava em estágio inicial, o que levanta a hipótese de que o processo de gramaticalização desse verbo tenha se iniciado em um período anterior ao arcaico, quando se falava ainda o Galego-português ou mesmo o Romance ou o Latim. Paiva (1988), ao comentar acerca da irregularidade de alguns verbos arcaicos, discorre sobre o verbo *ir*, informando que este é originário de “três verbos latinos: *ire*, *vadere* (ir), *esse* (ser)” (PAIVA, 1988, p. 50). A coincidência fonética entre algumas formas dos verbos *ser* e *ir* no estágio atual da língua pode ser explicada pela origem comum das duas formas. Além disso, é

possível que, em pelo menos uma dessas formas, o verbo já fosse empregado em sua função gramatical, fato que explicaria sua alta frequência gramatical já no período arcaico.

A análise dos dados referentes ao período moderno (cf. tabela 14) demonstra uma expansão do processo de gramaticalização já registrado no período arcaico (cf. tabela 13), pois os usos gramaticais (cf. excerto (76)) aumentaram de 21,24% para 39,29% e os índices de formas lexicais obtidos (cf. excerto (77)) acusaram uma redução de usos no percentual de 22,92%, já que passaram de 78,76% para 60,71%.

TABELA 14: Frequência do verbo *ir* no período moderno

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Aves	10967	06	60,00	04	40,00	10	100
Antonil	10378	08	57,14	06	42,86	14	100
Barra Longa	6942	03	75,00	01	25,00	04	100
Garção	8505	-	-	-	-	-	100
Total geral	36792	17	60,71	11	39,29	28	100

(76) “... para que saibam o que lhes pertence e possam evitar demandas e pleitos, que são uma contínua desinquietação da alma e um contínuo sangrador de rios de dinheiro que vai entrar na casa dos advogados...” (ANTONIL, cap. II, grifos nossos)

(77) “...Declaro que quando estes (meus ossos) chegarem á dita Igreja (dos Anjos) se collocarão no caixão em que forem sobre uma urna ou eça levantada no meio da Igreja, e perante elles se me farão pelas minha Alma nove Officios cantadas com Missa...” (BARRA LONGA, *Excerto do Testamento do Cel. Mathias Barbosa*, linha 31, grifo nosso)

No período contemporâneo, a expansão do processo aconteceu de forma bastante acentuada e a ocorrência de formas gramaticais (cf, excerto (78)) superou a de formas lexicais (cf. excerto (79)).

(78) “Quem sabe se ele não vai morrer mesmo? Primo Argemiro tem medo de silêncio.”

(ROSA, *Sarapalha*, grifos nossos)

(79) “_ Mas, então, não fala em morte, Primo Ribeiro!... Eu, por nada que não queria ver o senhor se ir primeiro do que eu...” (ROSA, *Sarapalha*, grifos nossos)

A análise dos dados da tabela 15 demonstra um índice percentual de 53,25% de usos gramaticais e de 46,75% de usos lexicais. Isso significa que, no estágio atual da língua, o verbo *ir* é empregado muito mais como verbo auxiliar que como verbo pleno.

TABELA 15: Frequência do verbo *ir* no período contemporâneo

Texto	Total de palavras por texto	Formas lexicais		Formas gramaticais		Total da frequência das formas	
		Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Rosa	6169	33	58,93%	23	41,07%	56	100
Bulas	6630	-	-	-	-	-	100
Hoje em dia	9999	02	12,50	14	87,50	16	100
Herótodo	10734	01	20,00	04	80,00	05	100
Total geral	33532	36	46,75	41	53,25	77	100

4.1.6 ANÁLISE COMPARATIVA DAS FREQUÊNCIAS LEXICAL E GRAMATICAL

Concluída a análise da frequência das formas gramaticais e lexicais dos verbos eleitos para objeto desse estudo nos períodos arcaico, moderno e contemporâneo, resta proceder a um estudo comparativo dessas frequências, visando a precisar a cronologia de gramaticalização

dessas formas verbais. A análise dos gráficos 1 e 2, a seguir, permite uma visualização mais clara dos resultados obtidos:

GRÁFICO 1: Frequência diacrônica das formas lexicais

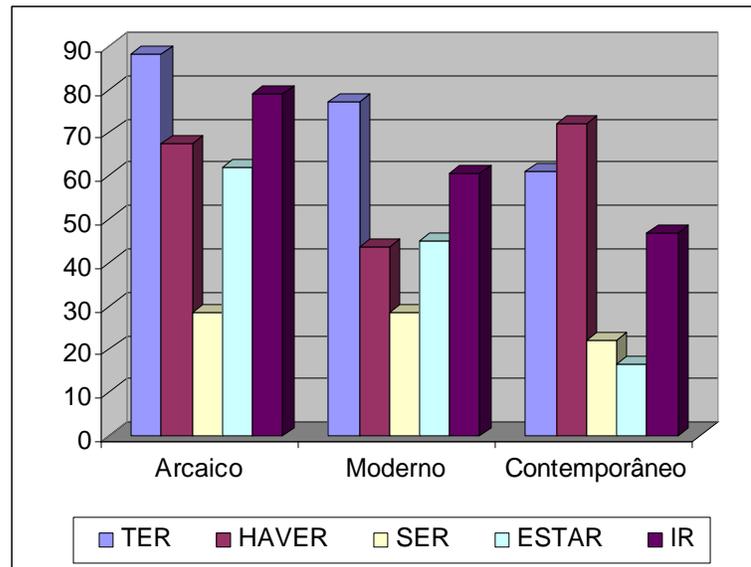
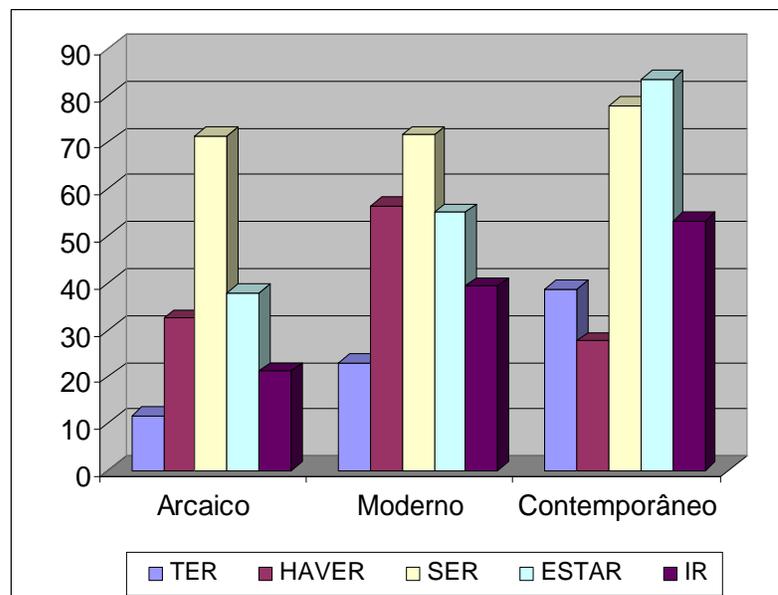


GRÁFICO 2: Frequência diacrônica das formas gramaticais



Das cinco formas analisadas, a que apresentou uma frequência gramatical mais alta no período arcaico foi o verbo *ser* (71,39%). O fato de tal forma verbal exibir uma frequência gramatical superior a setenta por cento induz à conclusão de que foi a primeira das cinco formas a iniciar seu processo de gramaticalização e de que, no período arcaico, seu processo de gramaticalização já se encontrava bastante cristalizado, sendo empregada, majoritariamente, como item gramatical.

O segundo maior índice de frequência gramatical desse período foi obtido por uma forma verbal que, como já discutido anteriormente, apresentou uma interface semântica com o verbo *ser*. Trata-se do verbo *estar* (37,93%), que, durante os períodos arcaico e moderno, exibia alguns semas comuns com o verbo *ser*, fato que lhe permitiu figurar em alguns contextos semelhantes, provocando uma certa concorrência entre as formas. Dessa feita, essa frequência gramatical elevada deve ser analisada considerando-se também a intervenção de outras variáveis que não apenas a expansão do processo de gramaticalização do item. Tais índices podem congregam reflexos da concorrência entre as formas *ser* e *estar*, já que o verbo *ser*, como já discutido, em virtude de seu avançado estágio de gramaticalização, era empregado mais como item gramatical que como item lexical. Com o intuito de se precaver contra conclusões precipitadas e que não condigam com a realidade histórica dos fatos lingüísticos, é necessário considerar a hipótese de que alguns desses usos gramaticais ocorreram em contextos em que as duas formas verbais apresentavam semas comuns e, portanto, expressavam o mesmo valor de verdade. Considerando-se o fato de se estar trabalhando com uma amostragem da língua do período arcaico e também de o estudo ter sido empreendido à luz da competência lingüística contemporânea, há de se cogitar sobre a possibilidade de essa ocorrência não retratar fielmente os fatos lingüísticos e representar apenas uma tendência da amostragem ou mesmo uma impropriedade de análise.

O terceiro maior índice de ocorrências gramaticais foi obtido pelo verbo *haver* (32,63%) e, quantitativamente, não se verifica entre as formas *estar* e *haver* uma diferença percentual tão significativa a ponto de se assegurar com exatidão que o verbo *estar*, no período arcaico, já era mais gramatical que o verbo *haver*. Considerando-se as limitações supramencionadas, torna-se precipitado e até mesmo inviável, do ponto de vista científico, afirmar que o verbo *estar* se gramaticalizou primeiro que o verbo *haver*, até mesmo porque há registros de outros estudiosos que atestam o fato de o verbo *haver* ter se gramaticalizado na fase do Romance. Na escassez de registros referentes ao verbo *estar* e também de material lingüístico que viabilize tal consulta, o mais sensato parece ser afirmar que, em virtude da alta freqüência de suas formas gramaticais, o processo de gramaticalização desses dois verbos remonta ao período arcaico da língua.

O verbo *ir*, que, segundo informações extraídas de Paiva (1988), possui uma origem comum com o verbo *ser*, o que explica a coincidência fonética entre algumas de suas formas em determinados tempos e modos, ocupou a quarta posição no *ranking* das freqüências gramaticais no período arcaico (21,24%). Partindo-se da premissa de que tais usos podem, assim como considerado para o verbo *estar*, relacionarem-se aos usos de *ser*, pode-se cogitar a respeito do fato de o processo de gramaticalização desse verbo estar ainda em fase inicial, já que era empregado, majoritariamente, como forma lexical. Contudo, os altos índices de freqüência lexical também devem ser analisados, considerando-se, também nessa categoria, a possibilidade de intersecção com *ser*, uma vez que o léxico é aberto e, como tal, mais susceptível às escolhas do falante.

A quinta posição coube, portanto, ao verbo *ter* (11,65%), que obteve a menor freqüência gramatical do período. Seus índices relativamente baixos de ocorrência gramatical, principalmente se comparados àqueles alcançados por *ser*, sinalizam que seu processo de gramaticalização encontra-se ainda em estágio inicial.

Dadas as altas freqüências gramaticais dos verbos *ser*, *estar* e *haver* no período arcaico, esperava-se que tais formas expandissem seu processo de gramaticalização e que exibissem, na contemporaneidade, os maiores índices de ocorrência gramatical. Entretanto, as mudanças lingüísticas, ainda que parcialmente previsíveis, em virtude de fatores não apenas lingüísticos, mas também extralingüísticos, não seguem um curso sistematicamente regular e essa hipótese não se confirmou no estágio atual da língua. Devido à concorrência da forma verbal *haver* com a forma verbal *ter* que, pelo percentual de freqüência obtido no português arcaico, parece ter sido a última forma a iniciar seu processo de gramaticalização, o verbo *haver* sofreu uma redução em seus usos. No estágio atual da língua, é empregado preferencialmente em contextos de maior formalidade e com um valor semântico bastante restrito, o que fez com que seu percentual de freqüência gramatical fosse o mais baixo das cinco formas estudadas (27,78%). Isso, contudo, como já mencionado anteriormente, não significa que tal verbo tenha se desgramaticalizado, pois ele não deixou de ocorrer em contextos sintáticos gramaticais. Não se registrou uma queda na sua freqüência gramatical acompanhada de uma expansão lexical, o que poderia levantar a hipótese de uma tramitação da gramática para o léxico. Na verdade, os contextos de ocorrência da forma plena também se reduziram, comprovando a tese acima proposta de que houve uma subjugação aos contextos de uso, em virtude de uma concorrência de formas. Em alguns contextos, a forma concorrente *ter* vem sendo preferida pelo falante tanto em situações de informalidade quanto de maior grau de formalidade, o que explica o fato de tal item exibir, na contemporaneidade, o quarto maior índice de ocorrências gramaticais, isto é, 38,76%.

Diferentemente do que se verificou com o verbo *haver*, os verbos *ser* e *estar* mantiveram a liderança de freqüência gramatical no período contemporâneo. Na verdade, o que se verificou foi uma inversão de ordem, já que o verbo *estar*, na contemporaneidade, passou a ocupar a primeira posição (83,58%), relegando a segunda ao verbo *ser* (77,84%). O fato de os dois verbos

permanecerem com altos índices de usos gramaticais demonstra a solidez de seu processo de gramaticalização. Contudo, enquanto o verbo *ser* apresentou uma redução pouco expressiva em seus usos lexicais – 28,61% no período arcaico e 22,16% no contemporâneo –, o verbo *estar* reduziu significativamente sua frequência lexical, baixando seus índices percentuais de 62,07%, no período arcaico, para apenas 16,42%, no período contemporâneo. Acredita-se que essa redução brusca esteja relacionada à estabilização semântica de *estar*, que deixou de ser empregado nos mesmos contextos que o verbo *ser*, reduzindo, portanto, suas possibilidades no léxico e também à expansão de seu processo de gramaticalização.

A terceira maior frequência gramatical no período contemporâneo foi alcançada pelo verbo *ir*, que obteve um índice percentual superior a cinquenta por cento (53,25%). Apesar de já exibir um alto índice de ocorrência gramatical no período arcaico, induzindo à conclusão de que seu processo de gramaticalização antecede tal período, continuou expandindo esses usos tanto no período moderno (39,29%), quanto no período contemporâneo, quando passou a ser empregada mais com valor gramatical que com valor lexical.

Por fim, resta analisar as frequências diacrônicas das formas verbais analisadas à luz da teoria da gramaticalização. Conforme já mencionado neste estudo (cf. capítulo 1), o processo de tramitação de itens do léxico para a gramática compreende um movimento proporcional entre suas frequências lexicais e gramaticais. Assim, espera-se que, com o passar do tempo e com o conseqüente avançar do processo, o item tenha sua frequência lexical reduzida e amplie a sua frequência gramatical. A análise dos gráficos 1 e 2, bem como da tabela 16, a seguir, demonstra que os dados obtidos estão em conformidade com o quadro teórico apresentado.

TABELA 16: Análise comparativa das freqüências lexicais e gramaticais

PERÍODO	TER		HAVER		SER		ESTAR		IR	
	FL (%)	FG (%)								
ARCAICO	88,34	11,66	67,54	32,46	28,61	71,39	62,07	37,93	78,76	21,24
MODERNO	76,96	23,04	43,51	56,49	28,28	71,72	44,94	55,06	60,71	39,29
CONTEMPORÂNEO	61,24	38,76	72,22	27,78	22,16	77,84	16,42	83,58	46,75	53,25

De todas as cinco formas estudadas, a única que não se comportou regularmente foi o verbo *haver*. Este não apenas apresentou uma redução de freqüência gramatical, como também ampliou a sua freqüência lexical. Contudo, essa ampliação da freqüência lexical, como será demonstrado quando da análise dos valores semânticos do item (cf. subseção 4.2.1.2), não traduz uma expansão no léxico, dado que seus semas também se restringiram. Tal irregularidade de comportamento é atribuída, como já discutido, à concorrência entre os verbos *ter* e *haver*. Em virtude de uma forma ter suplantado a outra em alguns contextos, a freqüência gramatical do verbo *haver* reduziu-se sensivelmente, já que esse verbo está tendo seus usos reduzidos na língua, tanto no âmbito da gramática, quanto no âmbito do léxico. Excetuando-se o verbo *haver*, todos os demais apresentaram um comportamento previsível e regular, ampliando linearmente a sua freqüência gramatical ao longo dos três períodos lingüísticos estudados, o que demonstra a expansão do processo de gramaticalização. A análise de tais dados demonstra ainda que, quanto mais alta a freqüência gramatical no período arcaico, mais lento é o processo de expansão, já que a mudança lingüística se propaga em S, isto é, a sua velocidade de expansão é mais acentuada no meio do processo e menos acelerada nas extremidades.

4.1.7 ANÁLISE COMPARATIVA DAS FREQUÊNCIAS TOTAIS

Apresentadas e discutidas as frequências diacrônicas de cada uma das cinco formas verbais que constituem o objeto deste estudo, resta, em se tratando da frequência do item, a análise da frequência total dos verbos. Conforme metodologia quantitativa proposta por Vianna (2000) e por Vitral (2004), espera-se que, à medida que o processo vá se expandindo, os itens se tornem mais frequentes, porque passam a ser empregados tanto na categoria de item lexical quanto na categoria de item funcional. A análise da tabela 17, a seguir, auxiliará na comprovação ou não dessa hipótese.

TABELA 17: Análise comparativa da frequência dos verbos por período.

	Período arcaico Total geral: 33969		Período moderno Total geral: 36792		Período contemporâneo Total geral: 33532		Teste Qui- Quadrado P*
	Ocorrência	Porcentagem	Ocorrência	Porcentagem	Ocorrência	Porcentagem	
TER	163	0,48%	204	0,55%	209	0,62%	0,044
HAYER	268	0,79%	262	0,71%	54	0,16%	< 0,001
SER	839	2,47%	732	1,99%	835	2,49%	< 0,001
ESTAR	87	0,26%	89	0,24%	168	0,50%	< 0,001
IR	113	0,33%	28	0,08%	77	0,23%	< 0,001

O verbo *ter*, mais uma vez, parece se comportar de forma bastante regular. A comparação da frequência do item *ter* em suas formas lexical e gramatical ao longo dos três períodos demonstra que ele foi tornando-se mais frequente: teve sua frequência total aumentada de 0,48%, no período arcaico, para 0,55%, no período moderno, e para 0,62%, no período contemporâneo. Contudo, para uma maior seguridade da análise quantitativa proposta, necessário se faz dispensar

* Significativo quando o valor de P for igual ou inferior a 0,05.

um tratamento estatístico às frequências observadas, com o intuito de se verificar se o crescimento detectado é também significativo sob a óptica matemática. A tabela 18, a seguir, propõe-se a esclarecer tal questionamento:

TABELA 18: Análise estatística da frequência do verbo *ter*

PERÍODO	FREQÜÊNCIA OBSERVADA	FREQÜÊNCIA ESPERADA
ARCAICO	163	187,6
MODERNO	204	203,1
CONTEMPORÂNEO	209	185,3

Considerando-se o fato de que os *corpora* possuem tamanhos aproximados, calculou-se estatisticamente o peso de cada período e procedeu-se à comparação das frequências observadas com as que se esperavam obter no universo, caso os *corpora* fossem de tamanhos equivalentes. Assim, partindo-se da premissa de que em pelo menos um dos períodos registrar-se-ia um crescimento significativo, optou-se por aplicar o teste de aderência do Qui-Quadrado.

A análise da tabela 18 demonstra que apenas no período arcaico a frequência observada foi inferior à frequência esperada. No período moderno, a frequência observada praticamente se igualou à frequência esperada e, no período contemporâneo, a frequência observada superou a esperada. Aplicando-se o teste de aderência do Qui-Quadrado sobre tais valores, obtém-se o resultado de $P = 0,044$. Isso significa que, estatisticamente, registrou-se uma diferença significativa entre os períodos, o que atesta, com uma margem de erro inferior a 5%, o crescimento da frequência do item.

O verbo *haver*, como já se previa, teve a sua frequência reduzida de 0,79%, no período arcaico, para 0,16%, no período contemporâneo. Essa queda na frequência do item subordina-se ao aumento de 29,16% alcançado pelo *ter*, que passou a substituir o *haver* no período

contemporâneo em alguns de seus contextos. A tabela 19 exibe os valores estatísticos encontrados para o auxiliar *haver*:

TABELA 19: Análise estatística da frequência do verbo *haver*

PERÍODO	FREQÜÊNCIA OBSERVADA	FREQÜÊNCIA ESPERADA
ARCAICO	268	190,2
MODERNO	262	205,9
CONTEMPORÂNEO	54	187,9

A análise estatística empreendida demonstra que, tanto no período arcaico quanto no período moderno, a frequência observada foi superior à frequência esperada, caso os *corpora* apresentassem o mesmo número de palavras. Entretanto, no período contemporâneo, a frequência esperada superou a observada em mais de três vezes. Isso significa que a maior queda de frequência da forma concentra-se no período contemporâneo. O resultado do teste de aderência do Qui-Quadrado (cf. tabela 17) comprova o índice de significância dos dados obtidos. O valor encontrado para P (menor que 0,01) comprova, com uma margem de erro inferior a 1%, a redução da frequência de *haver*.

O verbo *ser* manteve a liderança de frequência em todos os três períodos da língua. A queda de frequência registrada no período moderno pode estar associada à concorrência com o verbo *estar* e também à normalização da língua. Levando-se em consideração o fato de que a maioria das formas verbais analisadas não se comportou previsivelmente na passagem do período arcaico para o moderno, há de se analisar tal irregularidade à luz de questões não meramente lingüísticas, mas também extralingüísticas, como os fatores de cunho histórico, por exemplo. Se no período arcaico não existia uma regularidade nos registros lingüísticos, no período moderno aconteceu a normalização da língua portuguesa, o que contribuiu para limitar certas

arbitrariedades não apenas ortográficas, mas também gramaticais. A esse respeito, Paiva (1988) atesta que

as primeiras gramáticas – a de Fernão de Oliveira, em 1536, e a de João de Barro, em 1540 – procederam à sistematização de algumas normas que, por sua vez, manejadas e enriquecidas pelo trabalho artístico dos escritores renascentistas, **eliminaram grande parte das variantes.** (p. 42, grifos nossos)

Spina (1987) chega a falar que o surgimento das primeiras gramáticas e dos primeiros dicionários disciplinou as estruturas lingüísticas, embora “ao lado das formas eruditas, literárias, continuaram fluentes na sua realidade fônica e morfológica as formas da tradição medieval”. (SPINA, 1987, p. 16) Explica ainda o autor que existia “um movimento em prol da ordem doutrinária na sistematização e aprimoramento da língua” (*ibidem*) que visava a evitar que a linguagem popular e viva fosse reproduzida nas obras literárias sob a alegação de qual tal modalidade lingüística constituía um “português ‘velho’ e ‘relho’” (*op. cit.*, p. 16). Ainda assim, não foi possível tolher toda a expressão do caráter arcaizante e popular da língua daquela época, o que justifica a identificação de tais usos.

Superada a questão normativa e também a concorrência das formas, no período contemporâneo, o verbo *ser* continua mantendo a liderança na frequência, alcançando um índice percentual de frequência total de 2,49%. A tabela 20, apresentada abaixo, presta-se a exibir os valores do teste estatístico aplicado para verificar a relação entre a frequência observada e a esperada, caso houvesse uma equidade entre os *corpora*.

TABELA 20: Análise estatística da frequência do verbo *ser*

PERÍODO	FREQÜÊNCIA OBSERVADA	FREQÜÊNCIA ESPERADA
ARCAICO	839	783,6
MODERNO	732	848,5
CONTEMPORÂNEO	835	774,0

Os dados obtidos com o teste estatístico aplicado revelam que, no período arcaico, a frequência observada foi superior à frequência esperada. No período moderno, contudo, em virtude dos fatores já mencionados, a frequência observada foi inferior à frequência esperada, embora, estatisticamente, houvesse a probabilidade de se registrar, nesse período, um pico de frequência. Na era contemporânea, como já sinalizara a porcentagem obtida, a frequência voltou a crescer e os índices observados superaram os esperados. O índice de $P < 0,01$, obtido com o teste Qui-Quadrado sobre os valores de frequência encontrados, revelam, mais uma vez, com uma margem ínfima de erros, o grau de confiabilidade dos resultados obtidos.

O verbo *estar*, que exibiu uma frequência lexical e gramatical regulares, não manteve essa regularidade ao ter concluído o cômputo de sua frequência total. No período moderno, ao invés de se registrar um aumento de sua frequência, registrou-se uma queda de 7,69%, já que no período arcaico alcançou um índice percentual de 0,26%, que se reduziu para 0,24%, na era moderna. Acredita-se que essa queda esteja associada principalmente à concorrência entre as formas *ser* e *estar* e também ao processo de normalização da língua, como já mencionado quando da análise proposta para a forma concorrente. Finda a concorrência semântica com o *ser*, no período contemporâneo, o verbo *estar* aumentou significativamente a sua frequência, chegando ao percentual de 0,50%. Os dados dispostos na tabela 21, a seguir, relacionam as frequências obtidas com aquelas esperadas:

TABELA 21: Análise estatística da frequência do verbo *estar*

PERÍODO	FREQÜÊNCIA OBSERVADA	FREQÜÊNCIA ESPERADA
ARCAICO	87	112,0
MODERNO	89	121,3
CONTEMPORÂNEO	168	110,7

Com base nos dados estatísticos apresentados na tabela 21, pode-se afirmar que, tanto no período arcaico quanto no moderno, a frequência observada foi inferior à esperada. Já, no período contemporâneo, os índices observados superaram os esperados. O índice de $P < 0,01$ obtido com o teste Qui-Quadrado significa que, com um grau de confiabilidade equivalente a 99%, a forma tornou-se mais freqüente com o passar dos anos, o que corrobora a expansão gramatical do item.

Outra forma verbal que apresentou regularidade diacrônica, expandindo suas ocorrências gramaticais, sem aumentar, contudo, a sua frequência total foi o verbo *ir*. Constatou-se uma redução expressiva de sua frequência do período arcaico (0,33%) para o período moderno (0,08%). Embora tenha voltado a se tornar relativamente freqüente no período contemporâneo, não chegou a alcançar a mesma frequência registrada no período arcaico, obtendo um índice percentual de 0,23%. Mais uma vez, recorre-se à análise dos valores semânticos na tentativa de se explicar como um item que ampliou significativamente sua frequência gramatical, passando a ser empregado majoritariamente nesta categoria, pode ter sua frequência total reduzida. O fato é que, como ocorreu com outros verbos já analisados, o verbo *ir* também se deslexicalizou na língua portuguesa. Como ele deixou de ser empregado em algumas acepções outrora registradas (cf. subseção 4.2.1.5), é natural que sua frequência total restrinja-se, ainda que seus empregos gramaticais expandam-se. Além disso, há de se considerar o fato de que tal auxiliar está sendo empregado para expressar a futuridade no idioma e, nessa função, enfrenta a concorrência com a desinência modo-temporal de futuro, o que acaba inibindo o aumento de sua frequência. A análise da tabela 22 auxiliará na verificação dos valores obtidos:

TABELA 22: Análise estatística da frequência do verbo *ir*

PERÍODO	FREQÜÊNCIA OBSERVADA	FREQÜÊNCIA ESPERADA
ARCAICO	113	71,0
MODERNO	28	76,9
CONTEMPORÂNEO	77	70,1

Os resultados do teste estatístico aplicado e dispostos na tabela 22 demonstram que apenas no período arcaico a frequência observada superou a frequência esperada. No período moderno, como já ocorrera com as outras formas analisadas, registrou-se o menor índice de frequência da forma, que não alcançou o percentual de 50% da frequência esperada. No período contemporâneo, mesmo retomando o crescimento, a frequência observada apenas se aproximou da esperada. O índice obtido com o teste Qui-Quadrado ($P < 0,01$) vem comprovar que também sob a óptica estatística não houve um aumento na frequência da forma, mesmo esta sendo prioritariamente empregada na contemporaneidade com valor gramatical.

A análise empreendida revelou que a gramaticalização das formas lexicais em formas gramaticais remonta ao período arcaico da Língua Portuguesa. Os dados obtidos permitem esboçar uma cronologia de gramaticalização para as cinco formas estudadas, qual seja: (a) o primeiro verbo a assumir características funcionais foi o verbo *ser*, que já era empregado como verbo auxiliar de passiva no Latim, língua-mãe do Português; (b) o segundo verbo a incorporar tais funções foi o verbo *haver*, cujo emprego como item gramatical data do Romance; (c) o terceiro verbo a integrar o rol das categorias gramaticais foi, provavelmente, o verbo *estar* que, na época, ainda era um concorrente semântico do verbo *ser*; (d) o próximo verbo a se tornar auxiliar foi, possivelmente, o verbo *ir*, cujo processo de gramaticalização iniciou-se também num estágio lingüístico anterior ao período arcaico, seguido pelo verbo *ter*. A análise das frequências das formas verbais revela ainda que, sagrada a mudança do verbo pleno em auxiliar, iniciou-se o

processo de difusão dessa mudança, ou seja, a expansão gramatical das formas auxiliares. Cumpre esclarecer, contudo, que a gramaticalização do verbo pleno em verbo auxiliar, a despeito de ser o resultado de uma mudança de categoria, não constitui uma mudança lingüística no sentido laboviano do termo. Para Labov (1972), a mudança lingüística pressupõe a concorrência de formas. No caso da gramaticalização de verbos plenos em auxiliares, não se verifica concorrência entre a forma lexical e a gramatical, mas uma co-ocorrência das duas formas, já que elas não expressam o mesmo valor de verdade, nem cumprem as mesmas funções na língua.

Por fim, resta considerar que, desde o período arcaico, pode-se perceber a expansão do processo de gramaticalização das formas auxiliares na língua e essa expansão, segundo previsto na literatura concernente ao fenômeno, deverá se prolongar até que as formas auxiliares venham a se tornar formas presas, agregando-se às formas principais. Contudo, a comprovação ou não de semelhante previsão só o tempo poderá revelar, já que diversos fatores entram em jogo em se tratando da difusão de uma mudança lingüística e também, como adverte Lehmann (1982), as fases da gramaticalização não são obrigatoriamente seguidas por todos os itens, podendo ocorrer a sua cristalização em um dos estágios.

Finda a análise da frequência dos itens, cumpre proceder à observação de questões semânticas envolvidas no processo de gramaticalização, assunto que constitui o tema da próxima subseção.

4.2. ANÁLISE DE ASPECTOS SEMÂNTICOS DOS ITENS

4.2.1 EXPANSÃO SEMÂNTICA

Durante a expansão do processo de gramaticalização, os itens tornam-se mais frequentes, perdem conteúdo nocional e também alteram-se semanticamente, na medida em que passam a ser empregados em novas acepções. A incorporação de novos semas concorre para a polissemia do item, que, ao longo do processo de gramaticalização, passa a ser empregado não apenas em seu sentido etimológico, mas também em acepções que representam expansões abstratas de seus sentidos etimológicos. A análise dos semas das cinco formas verbais analisadas será detalhada a seguir, mas, antes, cumpre ressaltar, conforme já mencionado na descrição da metodologia, que a identificação das acepções semânticas foi empreendida à luz da competência linguística contemporânea.

Visando a elucidar para o leitor os semas identificados, organizou-se uma amostragem do elenco semântico de cada uma das formas verbais, acompanhada de um fragmento ilustrativo, e apresentou-a em apêndice (cf. p. 298). Tal procedimento se deve a uma tentativa de evitar a fragmentação do raciocínio que a incursão do exemplo na tessitura textual poderia acarretar.

4.2.1.1 ANÁLISE DA EXPANSÃO SEMÂNTICA DO VERBO “TER”

A tabela 23, a seguir, exhibe os valores semânticos do item *ter* lexical no período arcaico. Conforme consulta realizada em Cunha (1997), este verbo possuía apenas um sentido etimológico, qual seja: “**ter**: *vb.* ‘estar na posse de’ ‘possuir, haver’” (p. 764). A expressão da posse alienável constitui, pois, considerando-se o critério adotado no presente estudo, o sentido concreto do verbo *ter*; os demais sentidos registrados constituem expansões semânticas do verbo, as quais tendem a se tornar, diacronicamente, mais abstratas.

TABELA 23: Valores semânticos de *ter* lexical no período arcaico

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
estar na posse de, possuir	35,17	haver, existir	17,24
		apresentar, mostrar	15,17
		alcançar, conseguir, obter	11,03
		dispor de	8,97
		acreditar	4,14
		manter	2,07
		gozar, desfrutar	1,38
		considerar, julgar	1,38
		adotar, proceder	1,38
		estar	0,69
		dispensar, despende	0,69
		encontrar-se com	0,69
Total	35,17	Total	64,83

Pode-se afirmar que, no período arcaico, o verbo *ter* já era empregado polissemicamente, pois, além da acepção etimológica da posse alienável, registraram-se mais doze semas

relacionados a essa forma verbal. O sema que obteve a maior frequência foi o relacionado à expressão da posse (35,17%). Em segundo lugar, registrou-se, em 17,24% das ocorrências, o emprego do verbo *ter* na acepção de “haver, existir”. A acepção de “apresentar, mostrar” ocorreu em 15,17% dos usos, seguida da acepção de “alcançar, conseguir, obter”, cuja frequência fez um índice percentual de 11,03%. O sentido de “dispor de”, ainda usual na contemporaneidade, foi recorrente em 8,97% das ocorrências. O sentido de “acreditar” foi registrado em 4,14% dos contextos analisados e o sentido de “manter”, em 2,07% deles. Já os semas “gozar, desfrutar”; “considerar, julgar” e “adotar, proceder” obtiveram um índice percentual equivalente de ocorrências, qual seja, 1,38%. As ocorrências semânticas mais baixas no período arcaico referem-se à expressão dos sentidos de “estar”, de “dispensar, despender” e de “encontrar-se com”, registrando-se, nos três casos, uma ocorrência de apenas 0,69%.

No período moderno, conforme demonstra a análise da tabela 24, a seguir, registrou-se uma redução dos valores semânticos do verbo *ter*, identificando-se apenas doze acepções semânticas. Tal redução, como já mencionado, deve ser entendida também à luz do processo de normalização por que passou a Língua Portuguesa nesse período – principalmente se se considerar que a pesquisa tomou como *corpora* textos escritos – e não apenas como uma consequência da expansão do caráter gramatical da forma.

TABELA 24: Valores semânticos de *ter* lexical no período moderno

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
estar na posse de, possuir	39,35	dispor de	12,90
		manter	12,90
		apresentar, mostrar	12,26
		haver, existir	9,03
		sentir, experimentar	6,45
		alcançar, conseguir, obter	3,23
		produzir, efetuar	1,28
		gozar, desfrutar	0,65
		considerar, julgar	0,65
		acolher, abrigar, hospedar	0,65
		encontrar-se com	0,65
Total	39,35	Total	60,65

Verificou-se, nesse período, uma ampliação do sentido etimológico, que passou a ser empregado em 39,35% das ocorrências, e também dos sentidos de “dispor de” e de “manter”, que figuraram, ambos, em 12,90% das ocorrências. Já os sentidos de “apresentar, mostrar”, “haver, existir” e de “alcançar, obter” tiveram suas frequências reduzidas, respectivamente, para 12,26%, 9,03%, e 3,23%. Os valores semânticos de “gozar, desfrutar”, de “considerar, julgar” e de “encontrar-se com” também apresentaram uma frequência praticamente residual neste período, alcançando um índice de apenas 0,65% das ocorrências. Outros três semas não registrados no período arcaico foram identificados no período moderno: “sentir, experimentar (6,45%), “produzir, efetuar”(1,28) e “acolher, abrigar, hospedar”(0,65%). Apesar de terem surgido, nesse período, três novas acepções, quatro acepções registradas no período arcaico desapareceram no moderno, a saber: “acreditar”, “estar”, “dispensar, despende” e “adotar, proceder”.

No período contemporâneo, o verbo *ter* experimentou, novamente, uma expansão em seus valores semânticos, conforme revelam os semas dispostos na tabela 25:

TABELA 25: Valores semânticos de *ter* lexical no período contemporâneo

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
estar na posse de, possuir	7,50	dispor de	21,67
		apresentar, mostrar	18,33
		alcançar, conseguir, obter	11,67
		haver, existir	10,83
		gozar, desfrutar	10,00
		manter	5,83
		sentir, experimentar	5,00
		tomar por parâmetro	3,34
		sofrer ou padecer de	2,50
		acontecer, suceder	1,67
		considerar, julgar	0,83
		receber, ser punido com	0,83
Total	7,50	Total	92,50

Nesse período, registrou-se uma redução do uso etimológico, que foi cotejado em apenas 7,50% das ocorrências. Já os semas “dispor de”, “apresentar, mostrar”, “alcançar, conseguir, obter” e “gozar, desfrutar” expandiram-se significativamente, obtendo, respectivamente, os índices percentuais de 21,67%, 18,33%, 11,67% e 10,00% do total das ocorrências registradas. Pode-se considerar que a acepção semântica de “haver, existir” permaneceu estável, já que na passagem de um período a outro a sua expansão alcançou índices praticamente residuais. O sema “considerar, julgar”, que já ocorria em baixa frequência no período arcaico, manteve um índice de 0,83%, igualando-se, em termos de ocorrência, a um sema que emergiu no período contemporâneo, a saber: “receber, ser punido com”. Das acepções semânticas surgidas no período moderno, a única que permaneceu no período contemporâneo foi aquela relacionada à expressão do sentido de “sentir, experimentar”, que ocorreu em 5,00% dos usos identificados.

A análise das acepções semânticas do período contemporâneo demonstra que o verbo *ter* continua em processo de expansão lexical, pois surgiram quatro novos semas não identificados nos dois períodos anteriores: “tomar por parâmetro”, que obteve uma frequência de 3,34% das

ocorrências; “acontecer, suceder”, cuja frequência foi de 1,67%; “sofrer ou padecer de”, cujos usos alcançaram uma frequência de 2,50% e “receber, ser punido com” – já mencionado – com uma ocorrência de 0,83%.

4.2.1.2 ANÁLISE DA EXPANSÃO SEMÂNTICA DO VERBO “HAVER”

A forma verbal *haver*, que contemporaneamente tem sido substituída pelo verbo *ter* em alguns contextos, já apresentava um estágio avançado de gramaticalização no período arcaico, considerando-se a alta frequência de formas gramaticais nesse período. Espera-se, pois, que, em virtude desse processo de gramaticalização já instaurado, o item apresente uma expansão semântica em seus usos, realizando-se polissemicamente. A análise da tabela 26, a seguir, corrobora essa hipótese:

TABELA 26: Valores semânticos de *haver* lexical no período arcaico

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
ter, possuir	32,74	obter, conseguir	19,00
existir	25,60	fazer, realizar	4,18
considerar, julgar	10,12	ter transcorrido tempo	2,98
		dar, conceder	1,79
		travar, empreender	1,19
		permanecer, ficar	0,60
		vencer, alcançar êxito	0,60
		sentir, experimentar	0,60
		suceder, acontecer, ocorrer	0,60
Total	68,46	Total	31,54

Uma consulta a Cunha (1997) atesta a existência de três (ou quatro, se não se considerar pertinente incluir a acepção de “alcançar” no mesmo campo semântico de “ter”, “possuir”) sentidos etimológicos para o verbo: “**haver** *vb.* ‘ter, possuir, alcançar, considerar, existir’” (p. 404). Embora a inclusão do sema “existir” no elenco das acepções concretas do item possa parecer um procedimento incoerente admitindo-se o fato de que em se tratando do verbo *ter* tal sema foi considerado um uso abstrato, cumpre advertir o leitor de que não se trata de um recorte arbitrário, mas de uma obediência a um critério diacrônico postulado por este estudo. Segundo esse critério, concebem-se como concretos os usos mais antigos do item e como abstratos aqueles que lhe são posteriores.

A análise das acepções arcaicas sinaliza uma expansão semântica, já que foram encontradas, neste período, doze possibilidades distintas de usos semânticos do verbo. Ao analisar a tabela dos valores semânticos arcaicos, o primeiro fato instigante é a alta ocorrência do sema “ter, possuir”, que alcançou um índice percentual de 32,74%. Na contemporaneidade, essa forma verbal tem conquistado a preferência do falante, que passa a preterir o verbo “haver”, reservando-o para contextos mais formais. Outro sema bastante recorrente nesse período relaciona-se semanticamente ao verbo “ter”, já que representa um de seus usos abstratos. Trata-se do sentido de “obter, conseguir”, registrado em 19,00 % das ocorrências. O segundo índice percentual mais recorrente no período arcaico foi um sema ainda empregado na contemporaneidade para expressar a impessoalidade. Trata-se do sema “existir”, que foi cotejado em 25,60% das ocorrências. Das acepções etimológicas do verbo, a que foi empregada em menor escala foi a relacionada à expressão do sentido de “considerar, julgar”, cujo índice percentual foi de 10,12% do total das ocorrências.

Deslocando-se o foco da análise para as acepções abstratas do item, percebe-se que, excetuando-se os semas “obter, conseguir” – já comentado –; “fazer, realizar”, que foi registrado

em 4,18% das ocorrências; “ter transcorrido tempo”, cuja frequência foi de 2,98%; “dar, conceder”, empregado em 1,79% das ocorrências; e “travar, empreender”, que alcançou um índice percentual de 1,19%, todos os demais apresentaram uma frequência residual neste período. A baixa frequência dos semas “permanecer, ficar” (0,60%), “vencer, alcançar êxito” (0,60%), “sentir, experimentar” (0,60%) e “suceder, acontecer, ocorrer” (0,60%) suscita duas hipóteses: (a) tais semas estão emergindo no período arcaico ou (b) estão deixando de ser empregados pelo falante, caindo, portanto, em desuso na língua. A opção por uma delas será feita de forma mais segura se se analisarem também os valores semânticos do verbo no período moderno. Assim, se houver um aumento na frequência desses sememas em tal período, pode-se afirmar que eles estavam surgindo na língua; caso contrário, constatar-se-á que eles estavam desaparecendo do idioma.

TABELA 27: Valores semânticos de *haver* lexical no período moderno

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
existir	65,60	ter trato com, lidar	4,90
ter, possuir	11,80	ter transcorrido tempo	4,90
considerar, julgar	8,80	obter, conseguir	2,00
		proceder, portar-se, comportar-se	1,00
		levar, conduzir	1,00
Total	86,20	Total	13,80

O conjunto de semas encontrado no período moderno e disposto na tabela 27, acima, comprova a segunda hipótese anteriormente aventada, ou seja, as acepções semânticas que apresentaram um uso residual no período arcaico estavam caindo em desuso e desapareceram do idioma, uma vez que não foram identificadas no período moderno. Outra conclusão extraída da análise da tabela acima é que o verbo *haver*, em concorrência com o verbo *ter*, está se deslexicalizando, isto é, está sofrendo uma redução de seus valores semânticos. Se, no período

arcaico, o campo semântico do verbo compreendia doze acepções, no período moderno, essas acepções restringiram-se a oito. Essa restrição semântica, no entanto, não se relaciona ao processo de gramaticalização do item, pois, nesse período, conforme análise de frequência desenvolvida em 4.1.2, registrou-se um aumento de sua frequência gramatical, o que comprova que tal item não está se desgramaticalizando. O que ocorre, como já visto, é que, em virtude da concorrência de formas, o verbo *haver* passa a ser substituído, em alguns contextos, por seu concorrente *ter*. Mattos e Silva (2001 [1994]) explica que

no período arcaico (*haver* e *teer* não estavam, no princípio, em variação livre nas estruturas de posse: (*haver* ocorria com complemento de qualquer valor semântico – bens materiais adquiríveis (*a*), qualidades imateriais adquiríveis (*b*), qualidades intrínsecas ao sujeito (*c*). Do século XIV para o XV (...), se pode observar que *teer* só ocorria comutando com (*haver* com atributos do tipo *a* e, menos freqüentemente, do tipo *b*; na primeira metade do século XV aparece *teer/teer* nos três “tipos de posse”, sendo ainda (*haver* mais freqüente; já na segunda metade do mesmo século se evidencia o recesso de (*haver* e o avanço de *teer* com os três tipos de atributo. (MATTOS E SILVA, 2001, p. 78)

A análise da tabela 27 demonstra, ainda, que a redução semântica limita-se às extensões abstratas, pois os três sentidos etimológicos identificados no período arcaico permaneceram no período moderno. A variação detectada em relação a esses sentidos refere-se ao índice de ocorrência. No período moderno, registrou-se uma queda na ocorrência do sema “considerar, julgar”, que obteve uma frequência de 8,80%, e uma inversão dos semas “ter, possuir” – que sofreu uma redução de 32,74%, no período arcaico, para 11,80%, no período moderno –, e “existir”, que estendeu seus usos de 25,60%, no arcaico, para 65,60%, no moderno. No que tange às acepções abstratas, apenas dois semas registrados no período arcaico puderam ser identificados também no período moderno: “obter, conseguir” e “ter transcorrido tempo”. A análise dos índices percentuais dos dois semas prenuncia comportamentos lingüísticos diferenciados para cada um

deles. Assim, à medida que o verbo *ter* foi expandindo-se na língua, o sema “obter, conseguir” foi sendo incorporado ao seu campo semântico abstrato e sua ocorrência reduziu de 19,00% para 2,00%. Já o sema “ter transcorrido tempo” foi se estendendo e sua ocorrência aumentou de 2,98%, no período arcaico, para 4,90%, no período moderno. Isso induz à expectativa de que, no período contemporâneo, o sema que teve seu uso reduzido venha a desaparecer do idioma e o outro se torne mais recorrente.

Se, por um lado, no período moderno, algumas acepções semânticas reduziram ou mesmo desapareceram, por outro, novos semas também foram identificados: “ter trato com, lidar” foi registrado em 4,90% das ocorrências abstratas; “proceder, portar-se, comportar-se” e “levar, conduzir” obtiveram um índice percentual de ocorrência de 1,00% cada. Mais uma vez, faz-se mister recorrer à análise dos sentidos semânticos presentes no período contemporâneo, para identificar se tais semas expandiram-se ou se desapareceram do idioma.

TABELA 28: Valores semânticos de *haver* lexical no período contemporâneo

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
existir	70,30	ter transcorrido tempo	29,70
Total	70,30	Total	29,70

Os dados dispostos na tabela 28, acima, vêm corroborar a assertiva da deslexicalização, ou seja, da redução de usos nos domínios do léxico, por que passa o verbo *haver* no português do Brasil. Nos *corpora* representativos do período contemporâneo, as acepções semânticas identificadas restringiram-se a apenas duas: uma etimológica e outra abstrata. A acepção semântica que se expandiu no período moderno sobrepôs-se às outras duas, aumentando seu

percentual de ocorrência no período contemporâneo (70,30%). Também no campo das acepções abstratas, o sema “ter transcorrido tempo”, que aumentou sua ocorrência no período moderno, continuou seu processo de expansão, impondo-se sobre os demais e alcançando um índice percentual de 29,70% das ocorrências. Com isso, pode-se afirmar que, no período contemporâneo, o verbo *haver* encontra-se gramaticalizado, mas que, em virtude de sua concorrência com o verbo *ter*, seus usos estão bastante restritos, o que explica a redução de sua frequência e também de seu campo semântico.

4.2.1.3 ANÁLISE DA EXPANSÃO SEMÂNTICA DO VERBO “SER”

Dentre as cinco formas analisadas, a que apresentou a maior frequência total e também o maior número de acepções semânticas foi o verbo *ser*. Mesmo no período arcaico (cf. tabela 29) sua polissemia já era bastante acentuada. Isso pode ser atribuído, basicamente, a dois fatores principais: (a) ao estágio bastante avançado de seu processo de gramaticalização, mensurado pela alta frequência de formas gramaticais (71,39%) e (b) ao expressivo número de acepções etimológicas, ou sentidos concretos, se comparado às demais formas analisadas. A consulta ao autor Cunha (1997) revela a existência de quatro acepções etimológicas para esse verbo, quais sejam: “**ser** *vb.* ‘estar, ficar, existir, tornar-se’”(p. 716). Um aspecto intrigante é que, dentre essas acepções, não se registra aquela que traduziria a expressão dos atributos e que é a mais recorrente

na contemporaneidade. Na tentativa de se explicar a origem da função atributiva, recorreu-se a Benveniste (1966), que tece o seguinte comentário:

Na base da análise, tanto histórica quanto descritiva, é preciso propor dois termos distintos, que se confundem quando se fala de ‘ser’; um é a ‘cópula’, marca gramatical de identidade; o outro, um verbo de exercício pleno. Os *dois coexistiram* e podem sempre coexistir, sendo completamente diferentes. Em muitas línguas, porém, fusionaram-se. (p. 204-205)

Tal interpretação justifica o fato de a acepção copulativa – “atribuir a algo ou a alguém uma qualidade” – não integrar o rol das acepções etimológicas do verbo. Na verdade, a acepção mais recorrente na contemporaneidade e também a primeira a ser evocada, quando se menciona tal verbo, é, segundo Benveniste (1966), um uso já gramaticalizado da forma verbal e não um de seus exercícios lexicais. Essa concepção sobre o aporte semântico do verbo *ser* é debitaria da contribuição de Kant (1980 [1781]) na sua obra maior, isto é, *A Crítica da Razão Pura*. De acordo com Heidegger, no texto *A Tese de Kant sobre o Ser* (1979), “de um lado, Kant deu, na discussão do ser, um passo de grandes conseqüências. De outro, este passo de Kant resulta da fidelidade à tradição, isto quer, ao mesmo tempo, dizer, num confronto com ela, através do qual se mostrou numa nova luz.” (p. 235)

A tese de Kant se enuncia da seguinte maneira:

Ser evidentemente não é um predicado real, quer dizer, um conceito de algo que se pudesse acrescentar ao conceito de uma coisa. É simplesmente a posição de uma coisa ou de certas determinações em si mesmas. No seu uso lógico, é apenas a cópula de um juízo. A proposição: *Deus é todo-poderoso* contém dois conceitos que possuem seus objetos: *Deus* e *a onipotência*; a palavrinha *é* não é mais um predicado, mas somente aquilo que põe o predicado em relação com o sujeito⁴¹. (KANT, 1980 [1781], p. 598, tradução nossa)

⁴¹ “Être n’est manifestement pas un prédicat réel, c’est-à-dire un concept de quelque chose qui puisse s’ajouter au concept d’une chose. C’est simplement la position d’une chose ou de certaines déterminations em soi. Dans l’usage logique il n’est que la copule d’un jugement. La proposition: *Dieu et toute-puissant*, contient deux concepts qui ont leurs objects: *Dieu* et *toute-puissance*; le petit mot *est* n’est point un prédicat de plus, mais seulement ce qui pose le prédicat en relation avec le subject.” (KANT, 1980 [1781], p. 598)

E o filósofo continua:

Se eu considero o sujeito (Deus) com todos os seus predicados (aos quais também pertence a onipotência) e digo: *Deus é...* não acrescento um novo predicado ao conceito de Deus, mas coloco somente o sujeito nele mesmo com todos os seus predicados, e, ao mesmo tempo, seguramente, o objeto que corresponde a meu *conceito*⁴². (KANT, 1980 [1781], p. 626, tradução nossa)

Como se vê, Kant (1980, [1781]) distingue dois usos de *ser*: um uso *lógico* e um uso que Heidegger chama de *deo ôntico*. Nos dois casos, *ser* não é visto como um predicado real, isto é, nada acrescenta ao sujeito: no primeiro uso, ele é apenas a cópula de um juízo; e, no outro uso, ou seja, em *Deus é*, não se diz sobre o sujeito algum predicado real, mas, antes, o próprio sujeito *Deus*, com todos os predicados, que “é posto ‘em si mesmo’” (HEIDEGGER, 1979, p. 240).

O significado da contribuição original de Kant transcende o que aqui se expôs. Para Heidegger (*op. cit.*), exprime-se no verbo *ser* a ligação do sujeito e do predicado como uma propriedade do pensar do próprio sujeito que pensa, ou seja, é o sujeito pensante que faz, por meio do verbo, a unificação do sujeito e do predicado. É no desenvolvimento dessa idéia que Heidegger (*ibidem*) localiza o que difere a visão de Kant das contribuições dos filósofos precedentes. Não parece, contudo, necessário, em relação aos objetivos deste estudo, prosseguir no comentário do texto kantiano. Aqui importa apenas considerar que é possível, de acordo com a metalinguagem adotada, afirmar que o verbo *ser*, por não constituir “um predicado real”, deve ser classificado como um item gramatical e não lexical. Essa visão dos fatos é compatível com a contribuição de lingüistas que se ocuparam do tema, como Benveniste (1966) – já mencionado – e Travaglia (2003), para quem “o verbo *ser* se poligramaticalizou de tal forma que hoje parece ser

⁴² “Si je prends le sujet (Dieu) avec tous ses prédicats (auxquels appartient également la toute-puissance), et que je dise: *Dieu est...* je n’ajoute pas un nouveau prédicat au concept de Dieu, mas je pose seulement le sujet em lui-même avec tous ses prédicats, et em même temps assurément l’*objet* qui correspond à mon concept.” (KANT, 1980 [1781], p. 626)

irreversivelmente um verbo mais gramatical do que lexical.” (p. 8) O autor ora referenciado defende que os verbos gramaticais apresentariam o *status* de *marcador*, de *indicador* ou de *item funcional*, os quais traduziriam graus diferenciados do processo de tramitação de uma categoria lexical a uma gramatical ou de um item menos gramatical e um item mais gramatical. O *marcador*, grau mais avançado de gramaticalização em relação aos demais, “marca alguma categoria gramatical do verbo ou outra classe, expressando-a” (*op. cit.* p. 1); o *indicador* “expressa uma noção semântica muito geral e passível de se tornar categorias gramaticais, embora isso ainda não tenha ocorrido (*op. cit.* p. 1); por fim, o *status* de *item funcional* cabe àquele que “desempenha, nos textos e outras seqüências lingüísticas, um papel nitidamente gramatical, ou seja, de significação interna à língua, mas não é um marcador de categorias gramaticais.” (*op. cit.* p. 1). Para Travaglia (*op. cit.*), o uso de *ser* como um verbo de ligação é “um misto de indicador, porque indica a noção geral e abstrata (a característica ou estado é permanente ou tem uma duração que se percebe como ilimitada) e de item funcional, já que funciona como conectivo.” (p. 5)

Esclarecido o critério que norteou a opção de se considerar o verbo *ser* em sua função copulativa como um item gramatical, resta proceder à análise dos valores semânticos desse verbo no período arcaico. Os semas identificados foram dispostos na tabela 29, apresentada a seguir:

TABELA 29: Valores semânticos de *ser* lexical no período arcaico

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
estar, achar-se em um determinado tempo ou espaço	25,22	acontecer, transcorrer	9,13
existir, haver	19,14	constituir, ser a essência de	8,26
ficar	7,40	pertencer a	6,06
tornar-se	3,92	estar na posse de, possuir	4,79
		distar, ficar a certa distância de	3,05
		proporcionar	2,18
		manter-se	1,72
		precisar um momento no tempo	1,72
		exercer o cargo de	1,72
		estabelecer, chegar a um consenso	1,31
		obter, conseguir	1,31
		provir, originar-se de	1,31
		equivaler a	1,31
		custar, ter o preço taxado em	0,45
Total	55,68	Total	44,32

Tomando-se como escopo inicial da análise os usos etimológicos do verbo, a frequência mais alta destina-se à expressão do estado e encontra-se representada pelo sema “estar, achar-se em um determinado tempo ou espaço”, que obteve um índice percentual de 25,22% do total de todas as ocorrências. Esse sema, apesar de permitir a introdução de um atributo, como o faz aquele destinado à expressão da cópula, que já é, como discutido anteriormente, um uso gramatical, introduz, no contexto, uma diferença aspectual em relação àquele. Assim, enquanto o sema destinado a “atribuir a algo ou a alguém uma qualidade” expressa um atributo permanente do sujeito, o sema relativo à expressão do estado instaura a cópula, relacionando um estado temporário ou passageiro do sujeito. Pautando-se pelo critério de ocorrência, a segunda maior frequência do período (19,14% das ocorrências) foi obtida por um sema que não se digna a intermediar atributos, mas relaciona-se à expressão do sentido de existência: “existir, haver”. Já os outros dois semas etimológicos cotejados também se prestam à mediação de atributos: “ficar”

(7,40% das ocorrências) e “tornar-se” (3,92% das ocorrências). Vê-se, pela análise empreendida, que o verbo *ser* já traz latente em sua etimologia a função copulativa, uma vez que dos quatro semas etimológicos, apenas um não se presta à intermediação de atributos.

Deslocando-se o foco da análise para o campo das acepções abstratas do item, percebe-se que a maioria delas apresenta uma ocorrência residual: das quatorze acepções identificadas no campo dos usos abstratos, oito apresentaram um índice percentual inferior a 2,00%. A maior ocorrência foi do sema “acontecer, transcorrer” (9,13%), acompanhada dos semas “constituir, ser a essência de” (8,26%), “estabelecer, chegar a um consenso” (6,06%), “estar na posse de, possuir” (4,79%), “distar, ficar a certa distância de” (3,05%) e proporcionar (2,18%). Já os semas “manter-se”, “precisar um momento no tempo” e “exercer o cargo de” exibiram o mesmo índice percentual, a saber: 1,72% das ocorrências. Outro conjunto de semas apresentou similaridade de valor percentual fixado em 1,31% das ocorrências: “estabelecer, chegar a um consenso”, “obter, conseguir”, “provir, originar-se de” e “equivaler a”. Por fim, resta registrar o menor índice percentual do período arcaico, 0,45% das ocorrências computadas, e que foi alcançado pelo sema “custar, ter o preço fixado em”. Para se verificar quais dessas acepções permaneceram na língua e quais se expandiram, faz-se necessário empreender uma análise comparativa com os semas computados no período moderno da língua. Tais semas encontram-se dispostos na tabela 30, a seguir:

TABELA 30: Valores semânticos de *ser* lexical no período moderno

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
estar, achar-se em um determinado tempo ou espaço	7,43	constituir, ser a essência de	40,06
existir, haver	6,44	pertencer a	18,63
tornar-se	1,48	acontecer, transcorrer	7,34
		significar, ter o sentido de	3,96
		provocar, ser causa de	2,83
		exercer o cargo de	2,27
		precisar um momento no tempo	1,69
		provir, originar-se de	1,69
		fazer, executar uma tarefa	1,14
		mostrar-se simpático com	1,14
		excetuar, excluir	1,14
		estar na posse de, possuir	1,14
		assemelhar-se a, ser parecido com	0,54
		expressar ou imprimir dúvida	0,54
		seguir, adotar	0,54
Total	15,35	Total	84,65

A julgar pelo número de acepções semânticas identificadas no período moderno, pode-se afirmar que o verbo *ser* passou por um processo de lexicalização, uma vez que o conjunto de seus semas ampliou-se para dezoito. Isso significa que, na era moderna, tornou-se mais polissêmico que no período arcaico.

Tomando-se como objeto de análise, inicialmente, as acepções etimológicas, percebe-se que, nesse período, o sema responsável pela expressão do sentido de “ficar”, que exibiu um índice percentual de 7,40% das ocorrências no período arcaico, parece ter caído em desuso, vindo a desaparecer dos *corpora*. Também o sema “tornar-se”, do qual se registrou a menor ocorrência na fase arcaica, parece caminhar para o desuso, pois a sua frequência reduziu-se para apenas 1,48%, suscitando a expectativa de que venha a desaparecer na era contemporânea. Os semas “estar, achar-se em um determinado tempo ou espaço” e “existir, haver” também sofreram uma

restrição de uso no período moderno, reduzindo seus índices de ocorrências, respectivamente, para 7,43% e 6,44%.

No que tange às acepções abstratas do verbo, registrou-se a entrada de oito semas não identificados no período arcaico e o desaparecimento de sete de suas acepções. A maior ocorrência registrada foi do sema “constituir, ser a essência de”, que obteve um índice de 40,06% das ocorrências, seguido do sema “pertencer a”, cujo percentual foi de 18,63%, ambos já identificados no período arcaico. O próximo maior índice de frequência foi alcançado por um sema que, assim como os demais anteriormente analisados, já se fazia presente no período arcaico: “acontecer, transcorrer”, que reduziu sua frequência para 7,34%. A quarta posição pertence a um sema que emergiu no período moderno, sendo encontrado também no período contemporâneo: “significar, ter o sentido de” (3,96%). Todos os outros onze semas identificados apresentaram um índice percentual inferior a 3,00%, o que significa uma ocorrência praticamente residual. Por ordem decrescente de frequência, registra-se a ocorrência dos seguintes semas: “provocar, ser causa de” (2,83%); “exercer o cargo de” (2,27%); “precisar um momento no tempo” e “provir, originar-se de”, ambos com um percentual de ocorrência de 1,69%; “fazer, executar uma tarefa”, “mostrar-se simpático com”, “excetuar, excluir” e “estar na posse de, possuir”, perfazendo, cada um deles, 1,14% do total das ocorrências; “assemelhar-se a, ser parecido com”, “expressar ou imprimir dúvida” e “seguir, adotar”, que obtiveram uma frequência de apenas 0,54% cada. Encontrou-se nos *corpora*, ainda, um outro uso do verbo *ser* registrado pelos dicionários consultados. Tal uso, apesar de não identificado nos *corpora* representativos do período arcaico, é bastante recorrente na contemporaneidade. Trata-se da função expletiva do item – também denominada de realce por alguns de nossos gramáticos (cf. Bechara, 1999) – cujo atributo não consiste em exercer qualquer função gramatical, mas em

“imprimir energia à frase”, segundo definição apresentada pelos autores das obras lexicográficas consultadas. Esse uso alcançou um índice percentual de 10,39% das ocorrências abstratas do período e pode ilustrar aquilo que os autores clássicos da gramaticalização pontuam acerca do esvaziamento semântico de itens em estágios já bastante avançados do processo, fato que justifica não elencá-lo no rol dos valores lexicais abstratos. Embora a teoria do esvaziamento semântico do item não seja endossada por todos os estudiosos do fenômeno, há quem defenda que o grau de abstração do item pode culminar com a perda total de seus valores semânticos. É essa a abordagem que as partículas expletivas ou de realce têm recebido por parte de nossos gramáticos. A frequência relativamente baixa desse uso no período ora analisado e a sua ausência na era arcaica, mesmo em vista das limitações dos *corpora*, suscitam a hipótese de que seu surgimento na língua date do período moderno, embora as evidências empíricas para essa precisão exijam um estudo mais detalhado, o que foge ao escopo deste trabalho. Esse fato foi registrado apenas por se acreditar que constitui uma evidência em favor do alto grau de gramaticalização do verbo *ser*, que já passa, em alguns contextos, a esvaziar-se de seu conteúdo semântico.

Retomando-se os índices residuais do período arcaico e analisando-os em relação às acepções semânticas da era moderna, nota-se que os semas “manter-se”, “estabelecer, chegar a um consenso”, “obter, conseguir”, “proporcionar”, “equivaler a”, “distar, ficar a certa distância de” e “custar, ter o preço taxado em⁴³” não foram cotejados no período moderno, levando à hipótese de que tenham desaparecido do idioma. Já os semas “provir, originar-se de”, “precisar um momento no tempo” e “exercer o cargo”, apesar de exibirem uma ocorrência residual no período arcaico, mantiveram-se no período moderno, apresentando, um índice percentual de

⁴³ Embora não se tenha encontrado, nos *corpora*, registro desse valor nem na era moderna, nem na contemporânea, a intuição de falante permite afirmar que ainda hoje esse sentido é muito recorrente na modalidade oral da língua: “O livro é R\$35,00.”

ocorrência inferior a 3,00%. Mais uma vez, o destino de tais semas só poderá ser precisado, analisando-se os dados do período contemporâneo, dispostos na tabela 31, apresentada a seguir:

TABELA 31: Valores semânticos de *ser* lexical no período contemporâneo

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
estar, achar-se em um determinado tempo ou espaço	14,06	acontecer, transcorrer	21,32
tornar-se	3,79	constituir, ser a essência de	16,46
existir, haver	2,71	precisar um momento no tempo	8,75
		pertencer a	7,78
		provocar, ser causa de	6,80
		significar, ter sentido de	4,86
		expressar aquiescência	3,89
		assemelhar-se a, ser parecido com	3,82
		expressar ou imprimir dúvida	3,82
		provir, originar-se de	1,94
Total	20,56	Total	79,44

A mera contagem do número de semas registrados no período contemporâneo demonstra uma redução de acepções semânticas em relação ao período anterior. Isso suscita a hipótese de deslexicalização do item. Contudo, uma análise mais cuidadosa revela que apenas oito, dos treze semas identificados, são oriundos do período arcaico; quatro são legados do período moderno; além do mais, emergiu, na era contemporânea, uma acepção não registrada em nenhum dos dois períodos anteriores. Logo, percebe-se que o verbo *ser* continua seu processo de expansão semântica na língua, o que demonstra que tal item continua a se lexicalizar.

Volvendo-se o olhar para os sentidos etimológicos, percebe-se que as três acepções presentes no período anterior se mantiveram, apresentando apenas algumas oscilações de frequência. Assim, o “estar, achar-se em um determinado tempo ou espaço” continua sendo o mais recorrente, além de ter tido sua frequência aumentada de 7,43%, no período moderno,

para 14,06%, no período contemporâneo. O sema “tornar-se”, que apresentou a frequência etimológica mais baixa do período moderno, suscitando a possibilidade de que pudesse desaparecer no período contemporâneo, ampliou a sua frequência, alcançando um percentual de 3,79% do total das ocorrências. A menor frequência registrada nesse período foi a do sema destinado à expressão do sentido de “existir, haver”, que obteve um índice de apenas 2,71%.

A maior frequência no campo das acepções abstratas foi computada em um sema já presente nos períodos moderno e arcaico: “acontecer, transcorrer” (21,32%), assim como a segunda, detectada no sema “constituir, ser a essência de” (16,46%). A terceira maior frequência foi também identificada em um sema já presente no período arcaico – “precisar um momento no tempo” –, que exibiu um índice percentual de 8,75%, assim como a quarta – “pertencer a” –, que alcançou um percentual de 7,78% do total de ocorrências. A quinta maior frequência foi registrada com um sema que surgiu no período moderno – “provocar, ser causa de” – o qual recorreu em 6,80% das ocorrências, sendo o último que apresentou um índice percentual superior a 5,00%. Os demais semas manifestaram uma frequência residual ou mesmo próxima desse uso, a saber: “significar, ter sentido de” (4,86%); “expressar aquiescência” (3,89%); “assemelhar-se a, ser parecido com” e “expressar ou imprimir dúvida” (3,82% cada uma); “provir, originar-se de” (1,94%). A ocorrência dos expletivos foi tão alta nesse período que correspondeu quase à metade do percentual de todas as demais acepções abstratas. Assim, encontrou-se um percentual de 35,14% de expletivos em relação aos 79,44% de usos abstratos. Comprova-se, dessa forma, o alto índice de gramaticalização do verbo *ser*, que já apresenta um índice superior a 30,00% de esvaziamento semântico.

4.2.1.4 ANÁLISE DA EXPANSÃO SEMÂNTICA DO VERBO “ESTAR”

A próxima forma verbal a ter seus usos semânticos analisados concorreu com o verbo *ser* por um período da história da língua. Essa concorrência já existia desde o Latim, podendo ser percebida tanto nas acepções etimológicas do verbo *ser* quanto nas do verbo *estar*, conforme dados extraídos de Cunha (1997): “**estar** *vb* ‘ser em um dado momento, ficar’” (p. 328). Apesar de haver registro de duas acepções etimológicas, nos *corpora* deste estudo, identificou-se, já no período arcaico, apenas a primeira acepção, conforme dados dispostos na tabela 32, a seguir. Segundo informações cotejadas em outros autores (cf. Mendes (1999)), o verbo *estar* possuía ainda a acepção etimológica de “estar de pé”, o que configuraria um uso concreto, segundo os critérios aqui propostos. Tal acepção, contudo, não foi identificada nos *corpora* deste estudo. Acredita-se que isso se deva ao recorte temporal feito, já que, conforme Mattos e Silva (2001 [1994]), essa acepção foi documentada apenas até o final do séc. XIV.

TABELA 32: Valores semânticos de *estar* lexical no período arcaico

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
encontrar-se em um dado momento ou lugar	96,36	ser	1,82
		haver, existir	1,82
Total	96,36	Total	3,64

Como se percebe, no período arcaico, a polissemia do verbo *estar* não era muito grande: registraram-se apenas três valores semânticos, sendo um concreto e dois abstratos. De todas as cinco formas analisadas, foi a que se mostrou menos polissêmica no período arcaico. Considerando-se que, nesse período, tal forma enfrentava a concorrência semântica do verbo *ser*, pode-se atribuir a esse fator semelhante restrição semântica. O valor etimológico de “ser (encontrar-se) em um dado momento” foi o mais recorrente no período, registrando um índice percentual de 96,36% do total das ocorrências. Os outros dois semas identificados apresentaram uma ocorrência próxima do residual: 1,82%. Trata-se da expressão de “ser” e de “haver, existir”. A análise dos semas identificados no período moderno será providencial no sentido de se verificar se os semas com índices próximos da ocorrência residual estão caindo em desuso ou emergindo no idioma.

Os dados dispostos na tabela 33, a seguir, já apontam para uma expansão polissêmica do verbo *estar*, o que demonstra que tal forma verbal também está se lexicalizando, ou seja, está ampliando o elenco de seus semas, o que favorece a sua ocorrência nos domínios do léxico.

TABELA 33: Valores semânticos de *estar* lexical no período moderno

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
encontrar-se em um dado momento ou lugar	71,42	ser	14,29
		permanecer, conservar-se	9,53
		localizar-se	2,38
		haver, existir	2,38
Total	71,42	Total	28,58

O primeiro dado digno de atenção na análise dos semas do período moderno é a redução do valor etimológico – que passou de 96,36%, no período arcaico, para 71,42%, na era moderna –

e a conseqüente expansão dos usos abstratos. Estes não apenas ampliaram a sua freqüência, como também expandiram seu elenco. Os semas que apresentaram uma ocorrência residual no período arcaico recorreram no período moderno. O sema “ser” ampliou significativamente a sua freqüência, atingindo o índice de 14,29%. Já o sema “haver, existir”, apesar de ainda ter sido identificado na língua, preservou uma ocorrência pouco significativa, qual seja, 2,38%. Emergiram, neste período, dois novos semas não identificados no período anterior: o sema “localizar-se”, que obteve uma ocorrência de apenas 2,38% e o sema “permanecer, conservar-se”, que obteve um índice de 9,53% entre as ocorrências.

O processo de expansão polissêmica do verbo *estar* continua no período contemporâneo, fato comprovado pela análise da tabela 34, apresentada a seguir:

TABELA 34: Valores semânticos de *estar* lexical no período contemporâneo

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
encontrar-se em um dado momento ou lugar	56,26	apresentar-se, comparecer	12,48
		atuar, exercer (cargo)	12,48
		ter, possuir	6,26
		permanecer, conservar-se	3,13
		haver, existir	3,13
		intensificador (muito, bastante)	3,13
		apoiar	3,13
Total	56,26	Total	43,74

Segundo os dados obtidos nos *corpora*, pode-se afirmar que o verbo *estar* expandiu-se semanticamente, já que, neste período, seu semema passou a compor-se de oito semas. O fenômeno de redução do uso etimológico e de expansão dos semas abstratos, já constatado no período moderno, foi recorrente também na contemporaneidade. Mais uma vez, o sema “encontrar-se em um dado momento ou lugar” teve seus usos reduzidos de 71,42% (período

moderno) para 56,26% (período contemporâneo), confirmando a perda de conteúdo nocional do item. O sema “localizar-se”, que exibiu uma baixa ocorrência no período moderno, não foi identificado no período contemporâneo, o que suscita a hipótese de que tenha desaparecido do idioma. Também o sema “ser”, que exibiu uma ocorrência quase residual na era arcaica (1,82%), aumentando consideravelmente sua ocorrência no período moderno (14,29%), não foi registrado no período contemporâneo. Contudo, os índices computados mostram-se parcos para propiciar um posicionamento seguro quanto ao surgimento ou à desaparecimento de tais acepções semânticas. Já o sema “haver, existir”, que apresentou uma ocorrência próxima do residual tanto no período arcaico quanto no moderno, não desapareceu do idioma. Mesmo com uma baixa ocorrência, sua presença foi registrada em 3,13% das ocorrências. Cinco novos semas emergiram no período contemporâneo: “apresentar, comparecer” (12,48%), “atuar, exercer (cargo)”, (12,48%), “ter, possuir” (6,29%), “intensificador” (3,13%) e “apoiar” (3,13%). Frente à análise realizada, vê-se que o verbo *estar* expandiu-se semanticamente ao longo de seu processo de gramaticalização, ao mesmo tempo em que foi perdendo conteúdo nocional e aumentando seus usos abstratos, o que corrobora, também sob a perspectiva semântica, a hipótese de sua gramaticalização como verbo auxiliar. Tais dados, contudo, vão de encontro à teoria proposta por Pountain (1982), para quem o verbo *estar* seguiu três diferentes destinos nas línguas românicas: (a) manutenção da cópula e redução de seus sentidos lexicais plenos (Castelhano e Português); (b) manutenção e ampliação de seus sentidos lexicais plenos e desenvolvimento da função copulativa e auxiliar (Italiano e Romeno) e (c) total desaparecimento (Francês). Os dados identificados e analisados por esse estudo permitem elencar taxionomicamente o verbo *estar* no segundo e não no primeiro grupo, como o fez o autor. O que se verifica no Português é o desenvolvimento da função copulativa do verbo e também da auxiliarização, a despeito de se conservar, em alguns contextos, seus sentidos lexicais plenos.

4.2.1.5 ANÁLISE DA EXPANSÃO SEMÂNTICA DO VERBO “IR”

De todas as formas analisadas, o verbo *ir* foi o que exibiu mais particularidades semânticas. O elenco de semas dessa forma verbal praticamente não recorre entre um período e outro, o que demonstra que tal verbo está passando por um constante processo de deslexicalização. Ao contrário das demais formas, que restringiram seus usos etimológicos e ampliaram seus usos abstratos, o verbo *ir* apresentou um comportamento semântico diferenciado, incorporando suas acepções etimológicas e perdendo, diacronicamente, nuances abstratas. A mera observação de seus usos lexicais no período arcaico (cf. tabela 35) já demonstra que o verbo não era tão polissêmico quanto a maioria dos demais analisados.

TABELA 35: Valores semânticos de *ir* lexical no período arcaico

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
deslocar-se, mover-se	35,29	seguir, percorrer	12,94
partir, retirar-se	21,18	comparecer, apresentar-se	10,59
		seguir adiante, prosseguir	8,24
		opor-se, posicionar-se contra	7,06
		caminhar para uma desgraça	3,53
		perseguir	1,18
Total	56,47	Total	43,53

Segundo dados extraídos de Cunha (1997), esse verbo possui três acepções etimológicas: “*ir vb.* ‘passar de um lugar para outro, partir, decorrer’” (p. 445). Entretanto, nos *corpora* selecionados para este estudo, identificaram-se, em todos os três períodos, apenas dois de seus

sentidos etimológicos: um destinado à expressão do deslocamento e o outro destinado à expressão da partida. Em virtude dos fatores supramencionados, verificou-se uma redução na frequência do item e também um aumento de seus usos concretos. Conforme se pode observar na tabela acima, as acepções etimológicas foram as mais recorrentes. Os dados tabulados demonstram que o sema destinado a exprimir o sentido de “deslocar-se, mover” foi o mais empregado, recorrendo em 35,29% das ocorrências; em segundo lugar, apresenta-se o sema “partir, retirar-se”, cujo índice percentual foi de 21,18%.

Deslocando-se o foco da análise para o campo dos usos abstratos do verbo, nota-se, mais uma vez, a recorrência da acepção ligada ao movimento. O sema que obteve o maior índice de ocorrência foi o destinado à expressão de “seguir, percorrer”, cujo registro foi de 12,94% do total das ocorrências. Em segundo lugar, computou-se um percentual de 10,59% para o sema “comparecer, apresentar-se”, seguido do sema “seguir adiante, prosseguir”, cujo percentual foi de 8,24%. Em quarto lugar, registrou-se o índice de 7,06%, obtido pelo sema “opor-se, posicionar-se contra”. Outro sema que exibiu uma ocorrência relativamente expressiva na era arcaica foi aquele destinado à expressão de “caminhar para uma desgraça⁴⁴”, apresentando um percentual de 3,53% do total das ocorrências. De todo o elenco de semas abstratos, o que exibiu o menor índice de ocorrência, aproximando-se de valores residuais, foi o sema “perseguir”, cuja ocorrência restringiu-se a 1,18% do total.

Os dados computados no período moderno vêm corroborar a tese de que o verbo *ir* está se deslexicalizando, já que se registrou uma redução no elenco de seus semas. Conforme dados

⁴⁴ A referência a esse sema não consta de nenhum dos glossários medievais que pudemos consultar. Tal valor semântico nos foi fornecido pela Prof^a. Dr^a. Ângela Vaz Leão, a quem agradecemos a valiosa contribuição e a disponibilidade e a presteza com que nos atendeu.

dispostos na tabela 36, a seguir, nenhum dos semas presentes no período arcaico recorreu no período moderno, fato até então não registrado quando da análise de nenhum outro verbo.

TABELA 36: Valores semânticos de *ir* lexical no período moderno

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
deslocar-se, mover	42,86	procurar por, recorrer a	14,29
partir, retirar-se	14,29	freqüentar	14,29
		ser transportado	7,14
		parecer	7,14
Total	57,15	Total	42,85

Ainda que em pequena escala, registrou-se uma ampliação dos usos etimológicos do verbo, que perfizeram um total de 57,15% das ocorrências. Entretanto, o sema destinado à expressão do movimento apresentou uma expansão significativa, passando de 35,29%, no período arcaico, para 42,86%, no período moderno. Em contrapartida, o sema destinado à expressão de “partir, retirar-se” experimentou uma redução de 6,89%, passando de 21,18%, na era arcaica, para 14,29%, na moderna.

As acepções abstratas restringiram-se a um conjunto de apenas quatro semas, os quais apresentaram uma ocorrência parcialmente equiparada: os semas “procurar por, recorrer a” e “freqüentar” exibiram, cada um deles, um índice percentual de 14,29% das ocorrências; os semas “ser transportado” e “parecer” também apresentaram o mesmo índice percentual, qual seja, 7,14%. Vê-se, pois, que nenhum dos semas identificados nesse período foram detectados no período arcaico, o que conduz à crença de que, em virtude do processo de deslexicalização por que passa o verbo, suas acepções semânticas são muito oscilantes, surgindo e desaparecendo do idioma em um período relativamente restrito de tempo.

Essa assertiva pode ser comprovada com a análise dos dados computados no período contemporâneo e dispostos na tabela 37, a seguir:

TABELA 37: Valores semânticos de *ir* lexical no período contemporâneo

Usos concretos		Usos Abstratos	
Valores semânticos	Ocorrência (%)	Valores semânticos	Ocorrência (%)
partir, retirar-se	59,46	comparecer, apresentar-se	2,70
deslocar-se, mover-se	27,03	atacar	2,70
		morrer	2,70
		ser transportado	2,70
		espalhar, atingir	2,70
Total	86,49	Total	13,51

Neste período, a consistência dos usos etimológicos sobrepôs-se aos outros dois anteriormente analisados: 86,49% das ocorrências. Mais uma vez, constatou-se uma oscilação entre os índices percentuais dos dois semas etimológicos. Na contemporaneidade, o sema “partir, retirar-se” foi preferido pelo falante em 59,46% do total de ocorrências, enquanto o sema “deslocar-se, mover-se” foi empregado em apenas 27,03% das ocorrências.

No que tange ao emprego das acepções não etimológicas, verificou-se uma homogeneidade de emprego, já que todos os cinco semas obtiveram um índice percentual de 2,70% do total de ocorrências. Um fato digno de observação é a recorrência de um sema presente no período arcaico – “comparecer, apresentar-se” – e de outro já identificado no período moderno: “ser transportado”. O sema identificado no período arcaico reduziu seu percentual de ocorrência, passando de 10,59% para 2,70%. O fato de o mesmo sema não ter sido identificado na era moderna não comprova que tal sema tenha desaparecido, principalmente considerando-se a sua alta frequência entre as ocorrências registradas. Um dos fatores que podem ter contribuído para que o mesmo não fosse identificado são os *corpora* selecionados para estudo. Como já

mencionado, trata-se de uma amostragem de uso da língua em um determinado período histórico. A não identificação desse sema suscita a hipótese de seu desaparecimento, mas não a comprova. Assim, a presença do sema no período contemporâneo leva-nos a crer que ele não tenha desaparecido no período moderno, mas não tenha ocorrido nos *corpora* em estudo. Já, no que se refere ao sema “ser transportado”, considerando-se os dados obtidos nos *corpora*, foi o primeiro sema a recorrer entre um período e outro, uma vez que em se tratando dos demais semas semelhante fato não se manifestou.

De posse dos valores semânticos do verbo *ir*, pode-se afirmar que a redução de sua frequência total (cf. tabela 17) não se relaciona ao seu processo de gramaticalização, mas a um outro processo lingüístico que está ocorrendo nos domínios do léxico. Trata-se da deslexicalização. O que se verificou com a análise semântica empreendida é que, ao longo de seu percurso diacrônico, o verbo *ir* foi perdendo muitos de seus semas abstratos, embora emergissem outros. Essa rotatividade identificada no âmbito das acepções abstratas acabou fortalecendo os usos etimológicos do item, o que determinou também o aumento de seus usos concretos. Diante dos dados obtidos, não se pode afirmar que o verbo *ir* ganhou conteúdo nocional, embora a sua frequência no âmbito dos usos concretos tenha aumentado. Tal aumento subordina-se também ao processo de deslexicalização, que provocou a coesão dos usos etimológicos. Para se atribuir a redução da frequência total e o aumento dos índices de conteúdo nocional ao fenômeno da gramaticalização, seria necessário que se identificasse, proporcionalmente à redução da frequência total e o aumento dos usos concretos, uma redução do item nos domínios da gramática. Na verdade, a ocorrência de *ir* é, contemporaneamente, muito maior no âmbito da gramática do que nos domínios do léxico. A julgar pelos dados obtidos, pode-se cogitar a respeito de uma mudança lingüística no sentido de o verbo esvair-se de seu conteúdo nocional, passando a

desempenhar, no futuro, apenas funções gramaticais, o que comprova o fortalecimento de seu processo de gramaticalização. Nesse caso, poder-se-ia entender a mudança lingüística no sentido laboviano do termo, já que a forma gramatical viria a substituir a lexical.

A julgar pelo critério da ampliação semântica dos itens em fase de expansão do processo de gramaticalização, a análise dos dados coletados por este estudo não corrobora o que a literatura clássica prevê acerca da polissemia dos itens. A análise empreendida demonstra que tal polissemia não se subordina tão somente ao processo de gramaticalização, podendo associar-se também ao fenômeno da lexicalização. Pode ocorrer, por exemplo, de determinado item em processo de gramaticalização experimentar uma abstração em seus sentidos e tal abstração resultar em apenas uma expansão na mesma categoria – geralmente lexical –, não sendo suficiente para fazê-lo tramitar de uma categoria lexical para uma categoria gramatical. Nesse caso, considerando-se a perspectiva formalista aqui adotada, não se estaria diante de um fenômeno de gramaticalização, já que a expansão e a sua conseqüente polissemia não determinaram o esvaziamento da propriedade de referenciação do item, o que o obrigaria a uma nova categorização, passando a assumir características próprias de um item gramatical. O que ocorreu foi uma expansão que se deu tão somente nos domínios do léxico, ou seja, o item permaneceu na mesma categoria lexical, ampliando apenas seus valores semânticos, ou mesmo experimentou uma mobilidade de classe, permanecendo ainda nos domínios do léxico. Trata-se, pois, de uma lexicalização. Assim, não se pode afirmar aqui que, à medida que se torna mais gramatical, um item torna-se também mais ou menos polissêmico. Na realidade, trata-se de fenômenos independentes e pouco previsíveis, porque o verbo *ir*, que apresentou a maior freqüência gramatical na contemporaneidade, sofreu uma redução de seus usos lexicais. Em contrapartida, o verbo *estar*, que do ponto de vista da freqüência gramatical ocupa a segunda

posição, está em expansão no léxico, o que contribui para que suas acepções semânticas se ampliem. Logo, percebe-se que não se pode endossar a tese proposta por Lehmann (1982) de que “a maior parte dos traços semânticos originais são perdidos na gramaticalização⁴⁵.” (p. 129, tradução nossa) O que os dados demonstram é que o fato de um item ter se gramaticalizado não impede, tampouco favorece que esse item continue a se expandir no léxico. Todas as cinco formas verbais analisadas encontram-se gramaticalizadas no estágio atual da Língua Portuguesa; contudo, enquanto os verbos *ter*, *ser* e *estar* estão expandindo tanto suas funções gramaticais, quanto suas propriedades de referenciação, os verbos *haver* e *ir* estão expandindo suas funções gramaticais ao mesmo tempo em que estão restringindo suas acepções semânticas, o que limita a sua propriedade de referenciação. Essa ampliação ou redução no léxico influenciará a previsibilidade dos contextos de ocorrência dos itens, conforme demonstrará a análise dos contextos sintáticos a ser empreendida no item 4.3.

4.2.2 PERDA DE CONTEÚDO NOCIONAL

A perda de conteúdo nocional do item em processo de gramaticalização é, segundo a literatura clássica, inerente ao fenômeno, porque, ao tramitar do léxico para a gramática, a forma gramaticalizada tende a se tornar mais abstrata. Assim, registra-se uma perda de seu conteúdo nocional – relacionado aos seus usos mais concretos – e uma ampliação de sentidos mais abstratos, próprios do aspecto gramatical que, paulatinamente, passa a incorporar.

⁴⁵ “most of the original semantic features are lost in grammaticalization”. (LEHMANN, 1982, p. 129)

Conforme já argumentado no capítulo primeiro desse estudo (cf. item 1.2.3.1), a discussão acerca das noções de concreto e de abstrato na língua é não só antiga, como também controversa. Precisar os limites dessas noções semânticas é uma tarefa árdua, porque passível de falhas em virtude dos fatores subjetivos que tal tarefa pressupõe. Faz-se necessário, pois, estabelecerem-se critérios para nortear esta análise, visando a conferir-lhe um caráter mais empírico, consoante com a natureza dos trabalhos científicos. No presente estudo, optou-se por considerar como uso(s) concreto(s) aquele(s) que representasse(m) a acepção semântica primeira do item, isto é, como já mencionado quando da descrição da metodologia adotada (cf. capítulo 3), recorrendo-se a um dicionário de etimologia – no caso desta pesquisa, elegeu-se para tal consulta a obra de Antônio Geraldo da Cunha (1997), editado pela Nova Fronteira – procedeu-se a um estudo etimológico de cada uma das cinco formas verbais selecionadas para estudo e consideraram-se como concretos aqueles usos apresentados pelo autor, ou seja, os primeiros sentidos do verbete. A opção por esse critério deve-se ao fato de que, segundo a literatura clássica a respeito do fenômeno da gramaticalização, este é um processo metafórico que se expande do [+ concreto] para o [+ abstrato]. Assim, os sentidos primeiros do item – seus sentidos etimológicos – representam seus valores concretos e, à medida que o processo avança, vão surgindo novas acepções mais abstratas, conforme atestam estas palavras de Comrie (1976):

Onde se diz que uma forma tem mais de um sentido, é sempre o caso que um desses sentidos pareça mais central, mais típico que os outros. Em tais casos, é comum falar desse sentido central como o sentido básico. Em certos casos a existência de ambos os sentidos, básico e secundário, pode ser mostrada como sendo o resultado de um processo histórico onde o sentido básico é o sentido original, enquanto os sentidos secundários têm sido adquiridos como extensões deste sentido original, sempre levando no final a uma mesma forma adquirindo um novo sentido básico muito mais vasto que o sentido original básico, e incorporando um número de usos que eram originariamente usos secundários⁴⁶. (COMRIE, 1976, p. 11, tradução nossa)

⁴⁶ “Where a form is said to have more than one meaning, it is often the case that one of these meanings seems more central, more typical than the others. In such cases, it is usual to speak of this central meaning as the basic meaning. In certain cases the existence of both basic and secondary meanings can be shown to be the result of a historical

De posse das acepções etimológicas de cada item, passou-se à consulta das formas verbais em outros dicionários de Língua Portuguesa na tentativa de se identificarem as diversas acepções semânticas registradas para as formas em estudo. Então, apoiando-se nos sentidos já elencados e na própria intuição de falante, procedeu-se à análise de cada verbo, nos três períodos da língua, delimitando-se seus valores semânticos e separando-os em concretos e abstratos, conforme critério estabelecido pelo estudo, qual seja, o da recorrência à etimologia para determinar os usos concretos. Os índices percentuais obtidos foram tabulados em gráficos, visando a facilitar a visualização dos resultados. O gráfico 03, a seguir, apresenta uma análise comparativa entre os usos concretos e abstratos do verbo *ter* nos três períodos estudados:

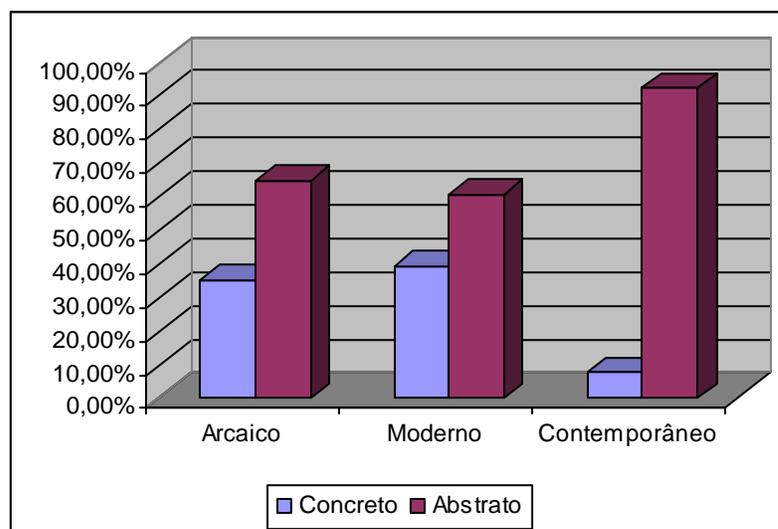


GRÁFICO 3: Análise comparativa entre os usos concretos e abstratos de *ter*

Registrou-se, no período arcaico, uma ocorrência de 35,17% de usos concretos e de 64,83% de usos abstratos. Tais resultados demonstram que, naquele período, os usos abstratos

process where the basic meaning is the original meaning, while secondary meanings have been acquired as extensions of this original basic meaning, often leading ultimately to the same form acquiring a new basic meaning much wider than the original basic meaning, and incorporating a number of uses that were originally secondary meanings. (COMRIE, 1976, p. 11)

sobrepuham-se aos usos concretos (cf. gráfico 3). Ainda que, a princípio, tais dados pareçam constituir um entrave para a metodologia quantitativa aqui proposta, pois se esperava, num estágio inicial, uma frequência maior de usos concretos, deve-se considerar que, conforme descrito em 4.1.1, a frequência gramatical de *ter* nesse período já era alta. Logo, a forma já estava gramaticalizada, fato que explica a sobreposição dos usos abstratos. No período moderno, a despeito de ainda haver uma sobreposição dos usos abstratos sobre os concretos, registrou-se, em relação ao período arcaico, uma pequena redução no emprego dos usos abstratos, que apresentaram um índice de ocorrência de 60,65%. Em contrapartida, os usos concretos também aumentaram para 39,35%. No período contemporâneo, a ocorrência de usos abstratos aumentou significativamente, perfazendo um índice percentual de 92,05%, em oposição a 7,50% de usos concretos.

Uma comparação entre as ocorrências registradas no período arcaico e no período contemporâneo demonstra que o verbo *ter*, indubitavelmente, perdeu conteúdo nocional, pois seus usos concretos reduziram de 35,17% para 7,50%. Por outro lado, o emprego das acepções abstratas ampliou de 64,83% para 92,50%, demonstrando que, também pelo critério da perda de conteúdo nocional, pode-se atestar que o verbo *ter* encontra-se gramaticalizado no português brasileiro.

Em se tratando do verbo *haver*, diferentemente do que ocorreu com o *ter*, em todos os três períodos, registrou-se uma sobreposição dos usos concretos sobre os abstratos, conforme se observa no gráfico 4, a seguir:

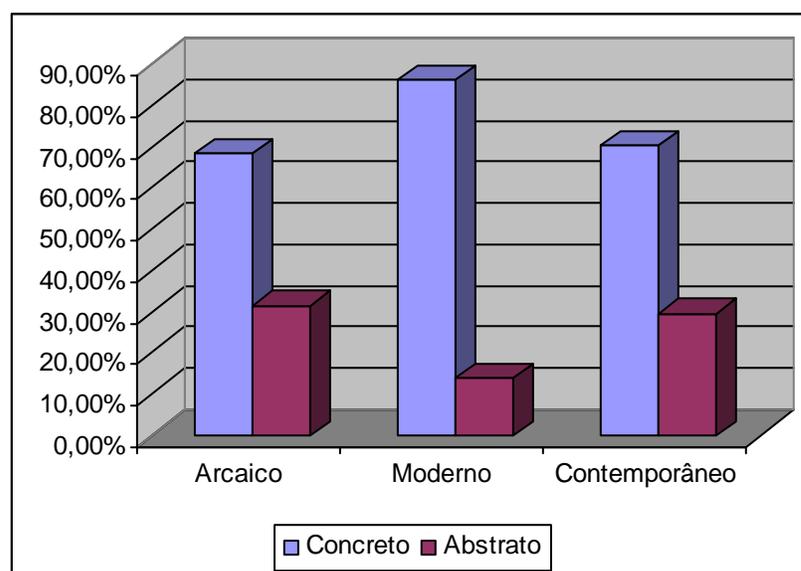


GRÁFICO 4: Análise comparativa entre os usos concretos e abstratos de *haver*

A despeito de exibir uma alta frequência de formas gramaticais no período arcaico, o que sinaliza um processo já avançado de gramaticalização, o verbo *haver* apresentou, no mesmo período, um percentual de 68,46% de usos concretos e de 31,54% de usos abstratos. Considerando-se o fato de a gramaticalização de tal verbo radicar-se no Romance, remontando ao período arcaico, não se pode afirmar acerca da redução ou da ampliação de seu conteúdo nocional naquela época. Essa consideração só pode ser feita, tomando-se os valores encontrados no período arcaico e no período clássico: 86,70% de ocorrências concretas e 13,80% de ocorrências abstratas. Nesse período, pode-se, seguramente, afirmar que, contrariando o esperado, ocorreu uma redução de usos abstratos e uma ampliação dos usos concretos. No período contemporâneo, registrou-se um percentual de 70,30% de usos concretos e de 29,70% de usos abstratos. Considerando-se os valores encontrados no período moderno, houve uma redução de usos concretos e uma ampliação de usos abstratos, mas, tomando-se como parâmetro os dados do período arcaico, está-se ainda diante de um aumento dos usos concretos, ainda que em

pequena escala. A explicação para tal fato, como já mencionado quando da discussão da frequência do item, reside na concorrência entre as formas *ter* e *haver* na língua e também na deslexicalização por que passou o verbo *haver*. Este teve seus valores semânticos reduzidos de doze acepções, no período arcaico, para apenas duas, no período contemporâneo, conforme discussão apresentada na subseção 4.2.1.2.

Em se tratando do verbo *ser*, esperava-se identificar, desde o período arcaico, um índice bastante alto de abstração, considerando-se o fato de que, nesse período, sua ocorrência como item gramatical ultrapassava o índice percentual de setenta por cento. Contudo, a análise do gráfico 5, a seguir, demonstra que, na era arcaica, os usos concretos ainda se sobrepunham aos usos abstratos.

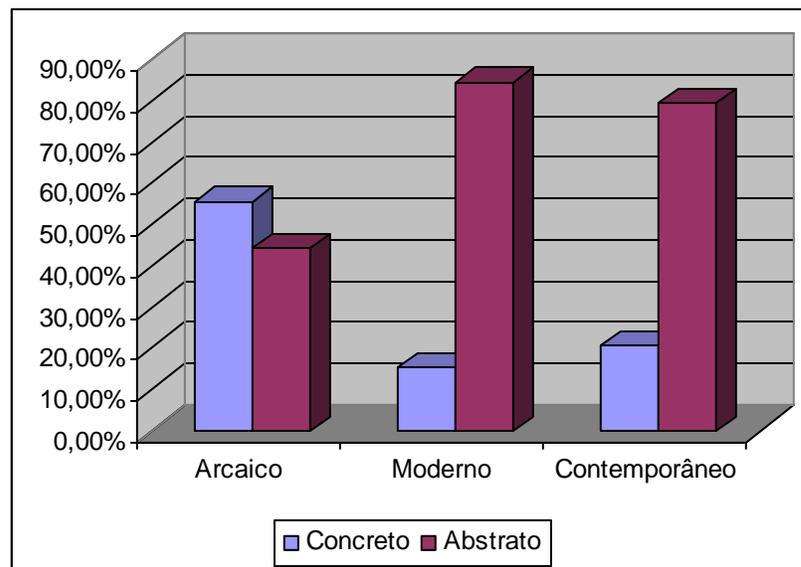


GRÁFICO 5: Análise comparativa entre os usos concretos e abstratos de *ser*

No período arcaico, computou-se uma ocorrência de 44,32% de usos abstratos e de 55,68% de usos concretos. Numa primeira análise, tais valores parecem incoerentes se comparados ao percentual de 71,39% de ocorrências gramaticais identificadas nesse período.

Dois fatos, contudo, podem ser invocados para justificar essa aparente incoerência. O primeiro e mais consistente deles refere-se à polissemia etimológica do item em estudo. A consulta ao dicionário etimológico revelou que o verbo *ser* é portador de uma abundância de semas não registrada para nenhuma das outras cinco formas analisadas. Cunha (1997) elenca quatro valores etimológicos para esse verbo, fato que explica a alta ocorrência de seus usos concretos, embora já seja avançado o seu processo de gramaticalização. Outro fator que também interfere na perda de conteúdo nocional do item é a concorrência com o verbo *estar*, o que acaba por interferir nos dois itens. Dado que as duas formas verbais exibiam semas comuns e que, no período arcaico, o emprego de uma forma pela outra era bastante comum, há-de se cogitar a possibilidade de as ocorrências identificadas relacionarem-se a contextos em que o emprego de *estar* também fosse lícito. Nesse sentido, os dados obtidos sinalizam uma seleção aleatória do falante, facultada pela concorrências semântica entre as formas.

Na era moderna, a perda de conteúdo nocional do item se acentuou bastante e o seu índice de abstraticidade chegou a 84,65%, em oposição aos 15,35% indicativos de seus usos concretos. Mais uma vez, esses índices devem ser analisados à luz da concorrência de formas e também da normalização da Língua Portuguesa. Como foi nesse período que ocorreu a normalização da língua, conseqüentemente a liberdade do falante em relação às suas escolhas tornou-se mais limitada. Logo, os semas comuns aos verbos *ser* e *estar* caminharam para uma estabilização, contribuindo para que os contextos se tornassem mais fixos. Na contemporaneidade, o grau de abstração da forma, apesar de ter sofrido uma leve redução em relação aos valores obtidos no período anterior, ainda continua alto, indicando uma ocorrência de 79,44% de usos abstratos e de apenas 20,56% de usos concretos. Mais uma vez, a observação dos valores semânticos torna-se providencial para justificar por que uma forma que se encontra em um estágio bastante avançado de gramaticalização ainda possui um percentual de 20,56% de conteúdo nocional. A explicação

para tal fato é que o verbo *ser* não perdeu nenhuma de suas acepções atimológicas já registradas no período arcaico. Comparando-se os índices detectados neste período com aqueles identificados no período contemporâneo, percebe-se que, também pelo critério semântico, o verbo *ser* expandiu o seu processo de gramaticalização, perdendo conteúdo nocional e estendendo sua função gramatical. Entretanto, o aumento desses índices de abstraticidade não devem ser atribuídos tão somente ao processo de gramaticalização da forma, mas também ao processo de lexicalização por que ainda passa o verbo *ser* na contemporaneidade.

O verbo *estar*, concorrente semântico do verbo *ser* em alguns períodos lingüísticos, no que tange à perda de conteúdo nocional, comportou-se segundo o disposto pela literatura referente ao fenômeno da gramaticalização, expandindo linearmente seus usos abstratos nos três períodos estudados, segundo se percebe pela análise do gráfico 6, a seguir:

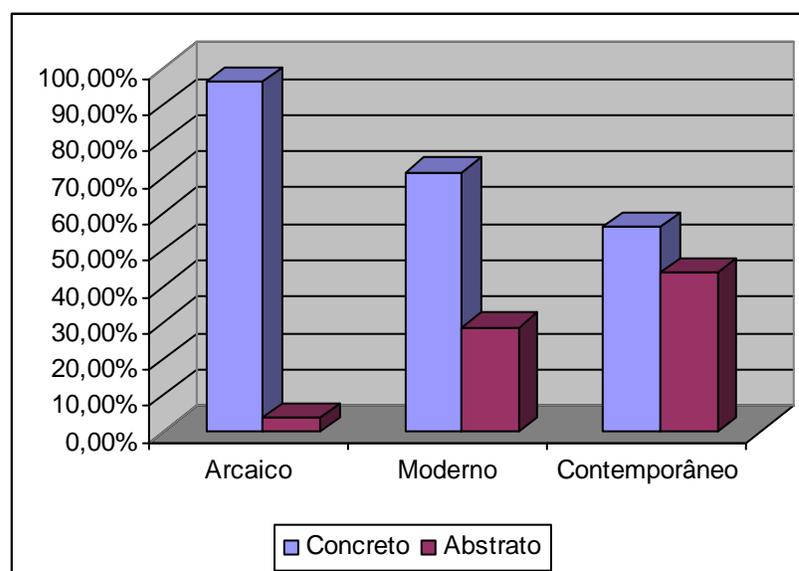


GRÁFICO 6: Análise comparativa entre os usos concretos e abstratos de *estar*

No período arcaico, a sobreposição dos usos concretos sobre os abstratos é massacrante: 96,36% de ocorrências concretas e apenas 3,64% de ocorrências abstratas. Apesar de exibir uma alta frequência gramatical já no período arcaico (37,93%), tal verbo era empregado

prioritariamente em suas acepções etimológicas. Como já mencionado quando da análise empreendida para o verbo *ser*, há-de se considerar que a intersecção semântica entre as duas formas era não só significativa, como também muito comum no período, o que interfere nos valores obtidos tanto para o *ser* quanto para o *estar*. À medida que foi se registrando uma ampliação de seus usos gramaticais, isto é, à medida que seu processo de gramaticalização foi se expandindo, e também foi ocorrendo a sua estabilização semântica, verificou-se uma redução de seus usos concretos e uma ampliação dos usos abstratos, como previsto na literatura. Assim, no período moderno, os usos concretos reduziram-se para 71,42% e os usos abstratos estenderam-se para 28,58%. Foi, contudo, no período contemporâneo, quando o verbo *estar* deixou efetivamente de concorrer semanticamente com o *ser*, que a expansão dos usos abstratos mostrou-se mais acentuada, atingindo um índice percentual de 43,74% e quase se equiparando aos usos concretos, cujo percentual foi de 56,26%. Vê-se, portanto, que, no tocante à perda de conteúdo nocional, o verbo *estar* registrou uma queda de 41,62%, já que, no período arcaico, a ocorrência de seus usos concretos foi de 96,36% e, no período contemporâneo, de 56,26%.

Inversamente ao esperado, o verbo *ir* demonstrou um aumento significativo de sua frequência gramatical, passando, no período contemporâneo, a ser empregado majoritariamente como verbo auxiliar, mas não estendeu seus usos abstratos, conforme se pode perceber com a análise do gráfico 7, que se segue:

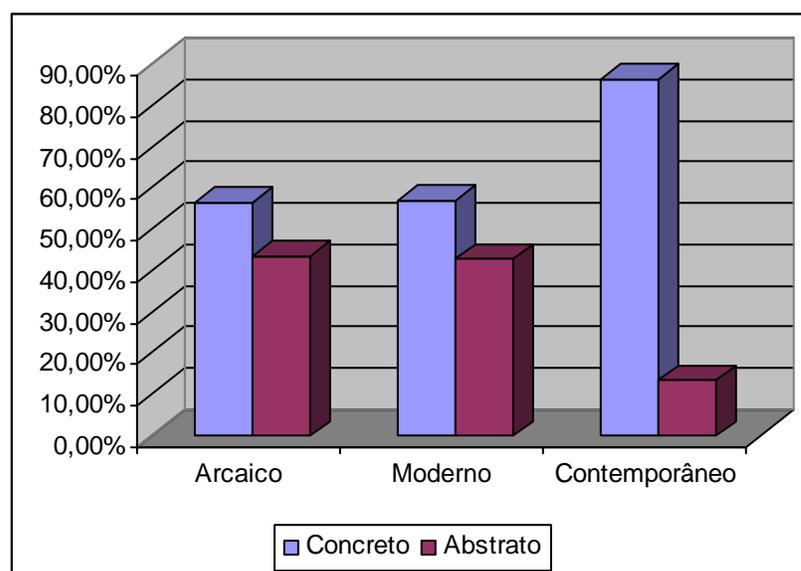


GRÁFICO 7: Análise comparativa entre os usos concretos e abstratos de *ir*

Em todos os três períodos analisados, os usos concretos se sobrepuseram aos usos abstratos. Na era arcaica, registrou-se uma ocorrência de 56,47% de usos concretos e de 43,53% de usos abstratos. No período moderno, a ocorrência dos usos concretos aumentou 1,20%, passando a 57,15%, e a ocorrência dos usos abstratos foi de 42,85%. Essa redução dos usos abstratos está associada à perda de valores semânticos que ocorreu neste período, conforme se verificou na descrição apresentada no item 4.2.1.5. No período contemporâneo, ocorreu um aumento na frequência dos usos concretos, que atingiram um índice percentual de 86,49%. No mesmo período, os usos abstratos foram de 13,51%. Comparando-se os valores percentuais obtidos no período arcaico com aqueles registrados no período contemporâneo, pode-se presumir que não houve perda de conteúdo nocional, porque os usos concretos aumentaram em 53,16%, passando de 56,47% para 86,49%. Entretanto, a análise desses índices deve considerar também as acepções semânticas do item ao longo dos três períodos. Os dados obtidos com essa análise apontam para uma deslexicalização do verbo, uma vez que se identificou uma redução de seus

valores semânticos. Essa perda, entretanto, não se dá no âmbito dos usos concretos, mas no âmbito das acepções abstratas. Assim, a redução dos usos abstratos não se liga à (des)gramaticalização do item, mas ao fenômeno da dessemantização. A análise dos valores semânticos do item revelou que o verbo *ir* perdeu, ao longo de seu percurso diacrônico, alguns de seus semas abstratos, o que demonstra que a forma está enfrentando, paralelamente ao seu processo de expansão gramatical, um processo de restrição nos domínios do léxico. Essa restrição, contudo, não pode ser atribuída ao seu processo de gramaticalização, uma vez que ela não se dá no âmbito dos semas concretos.

4.3 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS

O terceiro critério selecionado para aferir a gramaticalização de um item é de cunho sintático. A adoção de um critério dessa natureza se justifica, dado que, segundo prevê a literatura disponível sobre o fenômeno da gramaticalização (cf. Lehmann (1982), Heine e Reh (1984) e Vianna (2000)), à medida que o item torna-se mais gramatical, ocorre uma redução em seus contextos sintáticos, porque a sua distribuição torna-se mais fixa, em virtude das restrições impostas pela gramática, o que faz com que ele se torne obrigatório em certos contextos e agramatical em outros. O presente estudo também se propôs a verificar a adequação de tal assertiva, analisando a distribuição das cinco formas verbais em estudo nos três períodos. Além disso, a partir da análise da distribuição dos itens, buscou-se resposta para algumas das questões

problemas motivadoras dessa investigação, quais sejam: (a) que fatores determinam a seleção da forma verbo-nominal em uma perífrase verbal? (b) verbos copulativos e verbos nocionais são igualmente produtivos em termos de gramaticalização e (c) existe concorrência de formas auxiliares na língua?

4.3.1 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VERBO “TER”

A primeira das cinco formas verbais a ter sua distribuição analisada será o verbo “ter”. Em todas as cinco formas verbais estudadas, optou-se por apresentar os contextos em quadros sinópticos, por se acreditar que esse procedimento facilita a análise para o leitor.

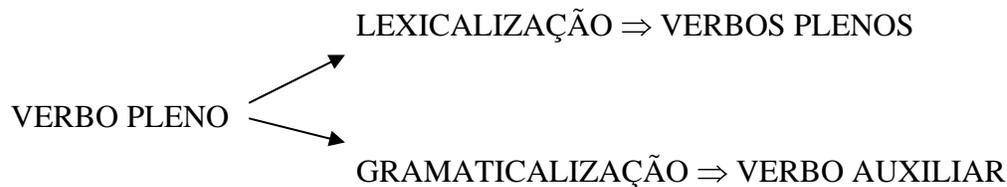
FIGURA 3: Quadro sinóptico dos contextos sintáticos do verbo TER

CONSTRUÇÃO	PERÍODO ARCAICO	PERÍODO MODERNO	PERÍODO CONTEMPORÂNEO
PRESENTE DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (tendes dado)	X	X	X
PRESENTE DO INDICATIVO + PREPOSIÇÃO + INFINITIVO (tem que agradecer-vos)		X	X
PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO + PREPOSIÇÃO + INFINITIVO (teve que entrar)			X

CONSTRUÇÃO	PERÍODO ARCAICO	PERÍODO MODERNO	PERÍODO CONTEMPORÂNEO
PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (tinha alçada)	X	X	X
PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO + PREPOSIÇÃO + INFINITIVO (tínhamos de partir)			X
FUTURO DO PRETÉRITO DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (teria dado)			X
PRESENTE DO SUBJUNTIVO + PREPOSIÇÃO + INFINITIVO (tenha que dar)	X		X
PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO + PARTICÍPIO (tivesse visto)	X	X	X
PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO + PREPOSIÇÃO + INFINITIVO (tivesse, por fim, a perecer)			X
FUTURO DO SUBJUNTIVO + PARTICÍPIO (tiver inspirado)		X	
INFINITIVO + PARTICÍPIO (haver criado)		X	X
GERÚNDIO + PARTICÍPIO (tendo (ao Padre) apresentado)		X	X

A mera observação do quadro apresentado já demonstra que, em se tratando do verbo *ter*, a máxima da redução dos contextos não foi comprovada. Ao contrário do que prevê a literatura, registrou-se uma expansão dos contextos de uso do verbo, à medida que seu processo de gramaticalização foi-se expandindo. Contudo, se se tomar como parâmetro de expansão de

contextos sintáticos apenas as formas verbais com as quais o auxiliar *ter* co-ocorre, não houve ampliação de contextos, considerando-se o fato de que, nos três períodos analisados, registra-se a co-ocorrência com o particípio e com o infinitivo. Entretanto, os tempos e modos verbais em que o auxiliar é empregado expandiram-se diacronicamente. A hipótese aventada por este estudo é a de que a expansão e ou redução dos contextos de uso da forma subordina-se não apenas ao processo de sua tramitação de categoria lexical a gramatical, mas também ao fenômeno da lexicalização, que, segundo aqui se defende, desenvolve-se paralelamente ao fenômeno da gramaticalização, conforme ilustra o esquema que se segue:



A análise comparativa dos valores semânticos do verbo e de seus contextos de ocorrência induz ao raciocínio de que estes se expandem proporcionalmente à expansão lexical do item. Tal raciocínio parece lógico, uma vez que uma expansão na entrada lexical faculta ao item uma maior possibilidade de ser empregado pelo falante em contextos diversos. Cumpre advertir, contudo, que os dados aqui encontrados, de forma alguma, contradizem ou refutam os estudos já empreendidos acerca da distribuição dos itens em processo de gramaticalização; ao contrário, vêm contribuir com tais estudos no sentido de se alertar para o fato de que, como já advertira Saussure (1997 [1916]), a língua é um sistema solidário de valores e uma alteração em um nível acarreta alterações em outros níveis. Assim, o fenômeno da gramaticalização não deve ser analisado isoladamente, mas de forma paralela ao fenômeno da lexicalização, já que seus efeitos

podem não apenas determinar como também ser igualmente determinados pela ampliação do léxico.

Além da redução (ou expansão) dos contextos sintáticos, outro fato que chama atenção no que se refere ao estudo do processo de gramaticalização dos auxiliares envolve uma questão bastante complexa e ainda não respondida numa perspectiva sincrônica. Trata-se da identificação do fator que determina a seleção da forma nominal que vai co-ocorrer com o verbo auxiliar. Os dados coletados por esse estudo induzem à conclusão de que tal seleção é determinada, num primeiro momento, pela transitividade do verbo que tramita da categoria de pleno a auxiliar. Sabe-se, porém, que a transitividade de uma forma verbal é determinada por seu contexto, o que parece inviabilizar a hipótese supramencionada. Contudo, supõe-se haver um “gatilho” de gramaticalização, ou seja, acredita-se que não sejam todas as expansões semânticas do item que se convergem em usos gramaticais; algumas delas apenas aumentam o leque de escolhas disponibilizadas ao falante no âmbito do léxico. Diante dos dados analisados, defende-se que apenas uma das acepções semânticas do verbo é que lhe faculta, a partir de um estágio determinado, assumir funções gramaticais que não lhe eram, outrora, peculiares. Isso faz com que determinada forma verbal selecione formas nominais de infinitivo, de gerúndio ou de particípio para com ela co-ocorrerem. Tal raciocínio explicaria também o fato de nem todos os auxiliares selecionarem a mesma forma nominal. Em face desse raciocínio, pode-se afirmar que o processo cognitivo envolvido na seleção da forma nominal pelo auxiliar é a metonímia, já que é a contigüidade das formas que determinará a operação de regência que se estabelece entre elas.

A despeito de os dados atestarem a co-ocorrência de *ter* tanto com as formas nominais de particípio quanto de infinitivo, em todos os três períodos analisados, a frequência da perífrase com o particípio foi superior àquela verificada com o infinitivo, fato que permite aventar a

hipótese de que a frequência com o particípio se sobrepõe em virtude do fato de ele expressar tempo e aspecto, categorias mais recorrentes na língua que a modalidade, expressa pelo infinitivo. Resta, pois, tentar explicar por que o verbo *ter* seleciona apenas o particípio e o infinitivo para com ele co-ocorrerem nas perífrases verbais, não admitindo a perífrase com o gerúndio. Considerando a acepção primeira de *ter* (=posse), vê-se que se trata de um verbo pleno cuja transitividade exige um sintagma de natureza nominal (SN). Sabe-se que o particípio, em virtude de seu valor adjetivo, integra a categoria dos nomes na língua. Câmara Júnior (1998 [1969]) adverte que “em princípio, não há entre as duas subdivisões [substantivos e adjetivos] uma distinção de forma. Muitos podem ser, conforme o contexto, substantivos ou adjetivos” (p. 87). Assim, o fato de o verbo *ter* selecionar um SN favorece a co-ocorrência com o particípio, que partilha tanto da natureza do nome quanto da do verbo. Em algumas ocorrências do período arcaico, o particípio flexionava-se em gênero e em número, podendo, inclusive, anteceder o substantivo, conforme atestam os exemplos de (80) a (83), transcritos abaixo:

(80) “estas// Cousas senhor uos escreuo porque aJnda que uo las tenho ditas os outros (...)” (DOM DUARTE, p. 77, grifo nosso)

(81) “ssegundo dicto tijnam em ssua rreposta” (VEREAÇÕES, 1485-86, f. 04, grifo nosso)

(82) “(...) nom satisfazia(m) a seu deseio os priuillegios e liberdades que lhe dados tinha, pareçendo-lhe muy singello gallardom em respeito do que ella era merecedor.” (DOM JOÃO, cap. III, p. 09, grifo nosso)

(83) “e mais lhe ssera logo leuado em cheo todo o que a pipa ou tonell ou quarto avia de rrender pera a dicta rrenda Titulo dos que abaixo quesserem ho vinho depois de o terem aberto a héu preHo Herto ou o quisser Harrar Todollos dos aquelles que abaixarem ou carrar quesserem

pipa de vinho ou tonell ou quarto que aberto teuerem a Herto preHo sserram hobrjgados ho ffazerem saber ao dicto espriuam e varejador pera o dicto espriuam assentar em sseu livro ho presso (...)" (VEREAÇÕES, 1485-86, f. 04v1, grifos meus)

A análise dos exemplos (80) e (82) demonstra que, nesse período, ainda se marcava a concordância também no particípio, o que atesta, além do caráter mais nominal que verbal da forma, um estágio inicial do processo de gramaticalização, quando o auxiliar *ter* ainda não tinha incorporado plenamente suas funções gramaticais. Harris (1982), ao discorrer sobre a formação do presente perfeito nas línguas românicas, afirma que a criação, no latim vulgar, de uma gama de paradigmas compostos formados com o verbo *haver* + um particípio passado constitui uma das mais bem conhecidas inovações do sistema verbal do Romance. De acordo com o autor, as origens dessa estrutura radicam-se no Latim,

onde o verbo aparenta ainda seu valor pleno como um marcador de posse (...) e onde o particípio passado está em efeito adjetival, com a concordância apropriada com a relevância nominal. Desse ponto de partida, duas importantes mudanças ocorrem: o valor semântico pleno de HAVER diminui gradualmente (...) e o grau de união entre as duas partes do sintagma lentamente torna-se maior⁴⁷. (p. 47, tradução nossa)

Assim, à medida que *haver* muda seu estatuto de verbo pleno a auxiliar e o particípio se torna parte integrante da perífrase verbal, a relação de concordância se desfaz. O referido autor afirma ainda haver uma correlação entre as formas derivadas de *haver* e aquelas oriundas de *ter*. Segundo ele, as estruturas perifrásticas constituídas de *ter* também conservam, em seu estágio inicial, o valor de posse e, conseqüentemente, mantêm a concordância do particípio passado, que funciona como um predicativo adjetivo: “tenho escrita a carta” (*op. cit.*, p. 59, tradução nossa).

⁴⁷ “(...) where the verb appears still to have its full value as a marker of possession (...) and where the past participle is in effect adjectival, with appropriate concord with the relevant nominal. From this starting point, two important changes take place: the full semantic value of HABERE gradually diminishes (...) and the degree of union between the two parts of the syntagm slowly becomes greater.” (HARRIS, 1982, p. 47)

Na perspectiva gerativista, o particípio empregado no contexto exemplificado cumpre a função de um núcleo nominal selecionado pelo verbo *ter* e não a de um verbo principal, já que as marcas de concordância nominal encontram-se assinaladas nele. A teoria de que o verbo *ter* subcategoriza o núcleo *escrita* é endossada por Stowell (1981 *apud* RAPOSO, 1992) para quem os complementos são projeções máximas e “a subcategorização é na realidade uma relação entre núcleos lexicais, de núcleo lexical subcategorizador a núcleo lexical subcategorizado” (RAPOSO, 1992, p. 183). A possibilidade de se empregar o núcleo subcategorizado (*escrita*) anteposto ao núcleo subcategorizador (verbo *ter*), conforme contextos presentes em (81), em (82) e em (83), endossa a importância da carga semântica de tais nomes para a perífrase verbal.

Mattos e Silva (2001 [1994]) também atesta a concordância dos auxiliares *ter* e *haver* com seu complemento e atribui ao desaparecimento da concordância o marco da formação da perífrase verbal:

os “tempos compostos” com *haver/ter* só generalizam no português a partir do momento em que o PP deixa de ser flexionado, em concordância com o seu complemento direto, portanto ainda o PP com função adjetiva. Enquanto essa concordância ocorrer há uma construção frasal que põe em evidência um estado de posse, expressa por *haver/ter*, conteúdo semântico próprio tanto a *haver* e a *ter* no período arcaico e herdado do latim. (p. 64)

Enquanto havia ainda a marcação da concordância, em alguns momentos (cf. ex. (83)), o falante empregava o nome particípio ora anteposto ao verbo *ter*, ora posposto a ele, o que conduz ao raciocínio dedutivo de que, no período arcaico, tais usos eram intercambiáveis. Hopper e Traugott (1993), ao discutirem sobre o fenômeno de mudança da ordem dos elementos no sintagma como um possível desencadeador de gramaticalização, recorrem ao verbo *haver* para argumentar em favor de sua tese. Segundo os autores, no Latim antigo, o futuro e o perfeito

ocorriam tanto na posição pré-verbal quanto na posição pós-verbal, conforme exemplos a seguir, transcritos de sua obra: “a. cantare habeo ~ habeo cantare (OV ~ VO); b. probatum habeo ~ habeo probatum (OV ~ VO).” (p. 53) Posteriormente, contudo, o verbo *haver* que figurava em posição pós-verbal foi reanalisado como um marcador flexional de futuro, passando a ter uma posição fixa. Adotando-se semelhante raciocínio para os contextos envolvendo o verbo *ter*, pode-se admitir que, no período arcaico, a ordem das formas na perífrase verbal era intercambiável, mas que, com o passar dos anos, o falante foi reanalisando o SN subcategorizado pelo verbo não mais como um complemento, mas como uma forma verbal adjunta, até que as duas se tornaram uma perífrase verbal. Cohen (1988) defende que “houve uma reorganização sintática dos constituintes: o Particípio Passado, de um constituinte do SN na fase antiga da língua, passa a ser um constituinte do SV, na fase moderna.” (p. 50) À medida que o processo de gramaticalização de *ter* foi se instaurando e se solidificando, o particípio foi se destituindo da sua função gramatical, que passou a ser incorporada pelo auxiliar, e assumindo apenas a sua função semântica. Segundo Câmara Júnior (1998 [1969]), o particípio é “um nome adjetivo, que semanticamente expressa, em vez da qualidade de um ser, um processo que nele se passa.” (p. 103) Essa versatilidade de expressar o processo faculta ao particípio a harmonia com o auxiliar no sentido de, juntamente com este, contribuir para a precisão do aspecto verbal, que é, segundo Harris (1982), a mola propulsora da formação das perífrases do perfeito. Pode-se, então, dizer que o particípio assume, na perífrase verbal, uma função cumulativa, qual seja a de marcar o valor semântico da forma verbal e também a de auxiliar na marcação aspectual. Ao esvaziar-se de suas funções nominais e assumir suas funções verbais, o particípio passou a ocupar a segunda posição na perífrase verbal. Nesse caso, pode-se afirmar que aumentaram as suas restrições quanto ao contexto de ocorrência e também a sua previsibilidade, já que sua posição tornou-se mais fixa, não lhe sendo facultada, na contemporaneidade, a ocorrência anteposta ao auxiliar,

como o fora no período arcaico. Caso figure nesse contexto, a distinção semântica é facilmente perceptível:

(84) Tenho escritas as cartas.

(85) Tenho as cartas escritas.

(86) Tenho escrito as cartas.

Em (84) e em (85), o verbo *ter* ainda conserva o seu estatuto de verbo pleno, preservando também a acepção semântica de posse, fato não verificado em (86), em que tal verbo já se gramaticalizou em auxiliar. Segundo informações extraídas de Cohen (1988), a ordem “Sujeito/ter/PP/OD”, na qual “OD e PP estejam ambos no masculino singular” (p. 49) constitui um ambiente não só propício, como também necessário para promover a reanálise de *ter* de verbo nocional a auxiliar.

No que tange à seleção do infinitivo, o critério parece ser semelhante àquele empregado para o particípio. O infinitivo, sendo a forma mais indefinida do verbo, pode desempenhar, não raras vezes, o papel de um substantivo. Logo, presta-se à função do núcleo nominal subcategorizado pelo verbo *ter*. O gerúndio, por seu turno, não se presta a essa função, já que, embora possa desempenhar a função de um adjetivo, seu valor é prioritariamente adverbial. Segundo Bechara (1999), sua função adjetiva é etimologicamente oriunda do particípio presente, que desapareceu do quadro verbal português para integrar o quadro nominal, e seu uso tem sido apontado como um galicismo, fato que justifica a supremacia do valor adverbial da forma. Esse valor de advérbio que lhe parece mais inerente é o que lhe facultará a seleção por verbos intransitivos ou por verbos cuja transitividade associa-se ao deslocamento, como é o caso, por exemplo, do verbo *ir*.

Resta ainda refletir sobre a presença da preposição nas perífrases constituídas de *ter* + infinitivo. Para que tal reflexão se realize a contento, necessário se faz discutir sobre o papel dos elementos estruturais constituintes de uma perífrase verbal, bem como da função de tais construções na língua. Como mencionado anteriormente, a contribuição do verbo principal para a perífrase não se restringe apenas à carga semântica, embora essa seja muito importante, considerando-se o fato de o verbo auxiliar *ter-se* esvaziado de seu valor lexical para assumir valores gramaticais. Comrie (1976) assim distribui as funções verbais em uma perífrase: “o primeiro verbo dá o segundo plano para algum evento, enquanto que o evento mesmo é introduzido pelo segundo verbo. O segundo verbo dá a totalidade da situação referida (...) sem referência a seu círculo temporal interno⁴⁸.” (p. 3, tradução nossa) Pode-se, então, sintetizar as funções das categorias integrantes de uma perífrase verbal da seguinte forma: ao auxiliar é delegada a função de demarcar o tempo, o número, a pessoa, o modo, a voz e o aspecto verbais; ao verbo principal compete a expressão da carga semântica da forma verbal, conforme postulam nossos gramáticos, embora muitos deles não mencionem a categoria aspectual do verbo, procedimento que os exime de dispensar um tratamento mais exaustivo ao tema. Entretanto, diante das evidências empíricas fornecidas pelos dados coletados e também das reflexões já suscitadas por alguns lingüistas, neste estudo, defende-se a tese de que ao verbo principal não compete apenas a expressão da carga semântica da perífrase, mas também a função de auxiliar na precisão da categoria aspectual. Assim, acredita-se que, nas perífrases verbais, a categoria de aspecto é determinada pela integração harmoniosa do auxiliar e do verbo principal, conforme já defendido por Benveniste (1995 [1966]). Dessa feita, entende-se que não apenas a transitividade seja determinante para a seleção da forma nominal, mas também a expressão do aspecto a que

⁴⁸ “the first verb presents the background to some event, while that the event itself is introduced by the second verb. The second verb presents the totality of the situation referred to (...) without reference to its internal temporal constituency.” (COMRIE, 1976, p. 3)

esta se presta. Mais que isso: as conclusões aqui postuladas sugerem que a marcação aspectual constitui o “gatilho” para o surgimento das perífrases verbais. Não fosse o fato de o aspecto ser expresso pela coesão entre o auxiliar e a forma nominal, não seria necessário o emprego de perífrases verbais em contextos em que estas se prestam a esse fim. Embora se reconheça a importância da auxiliarização para expressar tempo e também passividade, advoga-se em favor de sua importante função para demarcar o aspecto verbal. Essa intuição é também partilhada por Harris (1982), para quem “o valor primário original dos paradigmas do perfeito surge para ser aspectual, especificamente (...) para referir a eventos que foram, são ou serão completados no momento temporal em questão⁴⁹.” (HARRIS, 1982, p. 47, tradução nossa).

A categoria aspectual é tão importante nas línguas que, segundo Câmara Júnior (1998 [1969]), a oposição entre as formas nominais do verbo não é, como muitos gramáticos defendem, de natureza temporal, mas aspectual. O infinitivo é a

forma que de maneira mais ampla e mais vaga resume a sua significação, sem aplicação das noções gramaticais de tempo, aspecto ou modo. Entre o gerúndio e o particípio há essencialmente uma oposição de aspecto: o gerúndio é ‘imperfeito’ (processo inconcluso), ao passo que o particípio é de aspecto conclusivo ou perfeito. (pp. 102-103)

O referido autor estabelece ainda a diferença entre o particípio e o gerúndio, tomando por parâmetro a morfologia verbal. Segundo ele, o particípio afasta-se, sob a óptica mórfica, da natureza verbal, constituindo,

no fundo, um adjetivo com as marcas nominais de feminino e de número plural em /S/
(...) O gerúndio, ao contrário, é morfologicamente uma forma verbal. Mesmo como

⁴⁹ “(...) the original primary value of the paradigms of the perfectum appears to have been aspectual, specifically (...) to refer to events that were, are or will be complete at the moment of time in question.” (HARRIS, 1982, p. 47)

determinante de um substantivo (para indicar um processo que nele se passa) não concorda com ele nem em número nem em gênero. (*ibidem*, p. 103)

As considerações de Câmara Jr. mostram-se providenciais na tentativa de se explicar a presença da preposição nas perífrases verbais de infinitivo. Uma vez que, como já argumentado, cabe à forma nominal o papel de também auxiliar na expressão da categoria de aspecto e que o infinitivo é destituído de tal função, defende-se, neste estudo, que a preposição junta-se à perífrase para cumprir esse atributo. Kayne (1981) argumenta em favor do estatuto de complementizador assumido pelas preposições “de” – no Francês – e “di” – no Italiano. Segundo o autor, essas preposições equivalem a complementizadores para o infinitivo. Adotando-se o mesmo raciocínio para o Português, a preposição seria introduzida nas perífrases de infinitivo para precisar o tempo e o aspecto, uma vez que essa forma nominal é destituída de tais funções gramaticais. A análise dos enunciados (87) e (88), a seguir, contribuirá para a melhor compreensão das idéias aqui propostas:

(87) a. Maria *tem de fazer* o bolo de chocolate antes do almoço.

b. Maria *tem que fazer* o bolo de chocolate antes do almoço.

(88) Maria *sabe fazer* bolo de chocolate muito bem.

Em (87), a presença da preposição entre o verbo auxiliar e a forma nominal de infinitivo introduz a idéia aspectual de necessidade iminente, semelhante, do ponto de vista pragmático, a uma obrigatoriedade, fato não verificado em (88), contexto em que a preposição está ausente. Além da diferença aspectual, a ausência da preposição em (88) permite ainda a abstração de outra regra: a inexistência da preposição, nesse contexto sintático, não legitima a perífrase verbal. Em (88), têm-se duas formas verbais justapostas, o que evidencia a existência de duas orações. Já em (87), as duas formas verbais estabeleceram uma relação de coesão, fundindo-se em uma única

unidade morfológica – a perífrase verbal –, o que caracteriza uma única oração. Diante de tais evidências, pode-se afirmar que a preposição é o elemento aglutinador e legitimador das perífrases constituídas de *ter* + infinitivo. A partir da observação de (87), pode-se ainda cogitar a respeito de um processo de reanálise sintática em que o falante amalgama o verbo *ter* e a preposição (*de* ou *que*) em um único constituinte, formando uma nova forma verbal. Nenhum falante do português titubearia em admitir que *ter* e *que ter que (de)* constituem entradas lexicais diferentes na língua. A identificação do caráter de obrigatoriedade ou de urgência que a preposição agregada ao verbo *ter* impinge à ação expressa pela forma infinitiva já é inerente à competência lingüística do falante. Tal conhecimento parece já ter sido adquirido juntamente com o significado das formas verbais. Assim, acredita-se que o falante adquire as duas formas verbais e suas respectivas restrições sintáticas e semânticas como se elas constituíssem entradas lexicais distintas: *ter* (=possuir) e *ter de (que)* (=necessitar, ser obrigado a). Travaglia (1985 [1981]) também reconhece a importância das preposições na constituição de perífrases verbais, alegando que são elas as responsáveis por evocar a expressão de algumas noções aspectuais ou mesmo por permitir a sua atualização. Outro fato comprobatório da tese de que as perífrases de *ter* + infinitivo só se atualizam mediante a presença da preposição são os dados encontrados por Mattos e Silva (2001 [1994]). Ela registra a presença da preposição entre o infinitivo e o auxiliar *ter* desde o período arcaico para indicar a obrigatoriedade de uma ação, considerando-o um dos verbos mais gramaticalizados da língua por já ter perdido plenamente, nesse contexto sintático, seu sentido de verbo pleno.

Said Ali (2001 [1921]) também parece partilhar da intuição discutida acima, pois, segundo ele, nas perífrases em que se emprega o verbo principal no infinitivo, a preposição integra a auxiliarização, isto é, o elemento auxiliar é não apenas o verbo flexionado, mas também

o conjunto formado pelo verbo flexionado mais a preposição. É exatamente a combinação do auxiliar com a preposição que atribui a idéia aspectual de obrigatoriedade, verificada no exemplo (89), transcrito abaixo:

(89) “(...) nem dando tanto hu dia que per todo o ano non tenha que dar (...)” (DOM DUARTE, p. 75)

O fato de o infinitivo requerer a presença de uma categoria preposicional para auxiliar na expressão do aspecto da perífrase verbal vem reforçar a tese aqui proposta de que tal função não compete apenas ao auxiliar, como mencionam a maioria de nossos gramáticos, mas também à forma nominal que co-ocorre com o auxiliar, conforme defendido por Benveniste (1995 [1966]). Outro argumento com o qual se pode advogar em favor dessa tese é o fato de não se ter identificado, nos *corpora*, perífrases constituídas de pretérito perfeito + particípio. Tal combinação torna-se agramatical, considerando-se que tanto o particípio quanto o pretérito perfeito prestam-se à expressão de um fato concluído. Essa observação conduz ainda à delimitação de um outro critério determinante na seleção do auxiliar: (in)compatibilidades semânticas aspectuais entre os elementos de uma perífrase também viabilizam ou excluem determinadas combinações.

Propostos os critérios de seleção da forma nominal pelo auxiliar *ter*, resta analisar a (im)possibilidade de ocorrência de material interveniente entre o auxiliar e o verbo principal nas perífrases em estudo. Prevê a literatura que quanto maior a coesão entre as formas verbais integrantes de uma perífrase verbal, maior é seu grau de gramaticalização. Os dados coletados demonstram que a possibilidade de ocorrência de material interveniente entre o auxiliar e o verbo principal, além de reduzida, é bastante previsível. Nas perífrases formadas com o particípio, existe a possibilidade de se intercalarem os complementos do verbo principal, podendo os

mesmos ser sintagmas (tendo ao Padre apresentado) ou formas átonas (tem nos ajudado). Já, nas perífrases com o infinitivo, verificou-se a ocorrência de modalizadores interpostos ao auxiliar e à forma principal: tivesse, por fim, a perecer. Provavelmente, constata-se a redução de material interveniente entre as perífrases quando se comparam os períodos, mas esse aspecto não foi desenvolvido por este estudo, estando aberto para pesquisas futuras.

4.3.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VERBO “HAVER”

A próxima forma verbal a ter sua distribuição analisada é um concorrente do auxiliar *ter* desde o período arcaico: trata-se do auxiliar *haver*, cujos contextos encontram-se descritos no quadro seguinte:

FIGURA 4: Quadro sinóptico dos contextos de ocorrência do verbo HAVER

CONSTRUÇÃO	PERÍODO ARCAICO	PERÍODO MODERNO	PERÍODO CONTEMPORÂNEO
PRESENTE DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (hei mostrado)	X	X	
PRESENTE DO INDICATIVO + (PREPOSIÇÃO) + INFINITIVO (ham-de viver; havemos semelhar)	X	X	X
PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO + PREPOSIÇÃO + PARTICÍPIO (ouuerom por metido)	X		

CONSTRUÇÃO	PERÍODO ARCAICO	PERÍODO MODERNO	PERÍODO CONTEMPORÂNEO
PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (havia tomado)		X	X
PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO +(PREPOSIÇÃO) + INFINITIVO (havam d'haver; havia de perder)	X	X	X
FUTURO DO PRESENTE DO INDICATIVO + GERÚNDIO ((como se) haverão despejando)		X	
PRESENTE DO SUBJUNTIVO + PREPOSIÇÃO + INFINITIVO (aja de tirar)	X		
PRESENTE DO SUBJUNTIVO + PARTICÍPIO (haja chegado)		X	
PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO + (PREPOSIÇÃO) + INFINITIVO (houvessem contar; ouuessem de ter)	X		
FUTURO DO SUBJUNTIVO + INFINITIVO (ouver de serujir)	X		
INFINITIVO + PREPOSIÇÃO + INFINITIVO (haver de viir)	X		
INFINITIVO + PARTICÍPIO (haver criado)		X	X
GERÚNDIO + PARTICÍPIO (havendo dado)		X	

A análise a ser empreendida para o auxiliar *haver* assemelha-se àquela proposta para o *ter*, já que ambos são etimologicamente derivados de “possuir”, apresentando, portanto, a mesma transitividade. Assim sendo, é previsível que, tal como *ter*, o auxiliar *haver* também selecione as formas nominais de particípio e de infinitivo para co-ocorrerem com ele nas perífrases verbais, não admitindo a co-ocorrência com o gerúndio. O que diferencia, inicialmente, o comportamento dos dois auxiliares é que, ao contrário do que se verificou com o *ter*, não se registrou uma ampliação nos contextos de ocorrência do auxiliar *haver*, mas uma redução, já que os tempos em que a forma auxiliar se flexionou sofreram uma restrição. Observando-se o quadro acima, percebe-se que, no período arcaico, o auxiliar *haver* ocorria em um número superior de contextos aos que ocorre contemporaneamente. Também aqui, a explicação para tal fato centra-se no fenômeno da lexicalização: registrou-se uma redução de contextos porque houve uma deslexicalização da forma, ou seja, enquanto o verbo *ter* expandiu-se no léxico, o verbo *haver* passou por um processo de dessemantização, perdendo muitos de seus semas outrora identificados. Assim, não apenas os tempos e modos em que é empregado restringiram-se, mas também suas acepções semânticas reduziram-se consideravelmente do período arcaico para o moderno, conforme já demonstrado quando da análise semântica dos itens.

A análise da frequência das formas verbais – empreendida na subseção 4.1.2 – sugere que o verbo *haver* iniciou seu processo de gramaticalização num período anterior ao do *ter*, porque seus usos gramaticais foram, já no período arcaico, significativamente superiores aos usos gramaticais de *ter*. Entretanto, contrariando as expectativas, também foram encontrados, neste período, registros de perífrases com o auxiliar *haver* nas quais o particípio sofreu flexão de gênero e número, à semelhança do que ocorrera com o auxiliar *ter*. Isso, como já foi comentado, indica um estágio mais inicial de gramaticalização, no qual o verbo principal ainda não tinha

abdicado plenamente de suas funções nominais em favor das funções verbais. Tal uso pode ser comprovado nos excertos transcritos a seguir:

(90) “Estas e outras muytas cousas que nom fazem myngua de se aquy scpreuer outorgou el-Rey com boom desejo e vomtade aa cidade de Lixboa, promentendo e jurando de os manter em dereito e justiça e lhe guardar todallas graças e priuillegios que lhe dados auia e seus boons foros e costumes que ouuerom em tempo dos outros reis (...)” (DOM JOÃO, cap. II, p. 07, grifo nosso)

(91) “A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, comsirando os grandes e estremados seruiços que a muy nobre e leal cidade de Lixboa a feitos a estes regnos, dos quaaes nos Deus deu emcarego de regimento (...)” (DOM JOÃO, cap. II, p. 07, grifo nosso)

Em (90), a forma nominal de particípio antecede o verbo *haver* como também ocorrera com o verbo *ter*, exibindo as marcas de concordância nominal, o que atesta seu caráter adjetivo. Também em (91), mesmo já ocupando a segunda posição na perífrase, o particípio ainda recebeu morfemas nominais. Logo, pode-se concluir que, apesar de apresentar uma frequência gramatical relativamente alta no período arcaico, o verbo *haver* só passou a comportar-se efetivamente como auxiliar de temporalidade nas perífrases com particípio no período moderno. Na era arcaica, assim como o verbo *ter*, ainda não tinha incorporado de forma plena a função gramatical de marcar o número verbal, embora já ocorresse em contextos perifrásticos no Latim. Green (1982) apresenta um dado sobre a gramaticalização de *haver* que se mostra relevante para se entender o fato de, mesmo já estando gramaticalizado, tal verbo ainda exibir as marcas de concordância. Segundo esse autor, o uso de *haver* como um auxiliar de temporalidade é o resultado de uma reanálise de seu emprego originalmente passivo. Assim, as perífrases de *haver* + particípio são

estágios mais gramaticalizados dessas perífrases empregadas para marcar a auxiliarização. Nas palavras de Green (1982),

essencialmente, e com muito poucas exceções, a concordância mostra que o particípio passado é passivo. Dessa forma, a presença da concordância sistematicamente marca o particípio de passividade enquanto sua ausência marca a completa gramaticalização de *haber* + particípio, em que o particípio é interpretado como [+ perfectivo, - passivo]; ao mesmo tempo, a concordância obrigatória do objeto de alguns verbos (...) serve como um lembrete patente de que nessas construções os verbos não estão plenamente gramaticalizados e retêm uma parte dos seus sentidos lexicais normais⁵⁰. (p.110, tradução nossa)

Vincent (1982), ao discorrer sobre a gramaticalização dos verbos *haber* e *ser* no Romance, observa que ambas as formas eram empregadas, neste período da história da língua, como auxiliares de passiva. Acrescenta, ainda, que, nesse período, o verbo *haber* passou a incorporar a função de auxiliar de diátese, enquanto o verbo *ser* apenas a expandiu, uma vez que já era assim empregado nas línguas clássicas. Segundo o autor referenciado, o verbo *haber* lexical requer dois argumentos: um locativo (sintagma preposicional) e um neutro (objeto). O neutro constitui o “gatilho” entre *haber* e o seu verbo acompanhante na forma de particípio. Na maioria dos casos, as circunstâncias é que determinam a identificação do locativo de *haber* com o neutro do verbo particípio e é essa identificação a responsável por promover a gramaticalização da forma. Nas palavras do autor, “*haber* não mais seleciona seu próprio locativo, mas preenche aquela posição em sua estrutura pela promoção de um agente não expresso do verbo ao qual ele

⁵⁰ “Essentially, and with very few exceptions, concord shows that the past participle is passive. Thus, presence of concord systematically marks the participle for passivity while its absence marks the complete grammaticalization of *haber* + participle, in which the participle is interpreted as [+ perfective, - passive]; at the same time, obligatory concord on the objects of some transitive verbs (...) serves as an overt reminder that in these constructions the verbs are not fully grammaticalised and retain a part of their normal lexical meaning.” (GREEN, 1982, p. 110)

se liga pelo “gatilho” neutro⁵¹.” (p. 84, tradução nossa) Assim, pode-se afirmar que “a gramaticalização de *haver* envolve a retenção de seus papéis gramaticais – sujeito e objeto – mas a perda de seu independente papel semântico de locativo⁵².” (*op. cit.*, p. 85, tradução nossa)

Além do fato de a gramaticalização de *haver* ser precedente à de *ter*, há ainda um outro fator que diferencia o comportamento desses dois auxiliares: enquanto as perífrases de *ter*, em todos os três períodos analisados, ocorreram prioritariamente com o particípio, as perífrases de *haver*, nos períodos arcaico e moderno, eram majoritariamente compostas pelo infinitivo. Apenas no período contemporâneo as perífrases com o particípio tornaram-se mais frequentes na língua, embora ainda sejam muito recorrentes as perífrases com o infinitivo. Considerando-se a tese de Vincent (1982), endossada por Green (1982), pode-se cogitar a respeito de a sobreposição das perífrases de infinitivo sobre as de particípio ter ocorrido no período em que se processava a gramaticalização de diátese para a de temporalidade. Assim, no período contemporâneo, quando o auxiliar *haver* já havia se gramaticalizado efetivamente como marcador de temporalidade, passou a ocorrer mais na língua, aumentando, dessa forma, a sua frequência. Em contrapartida, enquanto a sua função de marcador de diátese esvaía-se para incorporar a função de marcador de tempo, as ocorrências eram mais modestas.

Como já ventilado, o aspecto verbal é marcado, nas perífrases verbais, por um trabalho conjunto do auxiliar com a forma nominal. No caso do particípio, sua função é a de expressar, juntamente com o auxiliar, uma ação conclusa ou perfectiva:

⁵¹ “(...) *habere* no longer selects its own LOC but fills that position in its structure by promotion of the unexpressed AG of the verb to which it is attached by the NEUT ‘hinge’.” (VINCENT, 1982, p. 84)

⁵² “(...) the grammaticalisation of *habere* involves the retention of its grammatical roles – subject and object – but the loss of its independent semantic role of LOC.” (VINCENT, 1982, p. 85)

(92) “Os IIII mogotes dos IIII mil cavaleiros que estavam folgados pera prender os cristãos, como vos ja hei mostrado, virom que os cristãos iam pera mal, e que a az da coinha andava destroindo en’ eles.” (LINHAGENS, p. 135, grifo nosso)

(93) “A noite seguinte, como o mouro afirmou, lhe tornou a aparecer a mesma visão repetindo-lhe o que havia dito, acrescentando tornasse a chamar o português, porque se o não havia baptizado, fôra por não dar-lhe crédito, mas que se instasse o faria cristão.” (AVES, p. 375, grifos meus)

Em (92), registra-se a ocorrência do pretérito perfeito composto, forma hoje em desuso na língua, pelo menos em se tratando das perífrases com o verbo *haver*. O falante contemporâneo, para veicular a mesma idéia, optaria, no contexto, pelo pretérito perfeito simples do verbo mostrar – mostrei –, que, além de mais reduzido, cumpre a mesma função aspectual de expressar uma ação já concluída. Em (93), em ambas as ocorrências destacadas, tem-se o pretérito mais-que-perfeito composto cuja função aspectual consiste em assinalar a conclusão de uma ação anterior à outra. No caso da perífrase verbal, compete à forma nominal de particípio a expressão da perfectividade e, ao auxiliar, a expressão da anterioridade. No estágio atual da língua, entretanto, conforme pontua Câmara Júnior (1998 [1969]),

o pretérito mais-que-perfeito é de rendimento mínimo na língua oral, mesmo de registro formalizado de dialeto social culto; ou se emprega, em seu lugar, o pretérito perfeito, que não está formalmente marcado, como sucede com ele; ou se substitui por uma locução de particípio com o verbo auxiliar *ter* no pretérito imperfeito (*tinha cantado* em vez de *cantara*). (p. 100)

Assiste-se, pois, à redução de mais um dos contextos de ocorrência do auxiliar *haver*, porque, ainda que na expressão do pretérito mais-que-perfeito a preferência do falante seja pela forma composta, não se emprega o auxiliar *haver*; prioriza-se, para flexionar-se no pretérito

imperfeito, o auxiliar *ter*, apesar de o emprego de *haver* traduzir aproximadamente a mesma carga semântica. Esse é certamente o contexto de maior concorrência entre os auxiliares *ter* e *haver* na língua. Cumpre advertir, contudo, que, embora a assertiva de que os auxiliares *ter* e *haver* podem ser empregados nos mesmos contextos na língua contemporânea, variando apenas o grau de formalidade faça parte do senso comum, ela não se comprova empiricamente. Os contextos de ocorrência desses auxiliares são, em alguns tempos e modos, semelhantes, mas não a ponto de assegurarem uma equivalência entre as formas. Além do maior ou menor grau de formalidade atribuído pelo enunciador ao produto de sua enunciação, o tempo verbal em que se flexiona o auxiliar também constitui um critério determinante na seleção das formas verbais. Quando o auxiliar encontra-se flexionado no pretérito imperfeito do indicativo, tais verbos até se mostram intercambiáveis, conforme atestam os exemplos (94) e (95) abaixo:

(94) Maria Eduarda havia freqüentado os melhores colégios da Suíça.

(95) Maria Eduarda tinha freqüentado os melhores colégios da Suíça.

Tanto na perífrase de (94) quanto na de (95), nota-se a expressão de uma ação passada anterior ao ato enunciativo, ainda que se identifique no enunciado (94) um estilo mais formal que no enunciado (95), que, geralmente, é o preferido pelo enunciador, provavelmente em virtude de seu teor mais coloquial. Contudo, caso os enunciados (94) e (95) sejam transpostos para o presente, verificar-se-á uma impropriedade de uso do enunciado apresentado em (96), abaixo:

(96) * Maria Eduarda há freqüentado os melhores colégios da Suíça.

(97) Maria Eduarda tem freqüentado os melhores colégios da Suíça.

Nenhum falante do português atual hesitaria em considerar o enunciado (96) agramatical. A idéia de repetição ou de prolongamento de um fato até o momento de sua enunciação é

traduzida pela perífrase destacada em (97), mas não por aquela empregada em (96). Apenas nos períodos arcaico e moderno registraram-se ocorrências de perífrases constituídas de verbo *haver* flexionado no presente do indicativo mais particípio. Ainda assim, as ocorrências foram todas com a primeira pessoa; jamais com a segunda ou com a terceira. No paradigma flexional dos verbos, em se tratando da variante não-padrão, ainda na contemporaneidade é recorrente a presença de apenas duas pessoas gramaticais: a primeira e as demais. Segundo Bagno (1997), esse critério de concordância é motivado por aspectos de cunho psicológico e reflete “a necessidade que todo ser humano tem de distinguir o *eu*, o indivíduo, do *não-eu*, do coletivo.” (p. 63) Como no período arcaico não havia ainda ocorrido a normalização da Língua Portuguesa e os textos, ainda que escritos, exibiam características inerentes à linguagem oral, pode-se creditar essas poucas ocorrências à adoção do critério proposto por Bagno (1997).

Já, em se tratando dos tempos do subjuntivo, os auxiliares *haver* e *ter* parecem se equivaler em todos os tempos, como demonstram os enunciados de (98) a (103), apresentados a seguir:

(98) Espero que Maria Eduarda haja freqüentado os melhores colégios da Suíça.

(99) Espero que Maria Eduarda tenha freqüentado os melhores colégios da Suíça.

(100) Se Maria Eduarda houvesse freqüentado os melhores colégios, certamente não estaria enfrentando tal situação.

(101) Se Maria Eduarda tivesse freqüentado os melhores colégios, certamente não estaria enfrentando tal situação.

(102) Quando Maria Eduarda houver concluído o curso superior, conseguirá um ótimo emprego.

(103) Quando Maria Eduarda tiver concluído o curso superior, conseguirá um ótimo emprego.

Uma possível explicação para o fato de, no modo subjuntivo, os auxiliares *haver* e *ter* ocorrerem nos mesmos contextos sem provocar alteração semântica ou aspectual pode estar associada à frequência do uso. Ao contrário do modo indicativo, o modo subjuntivo não é tão recorrente na língua e seu uso é preterido, principalmente por falantes de menor escolaridade. Assim, por serem menos empregados nas situações de uso lingüístico, os tempos do subjuntivo sofrem menos restrições e ou alterações semânticas, já que, como largamente difundido, é o uso que desencadeia as variações e mudanças lingüísticas.

Diante dos contextos ora analisados, não se pode, pois, admitir que os auxiliares *haver* e *ter* possuem valores equivalentes e que a seleção de um deles é determinada exclusivamente pelo grau de formalidade que se deseja atribuir ao discurso. Há contextos em que tais auxiliares encontram-se em distribuição complementar na língua, já que a seleção de um assegura a gramaticalidade da sentença, enquanto a seleção do outro a compromete ou mesmo a inviabiliza.

Nas perífrases com o infinitivo, as restrições gramaticais quanto à seleção dos auxiliares são ainda maiores, pois parece não haver equivalência de sentido em nenhum dos tempos, segundo ilustram os exemplos de (104) a (107):

(104) Maria Eduarda há de estudar nos melhores colégios da Suíça.

(105) Maria Eduarda tem de estudar nos melhores colégios da Suíça.

(106) Maria Eduarda tinha de estudar nos melhores colégios da Suíça.

(107) Maria Eduarda havia de estudar nos melhores colégios da Suíça.

Quando os auxiliares *haver* e *ter* agregam-se às formas nominais de infinitivo, a permuta do presente pelo pretérito imperfeito não produz enunciados agramaticais, como ocorre quando a perífrase é constituída com o particípio. Isso ocorre porque a combinação do auxiliar com o particípio não altera a transitividade da primeira forma verbal integrante da perífrase. Por outro lado, nas combinações com o infinitivo, o auxiliar, “de nocional, passa a funcionar como relacional” (SAID ALI, 2001 [1921], p. 124). É em virtude dessa modificação que o processo opera na transitividade do auxiliar que, ao contrário do que se verifica com as perífrases de particípio, o valor semântico das formas verbais não se aproxima. Em (104), identifica-se o desejo do enunciador de que a ação verbal se efetive; em (105), a modalidade não é optativa, mas necessitativa, ou seja, a forma perifrástica traduz uma necessidade da qual não se abdica, chegando a se impor como uma obrigatoriedade. Em (106), a modalização do enunciador soa mais como um lamento por algo que não se efetivou, enquanto em (107) percebe-se um certo tom de predestinação, indicando que a ação expressa pela perífrase verbal independe da vontade do sujeito do enunciado. Na contemporaneidade, contudo, em alguns contextos, essa modalidade expressa pelos dois auxiliares – *ter* e *haver* – parece não ser mais tão dicotômica como se verifica nos contextos ora analisados, o que sinaliza a existência de um outro processo de variação e mudança lingüística, cuja gênese se radica no período arcaico da língua. Mattos e Silva (2001 [1994]), ao comentar acerca do caráter de obrigatoriedade atribuído pela expressão *ter de* + infinitivo, explica que, na era arcaica, a expressão *aver de* correspondia semanticamente a *ter de*, podendo variar com *aver a*. Assim, em virtude não apenas dessa equivalência semântica, mas também do fato de, em algumas situações, as duas formas serem intercambiáveis, parece estar se processando, no estágio atual da língua, uma reanálise semântica, ou seja, o falante, valendo-se de um raciocínio abduativo, está começando a interpretar o caráter até então optativo da

modalidade expressa por *haver de* como uma obrigatoriedade, conforme ilustram os exemplos abaixo arrolados:

(108) *Há de se considerar* a possibilidade de uma reanálise semântica.

(109) *Tem de se considerar* a possibilidade de uma reanálise semântica.

Tanto em (108) como em (109), não se nota um desejo de que a ação expressa pelo infinitivo venha a se efetivar, mas existe um alerta para o caráter imperativo de se considerar a possibilidade de uma reanálise semântica. Em contextos menos formais, tal reanálise também já se deixa perceber, como em (110) e em (111) seguintes:

(110) Ele *há de conseguir* aquele emprego; afinal se esforçou tanto!

(111) Ele *tem de conseguir* aquele emprego; afinal se esforçou tanto!

Nesse contexto, a reanálise se dá de forma inversa àquela observada em (108) e em (109). Tanto o enunciado (110) quanto o (111) constituem contextos pragmaticamente optativos. Portanto, na contemporaneidade, não se verifica o emprego de *ter de* apenas para instaurar uma modalidade necessitativa, embora seja esse o seu emprego mais recorrente, nem o de *haver de* para demarcar a volição de que algo se efetive. A julgar pelo que sinalizam os dados aqui analisados, no período contemporâneo, em alguns contextos, está se processando uma reanálise semântica da modalidade expressa por esses dois auxiliares.

Diante das considerações tecidas acerca da distribuição do auxiliar *haver*, pode-se concluir que, apesar de ter seus contextos reduzidos em virtude do processo de dessemantização por que vem passando, tal auxiliar não desapareceu da língua e, provavelmente, não o fará, porque existem contextos em que se encontra em distribuição complementar com seu concorrente *ter*, o que inviabiliza a possibilidade de uma forma vir a substituir a outra. Corroborando as

previsões da literatura, o auxiliar *haver* reduziu significativamente seus contextos, tornando-se, com isso, mais previsível. Seus contextos de ocorrência podem, no estágio atual da língua, ser assim delineados:

- (a) Quando a perífrase for constituída de auxiliar no pretérito imperfeito do indicativo + particípio, a probabilidade de esse auxiliar ser o verbo *haver* é bastante reduzida, pois, nesse contexto, a preferência é pelo auxiliar *ter*. Não se descarta, portanto, a possibilidade de que, nesse contexto distribucional, o auxiliar *haver* desapareça da língua, mesmo nos contextos de maior formalidade.
- (b) Quando a perífrase for constituída de auxiliar no presente do indicativo + particípio, esse auxiliar jamais será o *haver*, pois, nesse contexto, o auxiliar *ter* já o substituiu.
- (c) Quando o auxiliar estiver flexionado em um dos tempos do modo subjuntivo + particípio, existe a possibilidade de o auxiliar ser tanto o *haver* quanto o *ter*, pois, nesse contexto, os dois auxiliares parecem se equivaler, o que os torna intercambiáveis.
- (d) Em se tratando de perífrases com o infinitivo, em qualquer tempo e modo, a probabilidade de se encontrar ora o auxiliar *ter* ora o *haver* é a mesma, tendo em vista que ambos ainda traduzem expressões diferenciadas de aspecto, apesar da possibilidade que se vislumbra de uma reanálise semântica.

Os dados coletados acenam na direção de que é justamente a perífrase de infinitivo preferida nos períodos arcaico e moderno que mantém o auxiliar *haver* no sistema lingüístico do

português contemporâneo. Não fosse a diversidade aspectual encontrada nas perífrases com o infinitivo, provavelmente, tal forma verbal não estaria mais desempenhando a função de auxiliar.

Há ainda outro fato a se considerar no que se refere às perífrases de *haver* + infinitivo: nos períodos arcaico e moderno, ainda que em frequência muito reduzida, registrou-se a ocorrência de perífrases de infinitivo constituídas sem o intermédio da preposição (havemos semelhar e houvessem contar). Além da baixa frequência, há de se considerar ainda que o contexto era recorrente – o verbo principal era sempre “semelhar” – e que, naquela época, não havia ainda uma regularidade lingüística, já que o idioma ainda não estava normalizado e que os produtores dos textos – muitas vezes meros copistas – não mantinham uma regularidade ortográfica. Esse fato pode ter motivado o uso da preposição em uma perífrase e não em outras. No período contemporâneo, à semelhança do que ocorre com as demais perífrases de infinitivo, todas eram preposicionadas, já que, conforme aqui se defende, a preposição integra a auxiliarização nas construções perifrásticas em que a forma nominal é infinitiva.

Em se tratando da presença de material interveniente entre o auxiliar e a forma nominal, não se registrou, em nenhuma das perífrases com o auxiliar *haver*, a interposição de qualquer estrutura lingüística, o que demonstra a coesão bastante consolidada da forma verbal. Desse ponto de vista, pode-se afirmar que as perífrases com o auxiliar *haver* mostram-se mais gramaticalizadas que aquelas constituídas com o auxiliar *ter*.

4.3.3 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VERBO “SER”

O terceiro auxiliar a ter sua distribuição analisada é o verbo *ser*. Considerando o primeiro critério proposto para a seleção da forma nominal de uma perífrase – o da transitividade –, não é de se esperar que esse auxiliar se comporte da mesma forma que os dois anteriormente analisados, pois não se está diante de um verbo nocional, como *ter* e *haver*. O verbo *ser* é o verbo relacional por excelência, cuja principal função é a de mediar a cópula entre o sujeito e o seu atributo. Assim sendo, espera-se que, em virtude de sua natureza adjetiva, o particípio seja bastante recorrente nas perífrases constituídas com o auxiliar *ser*, pois suas propriedades mórficas atendem aos pré-requisitos da predicação do verbo relacional. A distribuição do auxiliar *ser* nos três períodos estudados encontra-se sintetizada no quadro que se segue:

FIGURA 5: Quadro sinóptico dos contextos de ocorrência do verbo SER

CONSTRUÇÃO	PERÍODO ARCAICO	PERÍODO MODERNO	PERÍODO CONTEMPORÂNEO
PRESENTE DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (som ensinado)	X	X	X
PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (foi estragado)	X	X	X
PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (era semeado)	X	X	X

CONSTRUÇÃO	PERÍODO ARCAICO	PERÍODO MODERNO	PERÍODO CONTEMPORÂNEO
PRETÉRITO MAIS QUE PERFEITO DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (fora mandado)	X		
FUTURO DO PRESENTE DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (seeram salvos e nomeados; será avaliado)	X	X	X
FUTURO DO PRETÉRITO DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (seria ordenado)	X		X
PRESENTE DO SUBJUNTIVO + PARTICÍPIO (seja melhorado)	X	X	X
PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO + PARTICÍPIO (fossem mantheudos; fossem contrabalançadas)	X	X	X
FUTURO DO SUBJUNTIVO + PARTICÍPIO (ffor vendido; forem chamadas)	X	X	X
INFINITIVO + PARTICÍPIO (serdes auysado e nembrado; ser citado)	X	X	X
GERÚNDIO + PARTICÍPIO (sendo formado)		X	X
MODAL + SER + PARTICÍPIO (devem ser tratadas)	X	X	X

A análise das perífrases de *ser* nos três períodos confirmou a hipótese da supremacia do particípio em relação às outras formas nominais na composição da forma perifrástica. Os dados

coletados comprovaram que as perífrases de *ser* são, de fato, constituídas exclusivamente com o particípio, já que não se registrou, em nenhum dos três períodos analisados, ocorrência de perífrases constituídas de *ser* + gerúndio ou infinitivo. Isso se deve, como já discutido, à natureza adjetiva dessa forma nominal que expressa, nas palavras de Câmara Júnior (1998 [1969]), “em vez da qualidade de um ser, um processo que nele se passa” (p. 103). Cabe, contudo, esclarecer que, embora em número bastante escasso, registraram-se, nos *corpora* selecionados para o estudo, algumas ocorrências em que o auxiliar *ser* figurava justaposto ao infinitivo, como em (112), e ao gerúndio, conforme (113):

(112) “AJnda que as çerimonjas non sejam de engeytar nas cousas que o requerem, e sobre esto deueis uos senhor ser lembrado que asy como soçedes a erança, sois obrigado a suas diujdas (...)” (DOM DUARTE, p. 76, grifos meus)

(113) “E quando Primo Argemiro estende a mão, é pedindo o cornimboque.” (ROSA, *Sarampalha*, grifos meus)

Uma análise mais superficial das ocorrências aqui registradas pode induzir à crença de que tanto em (112) quanto em (113) está-se diante de formas perifrásticas constituídas de *ser* + infinitivo ou gerúndio, respectivamente, o que inviabilizaria a tese proposta de que a transitividade verbal constitui o primeiro critério de seleção da forma nominal pelo auxiliar. Travaglia (1985 [1981]) defende a ocorrência de uma perífrase constituída de SER + DE + INFINITIVO, alegando que ela “marca o aspecto habitual para a situação narrada indicada pelo infinitivo e o aspecto indeterminado, para a situação referencial indicada pelo todo da perífrase, com todas as flexões verbais” (p. 276). Segundo o autor, “o verbo ‘ser’ mantém seu status de verbo de estado” (*op. cit.*, p. 276) e “as frases construídas com esta perífrase têm sempre a função de caracterizar seres e coisas (...), onde ‘de + infinitivo’ tem valor adjetivo, indicando a

característica do sujeito criada pelo hábito de realizar a situação expressa pelo infinitivo.” (*op. cit.*, p. 276) Entretanto, o presente estudo, contrariando a tese supramencionada, defende que, em ambos os casos, não ocorrem formas perifrásticas, mas simples. Acredita-se que, em (112), a expressão “non sejam de engeytar” não constitui uma forma perifrástica. Defende-se a tese de que se está diante de uma forma simples do verbo *ser* acompanhada de uma oração reduzida de infinitivo que desempenha a função predicativa exigida pelo verbo relacional. Se se admite que a expressão “de engeytar” constitui uma oração predicativa reduzida, aceita-se também que esta possui valor de um adjetivo, podendo ser substituída, em termos semânticos, por “desprezível” ou “recusável”: “não sejam desprezíveis (ou recusáveis)”. Tal análise parece plausível se comparada àquela atribuída aos enunciados (114) e (115) apresentados a seguir:

(114) Meu sonho é ser feliz.

(115) Seu maior desejo era ver o filho formado.

Nos enunciados acima arrolados, não pairam dúvidas de que as expressões “é ser”, em (114) e “é ver”, em (115), estão apenas justapostas, não constituindo, portanto, uma perífrase verbal. Trata-se, pois, de orações substantivas predicativas reduzidas de infinitivo. Pode-se objetar que o contexto sintático descrito em (112) não é semelhante aos de (114) e de (115), porque aquele exhibe uma preposição, enquanto estes não o fazem. Contudo, há de se observar que, em alguns contextos lingüísticos, a presença da preposição nas orações predicativas reduzidas é facultativa, conforme ilustram os enunciados (116) e (117):

(116) a. Meu único medo é de perder tudo que consegui.

b. Meu único medo é perder tudo que consegui.

(117) a. A vontade de João é de largar tudo, de desistir dos seus sonhos.

b. A vontade de João é largar tudo, desistir dos seus sonhos.

Tanto em (116) quanto em (117), a presença da preposição ou a sua ausência não produziram sentenças agramaticais, tampouco contribuíram para a constituição de formas perifrásticas. Em ambos os contextos, têm-se períodos compostos e orações reduzidas desempenhando a função adjetiva exigida pela predicação verbal. Travaglia (1985 [1981]) também reconhece o caráter adjetivo da expressão constituída pela preposição mais a forma nominal de infinitivo, embora aposte na existência da perífrase verbal. Em estudos posteriores (cf. Travaglia (2003)), o autor parece partilhar da tese aqui defendida de que, em tal contexto, o verbo *ser* não forma uma perífrase, mas não o considera ainda um uso já gramaticalizado da forma lexical, elencando-o entre os valores lexicais do item. Para o autor em voga, nesse contexto (“Antônio não é de mentir”; “Joaquim é de briga”), o verbo expressa semanticamente a posse de uma inclinação ou de uma capacidade. O autor ainda questiona sobre a possibilidade de se interpretá-lo como uma variante do verbo de ligação. No presente estudo, defende-se que se trata de uma variante da cópula, sendo, portanto, um uso já gramaticalizado da forma. A teoria de que esse uso constitui uma variação da cópula parece bastante defensável, já que, espelhando-se nas idéias postuladas por Nascimento e Dillinger (2003), é plausível defender a ocorrência, no português do Brasil, de expressões predicativas introduzidas por preposições – *prepositional small clauses*, na teoria dos autores. Os lingüistas ora mencionados estudam a legitimidade de sentenças como “(a) João não é de brincadeira; (b) Isso é de madeira; (c) João está de licença”, que se aproximam, em termos estruturais, do enunciado apresentado em (112).

Em (113), a expressão “é pedindo” também não constitui uma locução, mas duas formas verbais geradoras de duas orações, conforme se percebe no desdobramento proposto em (118):

(118) E quando Primo Argemiro estende a mão, é para pedir o cornimboque.

O enunciado acima elucida o argumento de que a forma nominal de gerúndio introduz uma oração reduzida final, não integrando, com o verbo *ser*, uma perífrase verbal. O enunciado (113) poderia ainda ser parafraseado como em (119) ou em (120):

(119) Primo Argemiro estende a mão, pedindo o cornimboque.

(120) Primo Argemiro só estende a mão para pedir o cornimboque.

No enunciado (119), identifica-se o valor expletivo de *ser* em (118), uma vez que a forma reduzida de gerúndio encarrega-se de traduzir a finalidade de o sujeito do enunciado ter estendido a mão. A paráfrase expressa em (120) preserva a idéia de finalidade presente em (113), em (118) e em (119), demonstrando, mais uma vez, não se tratar de uma perífrase formada de *ser* + gerúndio.

Ainda que tais usos não tenham sido cotejados nos *corpora* representativos do período contemporâneo, eles são bastante recorrentes no estágio atual da língua, conforme atestam os exemplos de (121) a (126), arrolados a seguir:

(121) Tira isso da boca, menino, que isso não é de comer.

(122) Essa teoria não é de se jogar fora.

(123) Essa criança não é de chorar.

(124) “É dando que se recebe.”

(125) É se esforçando e se dedicando que você alcançará seus objetivos.

(126) Não é se desesperando que você resolverá o problema.

Analogamente ao que se propôs para a ocorrência do infinitivo em (112), defende-se que nos contextos de (121) a (123) não se tem uma perífrase de *ser* + infinitivo, mas duas formas verbais distintas, o que determina a existência de duas orações: uma principal e uma substantiva predicativa reduzida de infinitivo. Apoiando-se nas evidências empíricas aqui apresentadas, pode-se assim descrever o contexto de *ser* + infinitivo: os infinitivos que se locam depois do verbo *ser* vêm geralmente – porque, em alguns contextos, a presença da preposição é facultativa – acompanhados de preposição, desempenhando o papel de uma expressão adjetiva e constituem, portanto, uma oração substantiva predicativa reduzida. Cabe ainda uma outra consideração acerca do infinitivo que se loca após o verbo *ser*: também nesse caso, a transitividade constitui um critério de seleção, já que apenas verbos transitivos diretos ou intransitivos podem ocorrer neste contexto e, conseqüentemente, compor orações reduzidas. Um outro argumento em favor da tese de que os contextos de *ser* + infinitivo não constituem perífrases, mas orações reduzidas pode ser identificado na análise do enunciado (127):

(127) Larga esse bombom, menino, que isso não é de comer agora. Já lhe falei que doce só após o almoço.

Em (127), a despeito de o contexto de ocorrência ser bastante semelhante àquele dos enunciados de (121) a (123), não se tem uma oração predicativa reduzida, mas uma oração adverbial final que pode ser desenvolvida conforme (128):

(128) Larga esse bombom, menino, que isso não é para ser comigo agora. Já lhe falei que doce só após o almoço.

A idéia de finalidade presente em “não é de comer” torna-se bastante evidente em (128), atestando, mais uma vez, não se tratar de uma forma perifrástica, como uma primeira análise parece sinalizar. Tanto em (127) quanto em (128), não se está diante de uma perífrase constituída

com o verbo *ser*, mas de duas formas simples, o que acarreta a existência de duas orações. A duplicidade de interpretação presente em alguns contextos (cf. “Isso não é de comer”, por exemplo, em que a expressão “é de comer” pode ser interpretada tanto como um adjetivo – “comestível” –, quanto como um advérbio – “para ser comido”) parece constituir mais um indício de que tais contextos são, de fato, orações reduzidas. De acordo com Gama Kury (1990), muitas vezes, a oração reduzida “se presta a mais de uma classificação, e nem sempre é possível fixar-se numa delas como sendo a melhor”. (p. 109)

Os contextos ilustrados em (124), em (125) e em (126) também não podem ser interpretados como perífrases constituídas de *ser* + gerúndio. Na verdade, esses usos tão recorrentes tanto na modalidade oral quanto escrita da língua podem ser analisados como estruturas clivadas construídas com o auxílio do verbo *ser* mais a partícula *que*. A idéia de condição latente em (124) também poderia ser expressa pela reduzida apresentada em (129) ou pela desenvolvida expressa em (130):

(129) Dando, recebe-se.

(130) Se você der, você receberá.

Também nos exemplos (125) e (126) o alcance dos objetivos pretendidos e a resolução do problema mencionado condicionam-se, respectivamente, ao esforço e dedicação e à manutenção da calma. O apelo ao emprego do verbo *ser* mais *que* e a anteposição do termo clivado – no caso a oração reduzida de gerúndio – constitui um recurso muito recorrente na língua para se colocarem termos em realce ou em evidência. No que tange à alta produtividade das estruturas clivadas na língua, Perini (1998) explica que, “apesar da evidente complexidade da relação, as orações clivadas são de uso muito corrente tanto na fala quanto na escrita.” (*op. cit.*, p. 215)

Justificado o fato de o verbo *ser* só constituir perífrases com o particípio, resta ainda discutir algumas peculiaridades de tais perífrases. Antes, porém, cumpre esclarecer que, a despeito de a maioria dos autores interpretarem a seqüência de SER + PARTICÍPIO como uma forma perifrástica, Mattos e Silva (2001 [1994]) mostra-se cautelosa em relação a isso, ponderando a respeito da concordância marcada também no particípio presente. Segundo a autora, a ausência de concordância é critério para demarcar o estágio inicial de gramaticalização de outros auxiliares como *haver* e *ter*, por exemplo, e não o é para o verbo *ser*. Adverte a referida estudiosa de que esse tipo de interpretação constitui uma concessão de critério, o que abre precedentes para tratamentos diferenciados ou mesmo para o surgimento de exceções na descrição dos fatos lingüísticos.

Partindo-se do pressuposto defendido por este estudo de que tanto o verbo auxiliar quanto a forma nominal contribuem para a marcação aspectual no tempo composto, faz-se necessário analisar como isso ocorre nas perífrases de *ser*. Admitindo-se tratar de um verbo relacional, um uso já gramaticalizado da forma, cuja função é mediar a cópula do sujeito com seu atributo, parece impróprio esperar que tal verbo, a exemplo do que se verificou com os verbos nocionais, contribua com nuances de aspecto nas formas compostas. Contudo, as perífrases constituídas com o relacional *ser* têm um aspecto funcional bem definido: formar a voz passiva de ação. Não fosse a expressão da idéia passiva da ação expressa pelo particípio, não seria necessário o uso de tais perífrases, pois apenas o verbo de ligação e o adjetivo cumpririam a expressão da cópula. Os exemplos (131) e (132) mediarão a apresentação de evidências a favor do que se está propondo:

(131) O cachorro está morto.

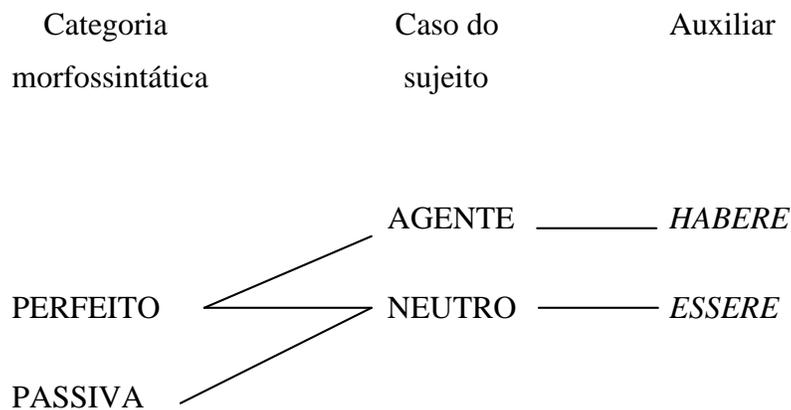
(132) O cachorro foi morto.

Em (131), o verbo *estar* estabelece a cópula entre o nome *cachorro* e o adjetivo *morto*, atribuindo ao ser sobre o qual se enuncia um estado inerte. Não se pode cogitar, nesse contexto, se a morte do cachorro foi natural ou provocada. Já, em (132), o auxiliar *ser*, combinado com o particípio do verbo *morrer*, forma uma perífrase verbal cuja função é exprimir o aspecto passivo do ser sobre o qual se enuncia. Nesse contexto, não há dúvida de que a morte do cachorro tenha sido provocada. Logo, pode-se afirmar que, assim como os verbos nocionais, os verbos relacionais também contribuem para a marcação do aspecto nas formas compostas. No caso das perífrases com o verbo relacional *ser*, cumpre ao particípio a marcação do aspecto perfectivo e, ao auxiliar, a tradução da passividade da ação expressa pelo verbo principal, além, é claro, da atribuição desse aspecto ao sujeito.

Outra peculiaridade referente às perífrases com verbo relacional é aquela concernente à marcação do número. Enquanto nas perífrases introduzidas por auxiliares nocionais a marcação do número verbal é assinalada apenas no auxiliar, nas perífrases introduzidas por verbo relacional, a marcação do número, tal como ocorre na concordância nominal, é redundante: assinala-se o plural tanto no verbo auxiliar quanto na forma nominal de particípio. Uma interpretação possível para tal particularidade seria atribuir a necessidade de concordância ao valor adjetivo assumido pelo verbo principal que, necessariamente, deve concordar com o núcleo nominal com o qual copula. Palmer (1954) atesta a natureza adjetiva do particípio e argumenta em favor de seu papel temático neutro, o que favorece a combinação com os auxiliares de diátese: “o particípio perfectivo passivo do Latim é na origem um adjetivo em *-to-* que era tão neutro quanto a voz⁵³.” (p. 280, tradução nossa) Green (1982), contudo, ao analisar o *status* da auxiliarização de diátese no Romance, credita, como anteriormente mencionado, a presença da

⁵³ “The perfect participle passive of Latin is in origin an adjective in *-to-* which was neutral as to voice.” (PALMER, 1954, p. 280)

concordância ao caráter passivo do particípio. Esse autor acredita que os auxiliares passivos são estágios menos gramaticais dos auxiliares de temporalidade. Tal intuição explica o fato de as marcas de concordância serem assinaladas apenas nas passivas e não o serem nas perífrases que se prestam à marcação do tempo ou mesmo da modalidade. Vincent (1982) também partilha do mesmo raciocínio de Green (*op. cit.*) e explica que, no Latim clássico, tanto o verbo *ser* quanto o verbo *haver* eram empregados como auxiliares de passiva, exibindo ambos as marcas de concordância no particípio. Essa similaridade funcional entre os dois verbos devia-se a um paralelismo estrutural entre as formas, assim esquematizado pelo autor:



(VINCENT, 1982, p. 82, tradução nossa)

Em virtude de outras mudanças lingüísticas que foram se encaixando, no Português, não sobreviveram usos do verbo *ser* empregado como um auxiliar de temporalidade. Este se estabilizou apenas como auxiliar de passiva, enquanto o verbo *haver* seguiu a direção contrária, estabelecendo-se apenas como um marcador de temporalidade.

No que tange à redução e ou ampliação de contextos, os dados do quadro sinóptico apresentado na figura 05 acenam para uma estabilização das formas. A análise comparativa dos contextos de ocorrência do verbo *ser* com o seu processo de expansão lexical não acusa uma relação de determinismo explícito entre a expansão dos contextos e a expansão no léxico. Isso pode ser justificado pelo fato de que, ainda no período arcaico, o verbo *ser*, provavelmente em virtude de sua alta frequência, já era flexionado em todos os tempos do modo indicativo e também do modo subjuntivo, além do infinitivo. Assim, ainda que tenha passado por um processo de expansão lexical ao longo dos períodos moderno e contemporâneo, como demonstram os valores semânticos analisados, não se registrou uma ampliação dos seus contextos, dada a impossibilidade de isso ocorrer, considerando-se os tempos e modos já registrados na era arcaica.

Por fim, resta verificar a presença ou não de material interveniente entre o auxiliar e o particípio nas perífrases passivas. No período arcaico, não se registrou a presença de nenhum material entre o auxiliar e a forma principal. Já, no período moderno, verificou-se a possibilidade de o sujeito se interpor entre o auxiliar *ser* e a forma nominal de particípio, conforme demonstram os exemplos (133) e (134), relacionados a seguir:

(133) “Lembra-me a mim que as Vestais só por conservarem o fogo, a que chamavam eterno, inútil, porque nem alumiava a Deus, nem ainda aos deuses, antes o tinham subterrado debaixo de uma lagem, eram por esta conservação tão veneradas, que quando por alguma ocasião importante à sua mesma autoridade saíam da sua clausura, se na rua as topava a justiça com algum delinqüente caminhando ao suplício, ficava o condenado absolto do crime (...)” (AVES, p. 373, grifos meus)

(134) “... e para a dita trasladação dos meus ossos serão meus Testamenteiros obrigados a pedirem as licenças necessárias com o tempo ao Prelado de sorte que não haja mais demora em se executar esta minha disposição do que a precisa para se consumir o Corpo (...)” (BARRA LONGA, *Excerto do Testamento do Cel. Mathias Barbosa*, linha 08 e seguintes, grifos meus)

Também no período contemporâneo registraram-se interposições; contudo, neste período, apenas expressões adverbiais foram identificadas entre o auxiliar e o particípio, conforme se pode comprovar em (135) e em (136):

(135) “Itamar ofereceu ao ex-secretário uma manobra que permitiria a volta de Costa à Câmara, proposta levada pelo secretário Ronaldo Perim, que foi veementemente rechaçada, detonando a crise”. (HOJE EM DIA, *Pragmatismo e moralidade*, 03/04/00, grifos meus)

(136) “A campanha de fato só será mesmo deslanchada quando houver a definição dos atuais prefeitos sobre a reeleição.” (HOJE EM DIA, *Sul de Minas aguarda definição de prefeitos*, 03/04/00, grifos meus)

Tais interposições parecem ser possíveis em virtude do caráter adjetivo do particípio, o que permite a relação com expressões adverbiais as quais têm por função precisar alguma circunstância relativa à expressão do aspecto perfectivo da forma principal.

4.3.4 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VERBO “ESTAR”

Outro auxiliar que, aparentemente, comporta-se de maneira análoga à forma verbal ora analisada é o *estar*, que, por um período da história da língua, apresentou acepções semânticas muito semelhantes às de *ser*, o que permitiu, em alguns contextos, a concorrência entre as duas formas. A análise diacrônica dos contextos de ocorrência de *estar*, disposta na figura 6 a seguir, possibilitará a comparação entre os contextos de ocorrência dos dois auxiliares concorrentes.

FIGURA 6: Quadro sinóptico dos contextos de ocorrência do verbo ESTAR

CONSTRUÇÃO	PERÍODO ARCAICO	PERÍODO MODERNO	PERÍODO CONTEMPORÂNEO
PRESENTE DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (<i>estam folgados; está dedicada</i>)	X	X	X
PRESENTE DO INDICATIVO + GERÚNDIO (<i>estão levantando</i>)		X	X
PRESENTE DO INDICATIVO + GERÚNDIO + INFINITIVO (<i>estão procurando aprimorar</i>)			X
PRESENTE DO INDICATIVO + GERÚNDIO + PARTICÍPIO (<i>estão sendo apuradas</i>)			X
PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO + PREPOSIÇÃO + INFINITIVO (<i>esteuerom a praticar</i>)	X		

CONSTRUÇÃO	PERÍODO ARCAICO	PERÍODO MODERNO	PERÍODO CONTEMPORÂNEO
PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (esteve desguarnecido)			X
PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (estavam folgados)	X	X	
PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO + GERÚNDIO (estava aguardando)	X		X
FUTURO DO PRETÉRITO DO INDICATIVO + GERÚNDIO (estaria apenas cumprindo)			X
PRESENTE DO SUBJUNTIVO + GERÚNDIO (esteja mantendo)			X
PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO + GERÚNDIO (estivessem pintando)			X
FUTURO DO SUBJUNTIVO + PARTICÍPIO (estiver reduzido)		X	
GERÚNDIO + PARTICÍPIO (estando já purgado)	X	X	
INFINITIVO + PARTICÍPIO (estar amancebado)		X	X

O mero percorrer de olhos pelos contextos distribucionais de *estar* já evoca a atenção para um aspecto peculiar dessa forma verbal em relação ao *ser*: a co-ocorrência com o gerúndio. Isso suscita imediatamente algumas questões: (a) por que um verbo relacional selecionaria uma forma

nominal de gerúndio para com ele co-ocorrer? (b) em virtude de sua transitividade, não deveria, assim como *ser*, selecionar apenas a forma nominal de particípio? A resposta para tais inquirições não pode ser identificada de forma tão imediata, quanto possa parecer a princípio, e ancora-se não apenas nas funções das formas nominais, mas também nas propriedades aspectuais do próprio auxiliar. No tocante às questões funcionais das formas nominais, Bechara (1999) pontua que “o particípio pode valer por um adjetivo (*homem sabido*) e o gerúndio por um advérbio ou adjetivo (*amanhecendo, sairemos* = logo pela manhã sairemos; *água fervendo* = água fervente)” (BECHARA, 1999, p. 224). Logo, a função adjetiva do gerúndio licencia a sua co-ocorrência com o verbo relacional, atendendo às exigências de sua predicação. Resta, pois, entender por que o verbo relacional *estar* pode combinar-se com o gerúndio e o *ser* não admite tal combinação sob pena de se produzirem construções agramaticais. Costa (1997) atribui a incompatibilidade entre o auxiliar *ser* e a forma nominal de gerúndio a propriedades aspectuais distintas entre as duas formas constituintes da perífrase verbal: enquanto o verbo *ser* é de natureza perfectiva, o gerúndio é uma forma verbal essencialmente imperfectiva, o que inviabiliza uma harmonia perifrástica, já que um aspecto exclui o outro. Por outro lado,

o verbo *estar* coloca automaticamente o fato verbal referido num fragmento de tempo, ou seja, recorta a temporalidade, atribuindo ao fato verbal um período de vigência, ao tempo em que refere a estrutura temporal interna desse fato como *em curso*. (COSTA, 1997, p. 54)

É, portanto, essa referência aspectual imperfectiva que faculta ao verbo *estar* – e a todos os demais verbos relacionais, com exceção de *ser* – a co-ocorrência também com o gerúndio, conforme ilustram os exemplos arrolados a seguir:

(137) A mãe *ficou velando* o sono do filho doente a noite toda.

(138) *Andam falando* que vão consertar as estradas, mas, por enquanto, não há fatos concretos.

(139) Os brasileiros *continuam arcando* com altas taxas tributárias.

(140) O parlamentar *permaneceu falando* por muito tempo, embora ninguém se ativesse ao seu discurso.

Centrando-se a atenção em questões que aproximam os auxiliares relacionais *ser* e *estar*, registra-se o fato de as perífrases constituídas de *estar* + particípio também formarem construções passivas, diferenciando-se daquelas constituídas de *ser* + particípio, segundo Cunha e Cintra (1985), apenas por questões aspectuais: “a oposição *ser/estar* corresponde a dois tipos de passividade. *Ser* forma a passiva de ação; *estar*, a passiva de estado” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 371), conforme exemplos apresentados em (141) e em (142):

(141) Todos os testes foram corrigidos em tempo hábil.

(142) Alguns alunos estavam aborrecidos pelo fracasso no teste.

Costa (1997) também ressalta as diferenças aspectuais dos dois auxiliares, ao afirmar que “o *ser* e o *estar* seriam como que um mesmo verbo, assim como são em outras línguas indo-européias. Para determinados efeitos, sobretudo para expressar diferenças aspectuais ocorrentes com os estados, se desdobram.” (p. 79) Mattos e Silva (2001 [1994]) atribui as diferenças aspectuais existentes entre os auxiliares *ser* e *estar* a questões diacrônicas que envolvem as duas formas verbais. Segundo a autora,

na sua história progressiva, *estar* tem como étimo *stare* ‘estar de pé’. Nessa acepção está documentado no português até fins do século XIV, enquanto *ser* tem uma história complexa de convergência dos verbos latinos *sedere*, ‘estar sentado’ – nessa acepção ainda em uso, pelo menos, até fins do século XIV – e, *esse* ‘*ser*’. Esse fato permite inferir que o traço [+ transitório] é o próprio, desde a sua origem, a *estar*, enquanto em *ser* confluem o [+ transitório] de *sedere* e o [+ permanente] de *esse*. Não é sem razão histórica, portanto, que, definida a oposição *ser/estar* no português, foi *estar* o verbo escolhido para expressar a transitoriedade. (MATTOS E SILVA, 2001, p. 77)

A explicação da autora sobre a diacronia de *estar* faz emergir uma hipótese que merece ser cogitada. Considerando-se o fato de que, em sua etimologia, o verbo *estar* apresenta mais de um étimo, dada a sua confluência com os étimos de *sedere*, é possível intuir que as perífrases constituídas de gerúndio e aquelas constituídas de particípio sejam oriundas de étimos distintos. Pountain (1982) afirma que o fato de o verbo *estar* ter se despojado de seus valores lexicais plenos para incorporar um *status* de cópula não é o único aspecto relevante na história desse verbo no Castelhana e no Português. “No Latim Clássico, o leque semântico de *STARE* é razoavelmente circunscrito; três sentidos plenos podem ser estabelecidos: (...) “*estar*₁” (com sujeitos animados, oposto a “sentar-se”), “*estar*₂” (com sujeitos inanimados, no sentido geral de “estar situado”) e “*estar, ficar*⁵⁴.” (POUNTAIN, 1982, p. 144, tradução nossa) Os sentidos 1 e 2 são relativos à natureza nocional do verbo, enquanto o sentido 3 associa-se à sua natureza relacional. Ainda segundo Pountain (1982), nos textos mais antigos do Castelhana e do Português, nota-se uma preferência por associar-se o verbo *estar* a complementos locativos adverbiais. Assim, é plausível cogitar a respeito do fato de o *estar* que se combina com o gerúndio não ser o mesmo *estar* que se combina com o particípio. Pode-se, pois, suscitar a idéia de que o *estar* que constitui as perífrases de particípio é o sentido 3 acima descrito por Pountain (*op. cit.*). Essa idéia parece bastante defensável, uma vez que, como defendido por Vincent

⁵⁴ “In Classical Latin, the semantic range of *STARE* is fairly circumscribed; three full meaning can be established, (...) ‘stand₁’ (with animate subject, opposed to ‘sit’), ‘stand₂’ (with inanimate subject, in the general sense of ‘be situated’) and ‘stay’”. (POUNTAIN, 1982, p. 144)

(1982), nesse sentido, ele seleciona um argumento neutro, o que favorece a expressão da passiva. Já os sentidos 1 e 2, que selecionam argumentos agentes e locativos, formaram as perífrases de gerúndio, que não se prestam à expressão da voz.

A análise das perífrases cujo verbo auxiliar é relacional permite ainda a identificação de outro traço comum entre elas. Trata-se de uma coincidência de ordem estrutural não verificada nas perífrases constituídas de auxiliares nocionais: em todas as perífrases, registra-se a concordância tanto do verbo que ocupa a posição e a função do auxiliar quanto daquele que assume as funções da forma principal nas perífrases constituídas com o particípio. Já, quando a perífrase é constituída com o gerúndio, em virtude de suas propriedades morfológicas, apenas o auxiliar sofre a flexão. Em se tratando de perífrases constituídas com verbos nocionais, independentemente da forma nominal com a qual o auxiliar co-ocorre, apenas este sofre as flexões de modo, tempo, número e pessoa.

Resta ainda pontuar um último aspecto referente às formas nominais passíveis de co-ocorrência com o auxiliar *estar*. A despeito de Cunha e Cintra (1985), ao abordarem os empregos dos auxiliares, afirmarem que “estar emprega-se com o gerúndio ou com infinitivo do verbo principal antecedido da preposição *a*, para indicar uma ação durativa, continuada” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 384), tal característica aplica-se ao português europeu, mas não ao brasileiro. Segundo esses autores, a construção com o gerúndio é anterior à construída com o infinitivo, sendo também recorrente em algumas regiões de Portugal, nos Açores e em alguns países africanos. Já a construção com o infinitivo, presente apenas em alguns textos modernos de autores brasileiros e identificada, nesta pesquisa, somente no período arcaico, é preferida na variedade padrão do português europeu falado na região setentrional da pátria de Camões.

Quanto à ampliação e ou redução dos contextos de ocorrência do auxiliar *estar*, a mera observação das ocorrências encontradas nos *corpora* parece conduzir na direção contrária daquilo que se lê a respeito das formas em processo de gramaticalização, já que, a cada período, registra-se a expansão dos contextos de uso. Entretanto, como já postulado, o fenômeno da gramaticalização não deve ser analisado isoladamente, mas em consonância com o fenômeno da lexicalização. Assim sendo, a explicação para o número diminuto de contextos da forma perifrástica deve-se ao fato de que, em virtude de sua concorrência com o verbo *ser*, neste período, o verbo *estar* era muito pouco polissêmico, apresentando apenas quatro acepções semânticas. Nos períodos moderno e contemporâneo, à medida que a forma foi-se expandindo no léxico e se estabelecendo na língua, registrou-se uma expansão proporcional nos contextos de uso da forma perifrástica.

No que concerne à ocorrência de material interveniente entre o auxiliar e a forma principal da perífrase, os dados coletados apontam uma certa regularidade: ocorrem apenas expressões de cunho adverbial. Isso se explica, como nas perífrases constituídas com o verbo *ser*, pelo caráter adjetivo da forma nominal.

4.3.5 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VERBO “IR”

O último auxiliar a ser objeto de análise é também um verbo nocional, contudo de transitividade diferente dos dois anteriormente analisados. Logo, espera-se um comportamento

diferenciado entre eles. A sinopse dos contextos registrados com o auxiliar *ir* está apresentada na figura 7, a seguir:

FIGURA 7: Quadro sinóptico dos contextos de ocorrência do verbo IR

CONSTRUÇÃO	PERÍODO ARCAICO	PERÍODO MODERNO	PERÍODO CONTEMPORÂNEO
PRESENTE DO INDICATIVO + INFINITIVO (vai escalar)		X	X
PRESENTE DO INDICATIVO + GERÚNDIO (vai crescendo)		X	X
PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO + GERÚNDIO (foram durando; fui vindo)	X	X	
PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO + INFINITIVO (foram pastar)	X	X	X
PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO + GERÚNDIO (iam ferindo)	X		
PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO + INFINITIVO (hia fazer)	X		X
PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO + PARTICÍPIO (ia prevenido)		X	
FUTURO DO PRESENTE DO INDICATIVO + INFINITIVO (irá contar)			X

CONSTRUÇÃO	PERÍODO ARCAICO	PERÍODO MODERNO	PERÍODO CONTEMPORÂNEO
FUTURO DO PRETÉRITO DO INDICATIVO + INFINITIVO (hiria pellejar)	X		
PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO + INFINITIVO (fossem ferir)	X		
PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO + GERÚNDIO (fossem indo)	X		
FUTURO DO SUBJUNTIVO + GERÚNDIO (for prazendo)	X		
INFINITIVO + INFINITIVO (hiir comçertar; ir gozar)	X	X	
INFINITIVO + GERÚNDIO (ir deixando)			X

Considerando-se os critérios propostos por este estudo para a seleção da forma nominal pelo auxiliar, espera-se, num primeiro momento, a co-ocorrência do verbo *ir*, de natureza intransitiva, com a forma nominal de gerúndio, que é de natureza adverbial. Os dados obtidos comprovam essa tese, já que as perífrases constituídas de *ir* + gerúndio foram mais recorrentes que aquelas em que esse auxiliar co-ocorreu com o infinitivo. Atendo-se aos dois tipos de perífrases registrados – aquelas constituídas com o gerúndio e aquelas constituídas com o infinitivo – nota-se, entre eles, uma particularidade de cunho mórfico na natureza da forma auxiliar. Enquanto nas perífrases constituídas com o gerúndio o verbo *ir* preserva, ainda que parcialmente, seu valor etimológico de forma plena, em se tratando das perífrases constituídas com o infinitivo, como observa Costa (1997), ele tem “valor apenas gramatical de marca de

Tempo, não guardando o seu valor semântico-lexical” (p. 76). Assim, infere-se que o processo de gramaticalização do auxiliar *ir* com a forma nominal de infinitivo encontra-se em estágio mais avançado que com a forma nominal de gerúndio, já que com esta não se processou ainda a perda do conteúdo nocional da forma auxiliar. Esse dado constitui mais uma evidência em favor da teoria geral sobre a gramaticalização a qual defende que esse processo envolve a perda de significado nocional do item, que passa a assumir apenas funções gramaticais.

Confirmada a hipótese da ocorrência de perífrases constituídas com a forma nominal de gerúndio, resta discutir a possibilidade de ocorrência de perífrases constituídas também com o infinitivo e a agramaticalidade de perífrases construídas com o auxiliar *ir* + particípio. As perífrases com o infinitivo são previsíveis, porque, em virtude de seu valor substantivo, tal forma nominal pode, combinada com uma preposição, desempenhar, no período simples, a função adverbial, como se verifica no enunciado (143), em que a expressão *sem chorar* expressa uma circunstância modal, funcionando como um adjunto adverbial de modo:

(143) A criança saiu *sem chorar*.

Entretanto, em se tratando da forma perifrástica, o infinitivo não se presta à expressão de uma circunstância adverbial, como o gerúndio o faz. Então, além da versatilidade da forma nominal de infinitivo que lhe permite assumir funções não apenas de substantivo, mas também de advérbio, há de se considerarem ainda questões de ordem aspectual responsáveis por determinar a (in)compatibilidade entre o auxiliar e a forma nominal. As perífrases de *ir* + infinitivo são perfeitamente gramaticais na língua e constituem um recurso muito produtivo para a expressão da futuridade. (cf. NEVES, 2000) Combinado com as formas nominais de infinitivo, o verbo *ir* destitui-se de seus semas de forma plena e passa a expressar “o curso de fatos *a partir de* um ponto locativo/temporal qualquer” (COSTA, 1997, p. 75). Segundo Ilari (2001), as perífrases

constituídas com o auxiliar *ir* + infinitivo assemelham-se a uma forma verbal simples acrescida de morfemas, já que, como nestas, o momento da referência localiza-se em relação ao momento da fala. É provável que seja essa semelhança funcional com a forma simples de futuro que tem contribuído para que, na contemporaneidade, registre-se uma preferência por se expressar o tempo futuro por meio de expressões perifrásticas. Esse processo de reanálise lingüística por que vem passando o verbo *ir* – que passa a ser interpretado pelo falante não mais como um verbo de movimento, mas como um marcador de futuro – endossa a teoria de Hopper e Traugott (1993) segundo a qual, diacronicamente, há uma tendência de as formas perifrásticas virem a substituir as formas simples.

São também as restrições aspectuais que inviabilizam a gramaticalidade de perífrases constituídas de *ir* + particípio. Costa (1997) explica que,

sendo o Particípio a expressão de um estado, só permite a imperfectização relativa à expressão do curso desse estado. O verbo *ir*, como auxiliar imperfectivo, expressa geralmente a fase intermediária de um processo que, para ter suas fases referidas de per si, deve sofrer uma parcialização. Os estados parecem rejeitar a fragmentação de seu curso. (COSTA, 1997, p. 76-77)

Por esse motivo, então, não ocorrem perífrases constituídas de *ir* + particípio, uma vez que a incompatibilidade de ordem aspectual não permite a produção de sentenças gramaticais. Cumpre advertir, contudo, que, em alguns contextos bastante específicos, em que o verbo *ir* comporta-se como um verbo relacional, é possível que ele se agregue ao particípio para com ele constituir uma perífrase, conforme se verifica em (144):

(144) Ele ia dividido entre ficar ou abdicar de seus ideais.

No contexto ora apresentado, o verbo *ir*, auxiliar da perífrase de particípio, não é um verbo nocional, como aqueles descritos por Costa (1997), mas um verbo relacional que, como já discutido, seleciona prioritariamente um particípio para com ele co-ocorrer.

Discutida a distribuição do auxiliar *ir* no que se refere às formas nominais passíveis de com ele co-ocorrerem, faz-se mister analisar seus contextos de ocorrência, com vistas a detectar sua redução ou ampliação. A observação da figura 07 acena para uma redução de seus contextos sintáticos, comparando-se o período arcaico com o moderno e com o contemporâneo. Como já argumentado neste estudo, tal processo deve ser sempre analisado considerando-se também o processo de lexicalização da forma. A análise semântica empreendida prenuncia uma deslexicalização diacrônica da forma plena. Isso significa que, ao iniciar seu processo de gramaticalização, o verbo *ir*, diferentemente dos demais analisados, não se expandiu no léxico. Ao contrário, sofreu uma redução de seus semas e preservou, na forma plena, o sentido etimológico de deslocamento. Esse fato constitui mais uma evidência em favor da tese aqui defendida de que os processos de lexicalização e de gramaticalização são paralelos na língua. Portanto, não há um ponto de intersecção entre ambos capaz de determinar que a gramaticalização de um item afete sua abrangência nos domínios do léxico. Diante da redução experimentada pelo verbo *ir* no âmbito lexical, torna-se previsível a redução de seus contextos, porque as possibilidades semânticas também se tornam mais restritas. Aliada a essa redução semântica, registrou-se uma expansão nos usos gramaticais do item. Esse é mais um fator que concorre para a redução dos contextos, uma vez que, segundo prevê a literatura disponível sobre o fenômeno da gramaticalização, à medida que o item torna-se mais gramatical, aumentam-se as suas restrições e, conseqüentemente, reduz-se a sua distribuição. Logo, pode-se afirmar que, do ponto de vista da distribuição, o verbo *ir* comporta-se de forma regular, comprovando o que

prevê a literatura disponível. Os dados coletados induzem à hipótese de que possivelmente a forma plena do verbo *ir* torne-se tão restrita no idioma a ponto de assumir apenas a função gramatical de expressar a futuridade.

Se, no tocante à redução de contextos, o verbo *ir* comporta-se de forma regular, em se tratando da possibilidade de se interporem materiais lingüísticos entre a forma auxiliar e a principal nas perífrases, tal regularidade não se confirma de forma tão transparente. Segundo prevê a literatura vigente sobre o fenômeno da gramaticalização, um dos critérios para se definir se um conjunto de verbos constitui uma expressão perifrástica é a impossibilidade de se interpor material interveniente entre as formas constituintes da perífrase. Assim, quanto maior o grau de gramaticalização da forma, maior o seu grau de coalescência e, conseqüentemente, menor a possibilidade de ocorrer qualquer material lingüístico entre os verbos. Além dos pronomes reflexivos, foi identificada, nas perífrases presentes nos *corpora*, a interposição do sujeito entre o auxiliar e a sua forma principal, conforme atesta o exemplo (145), transcrito a seguir:

(145) “Foi Jacob furtar a bênção a Isaac em traje de Esaú.” (AVES, p. 396, grifos meus)

É relevante esclarecer que a interposição aqui verificada difere daquela realizada com os advérbios, pois enquanto as interposições adverbiais realizam-se na estrutura de base, as interposições do sujeito resultam de um movimento do verbo. No caso de (145), o verbo moveu-se para COMP, uma categoria que, segundo Raposo (1992), encontra-se “sempre sintaticamente presente, embora possa não ser preenchida por um complementador realizado foneticamente.” (p. 87). O fato de o verbo mover-se para a posição de COMP ilustra o fenômeno denominado de V1 ou VSO, ou seja, o verbo ocupa a primeira posição da sentença. Embora tal uso tenha sido identificado apenas no período moderno, parece não soar agramatical no período contemporâneo, embora não deixe de ser estranho, considerando-se o fato de não ser essa a preferência do falante.

Nos *corpora*, não se encontrou, no período contemporâneo, qualquer tipo de interposição, mas a intuição de falante permite identificá-la, principalmente no que diz respeito aos pronomes oblíquos, conforme (146) e (147):

(146) Pedro certamente vai-me ajudar a encontrar a solução para esse impasse.

(147) O cachorro foi-me seguindo até o acampamento.

Até mesmo as gramáticas normativas reconhecem como lícito o uso do pronome oblíquo entre o auxiliar e a forma principal admitindo ainda, na variedade-padrão, seu uso anteposto ao auxiliar ou posposto ao verbo principal. Além dos pronomes oblíquos, as expressões adverbiais também podem figurar entre o auxiliar e a forma principal sem qualquer prejuízo de sentido para a perífrase:

(148) Aquela criança insegura vai sempre procurar pela mãe, quando estiver em dificuldade.

Contudo, não são todas as expressões adverbiais que asseguram a coesão e a gramaticalidade das perífrases. As expressões que precisam negativamente um intervalo de tempo e também os advérbios de negação geram perífrases agramaticais:

(149) * Aquela criança vai nunca procurar pela mãe.

(150) * Aquela criança insegura vai não procurar pela mãe.

Vê-se, pois, que, em se tratando de expressões adverbiais, não é possível estabelecer uma categorização das expressões que podem ser interpostas entre a forma auxiliar e a principal. Contudo, parece haver uma resistência em relação às circunstâncias de negação – estas devem preceder o auxiliar – e de lugar. No que tange às negativas, Vitral (1999) defende a teoria de que a agramaticalidade de sentenças como (149) e (150), por exemplo, deve-se ao fato de a expressão

negativa (NEG) tomar o VP como complemento. Esse fato foi apenas mencionado no intuito de se alertar o leitor para reflexões dessa natureza, mas a precisão desses aspectos semânticos transcende as fronteiras desse estudo, devendo constituir o escopo de outras pesquisas.

A análise da distribuição dos contextos de ocorrência dos auxiliares teve como objetivo principal obter respostas para uma pergunta relativamente complexa e ainda não respondida numa perspectiva sincrônica, embora as indagações acerca do processo de auxiliarização na língua tenham constituído, ao longo dos anos, objeto de inúmeras pesquisas lingüísticas. Como já mencionado, buscou-se, a partir da observação das perífrases identificadas nos *corpora*, responder às seguintes indagações: (a) por que os auxiliares selecionam formas verbo-nominais específicas para com eles co-ocorrerem?; (b) quais seriam as questões subjacentes a esse processo de seleção? A análise empreendida permitiu a precisão de critérios básicos responsáveis por balizar as questões subjacentes ao processo de seleção da forma nominal pelo verbo auxiliar, além de suscitar outras questões dignas de menção. A primeira conclusão a que se chegou – aparentemente óbvia, mas ainda pouco discutida – é a de que a seleção das formas é determinada por uma relação de regência que se estabelece entre os termos constituintes da forma perifrástica. Mattoso Câmara (1959), ao tentar definir as locuções verbais, propõe-se a fazê-lo numa perspectiva sintática e afirma que estas se diferenciam das seqüências verbais por um princípio de subordinação. Assim, entre os membros de uma perífrase existe uma relação de subordinação, enquanto entre os membros de uma mera seqüência verbal justaposta a relação que se instaura é de coordenação. Percebe-se, portanto, nas intuições do lingüista, a relação de regência aqui identificada, embora não tenha sido esse o termo por ele empregado. Outra generalização também obtida a partir da observação dos dados é a de que o termo regente da perífrase é o auxiliar, já que é ele que seleciona a forma nominal que vai co-ocorrer com ele. Assim, pode-se afirmar que

enquanto o auxiliar é o regente, a forma nominal (ou principal, se se preferir adotar uma nomenclatura tradicional) é o termo regido. Essas considerações demonstram que a nomenclatura de *auxiliar* e de *principal* dispensada aos termos de uma perífrase verbal não obedece ao critério sintático da subordinação, que a constitui, mas a um critério semântico, já que o atributo de *principal* é conferido à forma que empresta o sema à perífrase.

As demais conclusões alcançadas relacionam-se mais estritamente às questões (a) e (b) apresentadas acima. Os dados analisados oferecem evidências para se afirmar que a especificidade da forma nominal selecionada para co-ocorrer com o verbo auxiliar obedece, basicamente, a dois critérios, quais sejam: (a) o da transitividade e (b) o da (in)compatibilidade de expressão aspectual entre o verbo auxiliar e a forma nominal. Assim, num primeiro momento, o verbo auxiliar seleciona uma das formas nominais que atenda às exigências de sua transitividade. Não é previsível, por exemplo, a ocorrência de perífrases constituídas de *ser* + gerúndio, porque o verbo auxiliar, de natureza relacional, seleciona uma forma nominal de natureza adjetiva e não adverbial, como é o caso do gerúndio. Nesse sentido, a previsibilidade é para a seleção de um particípio, que se presta à função adjetiva exigida pelo critério de obediência à transitividade. Esse critério, ainda que não explicitado, já pode ser identificado nas intuições de Cláudio Brandão (1963), conforme denota este fragmento, em que o gramático discorre acerca das locuções verbais: “Nelas [perífrases verbais] um dos verbos enfraquece ou esvazia o seu sentido, assumindo a função de auxiliar, e o outro, que, a princípio, **era um complemento**, perde, pouco a pouco, tal carácter e em si concentra a idéia principal da perífrase.” (BRANDÃO, 1963, p. 530, grifos nossos) O fato de o autor pontuar que, num primeiro momento, o verbo principal de uma perífrase era complemento do verbo auxiliar endossa não apenas a relação de subordinação existente entre eles, como também a assertiva de que a seleção da forma nominal é feita pela

forma auxiliar, para atender às exigências de sua transitividade. Nesse sentido, pode-se considerar que o verbo principal de uma perífrase verbal é subcategorizado pelo verbo auxiliar.

Satisfeita a exigência da transitividade, a seleção é ainda determinada por expressões aspectuais a que as duas formas se prestam. Partindo-se do princípio aqui defendido de que a expressão do aspecto é o produto da coesão entre as formas verbais constituintes da perífrase, não se admite a existência de perífrases constituídas de verbos cujas marcas aspectuais não sejam compatíveis. Assim, não ocorrem, na língua, perífrases constituídas de *ir* + particípio, por exemplo, porque enquanto o verbo auxiliar presta-se à expressão de uma ação ainda por realizar, o particípio é de natureza perfectiva, ou seja, expressa uma ação já concluída. Essa combinação, portanto, é abortada na língua em virtude da incompatibilidade de harmonia entre as duas formas. Como já salientado, essa construção apenas é possível se o verbo *ir* estiver empregado em uma acepção semântica que não aquela destinada à expressão do movimento. Caso este verbo comporte-se como um verbo relacional, a perífrase com o particípio é licenciada em virtude da compatibilidade entre as duas formas. Ainda assim, tais construções são pouco produtivas na língua.

Por fim, outra generalização que pode ser abstraída da análise aqui empreendida e, de certa forma, já sinalizada no parágrafo antecedente, é referente à expressão do aspecto. Partindo-se do pressuposto de que, conforme afirma Mattos e Silva (2001[1994]), o aspecto não é marcado morfologicamente, defende-se neste estudo a tese de que a expressão aspectual se dá prioritariamente mediante o emprego de perífrases verbais, ou seja, é a necessidade funcional de precisar o aspecto verbal uma das principais molas propulsoras para o fenômeno de auxiliarização na língua. Outra generalização referente à categoria de aspecto é o fato de que esta não é expressa individualmente por uma das formas verbais constituintes da perífrase, mas é no

conjunto que ela se manifesta; é a partir da coalescência entre os membros da perífrase que se torna manifesta a expressão das marcas aspectuais.

Analisada a frequência total e gramatical das formas em processo de gramaticalização, o rol de suas acepções semânticas e também seus contextos sintáticos, resta verificar a ocorrência (ou não) da redução de material fônico nas formas auxiliares, assunto que constitui o objeto de estudo da próxima subseção.

4.4. ANÁLISE DA REDUÇÃO DO MATERIAL FÔNICO

A literatura disponível acerca do fenômeno da gramaticalização elenca a redução da carga sonora do item – também denominada perda de material fônico – como um dos indícios da expansão do fenômeno. Um dos exemplos clássicos de redução da carga sonora do item é a formação da desinência de futuro do presente e de futuro do pretérito na Língua Portuguesa. Segundo Mattos e Silva (2001 [1994]), tais desinências resultam do encontro do infinitivo de qualquer verbo seguido, respectivamente, do indicativo presente de *habere* (*amare + habeo* → *amarei*) ou de seu pretérito imperfeito: *amare + habebam* → *amaria*. Um processo de reanálise sintática e a ação de “processos fonológicos regulares resultaram nas formas gramaticalizadas do futuro do presente e do futuro do pretérito.” (*op. cit.*, p. 38) Apesar de ser um dos requisitos pioneiros da gramaticalização, haja vista que Meillet (1912) já lhe fizera menção, ao associá-la ao desgaste natural do uso, a redução do material fônico será o último indício a ser aqui discutido

por ocorrer, geralmente, quando o processo já se encontra em fase bastante avançada. Isso se justifica em virtude de sua ocorrência envolver, além de propriedades fonéticas, um intervalo maior de tempo, já que o item, de acordo com Hopper e Traugott (1993), tem que se tornar primeiramente um clítico para, posteriormente, converter-se em um morfema, que caracteriza o penúltimo estágio do processo de gramaticalização. Há de se considerar também que seus efeitos não são tão perceptíveis na modalidade escrita da língua, embora o sejam na modalidade oral, tampouco podem ser mensurados de forma tão sensível quanto os demais indícios já mencionados. É sabido que a perda de material fônico se faz sentir, num primeiro momento, na fala e que seu trâmite para a modalidade escrita envolve uma série de fatores que compreende desde aspectos sócio-culturais até o grau maior ou menor de formalidade. A exemplo do que geralmente ocorre com a grande maioria dos fatos lingüísticos, as mudanças se desencadeiam e se expandem no âmbito da modalidade falada da língua, mas demoram um certo tempo para conquistar a simpatia dos falantes e sagrar-se na escrita. Considerando-se o fato de os *corpora* analisados serem representativos da modalidade escrita do idioma, já era previsível que tal indício não pudesse ser constatado empiricamente, a menos que o processo de gramaticalização de determinada forma verbal se encontrasse em um estágio já bastante avançado, compreendendo as fases da “desmorfemização” ou mesmo do estágio zero, propostas por Lehmann (1982).

Os dados cotejados nos *corpora* não acusaram, como já esperado, a perda de material fônico em nenhuma das cinco formas verbais em estudo. A intuição de falante, contudo, permite a identificação de algumas reduções em certas formas, mas tais reduções ilustram antes traços prototípicos da fonética do Português Brasileiro que evidências de que um dos auxiliares esteja se convertendo em morfema flexional, como há registros diacrônicos da desinência modo-temporal do futuro do presente e do futuro do pretérito, há pouco ilustradas. Relacionando-se a redução ao

desgaste natural do uso, como propusera Meillet (1912), já se conjectura a possibilidade remota de se encontrar redução fônica nas perífrases constituídas com o auxiliar *haver*, considerando-se a sua baixa frequência no idioma e também o grau mais elevado de formalidade em que, normalmente, tal forma verbal tende a ser empregada. Mesmo não se recorrendo apenas aos *corpora*, mas também se apoiando na intuição de falante, não foi possível detectar qualquer redução fônica com essa forma auxiliar. Além da baixa frequência e do maior ou menor grau de formalidade do uso, acredita-se que as leis do sistema fonético também sejam inibidoras de redução, pois o verbo *haver* é uma forma oxítônica e sua sílaba átona não apresenta, em outros contextos fonéticos, propensão ao desaparecimento, como se verifica com o verbo *estar*, que será analisado à frente. Outro fato que cerceia a redução fônica do auxiliar *haver* é o fato de, principalmente no presente do indicativo, as formas flexionadas serem monossilábicas. Isso impede a redução de material fônico, considerando-se o fato de que a carga sonora já se encontra bastante condensada.

Outra forma auxiliar que não exibiu quase nenhum traço de redução fônica foi o verbo *ter*. Tais traços podem ser identificados apenas na diacronia, quando o verbo *tenere* do latim originou o verbo *ter*. A explicação para a ausência sincrônica de perda de material fônico parece assemelhar-se àquela apresentada para o verbo *haver*. Aqui, a forma primitiva já é monossilábica, o que gera um grande número de flexões também monossilábicas. As flexões que possuem um número de sílabas superior a um ou são pouco empregadas (*tendes*, por exemplo) ou apresentam possibilidades fonéticas de redução compatíveis com outras formas verbais plenas. Assim, ao suprimir a desinência de futuro da forma verbal *tiver*, por exemplo, o falante estende analogicamente uma tendência fonética do português, que é a supressão da desinência de infinitivo, procedimento também adotado em *cantar*, em *fazer* e em *partir*, por exemplo. Logo,

não se trata de uma redução provocada pela gramaticalização da forma plena em auxiliar, mas de uma possibilidade fonética típica do idioma. O mesmo se verifica com a supressão do fonema /s/ na desinência de número da primeira pessoa do plural em expressões como *temo procurado*, por exemplo.

Também o auxiliar *ser* quase não sofre redução fônica ao combinar-se com as formas nominais para compor perífrases verbais. Assim como o auxiliar *ter*, trata-se de uma forma monossilábica, o que, de certa forma, limita as possibilidades de redução, considerando-se, como já pontuado, tratar-se de uma forma bastante condensada. Ainda assim, a intuição de falante permite a identificação de reduções nas desinências número-pessoais nas perífrases constituídas com o *ser*. As reduções parecem restringir-se ao âmbito do fenômeno da monotongação, como ilustram os enunciados (151) e (152), a seguir:

(157) Eu tenho a sensação de que *sô observado* durante 24h.

(158) As casas *foro destruída(s)* pelas chuvas em poucos minutos, tamanho era o volume de águas.

De todas as cinco formas analisadas, o verbo *estar* é a que apresenta, na modalidade oral, uma redução de material fônico. Nesse caso, não se trata apenas da redução de um fonema, como até agora analisado, mas da supressão de uma sílaba. A intuição de falante demonstra que, no estágio atual da língua, existe uma tendência a se suprimir a primeira sílaba desse verbo em algumas de suas flexões. Assim, é comum ouvirem-se construções como as transcritas em (153) e em (154).

(153) *Tô falano* com você.

(154) *Tá quereno* chovê.

Acredita-se que a supressão da primeira sílaba é possibilitada por questões de ordem fonética e não gramaticais, conforme defende Mendes (1999). As possibilidades fonéticas são favorecidas, primeiramente, porque não se trata de uma sílaba tônica. Além de átona, a sílaba suprimida sustenta-se no fonema vocálico /e/, comumente passível de sofrer o fenômeno da neutralização em contextos semelhantes na língua, o que acaba por favorecer a sua supressão. Uma evidência empírica de que a redução fônica não é determinada por fatores gramaticais é o fato de ela ocorrer também na forma plena, conforme atestam os enunciados transcritos em (155) e em (156) e de uso bastante recorrente na língua:

(155) *Tô* num medo danado de isso não dar certo.

(156) Num *tão* nem um pouco preocupados com a prova.

O auxiliar *ir*, que do ponto de vista da distribuição parece estar em um estágio mais avançado de gramaticalização, também não exhibe indícios fonológicos de que esteja se convertendo em um morfema gramatical. A intuição de falante permite identificar, na modalidade oral, o fenômeno da monotongação, como se verifica no enunciado (157), ou mesmo a supressão do fonema /s/ constituinte da desinência de primeira pessoa do plural, conforme atesta o enunciado (158), ambos apresentados a seguir:

(157) Eu *vô andano* na frente e nós nos encontramos por lá.

(158) Nós num *vamo discuti* isso agora, não é mesmo?

Em ambos os casos, trata-se de reduções prototipicamente fonéticas e não de reduções resultantes da gramaticalização do auxiliar. Tais reduções não comprovam, portanto, que os auxiliares analisados estejam perdendo material sonoro e tornando-se clíticos para, num estágio posterior, converterem-se em morfemas gramaticais.

Como já mencionado, a redução fonética não se deixa perceber na modalidade escrita, a menos que já se encontre em um estágio bastante avançado. Assim, os comentários aqui tecidos no que tange a esse aspecto restringem-se tão somente à intuição de falante e constituem um manancial para futuras pesquisas fonéticas e fonológicas, o que foge ao escopo do presente estudo. Tal questão foi mencionada apenas por constituir, segundo os estudiosos do fenômeno da gramaticalização, um dos indícios de que a forma está se transformando em um morfema flexional e um dos propósitos dessa pesquisa, como já mencionado, é mensurar a adequação da metodologia proposta para estudar itens em processo de gramaticalização.

Analisada a frequência das cinco formas verbais eleitas para constituírem o objeto de estudo da presente pesquisa, suas acepções semânticas, seus contextos distribucionais e também a sua carga fônica, resta tecer algumas considerações acerca das implicações teóricas dos dados aqui coletados, tema que constitui o escopo do próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

Frente à análise empreendida, torna-se pertinente, neste espaço, refletir um pouco acerca das conseqüências teóricas advindas dos resultados obtidos por este estudo. Será que os dados aqui encontrados endossam as teorias vigentes ou as refutam? As análises aqui realizadas trazem alguma contribuição inédita para os estudos acerca da gramaticalização e também da auxiliarização?

O primeiro aspecto sobre o qual se propõe uma reflexão relaciona-se ao ciclo de gramaticalização tradicionalmente proposto por inúmeros teóricos (cf. Lehmann (1982), Heine *et al* (1991) Hopper e Traugott (1993)). Os dados aqui levantados corroboram as intuições de alguns desses lingüistas os quais defendem que tais ciclos contemplam a potencialidade do processo, mas não o definem. Isso significa que, caso o processo de gramaticalização dos verbos auxiliares continue expandindo-se na língua, a tendência é que ele siga alguns estágios pré-definidos: da sintaxe para a morfologia, desta para a morfofonêmica, até atingir o ápice do processo, que se consolida no estágio zero. Contudo, o fato de determinado item não passar por todas essas fases não significa que ele não se encontre gramaticalizado na língua ou mesmo que se encontre em um estágio pouco gramatical. Os dados aqui coletados não permitem afirmar que um elemento que esteja no âmbito da sintaxe encontre-se menos gramaticalizado que aquele que pertence ao

âmbito da morfologia, ou mais gramaticalizado que aquele que se encontra ainda nos domínios do discurso, que é o primeiro nível de gramaticalização, conforme postulações de Lehmann (1982). Uma evidência disso é a expressão marcada da futuridade na língua. As formas perifrásticas constituídas de *ir* + infinitivo prestam-se a marcar o futuro por meio de um recurso sintático cujo índice de gramaticalidade parece equiparar-se ao de sua forma concorrente, qual seja, o morfema modo-temporal, que constitui uma forma presa e, como tal, integrante dos domínios da morfologia. Como se vê, esses parecem níveis de mensuração muito difícil. Que critério poderia precisar, com certa margem de segurança, o estágio de gramaticalidade de cada um desses níveis lingüísticos, se, como se sabe, todos eles sofrem algum tipo de restrição do sistema?

No que se refere à gramaticalização dos verbos auxiliares, os dados aqui obtidos demonstram que seu estágio de gramaticalização localiza-se precisamente no âmbito da sintaxe, conforme escala proposta por Lehmann (1982). Caso haja uma tramitação de nível, isto é, caso uma das formas da perífrase venha a se agregar à outra, passando para os níveis subseqüentes – o da morfologia e o da morfofonêmica –, não mais se estará diante de uma forma auxiliar, mas de uma forma plena ou lexical do verbo. Portanto, em se tratando do fenômeno da auxiliarização, o que os dados sinalizam é uma cristalização das formas verbais no segundo nível do processo, já que sua expansão na direção de seu percurso potencial desfaz a perífrase verbal, transformando-a em uma forma simples. Se nos estágios de gramaticalização propostos por Lehmann (1982) os verbos auxiliares posicionam-se no segundo nível – o da sintaxe –, também na escala proposta por Hopper e Traugott (1993) esses itens mantêm-se no segundo estágio, constituindo, portanto, palavras gramaticais. Como supramencionado, caso haja uma expansão do processo na direção do terceiro estágio, será desfeito o fenômeno da auxiliarização, cujos aspectos funcionais terão

que ser desempenhados por morfemas ou mesmo por outros recursos de que a língua dispõe para tal fim. A identificação do fenômeno da auxiliarização no segundo estágio da gramaticalização corrobora a tese defendida por Pontes (1973) e por Perini (1989) de que a auxiliarização não deve ser concebida em termos semânticos, como faz a maioria dos gramáticos tradicionais, mas em termos formais, já que seu processo de gramaticalização e, portanto, de gênese é fruto de um mecanismo de natureza sintática.

Outra questão relevante que também merece uma reflexão no âmbito deste estudo é ainda concernente ao caráter cíclico do fenômeno da gramaticalização e diz respeito à unidirecionalidade do processo. É consenso entre a maioria dos autores o fato de a gramaticalização constituir um processo irreversível, não podendo haver, pois, a desgramaticalização de uma forma. Kurylowicz (1965), entretanto, não partilha dessa máxima consensual e sustenta a existência de um processo inverso à gramaticalização, ao qual ele denomina de lexicalização. Segundo o autor, a estrutura desse fenômeno pode ser assim descrita: categorias derivacionais gramaticalizam-se em categorias flexionais e novamente se lexicalizam em categorias derivacionais. Pela caracterização do fenômeno proposta pelo autor, percebe-se que seu conceito de lexicalização é diverso daquele adotado por esse estudo, que entende por lexicalização o processo por meio do qual um item tramita de classe, permanecendo ainda nos domínios do léxico, ou mesmo estende seus semas, ampliando, conseqüentemente, sua abrangência no léxico. Kurylowicz (*op. cit.*) argumenta que os verbos modais do inglês, por exemplo, são genuinamente formas perfectivas e que, enquanto o perfeito mudou seu sentido na língua, essas formas não o fizeram, já que ainda expressam a presentificação de um estado. Os dados levantados por este estudo, porém, não identificaram nenhum exemplo de desgramaticalização no que tange aos auxiliares e conduzem à conclusão de que a lexicalização,

da forma como foi aqui concebida, é um fenômeno paralelo ao da gramaticalização e não reverso a ela. Como já sustentado (cf. capítulo 4), trata-se de dois processos independentes que podem se expandir simultaneamente na língua. Como um item apresenta vários semas, um desses semas – aqui tratado metalingüisticamente como um “gatilho” de gramaticalização – pode vir a atingir um nível muito alto de abstração, chegando mesmo a perder seu conteúdo nocional em benefício da incorporação de funções gramaticais que passa a assumir. Nesse sentido, pode-se entender a gramaticalização como um subconjunto da polissemia, já que ela atinge os valores mais abstratos do item. Já os demais semas que não entraram em processo de gramaticalização podem se expandir na língua, incorporando usos mais abstratos e alargando seu leque semântico, o que acarreta a expansão lexical do item. Pode ocorrer também de, por fatores vários, alguns semas irem se perdendo no percurso histórico da língua, o que provocará a restrição do item nos domínios do léxico ou a sua deslexicalização, para empregar o termo técnico aqui adotado. O fato de determinado item entrar em processo de gramaticalização na língua não implica que ele vá passar também por um processo de lexicalização ou de deslexicalização, já que um processo não interfere no outro, pois acontecem em categorias lingüísticas distintas: um, na categoria lexical e o outro, na categoria gramatical. A relação que se estabelece, neste estudo, entre lexicalização e gramaticalização é apenas de cunho metodológico, uma vez que, quanto maior o número de semas de um item, maior é sua possibilidade de uso e, portanto, maior a sua frequência. Foi nesse sentido que se advogou em prol de uma análise conjunta dos processos de gramaticalização e de lexicalização. O fato de um item estar em expansão no léxico favorece o aumento de sua frequência da mesma forma que seu processo de expansão gramatical, o que deve ser considerado durante a análise de seu processo de gramaticalização para não se obter uma conclusão equivocada frente aos dados de que se dispõe.

No que tange aos processos cognitivos envolvidos na gramaticalização dos auxiliares, os dados coletados e analisados acenam, como defendido por Hopper e Traugott (1993), para a relevância tanto da metáfora, quanto da metonímia na expansão do processo. Assim, enquanto a metáfora se dissemina por meio da analogia, estendendo as formas de domínios semânticos mais concretos para usos mais abstratos – o que pode favorecer tanto o fenômeno da gramaticalização quanto o da lexicalização –, a metonímia opera por contigüidade, ou seja, por meio de um princípio de reanálise, criam-se novas formas a partir de uma reinterpretação induzida pelo contexto – o que favorece apenas a gramaticalização. São os processos metonímicos que entram em cena na determinação dos critérios de seleção da forma nominal pelo verbo auxiliar. Como já demonstrado na análise dos dados, estabelece-se, entre os elementos de uma perífrase, uma relação de regência, na qual o auxiliar é o termo regente e a forma nominal é o termo regido. Dessa forma, é o auxiliar que seleciona a forma nominal que com ele co-ocorre. Esse processo seletivo não se dá aleatoriamente, mas com base em critérios pré-definidos: (a) transitividade do próprio auxiliar, que subcategoriza o tipo de forma nominal que atende às suas exigências formais e (b) compatibilidade de expressão aspectual entre os constituintes da perífrase, já que compete a ambos a marcação do aspecto verbal. A delimitação dos critérios de seleção da forma principal pelo auxiliar, bem como a viabilidade metodológica de se analisar a lexicalização do item em concomitância com seu processo de gramaticalização apresentam-se como contribuições desta pesquisa para os estudos até então já empreendidos. Agregue-se a essas questões o entendimento de que a gramaticalização constitui um subconjunto da polissemia pelo fato de os itens cooptados pelo processo serem apenas aqueles cujo percurso semântico já tenha alcançado um grau extremo de abstração.

Um terceiro aspecto também digno de reflexão refere-se ao tipo de auxiliarização expresso pelos verbos em estudo. Segundo Benveniste (1995 [1966]), a auxiliarização de temporalidade é formalmente constituída de auxiliar + particípio passado e destina-se à expressão de um tempo diverso daquele expresso pela forma simples. Assim, as perífrases constituídas de *ter* + particípio e de *haver* + particípio, assim como o proposto por Benveniste para o Francês, também constituem, no Português, perífrases temporais. Entretanto, os dados obtidos por este estudo demonstram que, em se tratando do auxiliar *ir*, a perífrase constituída com o infinitivo também se presta a marcar o tempo futuro, sendo bastante produtiva no estágio atual da língua. Assim, caso a intenção seja a de se esboçar um quadro da auxiliarização na Língua Portuguesa, torna-se necessário acrescentar ao grupo dos auxiliares temporais já elencados também a perífrase constituída de *ir* + infinitivo, embora Benveniste (1995 [1966]) restrinja essa forma nominal à marcação da modalidade. No Português atual, o uso dessa perífrase parece congrega uma ambigüidade, conseqüência natural da expansão de seu processo de gramaticalização. Os enunciados (159) e (160) ilustram os dois contextos por ela expressos na contemporaneidade:

(159) O Presidente *vai viajar* amanhã pela segunda vez apenas nesta semana.

(160) Ah, mas ele *vai estudar*! Ele não pode perder este ano!

Em (159), a perífrase marca futuridade, podendo ser substituída pela forma correspondente do futuro do presente simples. O emprego do auxiliar *ir* para expressar futuridade na Língua Portuguesa parece estar-se assemelhando ao da expressão “going to” para o Inglês. Emprega-se o auxiliar *ir* quando se quer projetar uma ação para um futuro próximo. Isso explica a ocorrência de expressões adverbiais normalmente adjuntas à perífrase. Assim, pode-se dizer que alguém vai viajar hoje à tarde, amanhã de manhã, amanhã à noite, na próxima semana. Contudo, não se costuma recorrer ao mesmo expediente quando se deseja projetar para um futuro

mais distante. Nesse caso, opta-se, geralmente, pela forma simples do futuro do presente. O enunciado (161), embora de ocorrência possível, principalmente em virtude da alta produtividade de essa forma auxiliar para expressar ações futuras, parece não ser tão produtivo na língua quanto o (159):

(161) Maurício *vai viajar* para a Europa daqui a vinte anos, quando já estiver independente financeiramente.

Nesse caso, a opção pela forma sintética do futuro parece ser mais adequada, tendo em vista a possibilidade de que o fato nem venha a se efetivar, dada a distância da ação projetada em relação ao momento em que foi planejada.

Uma segunda função assumida pelo auxiliar *ir* na língua é aquela ilustrada em (160) e já assinalada por Benveniste (1995 [1966]) para o Francês. Nesse caso, embora a realização da ação enunciada também seja posterior ao momento da enunciação, a função mais incisiva da perífrase não é a de marcar a futuridade, mas a de modalizar a ação sobre a qual se enuncia. Percebe-se, no enunciado, um tom de obrigatoriedade impingido pelo enunciador: ele *vai estudar*, no contexto em questão, significa que o sujeito do enunciado não tem outra escolha senão estudar. Cumpre observar que, neste caso, como já pontuara Travaglia (1985[1981]), a identificação do aspecto modal da auxiliarização se dá por meio de um recurso supra-segmental, ou seja, dá-se no âmbito da entonação. É a forma como o enunciador profere o enunciado, o tom que emprega que vai determinar, no contexto, se a perífrase marca apenas tempo futuro ou se marca também (e principalmente) uma obrigatoriedade.

As perífrases constituídas de *ser* + particípio passado e de *estar* + particípio passado, assim como já discutido (cf. capítulo 2), constroem a auxiliarização de diátese, ou seja, assinalam a passividade do sujeito em relação à ação expressa pelo verbo. Também as perífrases

constituídas de *ter* + preposição + infinitivo e de *haver* + preposição + infinitivo não se comportaram diferentemente do que previu Benveniste (1995 [1966]), prestando-se, também no Português, à expressão da modalidade. Já a perífrase constituída de *estar* + gerúndio, bastante produtiva nos *corpora*, não aparece na literatura integrando nenhum dos três tipos de auxiliarização propostos por Benveniste (1995 [1966]). Os dados aqui encontrados parecem indicar a melhor propriedade de se concebê-la como temporal, uma vez que, ao se agregar à forma nominal de gerúndio, o auxiliar *estar* passa a expressar uma ação em curso, fato não expresso enquanto forma simples apenas. Há de se assinalar, contudo, que não se trata de uma temporalidade delimitada somente pelo auxiliar, como as demais já discutidas, mas de uma noção de tempo que se faz perceber no conjunto, o que, de certa forma, torna-a um subtipo da auxiliarização de tempo. Uma outra possibilidade que visa a evitar a abertura de precedentes para determinado grupo seria propor um quarto tipo de auxiliarização – a auxiliarização de aspecto, que seria formalmente constituída de auxiliar + gerúndio – e elencar a perífrase de *estar* + gerúndio nesse grupo, já que, como propõe Benveniste (1995 [1966]), a marcação aspectual não é determinada apenas por um dos integrantes da perífrase, mas manifesta no conjunto.

Um quarto aspecto a ser aqui discutido refere-se à concorrência de formas. Faz parte do senso comum a afirmação de que o verbo *haver* está desaparecendo da língua, sendo substituído por seu concorrente *ter*. Alguns entusiastas mais precipitados chegam mesmo a afirmar que o verbo *haver* já é um arcaísmo lingüístico. Ribeiro (1993), citando Said Ali (1967), endossa a tese defendida por esse lingüista de que “são as formas compostas com o verbo *ter* as mais usadas; a combinação do auxiliar *haver* com o PtP [particípio passado], *empregada com moderação, dá à linguagem feição mais solene; empregada sistematicamente, torna-a rebuscada e pedante.”* (RIBEIRO, 1993, p. 344-345). Os dados cotejados e as discussões aqui levantadas demonstram,

porém, que a seleção dos auxiliares *ter* e *haver* não é determinada meramente por fatores de natureza situacional. Não se está aqui contestando que o *haver*, quando combinado com a forma nominal de particípio, impinge um tom mais formal ao enunciado que o auxiliar *ter*. Entretanto, há de se considerar que a substituição de uma forma pela outra não é lícita em todos os tempos e modos do perfeito, tampouco obedece ao mesmo critério, caso a perífrase seja constituída pela forma nominal de infinitivo, donde se pode concluir que, em se tratando da auxiliarização de temporalidade, existe a restrição situacional, mas esta não se estende analogicamente à auxiliarização de modalidade, conforme ilustram os enunciados (162) e (163), a seguir:

(162) Maria *tem de conseguir* este prêmio.

(163) Maria *há de conseguir* este prêmio.

As perífrases de (162) e de (163) não possuem o mesmo valor de verdade. Isso evidencia que, quando empregados para expressar a modalidade, os auxiliares *ter* e *haver*, longe de ser formas variantes, estão em distribuição complementar na língua. Logo, não se pode, baseando-se apenas em um critério, afirmar que os auxiliares *ter* e *haver* são formas concorrentes em todos os contextos lingüísticos e que a seleção de uma forma em detrimento da outra obedece apenas a critérios discursivos situacionais. Os dados cotejados nos *corpora* desta pesquisa demonstram que, em se tratando da auxiliarização de modalidade (cf. (162) e (163)), *ter* e *haver* não são formas variantes, já que não são intercambiáveis em todos os contextos. Contudo, dado que a língua é dinâmica e está sempre sujeita à interferência do falante, na contemporaneidade, mesmo nos contextos em que tais auxiliares marcam a modalidade, está emergindo uma concorrência entre as formas. A referida concorrência ainda se mostra discreta e limitada a alguns contextos bastante seletos, entretanto, se o objetivo é traçar um quadro de operacionalização da auxiliarização na Língua Portuguesa, não se pode deixar de considerá-la. Se, em alguns

momentos, os auxiliares *ter* e *haver* se mostram em distribuição complementar, em outros, porém, comportam-se como variantes, já que expressam o mesmo valor de verdade, como demonstram os enunciados de (164) a (167), apresentados a seguir:

(164) *Há de se admitir* que em nem todos os contextos esses auxiliares são excludentes.

(165) *Tem de se admitir* que em nem todos os contextos esses auxiliares são excludentes.

(166) Aquela criança abandonada na Lagoa da Pampulha *há de encontrar* quem a queira adotar.

(167) Aquela criança abandonada na Lagoa da Pampulha *tem de encontrar* quem a queira adotar.

A análise pragmática dos enunciados (164) e (165) demonstra que, independentemente da forma auxiliar empregada, nos dois contextos, o enunciador impinge ao seu enunciado um tom de obrigatoriedade em relação à ação expressa. Da mesma forma, em se tratando dos enunciados (166) e (167), verifica-se a volição do enunciador de que a ação expressa pelo verbo na forma infinitiva venha a se concretizar. Não se trata, portanto, de uma obrigação – como se verifica nos dois enunciados anteriormente analisados –, mas do desejo de que algo se efetive. Esses enunciados constituem evidências em favor da tese aqui proposta de que o falante está reanalisando semanticamente as perífrases constituídas de *ter/haver* + infinitivo. Assim, em contextos nos quais o verbo *haver* deveria ser interpretado como um instaurador de desejo em relação à ação expressa pela forma infinitiva, ele passa a ser interpretado como uma marca de forte necessidade, como a expressão de uma ação da qual não se pode abdicar. Em contrapartida, o verbo *ter*, que usualmente se presta à função de instaurar a obrigatoriedade de que a ação verbal venha a se efetivar, em alguns contextos, está sendo interpretado como um marcador de volição.

Identificado o fato lingüístico, resta tentar descrever em que contextos essa reanálise semântica está se processando. Os exemplos arrolados também se mostram úteis nessa tarefa: a reanálise do *haver* como um marcador de obrigatoriedade, de forte necessidade, acontece em contextos argumentativos, geralmente com o sujeito apassivado; a reanálise do *ter* como um marcador de desejo ou volição acontece quando a ação expressa pelo verbo independe da vontade ou mesmo da iniciativa do sujeito do enunciado. Além dessa distinção de ordem estrutural, os traços supra-segmentais também exercem importante papel no processo de reanálise semântica. A forma como o enunciador profere o enunciado auxilia na identificação da forma como ele deve ser interpretado. Desvinculado de seu contexto de produção, o enunciado (162), aqui repetido apenas por comodidade para o leitor, pode soar ambíguo:

(162) Maria *tem de conseguir* este prêmio.

Se o enunciador profere esse enunciado com um tom de voz mais áspero, mais impositivo, o enunciatário vai interpretá-lo como a expressão de uma obrigatoriedade, mas se, contrariamente, o tom de voz empregado pelo enunciador for mais meigo, próprio de contextos optativos, o enunciatário irá processá-lo como sendo a manifestação do desejo de que Maria consiga o prêmio. A ambigüidade de interpretação desse enunciado é mais um indício em favor do argumento de que está havendo na língua um processo de reanálise semântica, o que poderá – ou não – neutralizar essa diferença de modalidade que ainda existe entre as duas formas auxiliares. Caso isso venha a acontecer, elas deixarão, também nesse contexto, de ser formas excludentes para se tornarem variantes. Caso contrário, esse será um contexto em que as duas formas assumem valores funcionais distintos. Apesar da existência de uma reanálise semântica em curso, esses fatos comprovam que, mesmo tendo enfrentado a concorrência com o auxiliar *ter* em alguns contextos, o auxiliar *haver* apresenta ainda contextos de exclusividade e,

portanto, não está condenado a desaparecer do idioma tão rapidamente, como professa a voz do senso comum. A definição do verdadeiro estatuto do auxiliar *haver* desponta como mais uma contribuição da pesquisa ora empreendida para elucidar os estudos lingüísticos contemporâneos do Português do Brasil.

Ainda no que se refere à concorrência de formas, a análise semântica e a análise dos contextos de ocorrência das formas auxiliares aqui efetivadas permitem estabelecer uma analogia entre o processo de expansão da gramaticalização das formas auxiliares e o processo de variação lingüística proposto por Labov (1972). Os dados lingüísticos identificados por este estudo acenam para a possibilidade de, conforme proposto pelo pai da sociolingüística variacionista, *haver*, em determinados contextos lingüísticos, uma identidade referencial entre algumas formas auxiliares. Por certo, essa equivalência referencial em contextos pré-determinados não é arbitrária, tampouco se deve a um acidente diacrônico, mas, como mencionado por Labov (1972), é facultada por uma identidade de significação, conferida pela existência de algum(ns) sema(s) comum(ns). Assim, o fato de, num dado momento histórico, tanto o verbo *haver* quanto o verbo *ter* exibirem semas destinados à expressão da posse fez com que, em determinados contextos, até hoje, um pudesse substituir o outro sem prejuízo de sentido. É o que se verifica com o pretérito mais-que-perfeito composto, por exemplo, em que tais auxiliares se mostram intercambiáveis do ponto de vista de seu valor de verdade, mas se opõem em termos estilísticos. Outras duas variantes que mantiveram uma concorrência por um intervalo de tempo na história do Português são os auxiliares *ser* e *estar*. Se, na Língua Portuguesa contemporânea, tal concorrência é fato superado, o mesmo não se pode afirmar em relação aos períodos arcaico e moderno. A análise semântica realizada demonstra que, já na etimologia, essas formas verbais exibiam semas comuns, fato que permitiu o intercâmbio de uma forma pela outra tanto no período arcaico,

quanto no moderno. Em outras línguas, como no Inglês, por exemplo, o verbo *to be* congrega a carga semântica dos dois verbos portugueses, atualizando-se ora como *ser*, ora como *estar*, em função do contexto. Na Língua Portuguesa, a despeito de as duas formas verbais apresentarem comportamentos funcionais semelhantes, já que ambas expressam a auxiliarização de diátese, estabelece-se entre elas uma oposição semântica aspectual: enquanto o verbo *ser* é não marcado do ponto de vista da transitoriedade, o verbo *estar* o é. Essa oposição de aspecto permanente *versus* aspecto transitório tem, segundo Mattos e Silva (2001 [1994]), explicações históricas, as quais já foram discutidas no capítulo quarto deste estudo. Se, em se tratando da concorrência de algumas formas auxiliares, nota-se uma semelhança com a proposta laboviana, o mesmo não se identifica durante o processo de tramitação do item do léxico para a gramática. A variação lingüística envolvida no processo de gramaticalização difere dos demais tipos de variação e mudança lingüística porque não supõe substituição de formas. Se, nos demais casos, identifica-se a existência de formas concorrentes até que uma venha a suplantá-la, em se tratando da gramaticalização, a forma lexical não é substituída pela forma gramatical. As duas continuam a existir na língua e em momento algum do processo elas enfrentam um processo de concorrência, já que pertencem a categorias distintas.

Outro aspecto aqui desenvolvido e cujas implicações apresentam uma maior abrangência, podendo até mesmo evocar algumas controvérsias, já que rompem com um arsenal já sagrado pela tradição gramatical, diz respeito ao fato de se considerarem os verbos relacionais não como formas plenas, mas como usos já gramaticalizados. Nesse sentido, as perífrases envolvendo tais auxiliares envolvem a tramitação não de itens da categoria lexical para a gramatical, como as perífrases constituídas de verbos nocionais, mas de itens menos gramaticais para estágios mais gramaticais. A primeira intuição de que os verbos relacionais não eram verbos plenos ou pelo

menos não se comportavam como tais surgiu durante a análise semântica empreendida para o verbo *ser*. O fato de a expressão da cópula não integrar o rol dos étimos do verbo obrigou a uma reflexão no sentido de se buscar explicar por que um dos usos mais recorrentes do verbo não era sequer mencionado pelos lexicógrafos que se dedicaram aos estudos etimológicos. Uma consulta a filósofos e a lingüistas elucidou o fato de o verbo *ser*, na função copulativa, já ter se esvaziado de seu sentido pleno, assumindo a função gramatical de mediar atributos. Cumpre esclarecer aqui que, a despeito da dificuldade de se precisar o valor semântico de *ser* enquanto verbo de ligação, há de se admitir que tal verbo ainda preserva traços de seus semas etimológicos, fato responsável por lhe permitir estabelecer diferenças de estados, quando em oposição com o verbo *estar*, por exemplo, conforme ilustram os enunciados (168) e (169), seguintes:

(168) Aquela criança *é* doente.

(169) Aquela criança *está* doente.

Nenhum falante da língua titubearia em admitir que, em se tratando do enunciado (168), a doença é inerente à criança, enquanto, em se tratando de (169), ela não o é. Estabelece-se, portanto, entre as duas formas verbais uma oposição que se fundamenta no traço [+ transitório] do verbo *estar* e [- transitório] do verbo *ser*. Não se pode contestar que, ao se expandirem semanticamente, os verbos *ser* e *estar* foram-se impregnando de abstraticidade a ponto de perderem conteúdo nocional, passando a incorporar funções gramaticais, mas também não se pode afirmar que tais verbos esvaziaram-se plenamente de sua carga semântica, como acontece com os verbos que formam perífrases verbais. Na verdade, a função copulativa é apenas um estágio mais inicial da gramaticalização desses verbos e, como tal, admite ainda algumas nuances do seu valor nocional. Expandindo-se analogicamente a interpretação dada ao verbo *ser* para o verbo *estar*, chegou-se à conclusão de que o raciocínio de considerar os verbos relacionais como

usos gramaticalizados pode ser aplicado não apenas aos dois verbos analisados por esse estudo, mas também aos demais verbos relacionais da língua, como *ficar*, *permanecer*, *continuar* e *andar*, por exemplo, conforme ilustram os enunciados arrolados a seguir:

(170) Aquele menino manhoso *ficou emburrado* a festa toda.

(171) Aquele menino manhoso *permaneceu emburrado* a festa toda.

(172) Os brasileiros *continuam desiludidos* em relação à ética na política.

(173) Os brasileiros *andam desiludidos* em relação à ética na política.

Os verbos relacionais que integram as perífrases de participio ilustradas acima representam expansões mais abstratas de suas formas plenas, já que não mais preservam o seu valor nocional. Porém, uma análise mais aprofundada do processo de gramaticalização desses verbos plenos foge ao escopo desse estudo e abre precedente para pesquisas futuras.

Frente às generalizações aqui alcançadas, torna-se possível propor uma nova classificação para os verbos da Língua Portuguesa com base em seus traços de auxiliarização:

FIGURA 8: Proposta de classificação dos verbos da Língua Portuguesa

DESCRIÇÃO ESTRUTURAL	CLASSIFICAÇÃO	EXEMPLIFICAÇÃO
[+ lexicais – auxiliares]	Verbos plenos	Pedro <u>tem</u> um carro bom.
[- lexicais + auxiliares]	Verbos auxiliares	Pedro <u>tem trabalhado</u> muito.
[+ lexicais + auxiliares] ⁵⁵	Verbos modais	Pedro não <u>quer vender</u> o carro.
[- lexicais - auxiliares]	Verbos relacionais	Pedro <u>é</u> trabalhador.

⁵⁵ A classificação desses verbos foi apenas identificada no âmbito desse estudo, mas a sua descrição não foi feita por fugir ao objeto de análise aqui delimitado, estando, portanto, o espaço aberto para pesquisas futuras.

O quadro apresentado propõe uma classificação verbal que contempla os quatro tipos de verbos existentes na Língua Portuguesa com base em um feixe de traços que se pauta pelo critério da auxiliarização. Assim, há a possibilidade de se encontrarem formas verbais que integram a categoria do léxico, prestando-se à função de referenciação: são os verbos plenos ou nocionais, numa metalinguagem tradicional. Por outro lado, há formas verbais que já se destituíram de sua capacidade de referenciação e assumiram funções gramaticais: são os verbos auxiliares, que passam a demarcar modo, tempo, número, pessoa, voz e aspecto. Há, ainda, formas verbais que, a despeito de terem assumido funções gramaticais, preservam ainda traços nocionais que lhes permitem exercer a referenciação: são os verbos modais. Por fim, existem aquelas formas verbais que já se destituíram de suas funções referenciais e assumiram parte de sua função gramatical, mas ainda não se congregaram sintaticamente a outras formas verbais para constituir as perífrases: trata-se dos verbos relacionais ou de ligação, conforme os classificam os gramáticos tradicionais. A classificação ora proposta desponta como mais uma contribuição deste estudo para uma descrição operacional do sistema verbal da Língua Portuguesa.

Um último aspecto que evoca reflexões em face das análises efetuadas diz respeito ao marco histórico em que ocorreu a gramaticalização dos auxiliares na Língua Portuguesa. Para empregar as palavras de Mattos e Silva (2001[1994]), “a questão do AUX [auxiliar] recobre diversificadas e atuais discussões teóricas que, transpostas para uma sincronia pretérita, novos e diferentes problemas levantam.” (p. 37). Segundo afirma essa estudiosa de questões diacrônicas da Língua Portuguesa, “os tempos compostos (...) ainda estavam em processo de gramaticalização do século XIV para o XV” (*op. cit.*, p. 40) e a difusão da estrutura própria do tempo composto só se efetivou na primeira metade do século XV. Contudo, considerando-se a análise diacrônica empreendida por este estudo e a metodologia adotada para conduzi-la, pode-se

afirmar que, em virtude da existência de registros de frequência gramatical de todas as cinco formas analisadas já no período arcaico, desde esse período os verbos auxiliares em estudo já haviam se gramaticalizado na Língua Portuguesa. Logo, a gramaticalização dos verbos *ter*, *haver*, *ser*, *estar* e *ir* como auxiliares no Português do Brasil não se consolidou somente na era moderna, como defende Mattos e Silva. Os índices de frequência gramatical identificados para essas formas verbais nos *corpora* desse estudo constituem uma evidência empírica para a afirmativa de que tais verbos já estavam gramaticalizados como auxiliares na língua desde o período arcaico. Na verdade, com a normalização da Língua Portuguesa, no século XV, o que ocorreu foi a estabilização das formas para obedecer aos paradigmas do sistema lingüístico e não a efetivação do processo de gramaticalização dos verbos auxiliares. Este ocorreu num estágio anterior da história da língua e já se encontrava, nos séculos XIV e XV, em processo de franca expansão.

Elucidadas as implicações teóricas advindas da pesquisa aqui realizada, é chegado o momento de se tecerem algumas considerações finais, o que constitui a essência da próxima seção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fito para o qual se direcionou este estudo foi a análise do fenômeno da auxiliarização na Língua Portuguesa. Endossou-se a hipótese já aventada por alguns estudiosos de que os verbos auxiliares resultam de um processo de gramaticalização de verbos plenos que, ao longo da história da língua, exoneram-se de algumas de suas funções lexicais em favor de funções gramaticais que passaram a desempenhar.

Para verificar a autenticidade da hipótese aventada, selecionaram-se cinco formas verbais prototípicas da Língua Portuguesa sobre as quais quase não pairam dissidências quanto à admissão de que constituem verbos auxiliares: *TER*, *HAVER*, *SER*, *ESTAR* e *IR*. Selecionados os objetos do estudo, optou-se por desenvolver uma pesquisa diacrônica de caráter quantitativo que buscasse determinar não apenas a frequência total das formas, mas também seus índices percentuais enquanto formas lexicais e enquanto formas gramaticais. O objetivo dessa quantificação foi o de avaliar a autenticidade da clássica afirmativa de que as formas em processo de gramaticalização tendem a se tornar mais frequentes no idioma. Além da quantificação da frequência, empreendeu-se ainda a árdua tarefa de mensurar estatisticamente a ocorrência de usos concretos e de usos abstratos dos itens em processo de gramaticalização, para verificar a existência de um processo metafórico de expansão do mais concreto para o mais abstrato, conforme ostentado pela literatura acerca do fenômeno da gramaticalização. Para a consecução dessa proposta, frente à imprecisão das controversas definições dos termos *concreto* e *abstrato*, foi imprescindível o estabelecimento de um critério de delimitação de concretude e de abstração

de valores semânticos pautado por bases etimológicas. Outro aspecto comumente reconhecido como um indício de um processo de gramaticalização é a fixidez das formas, que também foi analisada com base no estudo da distribuição sintática das perífrases verbais. Teceu-se ainda um sucinto comentário acerca da possibilidade de se registrar a perda de material fônico no processo de gramaticalização de verbos plenos em verbos auxiliares.

Os dados analisados e os resultados obtidos comprovaram parcialmente a hipótese aventada inicialmente: o recurso da auxiliarização tem sua gênese associada ao processo de gramaticalização de verbos plenos. Assim, na maioria das perífrases, no estágio inicial do processo, tem-se um verbo pleno de natureza polissêmica que, no percurso histórico da língua, esvazia-se de um de seus semas e seleciona uma forma nominal de outro verbo com a qual estabelece uma relação sintática de subordinação, formando uma forma perifrástica. Nessa nova relação de regência que se instaura entre os constituintes da perífrase, o verbo outrora de significação plena abdica-se de algumas de suas funções lexicais já enfraquecidas e assume funções gramaticais, passando a demarcar, em sua nova função, tempo, modo, número, pessoa, voz e aspecto. Apesar de esse ser o percurso mais comum da auxiliarização, há de se considerar, contudo, que algumas perífrases são formadas a partir de uma gradação de gramaticalidade, ou seja, o verbo auxiliar, um item já gramatical, acentua o seu índice de gramaticalidade ao se juntar à forma nominal e com ela constituir uma forma perifrástica, passando de um estágio menos gramatical para outro mais gramatical. É o que se verifica com as perífrases em que os verbos auxiliares são de natureza relacional. Assim, enquanto os verbos nocionais se gramaticalizam para constituir formas perifrásticas, tramitando de uma categoria lexical para uma categoria gramatical, os verbos relacionais acentuam o seu grau de gramaticalidade, tramitando de um estágio menos gramatical para um estágio mais gramatical.

Constatada a autenticidade parcial da hipótese endossada e comprovado o caráter diacrônico da auxiliarização, confirmou-se também, como já conjeturado, a tese de que o fenômeno da gramaticalização dos auxiliares compreende estágios. A primeira questão para a qual se buscou uma resposta se propunha a investigar o estágio de gramaticalização dos auxiliares na Língua Portuguesa. Os dados cotejados demonstraram que a auxiliarização localiza-se no segundo nível proposto por Lehmann (1982), ou seja, constitui-se no âmbito da sintaxe. Apesar de a literatura prever um ciclo hierárquico para a expansão do fenômeno da gramaticalização, a análise empreendida evidencia que o fenômeno da auxiliarização, em si, não comporta o desenrolar do processo. Caso isso venha a ocorrer, as formas integrantes da perífrase terão que se aglutinar, passando para o nível da morfologia. Nesse caso, será desfeita a auxiliarização e uma das formas integrantes da perífrase se tornará presa à outra. A consequência teórica dessa constatação é o esclarecimento de que a auxiliarização é apenas um dos primeiros estágios de gramaticalização de um verbo pleno, o qual poderá seguir seu curso até tornar-se um clítico, ou mesmo uma forma presa, como já ocorreu com o verbo *haver*, que, por questões diacrônicas, transformou-se no morfema de futuro do presente do indicativo. Diante das generalizações aqui postuladas, pode-se, então, assim caracterizar o processo de gramaticalização dos verbos plenos na Língua Portuguesa:

verbo pleno > (verbo relacional) > verbo auxiliar > clítico > morfema flexional > zero
--

É lícito afirmar que a escala apresentada acima endossa a cadeia de gramaticalização proposta por Hopper e Traugott (1993): o verbo pleno, que ocupa o ponto de partida do processo, constitui o item lexical proposto por Hopper e Traugott; o verbo relacional e o verbo auxiliar

constituem palavras gramaticais que podem vir a se tornar um clítico ou um afixo flexional, chegando mesmo, num estágio já bastante avançado de gramaticalização, a desaparecer do idioma, conforme previsão de Lehmann (1982).

A resposta à segunda e à terceira questão suscitadas pelo estudo radica-se no processo de subordinação e de regência que congrega as formas integrantes da perífrase. Como supramencionado, ao perder traços semânticos, o verbo pleno que se gramaticaliza em auxiliar subcategoriza uma forma nominal para com ele co-ocorrer. Portanto, em uma perífrase verbal, o auxiliar – ou auxiliante, para adotar a nomenclatura proposta por Benveniste (1995 [1966]) – interfere diretamente na seleção da forma auxiliada. A análise realizada fomentou a delimitação de dois fatores intervenientes no processo de seleção da forma nominal pelo verbo auxiliar: primeiramente, obedece-se à transitividade da forma auxiliar e, em segundo lugar, atende-se à compatibilidade de expressão aspectual entre os integrantes da perífrase. Assim, não se constituem, por exemplo, perífrases com o auxiliar *ser*, que é de natureza perfectiva, com o gerúndio, cuja natureza é imperfectiva. Considerando-se que tanto a forma auxiliante quanto a forma auxiliada contribuem para a expressão da categoria gramatical da perífrase, há de se estabelecer entre elas uma harmonia; caso contrário, a estrutura torna-se agramatical e é abortada pelo sistema.

A quarta pergunta desencadeadora da pesquisa buscou evocar questões referentes a uma provável relação entre o processo de gramaticalização de uma forma e o seu possível processo de restrição no âmbito do léxico. Numa primeira reflexão, é admissível cogitar-se a respeito da possibilidade de se estabelecer entre os dois fenômenos lingüísticos uma relação de proporcionalidade. Como a gramaticalização é tradicionalmente definida como a tramitação de um item do léxico para a gramática, é plausível a hipótese de que, à medida que o processo de

gramaticalização vá se tornando mais consistente, ocorra também um processo de deslexicalização do item, que perde suas funções de elemento lexical para incorporar funções gramaticais. Entretanto, a análise semântica das cinco formas verbais ao longo dos três períodos lingüísticos revelou que os dois fenômenos acontecem paralelamente na língua, não exibindo pontos de interferência. Esse paralelismo se deve à polissemia dos itens. Como o verbo pleno possui, geralmente, mais de um sema, enquanto um de seus semas vai-se esvaziando de suas atribuições lexicais para assumir funções gramaticais, os demais semas podem continuar seu processo de expansão no âmbito do léxico, o que não constitui, evidentemente, uma regra. Pode acontecer de, em decorrência de fatores tanto lingüísticos quanto extralingüísticos, um item restringir seu conjunto de semas, tornando-se menos preferido pelo falante. Essa restrição, na realidade, independe do seu processo de gramaticalização e é determinada por fatores pragmáticos, como já postulado por Meillet (1912). Se, por qualquer motivo, o usuário do sistema lingüístico entende que determinado item já não mais cumpre suas funções comunicativas a contento, ele o pretere em detrimento de outro que se presta ao exercício de tais funções, o que acarreta seu processo de deslexicalização. Vê-se, pois, que o fenômeno da gramaticalização resulta de uma recategorização de itens cujos semas tornaram-se tão abstratos a ponto de não mais cumprirem a função referencial exigida pela categoria lexical na qual até então se enquadravam, o que os obriga a se transladarem para uma nova categoria, cuja função é demarcar funções gramaticais. Nessa acepção, pode-se conceber a gramaticalização como um subconjunto da polissemia, constituído pelos semas que atingiram o ápice da abstração, o que os impediu de cumprir a atribuição referencial que lhe era outrora peculiar.

O quinto e o sexto problemas cujas soluções foram buscadas nos domínios dessa pesquisa procuraram estabelecer uma espécie de cronologia da auxiliarização na Língua Portuguesa. A

princípio, acreditava-se que a primeira das cinco formas verbais a se gramaticalizar fosse o verbo *haver*. Essa crença foi determinada pela unanimidade com que todos os gramáticos consultados atestam o estatuto auxiliar desse verbo. Contudo, os dados levantados nos *corpora*, bem como as reflexões desenvolvidas demonstraram que a primeira das cinco formas verbais a se gramaticalizar foi o auxiliar *ser*. Este já era empregado como auxiliar da voz passiva na Língua Latina, função que desempenha ainda hoje. Portanto, quando passou a integrar a Língua Portuguesa, já apresentava tanto o caráter lexical quanto o gramatical. Dando seqüência a esta cronologia, surge o verbo *haver* que, segundo informações obtidas em Vincent (1982) e em Mattos e Silva (2001 [1994]), gramaticalizou-se como auxiliar ainda na fase do Romance, quando, com a decadência do domínio romano, a Língua Latina vulgarizou-se, passando a ser falada em diversas regiões européias. Embora ainda figure em alguns contextos lingüísticos como verbo auxiliar na contemporaneidade, o verbo *haver* não é hoje de uso tão recorrente quanto o fora no período arcaico, já que, conforme demonstrou a análise semântica empreendida, esse verbo está enfrentando um processo de deslexicalização cujo início data do período moderno. A terceira forma verbal a se gramaticalizar como auxiliar foi, provavelmente, considerando-se o critério da freqüência, o verbo *estar*, cuja gramaticalização remonta ao século XIV, quando se falava ainda o Galego-português. Superada a concorrência semântica com o verbo *ser*, que se identificou tanto no período arcaico quanto no período moderno, esse verbo expandiu significativamente o seu processo de gramaticalização, sendo empregado, na contemporaneidade, majoritariamente como item gramatical, assim como o verbo *ser* e também o verbo *ir*, que, possivelmente, foi a quarta forma verbal a se tornar um item gramatical. O fato de ter-se gramaticalizado há tanto tempo e de não ter enfrentado a concorrência de nenhum outro auxiliar, como foi o caso do verbo *haver*, pode constituir um argumento para justificar o fato de, no estágio atual da língua, o verbo *ir* ser empregado mais como forma gramatical que como forma

lexical. A despeito de constituir perífrases tanto com o infinitivo quanto com o gerúndio, aquelas parecem ser mais gramaticais que estas, uma vez que, quando se combina com o infinitivo, o auxiliar presta-se à expressão do tempo futuro, não exibindo mais qualquer resquício de seu valor etimológico. Em contrapartida, quando se combina com o gerúndio, o auxiliar mantém ainda seu valor etimológico, conforme demonstram os enunciados (174) e (175) seguintes:

(174) Muitas pessoas não *vão viajar* durante o período de férias em virtude das péssimas condições das estradas brasileiras.

(175) Enquanto vários deputados envolvem-se em escândalos por desvios de quantias vultosas de dinheiro, a maioria da população *vai vivendo* na mais profunda miséria.

Já, em se tratando do auxiliar *ter*, os dados coletados nos *corpora* acusaram apenas que, no período arcaico, tal verbo já era empregado em sua função gramatical, o que demonstra que o início de seu processo de gramaticalização também remonta ao período arcaico da Língua Portuguesa. Contudo, os baixos índices de sua frequência enquanto forma gramatical induz à crença de que seu processo de gramaticalização encontrava-se ainda em um estágio mais inicial, expandindo-se e consolidando-se ao longo dos períodos moderno e contemporâneo. Vê-se, pois, que o processo de gramaticalização dessas cinco formas auxiliares é bastante longo na língua, já que antecede o período arcaico do Português. Logo, pode-se afirmar que as cinco formas auxiliares prototípicas da Língua Portuguesa são um legado histórico românico, já que todas elas se gramaticalizaram antes da constituição da língua.

A sétima questão se reveste de um aspecto funcional bastante relevante, já que se buscou investigar a regularidade do processo de auxiliarização na língua, com vistas a empreender um quadro de operacionalização dos auxiliares no Português do Brasil. Essa parece uma proposta um tanto quanto ousada, porque, como já mencionado nas considerações iniciais deste estudo, Pontes

(1973, p. 39-40) acredita que “não é possível afirmar que todos os chamados auxiliares tiveram evolução semelhante.” Essa autora defende o estudo da auxiliarização numa perspectiva meramente sincrônica, em virtude da perspectiva teórica vigente na época; entretanto, não pairando dúvidas de que este é um processo de natureza diacrônica, advoga-se em favor da melhor propriedade de se concebê-lo nessa perspectiva. Os dados analisados acenaram para uma certa regularidade diacrônica no processo lingüístico que faz de um verbo pleno um verbo auxiliar. Como já descrito quando se respondia à primeira questão proposta por este estudo, os verbos auxiliares são, na sua maioria, palavras gramaticais que se originaram de palavras lexicais mediante um processo de gramaticalização. Além disso, estabelece-se entre os constituintes da perífrase verbal uma relação de regência que determina a seleção de uma forma pela outra. Apesar de o fenômeno se efetivar em momentos distintos da história da língua e também de o processo de lexicalização de cada uma das formas analisadas seguir um trajeto próprio, acredita-se que o processo da auxiliarização seja regular na Língua Portuguesa, apresentando um percurso claramente definido: verbo pleno > (verbo relacional) > verbo auxiliar. A tese de Pontes (1973) apenas pode ser endossada se se considerar que o processo de gramaticalização de auxiliares nocionais se difere daquele em que as perífrases são constituídas por verbos relacionais. Ainda assim, é possível identificar entre o grupo uma regularidade: enquanto, em se tratando de perífrases constituídas de verbos nocionais, a tramitação do auxiliar se dá diretamente do léxico para os domínios da gramática, em se tratando de verbos relacionais, a tramitação se dá de um estágio menos gramatical para outro mais gramatical, uma vez que, como aqui defendido, os verbos relacionais já constituem usos gramaticalizados de verbos plenos.

A oitava questão investigada buscou comparar o nível de produtividade dos verbos relacionais e dos verbos nocionais para o processo de auxiliarização e sua resposta, de certa

forma, relaciona-se à sétima questão acima apresentada. A seleção das formas para estudo contemplou três verbos nocionais e dois verbos relacionais e os dados analisados induzem à conclusão de que ambos são igualmente produtivos em termos de auxiliarização. A diferença semântica que se estabelece entre esses dois tipos de verbo já é tributária de seu processo de gramaticalização. Assim, enquanto os verbos nocionais exibem conteúdo nocional na condição de formas simples, os verbos relacionais não o fazem porque, na função copulativa que ora se apresentam, já são itens gramaticalizados. Entretanto, em termos de produtividade, o tipo de verbo não interfere no percurso do processo que, como já demonstrado, é de natureza sintática. O que se observa de diferente entre esses dois tipos de verbo, além da já mencionada recategorização gramatical, é o fato de, em virtude de sua transitividade, os auxiliares relacionais selecionarem apenas formas nominais de natureza adjetiva para co-ocorrerem com eles e também o fato de serem os únicos a constituírem perífrases cuja concordância se marca tanto na forma auxiliar quanto na forma auxiliada. As perífrases constituídas de auxiliares oriundos de verbos nocionais apenas exibem as marcas de concordância na forma auxiliar, mantendo invariável a forma auxiliada. As perífrases constituídas de *estar* + gerúndio, como aqui defendido, não são, portanto, originárias da gramaticalização de um verbo relacional, mas de um verbo nocional. O fato de o verbo auxiliar subcategorizar, nesse contexto, uma forma nominal de natureza [-particípio] e também de as flexões serem marcadas apenas na forma auxiliar comprovam essa teoria. Assim, apenas as perífrases constituídas de *estar* + particípio são oriundas de verbo relacional.

As duas últimas questões problematizadas por este estudo se inter-relacionam, uma vez que visaram a analisar a possibilidade de se registrar uma concorrência entre formas auxiliares em processo de expansão gramatical. A análise desenvolvida comprova a possibilidade de uma

concorrência nos termos labovianos apenas entre determinadas formas plenas e entre suas respectivas formas auxiliares; jamais entre as formas plenas e as formas auxiliares. A existência de semas comuns entre determinadas formas verbais permite uma interseção entre elas em algum ponto do processo, o que faculta a possibilidade da confluência, tornando-as variantes lingüísticas. Há de se assinalar, porém, que, em se tratando de formas auxiliares, pode ocorrer de uma forma lingüística não vir a suplantar a outra. Foi o que ocorreu, por exemplo, com os auxiliares *ser* e *estar* que, por um longo período da história da língua, figuraram nos mesmos contextos lingüísticos, exibindo, portanto, o mesmo valor de verdade. As duas formas verbais apresentavam comportamentos tão imbricados que chegaram a assumir atribuições funcionais bastante semelhantes: ambas são auxiliares de diátese, diferindo-se apenas por funções aspectuais determinadas por questões diacrônicas específicas. A partir do período contemporâneo, contudo, essas formas se estabilizaram semanticamente, não exibindo mais contextos comuns. Essa delimitação de contextos, entretanto, não provocou o desaparecimento de uma das formas. Além dos auxiliares *ser* e *estar*, registrou-se também uma concorrência entre as formas *ter* e *haver*. Essa concorrência foi mais acirrada que aquela verificada com os dois auxiliares anteriormente mencionados e provocou, em alguns contextos, a suplantação de uma das formas. No estágio atual da Língua Portuguesa, o auxiliar *haver* exibe índices de frequência residual nos tempos compostos do perfeito. Nesse contexto, a preferência do falante é pelo auxiliar *ter*, relegando a forma *haver* para aqueles contextos em que o nível de formalidade exigido para o discurso é bastante elevado. Contudo, essa concorrência estilística não se comprova em todos os contextos sintáticos. Em se tratando da auxiliarização de modalidade, os auxiliares *ter* e *haver* não exibem o mesmo valor de verdade e, por isso, apresentam-se em distribuição complementar na Língua Portuguesa do Brasil, embora já seja possível identificar entre ambas as formas uma reanálise semântica que, em alguns contextos específicos, neutraliza a oposição modal de obrigatoriedade e

de volição. Acredita-se que, em virtude das especificidades semânticas que cada uma das formas impõe ao enunciado em determinados contextos, não há a possibilidade de uma forma vir a suplantar a outra também na auxiliarização de modalidade. Isso prenuncia a permanência do verbo *haver* no idioma brasileiro, ainda que em contextos mais reduzidos que aqueles já outrora apresentados. No que concerne ainda à concorrência de formas, a pesquisa realizada identificou uma peculiaridade da gramaticalização em relação aos demais processos de variação e mudança lingüística. Durante o processo de tramitação de um item da categoria lexical para a categoria gramatical, não se verifica uma concorrência entre as formas no sentido laboviano do termo, uma vez que tanto a forma lexical, quanto a gramatical continuam a existir na língua. Não existe, pois, em se tratando da gramaticalização, uma substituição de formas. Diante de tais constatações, pode-se entender o fenômeno da gramaticalização não como um processo desencadeador da mudança lingüística, mas como um processo que age em sua difusão, permitindo que os itens cooptados se expandam analogicamente na língua.

Além das respostas apresentadas para as questões geratrizes da pesquisa, os dados encontrados permitiram, por fim, a proposição de uma classificação dos verbos da Língua Portuguesa com base em seu traço de auxiliarização e, conseqüentemente, em seu processo de gramaticalização. Assim, acredita-se que o elenco de verbos da Língua Portuguesa pode ser distribuído em quatro grupos: (a) aquele constituído por verbos que conservam seus traços de forma plena e ainda não assumiram traços gramaticais – os classificados de *nacionais* pela tradição gramatical; (b) aquele formado por verbos que perderam sua propriedade de referenciação e assumiram traços gramaticais – os verbos auxiliares; (c) aquele composto pelos verbos que perderam sua propriedade de referenciação, assumindo a função gramatical de mediar a cópula, mas não se agregaram ainda a uma forma nominal para constituir uma perífrase – os

verbos classificados de relacionais ou de ligação pela tradição gramatical; e (d) aquele constituído por verbos que, apesar de conservarem a sua propriedade de referenciação, já se agregaram a formas nominais para constituir as perífrases verbais – os denominados verbos modais.

Acredita-se que as generalizações aqui apresentadas possam contribuir, de alguma forma, para a elucidação de questões referentes ao paradigma de auxiliarização da Língua Portuguesa do Brasil. Contudo, como já assinalado por Mattos e Silva (2001[1994]), os problemas tocantes aos verbos auxiliares são complexos e instigantes e, como tais, prototípicos para suscitar sempre novas investigações e, provavelmente, novas conclusões, o que só tem a contribuir para a melhor descrição dos fatos lingüísticos do Português, uma vez que a dinamicidade de uma língua não se esgota em um trabalho de pesquisa, por mais exaustivo que este se proponha.

REFERÊNCIAS

- AFONSO X, o Sábio. *Cantigas de Santa Maria*: glossário. Edição crítica de Walter Mettemann. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1972.
- ANDERSEN, Henning. Abductive and deductive change. In.: *Language*, [S.l.], v. 49, p. 765-793, 1973.
- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro : Delta S.A., 1958.
- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália*: novela sociolinguística. São Paulo : Contexto, 1997.
- BARBOSA, Osmar. *Dicionário de verbos da Língua Portuguesa*. [S.l.] Tecnoprint, [19??]. (Dicionários Ediouro).
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 10. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1966.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luísa Neri; Rev. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas, SP : Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995. (Linguagem crítica)
- BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe clássica português*. Belo Horizonte : Edição do autor, 1963.
- BYBEE, Joan L.; PAGLIUCA, William. Cross-linguistic comparison and the development of grammatical meaning. In. Jacek Fisiak, ed., *Historical Semantic and Historical Word Formation*, pp. 58-83. Berlin: de Gruyter, 1985.
- BYNON, Theodora. *Historical linguistics*. Cambridge : Cambridge University Press, 1985.
- BYNON, Theodora. August Schleichner: indo-europeanist and general linguist. In.: BYNON, T.; PALMER, F. R. (org.). *Studies in the history of western linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. cap. 9, p. 129-149.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Princípios de Lingüística Geral*. 3. ed. Rio de Janeiro : Livraria Acadêmica, 1959.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. 2. ed. Rio de Janeiro : J. Ozon Ed., 1964.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 28. ed. Petrópolis : Vozes, 1998.

CAMPOS, Odette G. L. Altmann de Souza. Um aspecto da gramaticalização de auxiliares: a interveniência de elementos entre o auxiliar e a perífrase. *Veredas: revista de Estudos Lingüísticos*, Juiz de Fora, vol. 2, n. 3, pp. 77-83, jul./dez. 1998.

CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), 1994. Disponível em: <http://www.ceha-madeira.net/>. ANTONIL. *Cultura e opulência no Brasil na lavra do açúcar. Engenho real moente e corrente* (1711).

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. Gramaticalização e reanálise na língua portuguesa. In: GALERY, Laura; FARIAS, Maria Eneida Victor (orgs.). *Caligrama*. Revista de estudos românicos. Belo Horizonte, v. 1, pp. 43-52, out. 1988.

COHEN, M. A.; PRADO, S.; SEABRA, M. C. (orgs.). BTLH – Dados de Barra Longa, MG. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*. N. 2. São Paulo : Humanitas, FFLCH/USP, 1998.

COHEN, Maria Antonieta. *BTLH – banco de textos para pesquisa em lingüística histórica: textos dos séculos XIV ao XX*. Edição eletrônica. Fale/UFMG/CNPq, 1999.

COMBA, Júlio. *Gramática latina: para seminários e faculdades*. 4. ed. rev. e adap. à nomenclatura gramatical brasileira. São Paulo : Editora Salesiana Dom Bosco, 1991.

COMRIE, Bernard. *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge : Cambridge University Press, 1976.

COSTA, José Pereira da. *Vereações da Câmara Municipal do Funchal Século XV*. Núcleo para Estudo da História do Municipalismo no Mundo Português. In.: CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), 1994. Disponível em: <http://www.ceha-madeira.net/>.

COSTA, Sônia Bastos Borba. *O aspecto em português*. 2. ed. São Paulo : Contexto, 1997. (Repensando a Língua Portuguesa).

CUNHA, Celso Ferreira da ; CINTRA, Luís. F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. 12. ed. 2. tir. Rio de Janeiro : FAE, 1990.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Índice do vocabulário do português medieval*. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e acrescida de um suplemento. 8. Impressão. Rio de Janeiro : Nova Fronteira. 1997.

DIAS, Augusto Epiphany da Silva. *Syntaxe Histórica Portuguesa*. 4. ed. Lisboa : Clássica, 1959.

DIAS, João José Alves (transc.) *Livro dos conselhos de El-rey D. Duarte* (livro da cartuxa). Lisboa : Estampa, 1982.

DIEHL, Lon. *Space case: some principles and their implications concerning linear order in natural language*. Working paper 19. University of North Dakota : Summer Institute of Linguistic, 1975.

DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de Lingüística*. Trad. Izidoro Blikstein. 10. ed. São Paulo : Cultrix, 1997.

FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo : Parábola Editorial, 2005. (Na ponta da língua; v. 12)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GARÇÃO, Correia. *Obras completas*. Lisboa : Livraria Sá da Costa, 1982, v. II. (Prosas e Teatro).

GIVÓN, Talmy. Historical syntax and synchronic morphology: an archaeologist's field trip. *Chicago Linguistic Society*. [S.l.], v. 07, p. 394-415, 1971.

GIVÓN, Talmy. *On understanding grammar*. New York/San Francisco/London : Academic, 1979a.

GÓES, Carlos. *Methodo de Analyse*. 2. ed. Belo Horizonte : Beltrão & Co., 1917.

GREEN, John N. The status of the romance auxiliaries of voice. In.: VINCENT, Nigel; HARRIS, Martin (orgs.) *Studies in the Romance Verb*. London: Croom Helm Ltd, 1982, p. 97-138.

GREEN, Georgia M. *Pragmatics and natural language undestandig*. Hillsdale, NJ : Erlbaum Associates, 1989.

HARBSMEIER, Christoph. *Wilhelm von Humboldts Brief an Abel Rémusat und die philosophische Grammatik des Altchinesischen*. Grammatica Universalis 17. Stuttgart/Bad Canstatt : Erich Fromman, 1979.

HARRIS, Martin. The 'past simple' and the 'present perfect' in romance. In.: VINCENT, Nigel; HARRIS, Martin (orgs.) *Studies in the Romance Verb*. London: Croom Helm Ltd, 1982, p. 43-70.

HEIDEGGER, Martin. A Tese de Kant sobre o Ser. In.: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HEINE, Bernd; HEH, Mechthild. *Grammaticalization and reanalysis in African languages*. Hamburg: Helmut Buske, 1984.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago and London : The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge : Cambridge University Press, 1993.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro : Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo : Ática, 1992.

ILARI, Rodolfo. *A expressão do tempo em português*. 2. ed. São Paulo : Contexto, 2001. (Repensando a Língua Portuguesa).

JORNAL HOJE EM DIA. Edições eletrônicas de 02 a 04 de abril de 2000. Disponível em <http://www.hojeemdia.com.br/hojedia.cgi>. Acesso em: 06/04/2000.

KANT, Emmanuel. *Critique de la raison pure*. Paris: Gallimard. Ed. Francesa de Immanuel Kant, Kritik der reinen Vernunft (1781), 1980.

KAYNE, Richard. On certain differences between French and English. *Linguistic Inquiry*. Massachusetts Institute of Technology, v. 12, n. 3, p. 349-371, Summer 1981.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Lisboa : Edições 70, 1969. (Coleção Signos)

KROCH, Anthony. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change*. LOCAL DE PUBLICAÇÃO? v. ??? n. 1, 1989, p. 199-244.

KURY, Adriano da Gama. *Pequena gramática: para a explicação da Nova Nomenclatura Gramatical*. Rio de Janeiro : Agir, 1967.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 4. ed. São Paulo : Ática, 1990. (Série Fundamentos).

KURYLOWICZ, Jerzy. The evolution of grammatical categories. KURYLOWICZ, Jerzy. *Esquisses Linguistiques II*. München : Fink, p. 38-54, 1965.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. The use of the present to explain the past. In.: HEILMANN, L. (Ed.) *Proceedings of the 11th International Congress of Linguists*. Bologna : II Molino, 1975a, p. 825-851.

LALANDE, André. *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*. 16. ed. Paris : PUF, 1988.

LEÃO, Ângela Vaz. *Consulta* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por sucoelho@triang.com.br em 15 jul. 2004.

LEHMANN, Christian. *Trougths on grammaticalization: a programmatic sketch*. Colônia : Arbeiten des Kölner Universalien Projekts 48, 1982.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge : Cambridge University Press, 1983.

LIGHTFOOTH, David. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge : Cambridge University Press, 1979.

LIGHTFOOTH, David. *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge, MA : The MIT Press, 1991.

LYONS, John. A note on possessive, existential and locative sentences. In. *Foundations of language*. 3 : 390-96, 1967.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1959.

MAGNE, Augusto. *Dicionário da língua portuguesa: especialmente dos períodos medieval e clássico*. Rio de Janeiro : INL, 1950.

MAIA, Clarinda de A. *História da língua portuguesa: guia de estudo*. Coimbra : Faculdade de Letras, 1995.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 2. ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1998.

MARIA DO CÉU, S. Aves ilustradas em avisos para as religiosas servirem os ofícios dos seus mosteiros. In.: FERREIRA, J. P (ed.). *Novelistas e contistas portugueses dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1981.

MARQUES, Maria Helena Duarte. *Iniciação à semântica*. 4. ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1999. (Coleção Letras).

MARTELLOTA, M; VOTRE, S.; CEZARIO, M. M. (orgs.). *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1996.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. (Estudos Gerais Série Universitária).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. 2. ed. São Paulo : Contexto, 2001. (Repensando a Língua Portuguesa).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 5. ed. São Paulo : Contexto, 2002. (Repensando a Língua Portuguesa).

MATTOSO, José. *Narrativa dos livros de linhagens*. Lisboa : Imprensa Nacional : Casa da Moeda, 1983.

MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1948.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro : Livraria Acadêmica, 1968.

MENDES, Ronald Beline. *A gramaticalização de estar + gerúndio no português falado*. 1999. 110p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo : Companhia Melhoramentos, 1998.

MORELO, Sonila. *A relativização da verdade em Herótodo*. 2000. 000p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte.

NASCIMENTO, Milton do; DILLINGER, Mike. The lexicon and the form of a minimalist grammar: evidence from Brazilian Portuguese. In.: SCHLIENBEN-LANGE, B; KOCH, I. V.; JUGBLUTH, K. (Orgs.). *Dialog Zwischen den Schulen*. Münster, 2003, v. 1, p. 155-179.

NELFE (Núcleo de Estudos Lingüísticos da Fala e Escrita). Departamento de Letras da UFPE, 1994. Coordenador Geral: Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo : Editora UNESP, 2000.

OCKHAM, Guilherme de. *Lógica dos termos*. trad. Fernando Pio de Almeida Fleck; introd. Paola Müller. Porto Alegre : EDIPUCRS, 1999. (Coleção Pensamento Franciscano, v. 3).

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In.: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo : Cortez, 2001. v. 2, cap. 1, pp. 17-46.

OLIVEIRA, José Lourenço de. *Da vida à vivência: conceitos de lingüística fabular*. Organização, estudo crítico e notas Johnny José Mafra; introdução Samuel Moreira da Silva. Belo Horizonte : PUC Minas, 2002.

- PAIVA, Dulce de Faria. *História da Língua Portuguesa II* : século XV e meados do século XVI. São Paulo : Ática, 1988. (Série Fundamentos).
- PALMER, L. R. *The Latin Language*. London: Faber & Faber, 1954.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica Expositiva*: curso superior. 2. ed. São Paulo : Duprat & Co., 1909.
- PERINI, Mário Alberto. *Sintaxe portuguesa*: metodologia e funções. São Paulo : Ática, 1989. (Básica Universitária).
- PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 3. ed. São Paulo : Ática, 1989.
- PESTANA, Maria Helena; GAGEIRO, João Nunes. *Análise de dados para ciências sociais*: a complementaridade do SPSS. 3. ed. rev. aum. Lisboa: Edições Silabo, 2004.
- PIERCE, Charles Sanders. *Collected papers*, ed. by Charles Hartshorne and Paul Weiss. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931.
- PONTES, Eunice. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis : Vozes, 1973. (Perspectivas Lingüísticas/10)
- POUNTAIN, Christopher. Essere/Stare as a Romance Phenomenon. In.: VINCENT, Nigel; HARRIS, Martin (orgs.) *Studies in the Romance Verb*. London: Croom Helm Ltd, 1982, p. 139-160.
- RAMOS, Jânia. O uso das formas você, ocê e ce no dialeto mineiro. In.: *Da Hora* (ed.), Diversidade Lingüística no Brasil, 1997. p. 43-60.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da gramática*: a faculdade da linguagem. Lisboa : Editorial Caminho, 1992. (Série Lingüística).
- RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portugueza*. 2. ed. São Paulo : Teixeira & Irmãos, 1885.
- RIBEIRO, João. *Grammatica Portuguesa*: curso médio. 37. ed. Rio de Janeiro : F. Alves, 1926.
- RIBEIRO, Ilza. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas ter, haver e ser. In.: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (orgs.). *Português brasileiro*: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. cap. XI, p. 343-386.
- ROBERTS, Ian; ROUSSOU, Anna. *Syntactic change*: a minimalist approach to grammaticalisation. (To appear with Cambridge University Press), 2001.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

RÓNAI, Paulo. *Curso básico de Latim: gradus secundus*. 4. ed. São Paulo : Cultrix, 1986.

ROSA, Guimarães. Sarapalha, 1946. In: Brazil: news from Brazil. Disponível em: <http://www.brazil-brasil.com/shosep96.htm>.

SAID ALI, M. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8. ed. rev. e atual. Por Mário Eduardo Viaro. São Paulo : Companhia Melhoramentos : Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília, 2001.

SILVA NETO, Serafim da. *Bíblia medieval portuguesa*. Rio de Janeiro: INL, 1958. 4v.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. 20. ed. São Paulo : Cultrix, 1997.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance, communication and cognition*. Cambridge, MA : Harvard University Press, 1986.

SPINA, Segismundo. *Apresentação da lírica trovadoresca*: introdução, antologia crítica, glossário. Rio de Janeiro: Academia, 1956.

SPINA, Segismundo. *História da Língua Portuguesa III* : segunda metade do século XVI e século XVII. São Paulo : Ática, 1987. (Série Fundamentos).

SWEETSER, Eve E. *Grammaticalization and semantic bleaching*. In: Axmaker *et al.*, p. 389-405, 1988.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. ed. rev. Uberlândia : Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos (2002). Verbos de ligação: itens lexicais ou gramaticais?. *Estudos Lingüísticos XXXIII*. Campinas, SP: Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo / UNICAMP, 2004: 01- 06 (Revista Publicada em CD-ROM – ISSN: 1413 0939). Artigos indexados no LLBA (Linguistic and Language Behavior Abstracts) e no MLA (Modern Language Association).

TRAVAGLIA, Luiz Carlos (2003). *Verbo ser – Um verbo essencialmente gramatical*. Trabalho apresentado na mesa-redonda “A hipótese da unidirecionalidade e as mudanças no estatuto categorial de verbos no português do Brasil” no XII Congresso da Associação de Estudos da Linguagem do Estado do Rio de Janeiro, realizado no período de 17 a 19/11/2003, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: cópia de inédito: 9 p.

VIANNA, Humberto Luiz Galupo. *A estrutura modal + infinitivo em português: gramaticalização e modalização*. 2000. 216 f. Dissertação (mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

VICENT, Nigel. The development of the auxiliaries *habere* and *esse* in Romance. In.: VINCENT, Nigel; HARRIS, Martin (orgs.) *Studies in the Romance Verb*. London: Croom Helm Ltd, 1982, p. 71-96.

VITRAL, Lorenzo Teixeira. *Sobre a complementação infinitiva em Português*. 1987. 149 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.

VITRAL, Lorenzo Teixeira. A forma *cê* e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, ano 5, n. 4, v. 1, p. 115-124, jan./jun. 1996.

VITRAL, Lorenzo Teixeira; RAMOS, Jânia. Gramaticalização de “*ocê*”: um processo de perda de informação semântica? *Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo : Humanitas Publicações. 1999. v. 3, p. 55-64.

VITRAL, Lorenzo Teixeira. A negação: teoria da checagem e mudança lingüística. *D.E.L.T.A.: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. São Paulo : EDUC, v. 15, n. 1, p. 57-84, 1999.

VITRAL, Lorenzo Teixeira. O papel da frequência na identificação de processos de gramaticalização. *Scripta*. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas. Belo Horizonte, 2005 (no prelo).

APÊNDICES

APÊNDICE A

VALORES SEMÂNTICOS DE “TER” LEXICAL

- **Estar na posse de, possuir**

“Estando en’esto, veerom-lhi messejeiros que Aboemar, rei de Tunice e da Berberia lhe filhara vilas e castelos, e que profaçava del porque fora vençudo de tam poucos cristãos. El fillhou desto gram sanha, e daqueles cavaleiros que tiinha pera viir sobre la Espanha, apartou deles cinquenta mil dos melhores, e foi-se a el.” (LINHAGENS, p. 140, grifo nosso)

- **Haver, existir**

“(…) entre os criadores de sua casa tinha um moço natural da terra, que pela conversação sabia a língua; (...)” (AVES, p. 374, grifo nosso)

- **Apresentar, mostrar**

“Senhor de muytas destas cousas eu bem creyo que attes agora fuy grande parte aJudador mas prouuese a deus que todos tyuessem tal vontade de ser emendado qual eu tenho, e com a sua aJuda entendo que o seria em breue tempo(...)” (DOM DUARTE, p. 38, grifos meus)

- **Alcançar, conseguir, obter**

“(...) e aJnda que eu bem seu que por azo da mjnha partida o senhor rey e uos tendes agora mais encarreguos, se me deus encamjnhar bem, e mjnha ujda aqua ou ala tornar d asesequo eu espero nele de uos escusar daqueles que por meu azo tendes de presente, e aJudar em toda outra cousa que eu sentir que he uoso seruiço e emenda daquestes empaços.” (DOM DUARTE, p. 55, grifo nosso)

- **Dispor de**

“Pareçe me senhor que pois por autorjdade do poderio que uos deu/ uos tendes poder de dardes administração de muytas albergarias e capelas que as deueis de dar a tais pessoas que as minjstrasem a seruiço de deus, (...)” (DOM DUARTE, p. 30, grifo nosso)

- **Acreditar**

“senhor este liuio que uos enuia o prio de Sam Jorge reprende tanto a luuamynha que se eu non entendesse que aquele nome significa louuor mentideyro ou louuor uerdadeyro com tenção maliciosa eu non fora ousado tal Carta escrever// mas porque eu tenho que aquelo sinifica e que o que em esta he contheudo em uoso louuor eu o creio per coração e em todo lugar o afyrmo pola boca (...)” (DOM DUARTE, p. 89, grifo nosso)

- **Manter**

“El-Rey, em quanto el esto disse, teue as mãos na asta della, dizendo que assy era elle prestes pera defemder a uida e corpo por homra e defemssom delles (...)” (DOM JOÃO, p. 19, grifo nosso)

- **Gozar, desfrutar**

“Senhor, se tu a mim talhas a cabeça, eu nom recebo gram perda, porque a mea vilhice é grande, e tenho pouco de viver”. (LINHAGENS, p. 138, grifo nosso)

- **Considerar, julgar**

“(...) e os que tomaseis por escudeiros fosem homens fidalgos e de bom linhaJem/ e da outra somenos nan fose posta em este grao nenhu, saluo por algu estremado serujço que fizese, e asy se teria cada hu por contente de serujr o que lhe pertencese.” (DOM DUARTE, p. 37, grifo nosso)

- **Adotar, proceder**

“E porque em começo de cada huum reyando costumamos de poer parte das bomdades de cada huum rey, nom desuyando da hordem primeira tal modo quiseramos teer com este.” (DOM JOÃO, p. 01, grifo nosso)

- **Estar**

“E nom dultedes que, pela sua vertude e por os boos fidalgos vossos naturaes que aqui teedes, havedes de vencer estas lides, e vós havedes de vencer primero”. (LINHAGENS, p. 131, grifo nosso)

- **Dispensar, despender**

“(…) deixando senhor de mais escrever sobre os geraeis conselhos que a todo tempo pertence torno a este de começo de uoso reynado e parece me que deues em ele ter certos cuydados e auysamentos.” (DOM DUARTE, p. 76, grifo nosso)

- **Encontrar-se com**

“(…) Joham Rodriguez, vemdo que lhe nom compria meter-se soo a cauallo entrelles, deçeo-sse logo a pee, e com a lamça darmas nas mãos os leuaua todos amte ssy, em guissa que se nom ousauom de teer com elle.” (DOM JOÃO, p. 23, grifo nosso)

- **Sentir, experimentar**

“Certo de que tal comunicação, se os anjos vos não ajudaram invisíveis, vos tiveram inveja declarados; (...) (AVES, p. 373, grifo nosso)

- **Produzir, efetuar**

“(…) sou servido ordenar ao Provedor da minha Real fazenda das Minas Geraes ponha tão bem a lanços o Retabulo da Capella mor e sachristia da Igreja da frequezia de S. Joze da Barra Longa novamente erecta e porque para ter o seu devido efeito necessitava de Provisão

do me Tribunal (...)” (BARRA LONGA, *Registro de duas ordens régias a favor dos moradores do Ribeyrão Freguezia de S. Joze da Barra sobre o retabulo e sancrestia da mesma igreja*, linha 05, grifo nosso)

- **Acolher, abrigar, hospedar**

“Também não convém que o mestre do açúcar, o caixeiro e os feitores tenham em suas casas, por tempo notável, pessoas da cidade ou de outras partes, (...)” (ANTONIL, cap. XI, grifo nosso)

- **Encontrar-se com**

“(...) Joham Rodriguez, vemdo que lhe nom compria meter-se soo a cauallo emtrellas, deçeo-sse logo a pee, e com a lamça darmas nas mãos os leuaua todos amte ssy, em guissa que se nom ousauom de teer com elle.” (DOM JOÃO, p. 23, grifo nosso)

- **Tomar por parâmetro**

“No entanto, a operação de reconhecimento das diferenças se realiza tendo como ponto de vista referencial sua própria cultura.” (HERÓTODO, 2000, grifo nosso)

- **Sofrer, padecer de**

“(...) voltaren é também contra-indicado a pacientes que têm crise de asma, urticária e rinite aguda (...)”(BULA, Voltaren, grifo nosso)

- **Acontecer, suceder**

“Não teve nada, Primo!... Juro!... Por esta luz!... Nem ela nunca ficou sabendo... Por alma de minha mãe!” (ROSA, *Sarapalha*, 1946, grifo nosso)

- **Receber, ser punido com**

“Foi montada em nome do filho do Sr. Altineu Coutinho, dono da Brasvit e da Hallen Ellitot que teve a prisão preventiva decretada quando o delegado federal Nício Lacorte investigou a gestão Alcení Guerra. (HOJE EM DIA, *Pragmatismo e moralidade*, 03/04/00, grifo nosso)

APÊNDICE B

VALORES SEMÂNTICOS DE “HAVER” LEXICAL

- **Ter, possuir**

E gaanhou a rainha dona Beatriz d’el rei Dom Pedro todas vilas e logares da Estremadura, salvo Lixboa e Santarem e Leirea, e gaanhou todos os outros que ela havia em tempo de seu marido, por as quaes terras ela viveo muito honradamente.” (LINHAGENS, p. 128, grifo nosso)

- **Existir**

“E os que morrêremos hoje seeremos com el no seu reino celestial, u ha moradas tam nobres que se nom podem dizer por línguas.” (LINHAGENS, p. 133, grifo nosso)

- **Considerar, julgar**

“E recebeu grande honra do gram meestre e de toda a cavalaria, porque se houveram del por bem servidos.” (LINHAGENS, p. 142, grifo nosso)

- **Obter, conseguir**

“(...) .s. o Casamento de vosa filha, fazer se a vosa vontade, e o senhor Jfante dom anrique auer o reyno de grada ou grande parte de castela (...) .” (DOM DUARTE, p. 58, grifo nosso)

- **Fazer, realizar**

“E, em outro dia, houveram os cavaleiros acordo antre si, que se nom matassem ûus a outros; (...)” (LINHAGENS, p. 126, grifo nosso)

- **Ter transcorrido tempo, fazer (impessoal)**

“Nem Meem Rodrijuez nem Ruy Mendez, seus filhos, que tempo auia que amdauom com el Rey, nom fezerom disto grande conta (...)” (DOM JOÃO, p. 12, grifo nosso)

- **Dar, conceder**

“A essa hora saio a alma a el rei do corpo, e Deus lhe haja perdoamento, ca foi boo rei.” (LINHAGENS, p. 128, grifo nosso)

- **Travar, empreender**

“Este rei Dom Denis houve guerra com seu filho Dom Afonso, que era ifante, por razom que queria que reinasse Afonso Sanchez seu filho de barregãa”. (LINHAGENS, p. 126, grifo nosso)

- **Permanecer, ficar**

“O alcayde em se defendendo, deram-lhe com huum viratam pello rostro; e sentindo-se ferido e as portas da uilla que ardiam, já entendeo que nom auia em elle conselho se nom seer entrado per força.” (DOM JOÃO, p. 16, grifo nosso)

- **Vencer, alcançar êxito**

“(…) ca o priol Dom Alvaro, como entregou a vila a seu senhor el rei, começou d’andar em preitesias antre el e seu padre, e aveo-os, e fez-lhe dar as contia de maravediis que lhe seu padre tiinha alçada (...).”(LINHAGENS, p. 129, grifo nosso)

- **Sentir, experimentar**

“Quem poderia contar quanto mal sofrerom e houveram aquela hora cristãos!”(LINHAGENS, p. 134, grifo nosso)

- **Sucedder, acontecer, ocorrer**

“E dizem que logo em esse dia aveo assy que açerca daquella porta, homde a azemella moreo, o spiritu malino tomou huum homeem (...).” (DOM JOÃO, cap. VI, p. 14, grifo nosso)

- **Ter trato com, lidar**

“O único remédio, pois, para atalhar pesados desgostos é haver-se com toda a urbanidade e primor, pedindo licença para tudo, cada vez que for necessário valer-se do que têm os vizinhos e persuadir-se que se negam o que se pede será porque a necessidade os obriga.”
(ANTONIL, cap. III, grifo nosso)

- **Proceder, portar-se, comportar-se**

“Eu não digo que se não dê autoridade aos feitores; digo que esta há-de ser bem ordenada e dependente, não absoluta, de sorte que os menores se hajam com subordinação ao maior e todos ao senhor a quem servem.” (ANTONIL, cap. IV, grifo nosso)

- **Levar, conduzir**

“(…) mandamos que esta nossa Sentença e Autos de Justificação se goardem no Cartorio da nossa Camara, lançando-se nos livros della a que pertencer, para servir a todo o tempo de titulo e constarem as Justissimas causas que nos hoverão a esta detriminação (...)”
(BARRA LONGA, *Documento de criação da Paróquia de Barra Longa*, linha 97, grifo nosso)

APÊNDICE C

VALORES SEMÂNTICOS DE “SER” LEXICAL

- **Estar, achar-se em um determinado tempo ou espaço**

“[Ali caíram cavaleiros e cavalos mortos da ua e da outra parte, ali [veeri]ades cavalos sem senhores andar soltos, e os cavaleiros que eram em terra filhavam-se pelos lazes das capelinas e dos bacinetes, e davam-se das brochas, que as poinham da outra parte.]” (LINHAGENS, p. 132, grifo nosso)

- **Existir, haver**

“Dos frayres, mandar que nenhu frayre não coma em camara, se não for por notavel neçesidade, nem durma senam em comum dormjtorio, e asy doutras cousas das quaes alguns poderião Jnformar uosa merçe.” (DOM DUARTE, p. 30, grifo nosso)

- **Ficar**

“El rei e aqueles que com ele estavom forom mui ledos e esforçados destas palavras do priol Dom Alvaro, e dixerom: ‘Assi o compra Jesus Christo’.” (LINHAGENS, p. 131, grifo nosso)

- **Tornar-se**

“(…) e eles temendo sse do que poderja acontecer serujrião melhor e com mais diligência e destes uerião bons beneficiados que serião bons electores, (…)” (DOM DUARTE, p. 29, grifo nosso)

- **Acontecer, transcorrer**

“(…) esto foi no mês d’Agosto da era de mil CCCXLII annos. E por quanto foi, tanto endereçou, e veo pera seu reino com grandes vitorias.” (LINHAGENS, p. 126, grifo nosso)

- **Constituir, ser a essência de**

“(…) sempre açhaves quem uos ame mais do que uos amardes e quem se lembre de uosas boas obras e conheça e conheça [sic] quanto são ben feitas e uos galardoe mais grandemente do que requerem uosos merecymentos, e estes me parece que são dos mais prinçipaes fruytos d amizade.” (DOM DUARTE, p. 88, grifo nosso)

- **Pertencer a**

“Sabedes que a Espanha foi de vossos avoos.” (LINHAGENS, p. 137, grifo nosso)

- **Estar na posse de, possuir**

“As gallees, como virom a barcha que vinha deante, foram-na todos reçoer e combatiam-na de toda parte, creemdo o que eram razom de cuidar, que ja aquella era sua.” (DOM JOÃO, p. 11, grifo nosso)

- **Distar, ficar a certa distância de**

“(…) seendo aquel dya festa da Pascoa da Resurreiçom do Senhor, pareceron dous navios da parte de Sam Giam-per-ademtro, que som tres legoas da çidade, (…)”(DOM JOÃO, p. 11, grifo nosso)

- **Proporcionar**

“(…) eu ouuy dizer que por mingua// de non estar nenhu fidalguo na uosa rolação hua uez em montemor se ordenou tal cousa que se pasara fora bem grande agrauo aos fidalgos contra suas liberdades antigas.” (DOM DUARTE, p. 38, grifo nosso)

- **Manter-se**

“Senhor, porque entraste no ventre da Virgem Maria e naciste dela, e foi virgem ante parto e depois parto?” (LINHAGENS, p. 133, grifo nosso)

- **Precisar um momento no tempo**

“E mandou que nenhuum nom roubasse nem tomasse nenhuuma cousa aos moradores da uilla, saluo os que eram dAyras Gomez; dos quaaes, porque era oras que ajnda todos jaziam quando el-Rey entrou, muytos forom presos e roubados de caualllos e armas e de quamto lhe achauom.” (DOM JOÃO, p. 23, grifo nosso)

- **Exercer o cargo de, desempenhar a função de**

“Item ffezerom almotaHe Joņo Adam este mes de ssatembro que ffoy vereador o ano passado” (VEREAÇÕES, fl. 16v, grifo nosso)

- **Estabelecer acordo, chegar a um consenso**

“Logo en’aquela hora houve conselho com os seus altos homees que lhi ficarom, e forom todos em acordo que se passasse alem mar a demandar cavalarias, e se viir em elas outra vez sobre a Espanha, por se vingar.” (LINHAGENS, p. 140, grifo nosso)

- **Obter, conseguir**

“E a maneira em breue senhor como me parece que se ysto poderia emendar serya primeiramente a despouoração da terra escusando os perigos e os encarregos e trabalhos em que são postas as gentes dela sem neçesidade e com grande dano e tyrando algumas outras leis ou ordenações que a eles agrauão que não seja grande proueito da terra nem muyto serujço do senhor rey e uoso.” (DOM DUARTE, p. 32, grifo nosso)

- **Provir, originar-se de**

“E porque comumente são de nações diversas e uns mais boçais que outros e de forças muito diferentes, se há-de fazer a repartição com reparo e escolha e não às cegas.” (ANTONIL, cap. IX, grifo nosso)

- **Fazer, executar uma tarefa**

“(…) se as castigardes, seja com brandura; se as favorecerdes, seja com moderação, porque aqui o desvanecimento as não faça altivas, e lá a demasia as não deixe irritadas (…)” (AVES, p. 368, grifos nossos)

- **Equivaler a**

“(...) o dicto concelho auera o ser terHo e por juramento que rreHebeo cada tres meses entregara ao dicto conHelho a sua dicta parte que he ho dicto terHo quall ordenanca da dicta empossjsom (...)” (VEREAÇÕES, fl.6, grifo nosso)

- **Custar, ter o preço taxado em**

“E visto sseu juramento mandarom que pagase enpossjsom// [fl. 18v1] de quatro almudes que ssom a xij rrs de cada héa [ca]nada” (VEREAÇÕES, fl. 18v1, grifo nosso)

- **Fazer, executar uma tarefa**

“(...) se as castigardes, seja com brandura; se as favorecerdes, seja com moderação, porque aqui o desvanecimento as não faça altivas, (...)” (AVES, p. 368, grifo nosso)

- **Significar, ter o sentido de**

“Comparar a pagamentos é dar logo de contado alguma parte do preço e depois pagar por quartéis, ou tanto por cada ano, conforme o concerto até se inteirar de tudo.” (ANTONIL, cap. XII, grifo nosso)

- **Provocar, ser causa de**

“E claro está que uns com a ruim vida desagradarão a Deus e aos homens, e serão causa de muitos e bem pesados desgostos, e outros com a ineptidão causarão dano não ordinário à fazenda.” (ANTONIL, cap. IV, grifo nosso)

- **Mostrar-se simpático com**

“(…) antes que por mal, as leveis por bem, que o rigor faz servos inimigos, e o agrado escravos voluntários; sede para todas, e todas serão para vós; (…)” (AVES, p. 368, grifo nosso)

- **Excetuar, excluir**

“(…) e esta merce que faço ao suplicante he salvo o direito regio e prejuizo de terceiro que haja povoado cultivado ou occupado a dita fazenda (…)” (BARRA LONGA, *Carta de sesmaria ao Coronel Mathias Barbosa da Silva*, linha 15, grifo nosso)

- **Assemelhar-se a, ser parecido com**

“Um mosteiro sem união é como um relógio desconcertado, tudo é tempo confuso, horas perdidas, cordas quebradas; (…)” (AVES, p. 370, grifo nosso)

- **Expressar ou imprimir dúvida**

“_ Será que chove, Primo?

_ Capaz.

_ Ind’hoje? Será?” (ROSA, *Sarapalha*, 1946, grifo nosso)

- **Seguir, adotar**

“Mas nunca terá força para subir tão alto se não for pela estrada que trilharam os antigos poetas e oradores.” (GARÇÃO, *Dissertação Terceira*, p. 132, grifo nosso)

- **Expressar acordo, aquiescência**

“ _ Não sei não... Só sei é que se ela, por um falar, desse de chegar aqui de repente, até a febre sumia...”

_ É... Se ela chegasse, até a febre sumia...” (ROSA, *Sarapalha*, 1946, grifo nosso)

APÊNDICE D

VALORES SEMÂNTICOS DE “ESTAR” LEXICAL

- **Encontrar-se em um dado momento ou lugar**

“Este priol Dom Alvaro foi o que pôs os pendÆes por muro, estando na vila do Porto pera a aguardar, per mandado deste rei dom Afonso, o quarto, (...)” (LINHAGENS, p. 128, grifo nosso)

- **Ser**

“ (...) logo mandou a Leónidas um navio carregado do dito aroma, dizendo-lhe gastasse sem dó, pois já estava senhor das terras que o produziam.” (AVES, p. 376, grifo nosso)

- **Haver, existir**

“ (...) vede vós em Sião se estão filhas de Babilónia; não vos fieis em as verdes espertas, nem ainda bem inclinadas, que se lhes faltou a doutrina (...)” (AVES, p. 370, grifo nosso)

- **Permanecer, conservar-se**

“Criou o açúcar em as canas para crédito da natureza e não para sustento dos homens, que a ser assim, não estivera tantos séculos ignoto.” (AVES, p. 389, grifo nosso)

- **Localizar-se**

“(…) sucedeu na mesma manhã, em que entrou, levá-lo ao senhor com outros a acompanhá-lo a uma igreja, que estava fora da cidade, aonde se fazia festa (…)” (AVES, p. 369, grifo nosso)

- **Apresentar-se, comparecer**

“O ‘namoro’ entre o governador e esses dois partidos começou há cerca de duas semanas, quando a CPI do Narcotráfico, presidida pelo líder da bancada do PDT, Marcelo Gonçalves, esteve no Palácio da Liberdade.” (HOJE EM DIA, *PDT e PL pressionam governador*, 03/04/00, grifo nosso)

- **Atuar, exercer o cargo de**

“No sábado, em Juiz de Fora o governador Itamar Franco confirmou o seu ‘rompimento definitivo’ com o PMDB até o momento em que Armando Costa estiver na presidência.” (HOJE EM DIA, *PMDB deve apoiar Itamar e afastar Costa*, 03/04/00, grifo nosso)

- **Ter, possuir**

“Contudo, segundo o desembargador, o prefeito Marcelo Cecé não colocou, até agora, qualquer obstáculo para a apuração dos fatos, estando com seus bens indisponíveis e com

seu sigilo bancário quebrado.” (HOJE EM DIA, *Cecé retorna à prefeitura e acusa promotor*, 04/04/2000, grifo nosso)

- **Intensificador (muito, bastante)**

“_ E aí?...

_ O senhor está⁵⁶ cansado de saber... ‘Aí a canoinha sumiu na volta rio... (...)’ (ROSA, *Sarapalha*, 1946, grifo nosso)

- **Apoiar**

“Trata-se de uma pessoa que tem nos ajudado muito, e o grupo está com ele.” (HOJE EM DIA, *Velloso pede calma à torcida*, 02/04/2000, grifo nosso)

⁵⁶ Acredita-se que o valor semântico ora atribuído é próprio da expressão idiomática *estar cansado de*, que representa um uso já bastante abstrato da forma perifrástica.

APÊNDICE E

VALORES SEMÂNTICOS DE “IR” LEXICAL

- **Deslocar-se, mover-se**

“Este rei dom Denis foi a Castela e chegou a Aragom a ~ua vila que dizem Taraçona com a rainha dona Isabel, sa mulher, (...)” (LINHAGENS, p. 126, grifo nosso)

- **Partir, retirar-se**

“E foi-se e tomou a Feira e o castelo de Gaia e a torre da menagem do Porto, e foi-se deitar sobre a vila de Guimarães.” (LINHAGENS, p. 126, grifo nosso)

- **Seguir, percorrer**

“E himdo assy seu caminho, chegarom huum dia a oras de uespera a par dhuum logar que chama Neiua, que som (dez) legoas do Porto (...)” (DOM JOÃO, p. 15, grifo nosso)

- **Comparecer, apresentar-se**

“Tamar chegou ao velório do amigo às 15 horas, e acompanhou a missa de corpo presente celebrada pelo Monsenhor Miguel Falabela, mas não foi ao enterro.” (HOJE EM DIA, *Governador volta a JF para velório*, 03/04/00, grifo nosso)

- **Seguir adiante, prosseguir**

“E alguuns leuaram estas nouas ao Condestabre ao caminho homde hia, dizendo-lhe que por aquello nom era (bem) hir mais adeamte, e que se tornasse em toda guissa.” (DOM JOÃO, p. 14, grifo nosso)

- **Opor-se, posicionar-se contra**

“Pareçe me senhor que deueis ordenar aos cudeis do uoso ou do conçelho çerto mantymto que fose tal que eles ouuesem uontade de seujr os offiços ajnda que deles naom ouuesem outro proueyto que fose contra uoso seujço, qa uos senhor sabeis bem que o que em tal Carrego ouuer de serujr que tem asas de grande trabalho asy do corpo como do entendymto(...)” (LINHAGENS, p. 32, grifo nosso)

- **Caminhar para uma desgraça**

“Os IIII mogotes dos IIII mil cavaleiros que estavam folgados pera prender os cristãos, como vos ja hei mostrado, virom que os cristãos iam pera mal, e que a az da coinha andava destroindo en’ eles.” (LINHAGENS, p. 135, grifo nosso)

- **Perseguir**

“Esta [hora] foi mazelada de coita de door e de pressa d’escor[i]dÆe a todas vossas gentes, ca em como nos foi mostrada, essa hora forom os Portugueeses em toda as força, e seguirom aquel cavaleiro por u ia.” (LINHAGENS, p. 139, grifo nosso)

- **Procurar por, recorrer a**

“Como não conhecia nenhum daqueles defeitos mais notáveis, a que corresponde aquele castigo, foi-se ao seu confessor com esta aflição a dar-lhe conta da novidade; (...)”(AVES, p. 366, grifo nosso)

- **Freqüentar**

“Outros são tão pouco cuidadosos do que pertence à salvação dos seus escravos que os têm por muito tempo no canavial ou no engenho sem baptismo, e dos baptizados muitos não sabem quem é o seu Criador, o que hão-de crer, que lei hão-de guardar, como se hão-de encomendar a Deus, a que vão os cristãos à igreja, por que adoram a hóstia consagrada, (...)” (ANTONIL, cap. IX, grifo nosso)

- **Ser transportado**

“... Declaro que quando estes (meus ossos) chegarem à dita Egreja (dos Anjos) se collocarão no caixão em que forem sobre uma urna ou eça levantada no meio da Egreja, e perante elles se me farão pela minha Alma nove Officios cantados com Missa, (...)” (BARRA LONGA, *Excerto do Testamento do Cel. Mathias Barbosa*, linha 31, grifo nosso)

- **Parecer**

“Também seria sinal de ter ruim coração fazer má vizinhança aos que moem a cana livre em outros engenhos, só porque a não moem no seu, nem ter boa correspondência com os senhores de outros engenhos, só porque cada qual folga de moer tanto como outro, ou

porque a algum deles lhe vai melhor, com menos gasto e sem perdas.” (ANTONIL, cap. III, grifo nosso)

- **Atacar**

“Eu vi os jogos do Rio Branco e sabia de suas falhas e potenciais. Então, mandei o time ir⁵⁷ para cima do lado esquerdo da defesa deles e marcar o lado direito (...)” (HOJE EM DIA, *Vitória do Vila não agrada Osmar*, 03/04/2000, grifo nosso)

- **Morrer, falecer**

“_ Mas, então, não fala em morte, Primo Ribeiro!... Eu, por nada que não queria ver os senhor se ir primeiro do que eu...” (ROSA, *Sarapalha*, 1946, grifo nosso)

- **Espalhar, atingir**

“Ai! que o frio cai entre os ombros, e vai pelas costas, e escorre das costas para o corpo todo, como fios de água fina.” (ROSA, *Sarapalha*, 1946, grifo nosso)

⁵⁷ Acredita-se que o valor semântico atribuído não é manifesto apenas pelo verbo *ir*, mas é uma cristalização da forma *ir para cima*, que constitui uma expressão idiomática, cujo sentido é atacar.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.